



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 126 QUARTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2015

## MESA DO SENADO FEDERAL \*

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Vicentinho Alves - (PR-TO)  
**2º SECRETÁRIO**  
Zeze Perrella - (PDT-MG)

**3º SECRETÁRIO**  
Gladson Cameli - (PP-AC)  
**4º SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)  
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)  
3º Elmano Férrer (PTB-PI)  
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PDT/PP) - 24</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> <sup>(22,28)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz <sup>(3,37)</sup> Benedito de Lira <sup>(16,18,44)</sup> Walter Pinheiro <sup>(31,36,43)</sup> Telmário Mota <sup>(4,38,42)</sup> Regina Sousa <sup>(41)</sup> .....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> <sup>(22,28)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha <sup>(32)</sup> Walter Pinheiro <sup>(31,36,43)</sup> Lindbergh Farias <sup>(30)</sup> Fátima Bezerra <sup>(34)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PDT - 6</b> <b>Acir Gurgacz</b> <sup>(3,37)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota <sup>(4,38,42)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PP - 5</b> <b>Benedito de Lira</b> <sup>(16,18,44)</sup></p>	<p><b>Bloco da Maioria</b> <b>(PMDB/PSD) - 21</b></p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PMDB - 17</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSD - 4</b> <b>Omar Aziz</b> <sup>(13)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão <sup>(12)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição</b> <b>(PSDB/DEM) - 17</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Alvaro Dias - PSDB</b> <sup>(20)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira <sup>(33)</sup> Wilder Moraes <sup>(46)</sup> Antonio Anastasia <sup>(47)</sup> .....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Cássio Cunha Lima</b> <sup>(17)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer <sup>(23)</sup> Aloysio Nunes Ferreira <sup>(40)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do DEM - 5</b> <b>Ronaldo Caiado</b> <sup>(6)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino <sup>(39)</sup></p>
<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b> <b>(PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Lídice da Mata - PSB</b> <sup>(11,25)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros <sup>(15,19,29)</sup> Vanessa Grazziotin <sup>(21,26)</sup> Randolfe Rodrigues <sup>(24,27)</sup> .....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSB - 6</b> <b>João Capiberibe</b> <sup>(1,14)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha <sup>(45)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PPS - 1</b> <b>José Medeiros</b> <sup>(15,19,29)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> <sup>(24,27)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PCdoB - 1</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> <sup>(21,26)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar União e Força</b> <b>(PTB/PR/PSC/PRB) - 9</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Fernando Collor - PTB</b> <sup>(5,10)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi <sup>(9)</sup> Eduardo Amorim <sup>(8)</sup> Marcelo Crivella <sup>(2,7)</sup> .....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PTB - 3</b> <b>Fernando Collor</b> <sup>(5,10)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PR - 4</b> <b>Blairo Maggi</b> <sup>(9)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> <sup>(8)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> <sup>(2,7)</sup></p>	<p style="text-align: center;"><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Delcídio do Amaral - PT</b> <sup>(48)</sup></p>

## EXPEDIENTE

<b>Ilana Trombka</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial	<b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Atas e Diários <b>Quésia de Farias Cunha</b> Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – LEGISLAÇÃO</b>	
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 149 a 154/2015 .....	6
<b>2 – ATA DA 137ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE AGOSTO DE 2015 .....</b>	<b>12</b>
2.1 – ABERTURA.....	12
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	12
<b>2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2.1.1 – Projetos de Lei do Senado</b>	
Nº 534/2015, de autoria do Senador José Medeiros, que <i>cria a declaração única de informações socioeconômicas e fiscais da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte</i> .....	13
Nº 535/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que <i>altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e a Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, para elevar a 34% (trinta e quatro por cento) a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos decorrentes de operação em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, ou então usufrua de regime fiscal privilegiado</i> .....	19
Nº 536/2015-Complementar, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que <i>altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer o termo inicial do prazo decadencial para o lançamento nos casos de ocorrência de dolo, fraude ou simulação</i> .....	23
Nº 537/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que <i>regulamenta o parágrafo único do art. 116 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), com a finalidade de estabelecer regras e procedimentos para desconsideração de atos ou negócios jurídicos para fins tributários</i> .....	26
Nº 538/2015-Complementar, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que <i>dá nova redação ao parágrafo único do art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dispensar da aprovação do Congresso Nacional tratados que disponham sobre troca de informações com Estados estrangeiros</i> .....	31
Nº 539/2015, de autoria do Senador Omar Aziz, que <i>confere ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá</i> . .....	33
<b>2.2.1.2 – Requerimentos</b>	
Nº 922/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento das Sras Maria Ozenira Cardoso Araujo Santos, Maria Pureza dos Santos e Izabel Gonçalves dos Santos .....	36
Nº 923/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 292/2014.....	38
Nº 924/2015, de autoria do Senador Aécio Neves, de informações ao Ministro de Estado das Cidades .....	39
Nº 925/2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda.....	47
Nº 926/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 527/2015. <b>Deferido</b> .....	49
Nº 927/2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 205/2014. <b>Deferido</b> .....	50
Nº 928/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Içami Tiba .....	51
Nº 929/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, de retirada do Requerimento nº 893/2015. <b>Deferido</b> .....	52
<b>2.2.1.3 – Comunicações</b>	
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 675/2015 ( <b>Ofício nº 314/2015</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	53
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 675/2015 ( <b>Ofício nº 536/2015</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> . .....	54
Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ( <b>Ofício nº 59/2015</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	55

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de cessão, ao DEM, de uma vaga de titular na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ( <b>Ofício nº 157/2015</b> ).....	56
Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ( <b>Ofício nº 78/2015</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	57
Do Senador Roberto Rocha, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Ex <sup>a</sup> para participar de reuniões do Parlamento Latinoamericano, na República de Cuba, no período de 3 a 7 de junho último .....	58
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor do Aviso nº 50/2015, com posterior envio ao Arquivo ( <b>Ofício nº 81/2015</b> ) .....	58
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de designação dos membros da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional ( <b>Ofício nº 110/2015</b> ) .....	59
Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, de eleição do Vice-Presidente ( <b>Memorando nº 3/2015</b> ) .....	61
<b>2.2.1.4 – Propostas de Emenda à Constituição</b>	
Nº 111/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que <i>altera o Artigo 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias</i> .....	62
Nº 112/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Ataídes Olivera, que <i>determina a edição de Lei Complementar para regular o contencioso administrativo fiscal</i> .....	67
<b>2.2.1.5 – Pareceres</b>	
Nº 552/2015, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16/2015 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 279/2014).....	72
Nºs 553 e 554/2015, das Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50/2014 .....	78
Nºs 555 e 556/2015, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 309/2012.....	88
Nº 557/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 536/2013 .....	103
<b>2.2.1.6 – Abertura de prazos</b>	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 16/2015 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 279/2014) .....	109
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 50/2014 .....	109
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado nºs 309/2012 e 536/2013, sejam apreciados pelo Plenário ( <b>Ofícios nºs 111 e 112/2015-CAE</b> ).....	109
<b>2.2.2 – Oradores</b>	
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Defesa de projeto de lei de autoria de S. Ex <sup>a</sup> . que simplifica o cumprimento das obrigações tributárias acessórias por entidades de pequeno porte do terceiro setor .....	111
<b>2.2.3 – Realização de sessão</b>	
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a leitura de expedientes, apreciação de vetos e projetos de lei .....	113
<b>2.2.4 – Oradores (continuação)</b>	
SENADOR PAULO PAIM – Apoio ao projeto de lei que garante aos aposentados e pensionistas do Aerus o recebimento dos respectivos proventos; e outros assuntos .....	113
SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa da alteração dos limites de dispensa de licitação em razão do valor diminuto do objeto contratado; e outros assuntos .....	116
SENADOR ZEZE PERRELA, como Líder – Preocupação com a insegurança jurídica na renovação dos permissionários de loterias no País .....	118
SENADORA ÂNGELA PORTELA – Apreensão com a greve dos professores da rede estadual de ensino de Roraima .....	119
SENADOR JORGE VIANA – Críticas a partidos de oposição por supostamente aproveitarem-se das manifestações populares para difamar o Governo Federal.....	122
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Considerações acerca das manifestações ocorridas no último domingo e análise da atual conjuntura do País.....	126
SENADORA LÍDICE DA MATA, como Líder – Regozijo pelo anúncio de diversos investimentos em infraestrutura na Cidade de Salvador.....	129
SENADORA SIMONE TEBET – Apelo em favor de medidas que favoreçam os estados e os municípios como fator preponderante para a superação da atual crise econômica.....	132
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Críticas à proposta de reforma política atualmente em tramitação no Congresso Nacional pelo fato de nela não estarem contidos os verdadeiros anseios da população .....	134
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Análise da atual conjuntura econômica brasileira e considerações sobre propostas da Agenda Brasil .....	136



SENADOR VALDIR RAUPP – Registro de estudo recentemente concluído pela Confederação Nacional da Indústria intitulado "As Barreiras da Burocracia - O Setor Elétrico".....	139
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Reafirmação do vínculo entre a insatisfação popular contra o Governo Federal e as manifestações ocorridas no domingo .....	140
SENADOR ANTONIO ANASTASIA – Relato da participação de S. Exª em evento comemorativo dos 180 anos do parlamento gaúcho .....	141
<b>2.2.5 – Suspensão da sessão às 17 horas e 32 minutos e reabertura às 18 horas e 2 minutos .....</b>	<b>144</b>
<b>2.2.6 – Oradores (continuação)</b>	
SENADOR AÉCIO NEVES, como Líder – Anúncio da filiação do Governador Pedro Taques ao PSDB .....	147
2.3 – ORDEM DO DIA	
<b>2.3.1 – Item 12 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2013 (nº 368/2009, na Câmara dos Deputados), tendo como primeiro signatário o Deputado Carlos Bezerra, que <i>dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação</i> .....	154
<b>2.3.2 – Fala da Presidência</b> (Senador Renan Calheiros)	
Realização, amanhã, de reunião da Comissão de Reforma Política no Senado Federal e da Comissão Mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais .....	156
<b>2.3.3 – Item 12 (continuação)</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2013 (nº 368/2009, na Câmara dos Deputados), tendo como primeiro signatário o Deputado Carlos Bezerra, que <i>dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação. Aprovada</i> (votação nominal). À promulgação. ....	157
<b>2.3.4 – Item 13 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 74/2013 (nº 90/2011, na Câmara dos Deputados), tendo como primeira signatária a Deputada Luiza Erundina, que <i>dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Aprovada, em primeiro turno.</i> (votação nominal).....	165
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
<b>2.4.1 – Oradores</b>	
SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Críticas ao projeto de lei que versa sobre a desoneração da folha de pagamento dos salários das empresas; e outro assunto .....	172
SENADOR FÁTIMA BEZERRA – Apoio ao mandato da Presidenta da República; e outro assunto .....	175
SENADOR RONALDO CAIADO, como Líder – Críticas ao Governo Federal .....	178
SENADOR SÉRGIO PETECÃO, como Líder – Registro de viagem de S. Exª a Municípios do Estado do Acre para acompanhar a aplicação de recursos provenientes de emendas parlamentares; e outro assunto .....	181
2.5 – ENCERRAMENTO.....	184
<b><u>SENADO FEDERAL</u></b>	
<b>3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....</b>	<b>185</b>
<b>4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>188</b>
<b>5 – LIDERANÇAS .....</b>	<b>189</b>
<b>6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>	<b>191</b>
<b>7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>204</b>
<b>8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....</b>	<b>212</b>
<b>9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>259</b>
<b><u>CONGRESSO NACIONAL</u></b>	
<b>10 – COMISSÕES MISTAS .....</b>	<b>282</b>
<b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....</b>	<b>295</b>

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 149, DE 2015 (\*)**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de julho de 2015.

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

(\*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 10 de junho de 2015.

vpl/pds15-179pmg (Acordo)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 150, DE 2015 (\*)**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, assinado no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 2006.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, assinado no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de julho de 2015.

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

(\*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 12 de junho de 2015.

vpl/pds15-206pmg (Acordo)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 151, DE 2015(\*)**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de julho de 2015.

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

(\*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 12 de junho de 2015.

mlc/pds15-207

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 152, DE 2015(\*)**

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2012.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2012.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de julho de 2015.

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

(\*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 12 de junho de 2015.

mlc/pds15-209



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 153, DE 2015(\*)**

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de julho de 2015.

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

(\*) O texto do Memorando de Entendimento acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 12 de junho de 2015.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 154, DE 2015 (\*)**

Aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Convênio, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de julho de 2015.

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

(\*) O texto do Convênio acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 16 de junho de 2015.

vpl/pds15-223pmg (Convênio)

# Ata da 137ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 18 de agosto de 2015

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Elmano Ferrer, da Srª Vanessa Grazziotin, dos Srs. Paulo Paim e Raimundo Lira.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 21 horas e 13 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:



## REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal  
55ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa Ordinária

**137ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas**  
Período: 18/08/2015 07:00:00 até 18/08/2015 21:15:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PR	MT	Blairo Maggi	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTB	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PSD	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PPS	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
-	GO	Lúcia Vânia	X	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X	
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
PDT	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	
PMDB	AM	Sandra Braga	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
DEM	GO	Wilder Moraes	X	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X	X

*Compareceram 74 senadores.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Queria cumprimentar a todos que estão aqui nos ajudando a iniciarmos os trabalhos nesta terça-feira e a todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a Mesa e que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no Diário do Senado Federal.

É o seguinte o expediente:

## PROJETOS DE LEI DO SENADO



## SENADO FEDERAL PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 534, DE 2015

Cria a declaração única de informações socioeconômicas e fiscais da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte deverá apresentar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do regulamento, declaração única de informações socioeconômicas e fiscais, que deverá ser disponibilizada aos órgãos de fiscalização tributária e previdenciária.

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte aquela com receita bruta anual até R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) que:

I – não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; e

II – mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 2º A declaração de que trata o *caput* deste artigo constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nela prestadas.

§ 3º A situação de inatividade deverá ser informada na declaração de que trata o *caput* deste artigo.



§ 4º Para efeito do disposto no § 3º deste artigo, considera-se em situação de inatividade a pessoa jurídica que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário.

**Art. 2º** É vedada a exigência de declarações tributárias além daquela estipulada no art. 1º desta Lei, ressalvada a obrigação de prestação de informações relativas a terceiros.

**Art. 3º** A pessoa jurídica que deixar de apresentar a declaração a que se refere o art. 1º desta Lei, no prazo fixado, ou que a apresentar com incorreções ou omissões, será intimada a apresentar declaração original, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela autoridade fiscal, na forma definida em regulamento, e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - de 100,00 (cem reais), no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo;

II - de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

§ 1º As multas serão reduzidas:

I - à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;

II - a 75% (setenta e cinco por cento), se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 2º Considerar-se-á não entregue a declaração que não atender às especificações técnicas estabelecidas em regulamento.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, a pessoa jurídica será intimada a apresentar nova declaração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da intimação, e sujeitar-se-á à multa prevista no inciso I do *caput* deste artigo, observado o disposto no § 1º deste artigo.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A expressão Terceiro Setor é utilizada como referência àquelas entidades que se situam entre o público e o privado, sendo ele formado por pessoas jurídicas privadas, sem fins lucrativos, que desempenham ações de caráter público, como instituições religiosas, organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais (OS), entidades

beneficentes, organizações de voluntariado, etc. Assim, no chamado Terceiro Setor, tem-se a utilização de recursos privados para fins públicos.

Sobre o tema, lembramos a publicação da chamada Lei de Fomento e de Colaboração (nº 13.019, de 31 de julho de 2014), conhecida como Marco Regulatório do Terceiro Setor (ou das Organizações da Sociedade Civil), que, em seu art. 2º, inciso I, define organização da sociedade civil como a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

A legislação tributária brasileira, já na Constituição Federal, prevê uma série de imunidades e isenções às organizações do Terceiro Setor. Nesse sentido, o art. 150, inciso VI, alínea “c”, e o art. 195, § 7º, da Carta Magna. Também o art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, considera isentas do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Ocorre que as imunidades e isenções tributárias previstas no arcabouço normativo brasileiro não afastam a necessidade de as entidades beneficiárias observarem o cumprimento de obrigações acessórias, devendo referidas organizações manterem escrituração contábil regular e completa que registre as receitas e as despesas. Efetivamente, é essencial que a contabilidade das entidades sem fins lucrativos beneficiadas por imunidades e isenções seja passível de verificação, sendo a transparência requisito fundamental para que sejam evitados desvios e fraudes.

Não por outro motivo, o Código Tributário Nacional (CTN), em seu art. 113, informa existirem obrigações tributárias principais e acessórias, sendo que estas últimas têm por objeto as prestações, positivas ou negativas, nelas previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos (§ 2º). Ademais, o próprio CTN, no parágrafo único do art. 175, enuncia que mesmo a incidência de isenção ou anistia, que exclui o crédito tributário, não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal. Ou seja, nas situações em que determinada pessoa física ou jurídica seja beneficiada com imunidades, isenções ou qualquer outro incentivo, as obrigações acessórias, como a de apresentar as declarações exigidas pela legislação tributária, persistem, tudo em benefício da fiscalização, da transparência e do controle necessários ao bom funcionamento do sistema.

Nessa esteira, a Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, em seu art. 16, afirma a competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) para dispor sobre as obrigações acessórias relativas aos impostos e contribuições por ela administrados, estabelecendo, inclusive, forma, prazo e condições para o seu cumprimento e o respectivo responsável. Caso não haja o cumprimento das obrigações acessórias, incidem penalidades

(multas), que, por seu turno, convertem-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária (art. 113, § 3º, do CTN).

O art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, prevê as multas aplicáveis ao sujeito passivo que deixar de cumprir as obrigações acessórias exigidas nos termos do art. 16 da Lei nº 9.779, de 1999, ou que as cumprir com incorreções ou omissões.

Com base nos mencionados dispositivos legais, a RFB edita suas normas de referência, pelas quais define de forma detalhada as obrigações acessórias a serem observadas pelos contribuintes, como, por exemplo, a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais, da Escrituração Contábil Fiscal, Escrituração Contábil Digital, da Escrituração Fiscal Digital-Contribuições, da Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa.

Essas declarações são importantes para viabilizar o controle por parte das autoridades fiscais.

Acreditamos, contudo, que, em relação às entidades do Terceiro Setor de pequeno porte, se faz necessário seguir o caminho da simplificação, semelhante àquele previsto no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para as pessoas jurídicas optantes do Simples, as várias declarações previstas na legislação tributária são substituídas por uma única, anual e simplificada.

Diante disso, apresentamos esta proposição, objetivando desburocratizar o cumprimento das obrigações tributárias pelas entidades de pequeno porte do Terceiro Setor, que tanto ajudam nossa sociedade. Nesse sentido, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com receita bruta anual de até R\$600.000,00, considerada de pequeno porte pelo projeto, deverá apresentar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do regulamento, declaração única de informações socioeconômicas e fiscais.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ MEDEIROS**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 - SUPER SIMPLES - 123/06](#)

[Lei nº 9.532, de 10 de Dezembro de 1997 - 9532/97](#)

[artigo 15](#)

[Lei nº 9.779, de 19 de Janeiro de 1999 - 9779/99](#)

[artigo 16](#)

[Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de Agosto de 2001 - 2158-35/01](#)

[artigo 57](#)

*(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)*



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 535, DE 2015

Altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e a Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, para elevar a 34% (trinta e quatro por cento) a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos decorrentes de operação em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, ou então usufrua de regime fiscal privilegiado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** .....

.....

§ 6º A parcela do contrato de afretamento que exceder os limites estabelecidos no § 2º sujeita-se à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) ou de 34% (trinta e quatro por cento), quando a remessa for destinada a país ou dependência com tributação favorecida, ou quando o arrendante ou locador for beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

.....” (NR)

**Art. 2º** O art. 8º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 8º** Ressalvadas as hipóteses a que se referem os incisos V, VIII, IX, X e XI do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, os rendimentos decorrentes de qualquer operação em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação



favorecida, ou usufrua de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 34% (trinta e quatro por cento).” (NR)

**Art. 3º** O art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 9º** .....

.....

§ 5º A alíquota referida no *caput*, na hipótese de pagamento a beneficiário que seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, ou que usufrua de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, será de 34% (trinta e quatro por cento).” (NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do ano seguinte.

## JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa elevar, de 25% para 34%, a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre rendimentos auferidos por beneficiário que seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida (os chamados “paraísos fiscais”), ou então que usufrua de regime fiscal privilegiado.

Com relação aos beneficiários de regime fiscal privilegiado, somente os arrendantes ou locadores de embarcações marítimas de que trata o § 6º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, sofrem, desde 1º de janeiro de 2015, retenção na fonte à alíquota majorada. Este projeto estende a exigência do IRRF à alíquota majorada, agora de 34%, a todos os rendimentos auferidos por beneficiários que usufruam de regime fiscal privilegiado.

País ou dependência com tributação favorecida é aquele que não tributa a renda ou que a tributa à alíquota máxima inferior a 17%, ou ainda que não esteja alinhado com os padrões internacionais de transparência fiscal (arts. 24 e 24-B da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e Portaria MF nº 488, de 28 de novembro de 2014). A lista consta do art. 1º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.037, de 4 de junho de 2010.

Os regimes fiscais privilegiados podem ocorrer mesmo em países com níveis de tributação internacionalmente aceitos. Isso porque, mesmo que ele não se enquadre no

conceito de país com tributação favorecida, sua legislação interna pode criar privilégios fiscais para determinados grupos de pessoas físicas ou jurídicas.

Esses regimes permitem a realização de operações entre empresas sem que ocorra atividade econômica substancial, com o único propósito de atrair capital para seus territórios. A relação dos regimes fiscais privilegiados consta do art. 2º da citada IN RFB nº 1.037, de 2010.

A elevação da alíquota do IRRF de 25% para 34% serve para equalizar a tributação à que os mesmos rendimentos se submeteriam caso fossem auferidos por pessoa jurídica residente ou domiciliada no Brasil. O percentual de 25% corresponde à alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já incluído o adicional de 10% (art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995). O percentual acrescido de 9% corresponde à alíquota modal da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988).

O imposto sobre a renda submete-se ao princípio da anterioridade plena (de exercício), não se sujeitando à noventena. Por essa razão, o IRRF à alíquota de 34% só incidirá sobre os rendimentos auferidos por residentes ou domiciliados em país ou dependência com tributação favorecida, ou que usufruam de regime fiscal privilegiado, a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da publicação da lei resultante deste projeto.

Por fim, registramos que proposição que ora submetemos à apreciação do Senado Federal deflui de sugestão apresentada pelo Professor Everardo Maciel em audiência pública realizada em 9 de abril de 2015 no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito do HSBC.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

## LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 7.689, de 15 de Dezembro de 1988 - 7689/88](#)

[artigo 3º](#)

[Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - 9249/95](#)

[artigo 3º](#)

[Lei nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996 - 9430/96](#)

[artigo 24](#)

[artigo 24-](#)

[artigo 24-A](#)

[Lei nº 9.481, de 13 de Agosto de 1997 - 9481/97](#)

[artigo 1º](#)

[inciso V do artigo 1º](#)

[inciso VIII do artigo 1º](#)

[inciso IX do artigo 1º](#)

[inciso X do artigo 1º](#)

[inciso XI do artigo 1º](#)

[parágrafo 6º](#)

[Lei nº 9.779, de 19 de Janeiro de 1999 - 9779/99](#)

[artigo 8º](#)

[Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de Agosto de 2001 - 2159-70/01](#)

[artigo 9º](#)

*(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)*



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 536, DE 2015

### (Complementar)

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer o termo inicial do prazo decadencial para o lançamento nos casos de ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 173 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 173.** .....

.....

III – da data em que, por qualquer meio, a autoridade tributária tem conhecimento da ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos fatos geradores cujo prazo para constituição do respectivo crédito não se tenha esgotado.

## JUSTIFICAÇÃO

Pelas regras atualmente vigentes, o contribuinte que se utiliza de dolo, fraude ou simulação para ocultar a ocorrência do fato gerador, impondo obstáculos ilícitos à atuação da administração tributária, não recebe um tratamento legal proporcional à gravidade de sua conduta.

Isso porque o Código Tributário Nacional (CTN), em seu art. 150, § 4º, apesar de não admitir a homologação tácita de declarações apresentadas pelo contribuinte com utilização de dolo, fraude ou simulação, não estabelece, expressamente, o prazo de que o fisco disporia para descobrir a ilicitude e realizar o lançamento.

Esse prazo, definido pela jurisprudência, é de cinco anos contado do *primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado* (art. 173, I, do CTN). Na prática, adiou-se a contagem do prazo quinquenal para o primeiro dia do ano seguinte ao da ocorrência do fato gerador ocultado.

Ainda que essa tenha sido a única opção deixada ao intérprete, à luz do direito vigente, o fato é que o tratamento dispensado ao sonegador que se vale de fraude ou de simulação é o mesmo dado a quem apenas se exime de apresentar declaração. E o pequeno acréscimo de tempo, na prática, premia o contribuinte que atua ilicitamente, incentivando-o a manter a prática.

Neste projeto, acolhemos sugestão feita pelo Professor Everardo Maciel, em audiência pública no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito do HSBC, mantendo o prazo quinquenal de decadência, mas retardando o início de sua fluência para o momento da revelação do dolo, fraude ou simulação.

Trata-se de medida que se ampara nos princípios da moralidade e da indisponibilidade do interesse público. Além disso, na prática, ela devolve ao fisco o prazo que o contribuinte tentou tomar-lhe. Nesse sentido, descoberto o ilícito, a administração volta a dispor do seu prazo normal para realizar o lançamento, neutralizando o benefício que o contribuinte esperava obter com sua conduta.

Ademais, condicionar a fluência de prazo a evento futuro não é novidade no direito brasileiro. Ao contrário, o próprio art. 173 do CTN contém norma semelhante, que devolve o prazo ao fisco quando a administração reconhece, em procedimento próprio, que o primeiro lançamento padecia de vício formal. Nesses casos, o início do novo prazo pode se dar anos após a ocorrência do fato gerador, sem que o contribuinte tenha praticado qualquer conduta ilícita.

Outro exemplo se encontra na Lei de Improbidade (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992), mais especificamente em seu art. 23, I, que estabelece que o início do prazo prescricional para a ação ali prevista, a qual envolve sanções extremamente severas, somente se inicia após o *término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança* pelo agente público. Nesse caso, não se sabe quando se iniciará o prazo, pois o tempo no cargo, especialmente cargo em comissão ou função de confiança, é extremamente variável.

Quanto à vigência, a nova Lei, caso aprovada, teria efeitos imediatos, alcançando os fatos geradores cujo prazo para constituição do respectivo crédito tributário não se tenha esgotado. Dessa forma, garante-se a máxima efetividade das novas regras, sem que se possa alegar ofensa a ato jurídico perfeito ou a direito adquirido.



Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

[Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 - CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL - 5172/66  
artigo 173](#)

[Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992 - LEI DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - 8429/92](#)

*(À Comissão de Assuntos Econômicos)*



## SENADO FEDERAL

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 537, DE 2015

Regulamenta o parágrafo único do art. 116 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), com a finalidade de estabelecer regras e procedimentos para desconconsideração de atos ou negócios jurídicos para fins tributários.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência de fato gerador de tributo ou a natureza dos elementos constitutivos de obrigação tributária serão desconconsiderados, para fins tributários, pela autoridade administrativa competente, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica a atos e negócios jurídicos em que se verifique a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 2º Constitui ônus da Fazenda Pública a prova da ocorrência do fato gerador, bem como de que os atos ou negócios jurídicos praticados tiveram a finalidade de dissimular sua ocorrência ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.

**Art. 2º** São passíveis de desconconsideração os atos ou negócios jurídicos que visem ocultar os verdadeiros aspectos do fato gerador ou a real natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, com a finalidade de reduzir o valor de tributo ou de evitar ou postergar o seu pagamento.

§ 1º Para a desconconsideração de ato ou negócio jurídico dever-se-á levar em conta a ocorrência de:

I – falta de propósito negocial; ou

## II – abuso de forma.

§ 2º Considera-se indicativo de falta de propósito negocial a opção pela forma mais complexa ou mais onerosa, para os envolvidos, entre duas ou mais formas para a prática de determinado ato.

§ 3º Considera-se abuso de forma jurídica a prática de ato ou negócio jurídico indireto que produza o mesmo resultado econômico do ato ou negócio jurídico dissimulado.

**Art. 3º** A desconconsideração será efetuada após a instauração de procedimento de fiscalização, mediante ato da autoridade administrativa que tenha determinado a instauração desse procedimento.

**Art. 4º** Identificado atos ou negócios jurídicos passíveis de desconconsideração, o servidor competente expedirá notificação fiscal ao sujeito passivo, na qual relatará os fatos e fundamentos que justifiquem a desconconsideração.

*Parágrafo único.* O sujeito passivo poderá apresentar, no prazo de trinta dias, os esclarecimentos e provas que julgar necessários.

**Art. 5º** Se improcedentes os esclarecimentos apresentados pelo sujeito passivo, o servidor competente formalizará representação para a autoridade de que trata o art. 3º.

§ 1º A representação de que trata este artigo deverá:

I – conter relatório circunstanciado dos atos ou negócios praticados e a descrição dos atos ou negócios equivalentes ao praticado;

II – ser instruída com os elementos de prova colhidos pelo servidor, no curso do procedimento de fiscalização, até a data da formalização da representação, e os esclarecimentos e provas apresentados pelo sujeito passivo.

**Art. 6º** A autoridade referida no art. 3º decidirá, em despacho fundamentado, sobre a desconconsideração dos atos ou negócios jurídicos praticados.

§ 1º Caso conclua pela desconconsideração, o despacho a que se refere o *caput* deverá conter:

I – descrição dos atos ou negócios praticados;

II – discriminação dos elementos ou fatos caracterizadores de que os atos ou negócios jurídicos foram praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência de fato gerador de tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária;

III – descrição dos atos ou negócios equivalentes aos praticados, com as respectivas normas de incidência dos tributos;

IV – resultado tributário produzido pela adoção dos atos ou negócios equivalentes referidos no inciso III, com especificação, por tributo, da base de cálculo, da alíquota incidente e dos encargos moratórios.

§ 2º Na hipótese de desconconsideração, o sujeito passivo terá o prazo de trinta dias, contado da data que for cientificado do despacho, para efetuar o pagamento dos tributos acrescidos de juros e multa de mora.

§ 3º O sujeito passivo, ao efetuar o pagamento, poderá compensar o que já tenha sido pago em decorrência da prática dos atos ou negócios jurídicos desconconsiderados.

**Art. 7º** A falta de pagamento dos tributos e encargos moratórios no prazo a que se refere o § 2º do art. 6º ensejará o lançamento do respectivo crédito tributário, mediante lavratura de auto de infração, com aplicação de multa de ofício.

§ 1º O sujeito passivo será cientificado do lançamento para, no prazo de trinta dias, efetuar o pagamento ou apresentar impugnação contra a exigência do crédito tributário.

§ 2º A contestação do despacho de desconconsideração dos atos ou negócios jurídicos e a impugnação do lançamento serão reunidas em um único processo, para serem decididas simultaneamente.

**Art. 8º** Ao lançamento efetuado nos termos do art. 7º aplicam-se as normas reguladoras do processo de determinação e exigência de crédito tributário, observado o disposto no § 3º do art. 6º.

**Art. 9º** Esta Lei entre em vigor após decorridos 120 dias de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto visa a regulamentar o parágrafo único do art. 116 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN), fixando as regras e procedimentos para desconconsideração de atos e negócios jurídicos celebrados com a intenção de furtar-se ao cumprimento das obrigações tributárias.

Em duas oportunidades esse tema foi submetido à apreciação do Congresso Nacional. A primeira, no bojo da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002 (arts. 13

a 19). A segunda, em 2007, quando o Poder Executivo encaminhou o Projeto de Lei nº 536, de 2007. Em nenhuma das tentativas, no entanto, foi possível obter consenso em torno da questão. Parece-nos que, à época, nem a Fazenda Pública nem os contribuintes tinham clareza das vantagens que ambas as partes teriam com a aprovação da medida.

Ocorre que, atualmente, diante da ausência de regramento próprio, a fiscalização tributária vem, por meios indiretos, procedendo à desconsideração de atos e negócios que, sem que se possam considerar fraudulentos ou simulatórios, terminam por ocultar os verdadeiros aspectos do fato gerador ou a real natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária. E o contribuinte, ainda que alegue que a previsão do parágrafo único do art. 116 esteja pendente de regulamentação, vê-se obrigado a enfrentar o processo administrativo-fiscal e a demonstrar que o ato jurídico, além de lícito, justifica-se do ponto de vista negocial.

Essa lacuna legislativa, portanto, acarreta prejuízo para ambas as partes. A Fazenda Pública, desprovida do instrumental normativo adequado, termina, muitas vezes, por ver frustrada sua atividade fiscalizadora. E o contribuinte, nesse cenário de insegurança jurídica, vê-se limitado em sua atuação empresarial.

Diante disso, propomos retomar a discussão em torno do tema, aproveitando as experiências anteriores, e buscando sensibilizar os setores envolvidos da importância de uma solução equilibrada e justa.

Buscamos, quanto ao conceito de dissimulação, alcançar os atos ou negócios jurídicos que, ainda que lícitos, não tenham propósito negocial algum ou representem abuso de forma jurídica. Em ambas as hipóteses, a empresa celebra um negócio que, em vez de visar a realização de seu fim social, serve meramente para evitar ou postergar o pagamento de tributo. Dessa forma, ao delimitar claramente o objeto da Lei, dá-se segurança para o contribuinte no desempenho de suas atividades empresariais.

Em relação ao procedimento, preservamos o direito de defesa e o contraditório do contribuinte, que poderá apresentar previamente suas razões à autoridade fiscal competente para decidir a questão. Ademais, deixamos claro que a Fazenda Pública tem o ônus da dupla prova. Primeiro, deve provar a ocorrência do fato gerador. A seguir, evidenciar a intenção da dissimulação.

Também merece destaque a autorização para que o contribuinte utilize a importância que tiver pago em decorrência dos atos ou negócios jurídicos desconsiderados como crédito na compensação do novo débito apurado.

Vale mencionar, por fim, que se trata de sugestão do Professor Everardo Maciel, apresentada em audiência pública realizada no âmbito da CPI do HSBC, e que ora apresentamos para avaliação do Senado Federal.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

[Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 - CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL - 5172/66](#)

[parágrafo 1º do artigo 116](#)

[urn:lex:br:federal:lei:2007;536](#)

[Medida Provisória nº 66, de 29 de Agosto de 2002 - 66/02](#)

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)*



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 538, DE 2015

### (Complementar)

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dispensar da aprovação do Congresso Nacional tratados que disponham sobre troca de informações com Estados estrangeiros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O parágrafo único do art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 199.** .....

*Parágrafo único.* A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos, não se lhe aplicando o disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei complementar dispensa da aprovação pelo Congresso Nacional – prevista no art. 49, I, da Constituição Federal – dos tratados de permuta de informações com Estados estrangeiros. Referida proposição resulta de sugestão apresentada no âmbito dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco HSBC (CPI do HSBC).



A proposta está em consonância com o atual cenário internacional de busca por maior transparência tributária, de maior cooperação entre as administrações tributárias e de combate à prática da elisão fiscal. Esses tratados sobre trocas de informações relativas a tributos [*Tax Information Exchange Agreement* (TIEA)] contribuem, por igual, na luta contra a fraude e a evasão fiscais, práticas que subtraem dos governos receitas necessárias à execução de suas políticas públicas. Vê-se, pois, a necessidade de rápida implementação doméstica do que pactuado no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.

Tendo em conta essas circunstâncias e considerando a ausência de ônus gravosos ao patrimônio nacional, a tramitação congressional desses tratados, para além de desnecessária, pode acarretar atraso inútil aos objetivos que eles almejam alcançar.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

## LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[inciso I do artigo 49](#)

[Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 - CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL - 5172/66](#)

[parágrafo 1º do artigo 199](#)

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*



## **SENADO FEDERAL**

# **PROJETO DE LEI DO SENADO**

## **Nº 539, DE 2015**

*Confere ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica conferido ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Festival Folclórico de Parintins é o maior espetáculo de ópera a céu aberto da América Latina e o maior de folclore no mundo.

Durante o festival é representada uma rivalidade quase centenária entre dois grupos, o Boi Garantido, de cor vermelha, e o Boi Caprichoso, de cor azul, que encenavam nas ruas de Parintins o folclore do boi-bumbá, uma variação do bumba-meu-boi nordestino.

A lenda que deu origem ao Festival tem cinco personagens de extrema importância: um senhor de nome Francisco (chamado de 'Pai Francisco'), empregado da fazenda de um rico fazendeiro; o Amo do Boi (dono da fazenda); Catirina (chamada de Mãe Catirina), a esposa de Francisco; o próprio Boi; e o Pajé.

A estória tem início quando Catirina, enquanto grávida, sente desejo em comer língua de boi, especificamente a do boi mais querido do Amo. Para satisfazer o desejo da esposa, o apaixonado (e louco) Francisco mata o boi de estimação do patrão. Assim que descobre o fato, o Amo manda os vaqueiros (guardiões do boi e da fazenda) atrás de Francisco, que tenta fugir, mas acaba capturado.

Um médico é chamado, mas atesta a morte do boi. Na tentativa de trazer o boi amado de volta, um padre (no contexto do Festival a figura do padre é substituída pelo Pajé, que seria um padre na hierarquia indígena) é chamado para tentar ressuscitá-lo. O Pajé realiza seus cantos, rezas e pajelanças e, para a surpresa de todos, o boi tão amado ressuscita.

Pai Francisco e Mãe Catirina são perdoados e uma grande festa é feita, festa tal que se transformou no grandioso Festival de Parintins, que todos os anos revive cada ato dessa lenda durante três dias do mês de junho.

Nos três dias de apresentação, tanto Garantido como Caprichoso contam a lenda. O público ouve e participa ativamente. Cada Boi tem até duas horas e meia por noite para se apresentar. As apresentações, além dos elementos folclóricos do Auto do Boi, exaltam a cultura, a história e a riqueza amazônica, sua diversidade étnica, bem como a divulgação do conceito da preservação ambiental por meio do uso sustentável dos seus recursos e biodiversidade.

Para retratar tantos aspectos, os compositores de cada Bumbá preparam anualmente até vinte toadas, os suportes musicais das encenações, compostas sobre temas pré-estabelecidos pelas respectivas comissões de arte.

Em 1988 foi inaugurado o Centro Cultural e Esportivo Amazonino Mendes, conhecido como Bumbódromo, que divide Parintins ao meio, marcando o limite dos currais de Garantido e Caprichoso.

Com capacidade para aproximadamente quarenta mil espectadores, o Bumbódromo, uma espécie de estádio em forma de cabeça de boi estilizada, é considerado a maior obra cultural e desportiva do Estado do Amazonas. Durante a festa apenas cinco por cento dos ingressos são vendidos, os outros noventa e cinco por cento são gratuitos para os espectadores do festival. Um grande exemplo de festa que apesar de crescer ano a ano, não deixa de ser para o povo.

Por noite, cada Bumbá é obrigado a apresentar ao menos quatro grandes cenários, construídos em módulos que se completam na arena formando palcos gigantes de até vinte e cinco metros de altura. Neles são realizadas cada uma das encenações de Celebração Folclórica, Ritual Indígena, Figura Típica Regional e Lenda Amazônica, todas previstas em regulamento como itens de competição.

O Festival conta com patrocinadores que investem pesado para associar sua imagem ao evento. A rivalidade entre os torcedores dos bois é tanta que todos os patrocinadores tomam suas cores em vermelho e azul em toda a ilha.

Todo ano milhares de turistas se deslocam para Parintins com o objetivo de assistir a este célebre Festival. O confronto entre o Boi Garantido e o Boi Caprichoso nas arenas, encantam a imaginação dos espectadores.

A princípio esse evento era restrito à plateia da região, mas aos poucos sua fama se estendeu a outras regiões do país, até mesmo ao exterior. Hoje suas imagens são enviadas para todo o território brasileiro pela TV aberta. Os turistas se encantam não só com as festas, mas com a cultura local, o artesanato produzido pelos nativos e os pratos específicos desta região. Parintins fica repleta de pessoas neste período, entre habitantes e visitantes, gerando divisas, emprego e renda para a região propiciando melhoria na qualidade de vida dos amazônidas.

Por essa razão é que espero contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares a esta proposição que ora apresento, no sentido de conferir ao Município de Parintins o título de Capital Nacional do Boi Bumbá.

Tal iniciativa, além de reconhecer a importância e o significado do evento para o Município de Parintins, também homenageia os artistas, os profissionais e o povo da região que mantêm vivos o folclore, a tradição e a cultura da região amazônica.

Sala das Sessões,

Senador **OMAR AZIZ**

*(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)*

**REQUERIMENTOS****SENADO FEDERAL  
REQUERIMENTO  
Nº 922, DE 2015**

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelos falecimentos de Maria Ozenira Cardoso Araujo Santos, Maria Pureza dos Santos Nascimento e Izabel Gonçalves dos Santos.

Requeiro, ainda, que este Voto seja encaminhado à senhora Alessandra da Costa Lunas, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - Contag e Coordenadora Geral da Marcha das Margaridas, para que leve também ao conhecimento dos familiares das “Margaridas” ora homenageadas, no seguinte endereço: SMPW - Quadra 1 - Conjunto 2 - Lote 2, Núcleo Bandeirante - Brasília/DF CEP: 71.735-112.

**JUSTIFICATIVA**

Faleceram na tarde do dia 12 de Agosto de 2015, em Brasília, Maria Ozanira Cardoso Araujo Santos e Maria Pureza dos Santos Nascimento, duas participantes da quinta edição da Marcha das Margaridas. Maria Ozanira passou mal assim que chegou à Brasília, de ônibus, na manhã do dia 11 de agosto e Maria Pureza passou mal durante a Marcha, no dia 12 de agosto, as duas foram levadas ao hospital, mas não resistiram e faleceram após atendimento. Izabel Gonçalves estava internada, recebendo os devidos cuidados, vindo a falecer, dia 13 de agosto.

Elas chegaram à Brasília para se juntar às milhares de margaridas vindas de vários Estados da Federação demonstrando apoio, propondo e negociando ações e políticas públicas para o Brasil avançar no combate à pobreza, no enfrentamento à violência contra as mulheres, na defesa da soberania alimentar e nutricional e na construção de uma

sociedade sem preconceitos de gênero, de cor, de raça e de etnia, sem homofobia e sem intolerância religiosa.

Trabalhadora rural e moradora do município de Monsenhor Gil – Piauí, **Maria Ozenira, 44 anos**, ativista nas causas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Trabalhadora rural e moradora do município de Japaratuba – Sergipe, **Maria Pureza, 62 anos**, ativista nas ações do MSTTR, Maria Pureza já havia participado de 3 edições da Marcha das Margaridas.

Mulher de floresta, moradora e ex vice-prefeita do município de Salva Terra – Pará, **Izabel Gonçalves, 54 anos**, dedicava seus anos na causa dos povos da floresta no Pará.

Dedicaram boa parte de seus anos na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, por autonomia, justiça, democracia, liberdade desenvolvimento sustentável, melhores condições de trabalho e igualdade.

Três margaridas que serão lembradas pelas incansáveis lutas por autonomia, justiça, democracia, liberdade, desenvolvimento sustentável, melhores condições de trabalho e igualdade.

Neste momento de perda e dor, transmito meus sentimentos a seus familiares e amigos.

**Sala das Sessões, 13 de Agosto de 2015.**

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(Encaminhe-se)



## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO

**Nº 923, DE 2015**

Requeiro, nos termos do art. 255, II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal que o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2014, que “Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências”, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ).

Sala das Sessões,

Senadora **ANA AMÉLIA**

(Inclua-se em Ordem do Dia, oportunamente)





## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 924, DE 2015**

Solicita informações ao Ministro das Cidades sobre a entrega de unidades do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em capitais brasileiras

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro Gilberto Kassab, no sentido de prestar esclarecimentos sobre a entrega de unidades do programa Minha Casa Minha Vida nas capitais e estados brasileiros.

Para a análise sobre as condições atuais do programa, solicitamos as seguintes informações considerando o Programa Minha Casa Minha Vida 1 e o Programa Minha Casa Minha Vida :

### **A) Especificamente sobre as capitais brasileiras:**

#### **1) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Aracaju (SE)?**

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

#### **2) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Belém (PA)?**

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

#### **3) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Belo Horizonte (MG)?**

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**4) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Boa Vista (RR)?**

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**5) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Distrito Federal (DF)?**

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**6) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Campo Grande (MS)?**

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**7) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Cuiabá (MT)?**

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**8) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Curitiba (PR)?**

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**9) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Florianópolis (SC)?**

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**10) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Fortaleza (CE)?**

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**11) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Goiânia (GO)?**

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**12)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em João Pessoa (PB)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**13)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Macapá (AP)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**14)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Maceió (AL)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**15)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Manaus (AM)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**16)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Natal (RN)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**17)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Palmas (TO)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**18)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Porto Alegre (RS)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**19)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Porto Velho (RO)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**20)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Recife (PE)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**21)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Rio Branco (AC)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**22)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Rio de Janeiro (RJ)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**23)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Salvador (BA)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**24)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em São Luís (MA)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**25)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em São Paulo (SP)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**26)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Teresina (PI)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**27)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Vitória (ES)?

- Qual o número de unidades construídas?
- Qual o número de unidades contratadas?

**B) Especificamente com relação aos estados brasileiros.**

- 1) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Sergipe?
  - Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 2) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Pará?
  - Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 3) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Minas Gerais?
  - Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 4) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Roraima?
  - Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 5) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Distrito Federal?
  - Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 6) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Mato Grosso do Sul?
  - Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 7) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Mato Grosso?
  - Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 8) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Paraná?
  - Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 9) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Santa Catarina?
  - Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 10) Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Ceará?

- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 11)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Goiás?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 12)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues na Paraíba?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 13)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Amapá?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 14)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Alagoas?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 15)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Amazonas?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 16)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Rio Grande do Norte?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 17)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Tocantins?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 18)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Rio Grande do Sul?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 19)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Rondônia?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 20)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em Pernambuco?
- Qual o número de unidades construídas?

- Qual o número de unidades contratadas?
- 21)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Acre?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 22)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no estado Rio de Janeiro?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 23)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues na Bahia?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 24)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Maranhão?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 25)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no estado de São Paulo?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 26)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Piauí?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 27)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues no Espírito Santo?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?
- 28)** Quantas unidades residenciais já foram efetivamente entregues em todo o Brasil?
- Qual o número de unidades construídas?
  - Qual o número de unidades contratadas?

## JUSTIFICAÇÃO



O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) pode ser considerado uma ação elogiável do governo federal por proporcionar à parcela da população mais carente do Brasil acesso às moradias por meio de subsídios e taxas de juros mais acessíveis.

Porém, há dificuldades na obtenção pormenorizada dos balanços do programa. Verifica-se a existência de peças de propaganda e poucos inventários sobre a condição real do MCMV em cada município. É mais comum ter acesso a reportagens<sup>1</sup> sobre entregas de unidades em cidades escolhidas, em geral com a presença de autoridades federais, do que levantamentos objetivos e regulares.

Neste sentido, vimos, portanto, por meio do presente requerimento, encarecer ao Excelentíssimo Senhor Ministro Gilberto Kassab que envie, no mais breve prazo possível, as informações requeridas.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2015.

Senador **AÉCIO NEVES**

*(À MESA DO SENADO FEDERAL)*

---

<sup>1</sup> Vide, por exemplo, na Internet a notícia disponível no blog do Planalto no endereço: <http://blog.planalto.gov.br/semana-em-imagens-i-minha-casa-minha-vida-metro-do-rj-e-vice-presidenta-do-vietna/>, consultado em 28/07/2015.



## **SENADO FEDERAL**

### **REQUERIMENTO**

### **Nº 925, DE 2015**

Na forma do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda as informações a seguir relacionadas, referentes às dívidas dos Estados e dos Municípios junto à União.

Requeiro, assim, sejam encaminhadas, em meio eletrônico e em formato aberto, estruturadas em planilha eletrônica, com dados individualizados por Estado ou por Município, conforme o caso, e por tipo de dívida, as seguintes informações acerca das dívidas subnacionais renegociadas junto à União ao amparo das Leis nºs 8.727, de 1993, e 9.496, de 1997, e das Medidas Provisórias nºs 2.185-35 e 2.192-70, ambas de 2001, bem como da dívida externa reestruturada:

1. Saldo devedor na data mais recente possível, identificando-se tal data e, do total, qual parcela se refere a resíduo, se houver;
2. Juros contratuais incidentes sobre a dívida;
3. Índice de correção monetária contratual;
4. Prazo contratual para amortização da dívida;
5. Número de prestações já pagas e a pagar;
6. Valor da última prestação mensal devida e projeção das prestações para os próximos doze meses, identificando-se a parcela que ultrapassa o limite de que trata o item 8 abaixo;
7. Prazo contratual para quitação de eventual resíduo ao final do prazo de amortização;
8. Limite máximo de comprometimento da receita líquida real do ente com o pagamento de prestação da dívida, em percentual e em valor;
9. Valor da Receita Líquida Real utilizada como parâmetro para o pagamento da última prestação da dívida paga, com a indicação da data de referência utilizada no cálculo da Receita Líquida Real.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Ato do Presidente do Senado nº 8, de 2015, criou a Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo (CEAPF). O endividamento dos entes subnacionais junto à União é um dos temas mais relevantes para a discussão das

alternativas de revisão desse Pacto. É necessário analisar a trajetória futura da dívida e a capacidade de pagamento dos Estados e dos Municípios, à luz da atual crise das finanças públicas em todas as esferas de governo.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda responsável pelo gerenciamento dos contratos de dívida, não oferece tais informações em sua página na internet, a despeito da transparência das informações públicas garantida pela Lei nº 12.527, de 2011, chamada “Lei de Acesso à Informação”, e da ausência de sigilo bancário das informações pretendidas, que não se encontram abrangidas pela Lei Complementar nº 105, de 2001.

Frente ao exposto, impõe-se a requisição formal das informações ao Ministério da Fazenda, para atender necessidade da referida Comissão.

Sala das Sessões,

Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

*(À MESA PARA DECISÃO)*



## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 926, DE 2015**

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 527 de 2015 (Equipara, para todos os efeitos legais, às entidades sindicais as associações representativas de trabalhadores aposentados e pensionistas.), projeto este de minha autoria.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

*(Deferido.)*



## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 927, DE 2015**

Nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2014, que *Dispõe sobre a regulamentação da profissão de sanitarista e técnico sanitarista, e dá outras providências*, de minha autoria.

Sala das Sessões, em

Senadora **LÍDICE DA MATA**

*(Deferido.)*



## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO

### Nº 928, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a consignação em ata de voto de pesar pelo falecimento do psiquiatra, educador e escritor IÇAMI TIBA e, em conformidade com o inciso I do art. 221 do mesmo, a apresentação de condolências à família.

Filho de imigrantes japoneses, Içami Tiba nasceu em Tapiraí (SP), em 1941. Formou-se em medicina pela Universidade de São Paulo, no ano de 1968, especializando-se em psiquiatria no Hospital das Clínicas, onde passou a lecionar.

Foi professor de psicodrama de adolescentes por 15 anos, sendo eleito, em 1976, o primeiro presidente da Federação Brasileira de Psicodrama. Também foi membro diretor da Associação Internacional de Psicoterapia de Grupo, de 1997 a 2006.

Passou a dedicar-se prioritariamente à educação familiar e à psicopedagogia desde 1992, com atendimento em consultórios, proferimento de palestras, apresentação de programas de televisão e outras atividades. Deve-se destacar, nesse conjunto, a grande contribuição das dezenas de livros que escreveu, como *Quem ama, educa!*, *Disciplina, limite na medida certa* e *Ensinar aprendendo*, somando cerca de 4 milhões de exemplares vendidos no país e no exterior.

Buscou traduzir a essência de sua abordagem da educação e das relações familiares com a Teoria da Integração Relacional, que propõe a valorização da dimensão social e dialógica para resolver os problemas individuais, familiares e educacionais, conciliando disciplina e liberdade.

Com sua lucidez questionadora e fraterna, Içami Tiba tornou-se uma das principais referências da psicologia no Brasil, tanto entre os profissionais como para o grande público.

Apresento a sua família, especialmente a sua esposa e filhos, meus sinceros sentimentos.

Sala das Sessões, em

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

(Encaminhe-se)



## **SENADO FEDERAL**

### **REQUERIMENTO**

### **Nº 929, DE 2015**

Requeiro, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja retirado o Requerimento nº 893, de 2015, que solicita que seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2015.

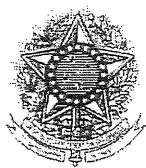
Sala das Sessões,

Senadora **ANA AMÉLIA**

**(Deferido)**



## COMUNICAÇÕES



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

Faça-se a substituição solicitada.

Em 18/08/2015.

Ofício nº 314-L-Democratas/15

Brasília, 17 de agosto de 2015.

Excelentíssimo Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional  
NESTA

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que integrarei, como membro **suplente**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 675**, de 21 de maio de 2014, que "Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001", em substituição ao Deputado **EFRAIM FILHO**.

Respeitosamente,

Deputado **MENDONÇA FILHO**  
Líder do Democratas



**Câmara dos Deputados**  
**Partido dos Trabalhadores**  
**Gabinete da Liderança**

Faça-se a substituição solicitada.

Em 18/08/2015.



**OF nº 536/GAB-LidPT**

Brasília - DF, 18 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como suplente o deputado **BETO FARO - PT/PA** em substituição ao deputado **ALESSANDRO MOLON - PT/RJ** na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 675 que "Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Atenciosamente,

**Dep. Sibá Machado - PT/AC**  
Líder da Bancada



SENADO FEDERAL  
Bloco Parlamentar União e Força

FAÇA A substituição  
solicitada.  
em 18/8/2015

*[Assinatura]*

OF. Nº 059/2015-BLUFOR

Brasília, 18 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente

Com meus cordiais cumprimentos, indico a Vossa Excelência o meu próprio nome para integrar, como membro Suplente a **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ**, na vaga ocupada pelo Senador Douglas Cintra (PTB/PE).

Atenciosamente

*[Assinatura]*

Senador **FERNANDO COLLOR**  
Líder do Bloco Parlamentar União e Força  
PTB – PR – PSC – PRB

Recebido 18/8/2015  
José Tadeu Farias Júnior AS 14/18  
Secretário-Geral da  
Mesa Arjunte



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do PSDB

À Publicação  
Em 18 / 8 / 2015

Ofício nº 157 /15-GLPSDB

Brasília, 18 de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que esta Liderança cede, ao Democratas – DEM, a vaga de titular, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**  
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal



**SENADO FEDERAL**  
**LIDERANÇA DO DEMOCRATAS**

OF. Nº 078/15-GLDEM


*FAÇA A substituição  
solicitada  
EM 18/8/2015*

Brasília, 18 de agosto de 2015.

Senhor Presidente:

Indico a V. Ex<sup>a</sup> o meu nome (Senador **RONALDO CAIADO**),  
como titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, na  
vaga cedida pelo PSDB.

Atenciosamente,

  
**Senador RONALDO CAIADO**  
**Líder do Democratas no Senado Federal**

**A Sua Excelência o Senhor**  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
**Presidente do Senado Federal**  
**Nesta**

Recebimento de expediente, contendo relatório de viagem do Senador Roberto Rocha, referente ao Requerimento nº 557, de 2015, de missão, por meio do qual relata participação, na República de Cuba, no período de 3 a 7 de junho de 2015, a convite do Parlamento Latinoamericano, de Reuniões das Comissões de Igualdade de Gênero, Criança e Juventude; e de Saúde.

O Requerimento vai ao Arquivo.



SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 081/2015/CAE

Brasília, 7 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 21ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 30 de junho de 2015, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 50 de 2015 (Aviso nº 69/2015-BCB), de 26 de junho de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões o Real, referentes ao mês de maio de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita de Delcídio do Amaral, em tinta preta, sobre uma linha decorativa.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



à Publicação  
em 18/8/2015  
[Assinatura]

OF. 110/2015/CAE

Brasília, 18 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Designação de membros de Subcomissão**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 26ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada nesta data, foram designados, de acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, os membros titulares e suplentes da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, criada por meio do RQE nº 1 de 2011, conforme composição anexa.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita de Delcídio do Amaral.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA  
TRIBUTÁRIO NACIONAL**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)</b>	
Lindbergh Farias (PT/RJ)	1. Gleisi Hoffmann (PT/PR)
<b>Bloco da Maioria (PMDB, PSD)</b>	
Roberto Requião (PMDB/PR)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Wilder Moraes (DEM/GO)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)</b>	
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	1. Lídice da Mata (PSB/BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Marcelo Crivella (PRB/RJ)	1.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

À Publicação.

Em 18/08/15

Memorando nº 3/2015 - CPIDFDQ

Brasília, 11 de agosto de 2015

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado FederalAssunto: **Eleição do Vice-Presidente da CPI do Futebol - 2015**

Senhor Presidente,

Na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 616 de 2015, com a finalidade de investigar a situação do futebol brasileiro, comunico a V.Exa. que o Senador Paulo Bauer foi eleito Vice-Presidente deste colegiado na 3ª Reunião, realizada na presente data.

Portanto, os cargos da Comissão encontram-se preenchidos da seguinte forma:

PRESIDENTE	Senador Romário
VICE-PRESIDENTE	Senador Paulo Bauer
RELATOR	Senador Romero Jucá

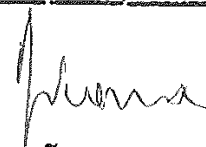
Atenciosamente,

  
SENADOR ROMÁRIO  
Presidente  
18/08/15  
1632

**PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

À Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.

EM 18/08/2015.



Senador Jorge Viana  
1º Vice-Presidente

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 111, DE 2015**

*Altera o Artigo 62, § 1º, da Constituição Federal,  
que dispõe sobre as vedações à edição de  
medidas provisórias.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62.....

§ 1º .....

.....

V – que concorram para o desequilíbrio econômico-  
financeiro dos contratos.

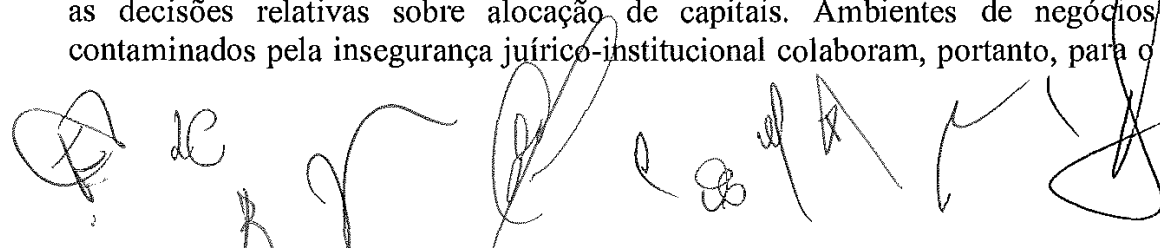
.....

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

**Justificação**

A estabilidade do ambiente normativo é, sem dúvida alguma, elemento que reforça a noção de segurança jurídica. No campo dos investimentos privados, por exemplo, a segurança jurídica se afigura como ponto central para as decisões relativas sobre alocação de capitais. Ambientes de negócios contaminados pela insegurança jurídico-institucional colaboram, portanto, para o





baixo nível de inversão privada, com efeitos negativos sobre o próprio desenvolvimento econômico.

O contrato, como se sabe, é estrutura milenar que funda o direito privado (e também dele se utiliza o Estado), de maneira que preservar a sua estabilidade implica a estabilização das relações sociais, sobretudo no campo da economia.

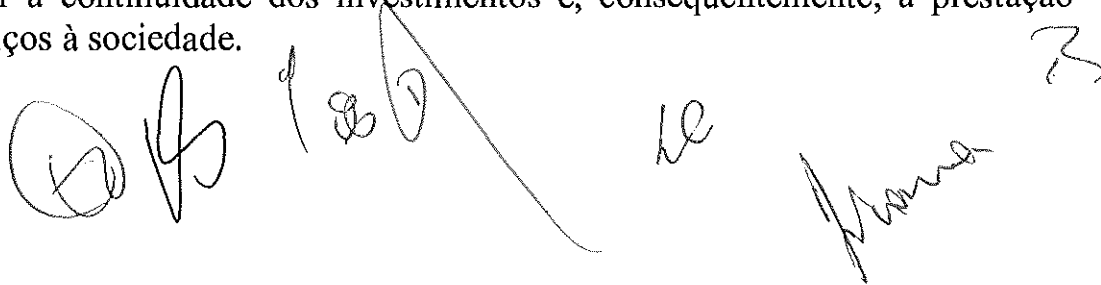
Nas economias em que há desafios fiscais, a participação do investimento produtivo privado se faz cada vez mais necessária, razão pela qual, devem ser superados todos os óbices institucionais que impeçam esses investimentos e o empreendedorismo. E uma das principais mazelas que dificultam a participação privada em projetos de desenvolvimento é justamente a incerteza quanto à mudança de regras legais relativas a investimentos.

Nos contratos em que o Estado opera no longo prazo com a iniciativa privada, vale dizer que deve ser mantido o equilíbrio econômico-financeiro durante toda a sua execução, sob pena de lesar a Administração ou resultar em prejuízos para o agente privado. Aliás, é esse o entendimento de Hely Lopes Meireles, em obra festejada pela doutrina brasileira, para quem:

“O equilíbrio financeiro, ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou, ainda, equação financeira, do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento. Assim, ao usar do seu direito de alterar unilateralmente as cláusulas regulamentares do contrato administrativo, a Administração não pode violar o direito do contratado de ver mantida a equação financeira originariamente estabelecida, cabendo-lhe operar os necessários reajustes econômicos para o restabelecimento do equilíbrio financeiro.”

Observa-se ainda, conforme o texto acima, que o Poder Público não pode violar essa equação de equilíbrio econômico-financeiro, sob pena de inviabilizar políticas públicas importantes executadas sob a égide dos contratos. Ao vedar a edição de medidas provisórias que possam acarretar o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, como pretende a presente PEC, estamos de fato ampliando a “blindagem” contra legislações provisórias e abruptas que ofereçam riscos aos empreendimentos produtivos e de longo prazo.

No caso das Parcerias Público-Privadas (PPP), por exemplo, importante instrumento para a captação de recursos privados de longo prazo na economia, o equilíbrio econômico-financeiro há que ser preservado como forma inclusive de assegurar a continuidade dos investimentos e, conseqüentemente, a prestação dos serviços à sociedade.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a circular stamp with a signature inside, followed by a large, stylized signature, a set of initials 'le', and another signature that appears to be 'Primo'. To the right of these, there is a small, stylized mark resembling a '3' or a flourish.

Para ilustrar os efeitos nefastos das intervenções de medidas provisórias em relações contratuais, veja-se o caso da MP 579, de 2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, que alterou substancialmente as regras das concessões do setor elétrico. Segundo relatos técnicos, aquela MP desrespeitou contratos e direitos pactuados anteriormente, comprometendo o equilíbrio econômico-financeiro das relações entre o Estado e as concessionárias do setor.


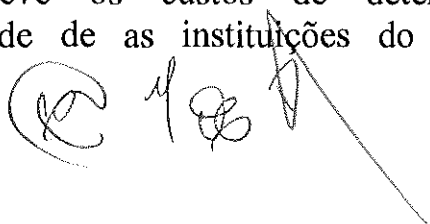
Face ao exposto, estimamos que o Estado brasileiro avançará se, por meio de alteração constitucional, estivermos ampliando a segurança jurídica quanto às normas que versam sobre contratos. É o que pretendemos com a vedação à edição de medidas provisórias que operem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, nos termos da presente Proposta de Emenda à Constituição.

Naturalmente, não se deseja que a legislação relativa a contratos se petrifique no ordenamento jurídico. E não é essa a finalidade desta proposta. Ao contrário, o que se deseja evitar é justamente a alteração repentina e abrupta de normas cujos impactos afetem o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Trata-se, pois, de uma PEC que estampa o princípio da “não surpresa” no campo contratual.

Logo, havendo necessidade de mudança na ordem legal de contratos, o Poder Legislativo está apto a avaliar e deliberar sobre a alteração pretendida, sempre por meio do debate democrático no processo legislativo comum. Garante-se, pois, aos cidadãos que as regras de Direito que regem os pactos só serão alteradas pela via congressual, submetidas à ampla discussão dos representantes políticos.

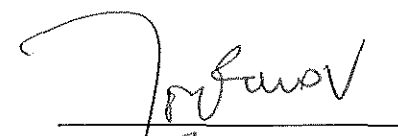


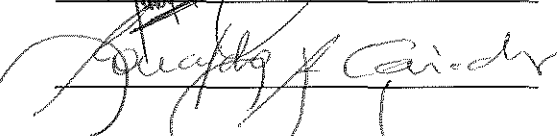

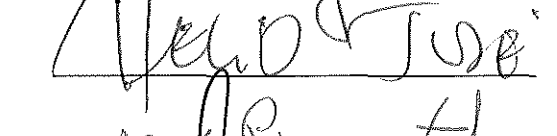
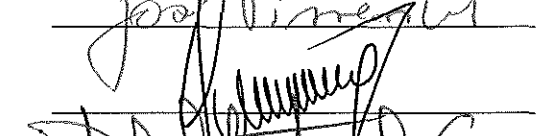
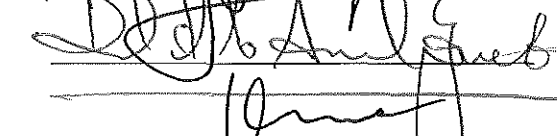
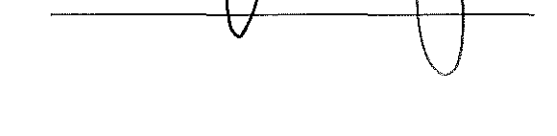
É bom que se diga que, no caso de medida provisória, os efeitos (positivos ou negativos) já vigoram desde a sua edição, sem que haja uma discussão prévia com os destinatários da norma ou com seus representantes no Legislativo. Ainda que os cidadãos e as instituições busquem o Judiciário para contestar a quebra do equilíbrio financeiro dos contratos, a medida provisória editada continuará produzindo efeitos até que haja decisão judicial para suspender sua eficácia. Em outras palavras, não temos, no ordenamento jurídico, uma proteção eficaz que reduza os riscos dos impactos das medidas provisórias em matérias relativas a contratos.

Com a proliferação de medidas provisórias e a diversidade de temas que têm abrangido, há risco real de que a legislação introduzida afete significativamente o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Admite-se, por exemplo, a chance de que uma medida provisória que altere a legislação tributária eleve os custos de determinada atividade, resultando na impossibilidade de as instituições do segmento cumprirem os contratos

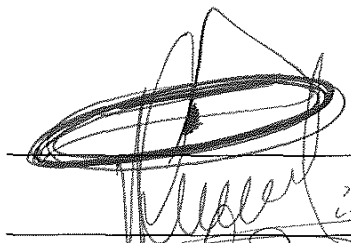
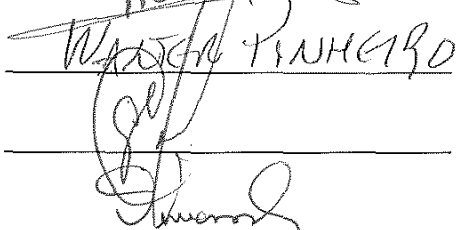


pactuados, em razão de alteração no equilíbrio econômico-financeiro. Tem-se, ainda, a possibilidade de que tal equilíbrio seja afetado por uma medida provisória que prejudique o ambiente concorrencial ou implemente “burocracias”. Ressalte-se, por oportuno, que essas possibilidades decorrem justamente da ausência de uma avaliação mais consistente de impacto da ação legislativa no Brasil.

Estimamos, portanto, que a aprovação da presente PEC sinalizará, em nível constitucional, que o Estado brasileiro tem compromisso com a estabilidade de regras pactuadas entre agentes privados ou públicos, no âmbito dos contratos. Ademais, a garantia constitucional de que legislações provisórias e, que já produzem efeito desde sua edição, não serão utilizadas para afastar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos melhorará o ambiente de investimentos, pela eliminação de incertezas e redução de riscos, aspecto que incentiva a atividade produtiva, com geração de empregos e renda.

RENAN ALMEIDA  
 LUCIO OLIVEIRA  
 ALVARO DIAS  
 JOSE MEDEIROS  
 RONALDO CAVALLO  
 CASSIO CONNALLIMA  
 OMAR ALMEIDA  
 HELIO JOSE  
 JOAO BARROSO  
 ACIR GURGEL  
 DELCÍDIO AMARAL  
 JOSE SERRA

  
 OTTO ALENCAR  


OTTO ALENCAR

Blumir Maggi

RICARDO FERRAZ



EDUARDO AMORIM


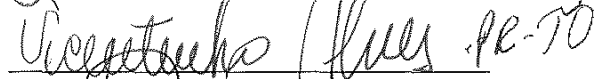
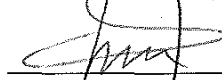
Romualdo Lima

FLEXS RIBEIRO

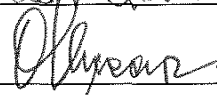
JOSE VIANA

Simone Tebet

Paulo Roberto


  
 Davi Alcolumbre  
  
 Vincentinho (P.S. PR-TO)  
  
 Gabson

Vinícius Germolov

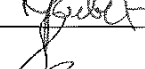


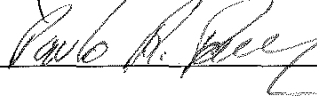
Olyveira

Luciano NO









## SENADO FEDERAL

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

## Nº 112, DE 2015

Determina a edição de Lei Complementar para regular o contencioso administrativo fiscal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Os arts. 37, 108 e 146, da Constituição Federal de 1988, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 37. ....**

.....

XXIII- os órgãos do contencioso fiscal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão integrados por bacharéis em direito com, no mínimo, 30 anos de idade e 5 anos de atividade jurídica na área tributária e aprovados previamente em concurso público específico de provas e títulos, que contarão com a garantia da vitaliciedade e por um membro do Ministério Público que funcionará como fiscal da lei.

.....” (NR)

**“Art. 108. ....**

.....

II- julgar, em grau de recurso:

- a) as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição;



- b) os pedidos de revisão formulados pela parte vencida no âmbito administrativo, do contencioso administrativo fiscal federal, ficando suspensa a exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado da decisão final;

.....” (NR)

“**Art. 146.** .....

IV – estabelecer a disciplina do processo administrativo fiscal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado o disposto no inciso XXIII do art. 37, desta Constituição.

.....

.....” (NR)

**Art. 2º** A Lei Complementar a que se refere o art. 1º desta Emenda à Constituição será editada em até 90 dias.

**Art. 3º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua aprovação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

É de todos sabido que o CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), ao longo das últimas décadas, terminou por ser absolutamente aparelhado por um esquema criminoso de venda de decisões acerca de ilícitos e débitos tributários.

A presente proposição tem o objetivo de provocar a reestruturação do referido órgão, estabelecendo parâmetros mínimos a regular o contencioso fiscal dos três planos federativos.

Através de uma única alteração legislativa conseguiremos fixar critérios mínimos e objetivos para a investidura nos cargos aos quais está ligada a competência de rever as autuações fiscais e submeter as decisões do órgão diretamente ao Tribunal competente.



Para tanto, o que se apresenta como consequência óbvia do texto aqui proposto, deverão os Estados alterar suas constituições, estabelecendo a competência do tribunal de justiça para rever as referidas decisões, ficando garantida a suspensão da exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado da decisão.

A Operação Zelotes e as análises que até o momento foram levadas a cabo pela CPI do CARF no âmbito do Senado Federal, apresentam dados suficientes para definirmos como urgente a reestruturação do referido órgão federal.

Ocorre que o disposto no art. 61, § 1º, inciso II, letra “e” c/c o art. 84, inciso VI, letra “a”, define como de competência privativa do Chefe do Executivo Federal a iniciativa de leis e atos infralegais que versem sobre organização e funcionamento da administração federal.

Assim sendo, resta ao Congresso Nacional a possibilidade de definir, tão somente, as diretrizes constitucionais que devem nortear o Executivo na reestruturação da última instância do contencioso administrativo fiscal federal, avançando para, ademais, estender aos demais componentes da federação os critérios mínimos de composição do órgão de revisão das autuações fiscais.

É pacífico na doutrina, outrossim, que não existem matérias que devem “naturalmente” ser contidas em Lei Complementar. A decisão de regular determinada matéria através de uma espécie normativa com o rito mais complexo de aprovação é, em outras palavras, absolutamente política.

Aprovando a presente proposta, o Congresso Nacional estaria definindo a regulação do contencioso administrativo fiscal federal como uma matéria sensível para o equilíbrio e isenção do sistema de arrecadação tributária federal, ao mesmo tempo em que

estabelece as diretrizes mínimas que entende devam ser seguidas pelos executivos no exercício de sua competência.

Não ignoro, ademais, que uma leitura radical da competência presidencial conduziria à conclusão de que também o estabelecimento de critérios pelo Congresso para a regulação executiva da estrutura e funcionamento de um de seus órgãos seria igualmente vedada pela Constituição.

Mas não acredito ser essa a interpretação mais adequada, pois a prevalecer tal orientação nunca, sob nenhuma hipótese e em face de qualquer circunstância, o Congresso poderá intervir na funcionalidade do Poder da República que, exatamente, está obrigado a fazer cumprir suas determinações legislativas.

Não é essa a interpretação que mais se coaduna com o princípio democrático, ressaltando sempre que apenas este Congresso Nacional, e nenhum outro órgão ou poder da República, representa o conjunto da população brasileira.

Superada a questão da regularidade formal da proposta, ressalto apenas que a presente proposta de emenda à Constituição de 1988 tem em vista a moralização e objetivação do processo mediante o qual é discutida a justiça da intervenção tributária.

Para tanto rogo o apoio dos meus pares para que a iniciativa aqui apresentada possa prosperar nesta Casa e seja, no menor tempo possível, remetida à Câmara dos Deputados e finalmente possa ser promulgada por este Congresso Nacional.

Sala de Sessões,

Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**

Senador **ACIR GURGACZ**

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

Senador **ALVARO DIAS**  
Senadora **ANA AMÉLIA**  
Senadora **ANGELA PORTELA**  
Senador **ANTONIO ANASTASIA**  
Senador **AÉCIO NEVES**  
Senador **BLAIRO MAGGI**  
Senador **CRISTOVAM BUARQUE**  
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**  
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
Senador **EDUARDO AMORIM**  
Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**  
Senador **FLEXA RIBEIRO**  
Senadora **FÁTIMA BEZERRA**  
Senador **GLADSON CAMELI**  
Senador **IVO CASSOL**  
Senador **JOSÉ AGRIPINO**  
Senador **JOSÉ PIMENTEL**  
Senador **LASIER MARTINS**  
Senadora **LÍDICE DA MATA**  
Senador **OMAR AZIZ**  
Senador **OTTO ALENCAR**  
Senador **PAULO ROCHA**  
Senador **RAIMUNDO LIRA**  
Senador **RANDOLFE RODRIGUES**  
Senador **ROMERO JUCÁ**  
Senador **RONALDO CAIADO**  
Senadora **SIMONE TEBET**  
Senador **TASSO JEREISSATI**  
Senador **VALDIR RAUPP**  
Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**  
Senador **WILDER MORAIS**

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 37](#)

[parágrafo 3º do artigo 60](#)

[artigo 108](#)

[artigo 146](#)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

## PARECERES



## SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 552, DE 2015

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2015 (nº 178/2011, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para tratar do prazo de entrega de imóveis adquiridos em fase de incorporação e dá outras providências*, e o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2014, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que *altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para estabelecer a incidência de multa na hipótese de atraso na entrega do imóvel por parte da incorporadora ou construtora*.

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2015 (Projeto de Lei nº 178, de 2011, na origem), de autoria do Deputado Eli Correa Filho, tem por fim estabelecer prazo de tolerância de 180 (cento e oitenta) dias para entrega de imóveis adquiridos na fase de incorporação.

O art. 1º contém o objeto da lei que é o de estabelecer prazo de entrega de imóveis adquiridos na fase de incorporação, estabelecendo penalidade de multa nos casos de descumprimento das disposições.

O art. 2º acrescenta art. 48-A à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. O *caput* do art. 48-A admite o prazo de tolerância máximo de até 180 (cento e oitenta) dias para a entrega de imóvel adquirido em fase de incorporação, contados da data contratualmente fixada para entrega das chaves. O § 1º prevê que o incorporador deverá informar ao adquirente, por ocasião da assinatura dos contratos de compra e venda, com clareza e transparência, que durante o prazo previsto no *caput*, por sua própria natureza, não incidirá qualquer penalidade moratória ou compensatória. O § 2º estabelece que se o

incorporador não cumprir o limite imposto no *caput*, fica obrigado a pagar ao adquirente adimplente a multa penal compensatória no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor até então pago pelo adquirente e a multa penal moratória no valor correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou fração, calculado *pro rata dies*. O § 3º prevê que os valores das multas de que trata o § 2º devem ser atualizadas monetariamente pelo mesmo índice previsto no contrato e poderão ser deduzidos das parcelas vincendas após o prazo previsto no *caput* do artigo. O § 4º diz que as empresas incorporadoras ficam obrigadas a avisar o adquirente, com 6 (seis) meses de antecedência da data pactuada em contrato para a entrega do imóvel, sobre possíveis atrasos na sua entrega. O § 5º estabelece que os adquirentes de imóveis em fase de incorporação deverão receber do incorporador informações mensais sobre o andamento das obras.

O art. 3º prevê que as disposições da lei que resultar da aprovação do projeto somente se aplicarão aos contratos celebrados após 90 (noventa) dias de sua publicação.

Na justificação, seu autor alega que “os fornecedores de consumo que atuam no ramo de construção e incorporação imobiliária, promovendo a venda de imóveis no mercado, no exercício de tais atividades têm adotado prática comercial revestida de abusividade”.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 279, de 2014, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, tem a finalidade de estabelecer a incidência de multa na hipótese de atraso na entrega do imóvel por parte da incorporadora ou construtora.

O art. 1º acrescenta art. 63-A à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. O *caput* do art. 63-A prevê que na hipótese de atraso na entrega do imóvel, terá o comprador direito a receber da incorporadora ou da construtora as seguintes verbas, a serem calculadas sobre o valor contratual do imóvel, devidamente corrigido pelo índice previsto no contrato para correção do débito do comprador ou, no caso de pagamento à vista, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro que o venha a substituir: I – dez por cento, a título de multa moratória; e II – um por cento a cada mês de atraso, incidente e calculado diariamente até que o imóvel seja entregue, a título de juros moratórios. O parágrafo único diz que o direito previsto no *caput* do artigo não exclui o direito de o comprador optar por rescindir o contrato, com imediato recebimento da totalidade dos valores pagos, acrescidos de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou por outro que o venha a substituir, e de juros legais.

O art. 2º estabelece que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data da sua publicação.

Na justificação, seu autor alega que “não são raras as hipóteses em que construtoras e incorporadoras não entregam o imóvel contratado ao comprador na data prevista”.

Os projetos foram distribuídos a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Os projetos cuidam de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior. Não há vícios de juridicidade.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 102-A do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

Acerca da técnica legislativa, os projetos observam as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado nas proposições, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, a alteração proposta no PLC nº 16, de 2015, visa a garantir mais direitos ao consumidor e representa aperfeiçoamento da legislação consumerista. Somos, assim, pela aprovação do projeto sugerido.

Muitas construtoras não conseguem concluir a obra planejada no prazo previsto no contrato. Nesse momento, os consumidores têm a sua expectativa pelo recebimento do imóvel frustrada e passam a sofrer transtornos e prejuízos decorrentes dos atrasos nas obras.

Entre as cláusulas contratuais mais comuns nos contratos do mercado imobiliário está a que prevê prazo excessivamente dilatado para entrega da obra, permitindo-se a sua prorrogação por prazos de 90 (noventa), 120 (cento e vinte), 180 (cento e oitenta) dias ou mais. O projeto vem regular essa questão ao fixar em 180 (cento e oitenta) dias o prazo de tolerância máximo para entrega de imóvel adquirido em fase de incorporação. Desse modo, a obrigação contratual do incorporador nesse aspecto passa a ser específica e determinada, e sujeita o seu descumprimento a multas de caráter compensatório e moratório.

A multa de caráter compensatório foi fixada de forma razoável pelo projeto no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor até então pago pelo adquirente. Caso por exemplo o imóvel em construção tenha sido negociado por R\$ 500 mil (quinhentos mil reais) e o consumidor já tenha pago o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor do imóvel, ele poderá receber o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). A multa prevista no Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2014, de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual do imóvel pode ser considerada excessiva, implicando enriquecimento indevido do consumidor em detrimento da empresa construtora ou incorporadora do imóvel. No exemplo citado, o consumidor teria a receber R\$ 50 mil (cinquenta mil reais).

A multa de caráter moratório foi prevista também de forma razoável pelo projeto no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, de forma que no exemplo citado anteriormente, o consumidor teria o direito a receber mensalmente a importância de R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais). Mais uma vez, consideramos o percentual estipulado pelo Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2014, de 1% (um por cento) excessivo, já que o consumidor nesse caso teria a receber a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês.

Por último, apresentamos emenda de redação com finalidade de aperfeiçoar a redação do art. 48-A, constante no art. 2º do Projeto de Lei, para deixar claro que durante esse prazo não recai penalidade para o incorporador. Da forma como está redigido ("*não incidirá qualquer penalidade moratória ou compensatória*") pode ser dado o entendimento - numa hipótese remota, mas plausível - de que o comprador durante esse prazo pode se isentar de cumprir suas obrigações. Portanto, essa emenda procura corrigir a redação para explicitar que o prazo de tolerância não implicará em penalidade ao incorporador.

### III – VOTO

Assim, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2015, com a seguinte emenda de redação:

**EMENDA Nº 1– CMA**  
(ao PLC nº 16, de 2015)

Dê-se ao §1º do art. 48-A, do art. 2º do PLC nº 16, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 2º**.....

**Art.48-A**.....

§ 1º O incorporador deverá informar ao adquirente, por ocasião da assinatura dos contratos de compra e venda, com clareza e transparência, que durante o prazo previsto no caput, por sua própria natureza, não incidirá sobre o incorporador qualquer penalidade moratória ou compensatória  
.....”

Sala da Comissão, em 18 de agosto de 2015

Senador Otto Alencar, Presidente

Senador Valdir Raupp, Relator.





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 34ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 18 de agosto de 2015 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -  
CMA

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)



# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 553, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014 ( nº 7.888 de 2010, na origem), que *dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências*.

RELATOR: Senador **HUMBERTO COSTA**

RELATORIA “*AD HOC*”: Senadora **ANA RITA**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 50, de 2014 (indexado como Projeto de Lei nº 7.888, de 2010, na Casa de origem), de autoria do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, que procura regular a oferta de planos de assistência funerária. O projeto foi examinado, na Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Seguridade Social e Família, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Defesa do Consumidor e pela de Constituição e Justiça e de Cidadania. As três últimas aprovaram pareceres com substitutivos, cabendo à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a elaboração de substitutivo final, que aprovou, sintetizando as contribuições das comissões anteriores.

Em seus dois primeiros artigos, o projeto esclarece o objeto da nova lei (a regulação da comercialização de planos funerários, isto é, o “conjunto de serviços contratados a serem prestados ao titular e seus

dependentes, na realização das homenagens póstumas”) e atribui a responsabilidade de sua comercialização às empresas administradoras de planos de assistência.

Em seus artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º, o projeto estabelece condições para o credenciamento e para o funcionamento continuado dos planos funerários, de modo a assegurar a solvência e a capacidade de resposta imediata dos contratados face à necessidade dos contratantes.

Em seu art. 8º, fixa obrigações e responsabilidades das partes que o contrato entre elas deverá obrigatoriamente conter.

Em seu art. 9º, o PLC atribui ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor a competência de fiscalizar as empresas que comercializam planos funerários.

O art. 10 comina penas às empresas em razão do descumprimento dos preceitos da lei.

Por fim, o art. 12 define a relação econômica regulada pelo projeto como relação de consumo, e o art. 13 fixa a data de 180 dias da publicação oficial da lei para a entrada em vigor da mesma.

O autor justifica sua proposição pela necessidade de evitar que agentes econômicos inescrupulosos explorem a boa-fé e a necessidade de pessoas economicamente desfavorecidas, que estariam contratando a assistência funerária com agentes manifestamente incapazes de prestar os serviços prometidos, bem como pela defesa da economia popular. A solidez econômica dos prestadores de serviço é objeto de realce no projeto, como se pode depreender dos artigos 3º ao 7º.

O PLC nº 50, de 2014, foi distribuído à CAS e à Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas a esta Comissão durante o prazo regimental.

## **II – ANÁLISE**

De acordo com o art. 100, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS o exame de proposições que digam respeito à seguridade social, previdência social, assistência social e outros assuntos correlatos, o que torna regimental o seu exame do PLC nº 50, de 2014.

Sob essa perspectiva, não se observam óbices quanto à juridicidade e à constitucionalidade da proposição.

No que respeita à substância da matéria, tem-se que o projeto dirige-se a relações comerciais importantes, que surgiram de modo espontâneo, em razão do progresso econômico da sociedade em direção à generalização do bem-estar. A espontaneidade levou tais novas relações econômicas tão longe quanto foi possível, mas agora chega o momento de a Lei regular tais relações, de modo a que se transformem em práticas sólidas, de interesse público e com respeito aos direitos do consumidor. O PLC nº 50, de 2014, elege os meios adequados e alcança todos esses objetivos.

### III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014.

Sala da Comissão, 17 de dezembro de 2014.

Senador WALDEMIR MOKA, Presidente

Senadora ANA RITA, Relatora “ad hoc”



# SENADO FEDERAL

## SECRETARIA DE COMISSÕES

**Reunião:** 46ª Reunião, Extraordinária, da CAS

**Data:** 17 de dezembro de 2014 (quarta-feira), às 09h

**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. VAGO
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Ana Rita (PT)	4. Marta Suplicy (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	3. Vicentinho Alves (SD)





## SENADO FEDERAL

### PARECER Nº 554, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50 de 2014 (nº 7.888, de 2010, na origem), que *dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências*.

RELATOR: Senador **DOUGLAS CINTRA**

#### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 50 de 2014 (Projeto de Lei nº 7.888 de 2010, na origem), do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, que tem por objetivo regular a oferta de planos de assistência funerária no País. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que em 17/12/2014 opinou pela aprovação da matéria.

O projeto possui doze artigos. O art. 1º indica o objeto da Lei e seu âmbito de aplicação. O art. 2º reza que a comercialização de planos funerários será de responsabilidade de empresas administradoras de planos de assistência e que o funeral poderá ser executado pela própria empresa ou por empresa funerária cadastrada e/ou contratada. Além disso, define em seu parágrafo único plano funerário ou serviço de assistência funerária como sendo o conjunto de serviços contratados a serem prestados ao titular e seus dependentes, na realização das homenagens póstumas.

Os arts. 3º e 4º determinam condições para que seja autorizada a comercialização dos planos, além de estabelecer uma série de obrigações às empresas, tais como: patrimônio líquido contábil mínimo, capital social mínimo, reserva de solvência, realização de auditoria contábil independente e comprovação de quitação dos tributos federais, estaduais e municipais. Em ambos os artigos, há previsão de

dispensa das exigências para as microempresas (limitada às que estejam em operação há no mínimo um ano, para o art. 4º).

O art. 5º assegura às empresas que já comercializam planos de assistência o direito de manter em vigor os contratos firmados. O art. 6º, por sua vez, determina a suspensão das atividades das empresas que não cumprirem as exigências dos arts. 3º e 4º, excetuadas as obrigações imprescindíveis ao cumprimento dos contratos já firmados.

O art. 7º exige contabilização independente do faturamento e das receitas obtidas com a comercialização de planos funerários em relação às demais atividades da empresa e o art. 8º fixa obrigações e responsabilidades que devem ser previstas no contrato de prestação de serviços.

O art. 9º incumbe os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC a tarefa de fiscalizar as empresas que comercializam planos de assistência funerária. O art. 10 traz as sanções a serem aplicadas às empresas que não cumprirem o disposto na Lei.

Por fim, o art. 11 caracteriza a contratação de plano de assistência funerária como relação de consumo e o art. 12 estipula o prazo de 180 dias para a entrada em vigor da Lei.

Na justificação, o autor destaca a existência de empresas que promovem a comercialização de planos de assistência funeral a titulares e seus dependentes e afirma que a suposição de estar presente a necessidade de ação regulatória, para minimizar a atuação de agentes inescrupulosos e prevenir e proteger a economia popular, orientou a iniciativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE opinar sobre os aspectos econômico e financeiro das proposições que lhes são submetidas por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de outra comissão.

Quanto à **constitucionalidade**, a matéria é da competência legislativa da União, por envolver direito comercial e do consumidor (art. 22, inciso I; e art. 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal). Ademais, a matéria não é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Não vislumbramos tampouco vícios de **juridicidade** nem de **regimentalidade** no projeto.

Em relação à **técnica legislativa**, sugerimos pequeno ajuste de redação no art. 2º do projeto, para tornar mais claro seu comando e adequá-lo ao teor da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No **mérito**, ressaltamos a relevância da iniciativa do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame em apresentar projeto que regule os planos de assistência funerária. Não parece haver dúvidas quanto aos benefícios, principalmente à população de baixa renda (principais consumidores desses planos), de se prever regras para a comercialização de planos e para a fiscalização desse mercado pelo Estado, de forma a promover o interesse público e o respeito aos direitos do consumidor.

Com as medidas do PLC nº 50 de 2014, diminui-se consideravelmente a possibilidade de que gestões fraudulentas ou ineptas tornem as empresas insolventes, atingindo o consumidor em um momento de particular fragilidade emocional. Ao se estabelecer parâmetros legais para a comercialização dos planos e a solvência das empresas ofertantes, busca-se, assim, garantir a contraprestação dos serviços contratados, protegendo um público em geral hipossuficiente contra más práticas.

### III – VOTO

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 50 de 2014, com a seguinte emenda:

#### **EMENDA Nº 1 – CAE (DE REDAÇÃO)**

Dê-se ao *caput* do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 50 de 2014 a seguinte redação:



“**Art. 2º** A comercialização de planos funerários será de responsabilidade de empresas administradoras de planos de assistência e a realização do funeral será executada diretamente por elas, quando autorizadas na forma da lei, ou por intermédio de empresas funerárias cadastradas ou contratadas.”

Sala da Comissão, em 18 de agosto de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente

Senador DOUGLAS CINTRA, Relator



## Senado Federal

# Relatório de Registro de Presença

## CAE, 18/08/2015 às 10h - 26ª, Ordinária

## Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DELCÍDIO DO AMARAL	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	
LINDBERGH FARIAS		3. ACIR GURGACZ	
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	
REGUFFE	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA		7. GLADSON CAMELI	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		8. IVO CASSOL	

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ		1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA	PRESENTE	4. LÚCIA VÂNIA	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPOLICY	
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
WILDER MORAIS	PRESENTE	2. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	PRESENTE
ALVARO DIAS	PRESENTE	4. RONALDO CAIADO	PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES		1. LÍDICE DA MATA	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE



## Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 18/08/2015 às 10h - 26ª, Ordinária**

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
DOUGLAS CINTRA	PRESENTE	1. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA		2. ELMANO FÉRRER	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. BLAIRO MAGGI	



## SENADO FEDERAL

### PARECER Nº 555, DE 2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2012, do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua declaração de Ajuste Anual do imposto de renda.*

RELATOR: Senador **WILDER MORAIS**

#### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 309, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, tem por objetivo acrescentar dois novos artigos à Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010.

O primeiro deles (art. 2º-A) autoriza a pessoa física a fazer doação para os fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda, a partir do exercício de 2013, ano-calendário de 2012. Permite, também, que a doação seja dedutível, desde que efetivada em espécie e até a data de vencimento da primeira quota ou quota única, limitada a dedução a três por cento do valor do imposto de renda devido.

Ainda nos termos do art. 2º-A, a dedução não exclui nem reduz outros benefícios ou deduções em vigor, mas essa doação feita diretamente na Declaração de Ajuste Anual concorre com todas as demais, visto que não se pode deduzir mais do que seis por cento do imposto devido. A dedução tampouco se aplica à pessoa física que utilizar o desconto simplificado, apresentar declaração em formulário ou entregá-la fora do prazo. Além disso, será glosada se a doação for efetivada depois do vencimento da primeira quota do imposto, devendo ser recolhido o valor correspondente e os respectivos acréscimos legais.

O segundo acréscimo (art. 4º-A), por seu turno, estende aos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso e aos incentivos fiscais mencionados as disposições dos arts. 260-C a 260-L do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Cuida-se, ali, dos procedimentos a serem observados quanto à administração e fiscalização das doações destinadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O autor do projeto justifica sua iniciativa mencionando a edição da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que promoveu diversas inovações no ECA a fim de estimular e facilitar as doações aos Fundos da Infância e da Adolescência. Afirmar que a falta de previsão de tratamento semelhante para as doações voltadas ao idoso exige a atuação do legislador. Esclarece, por último, que o projeto em tela dispensa as medidas acautelatórias previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, pois não dá causa à renúncia de receita.

Até o presente momento, o projeto não foi alvo de emenda e deverá ser analisado por este Colegiado antes de seguir para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será submetido à decisão terminativa.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) opinar sobre os projetos que cuidem da proteção aos idosos, caso específico do PLS nº 309, de 2012.

Provada a competência regimental da CDH no assunto, importa dizer que não há registro de que o Senado já tenha deliberado sobre a matéria nem de que haja outro projeto semelhante em tramitação nesta Casa, o que afasta as hipóteses de arguição de prejudicialidade e tramitação em conjunto. Não há óbice regimental, portanto, para a aprovação do PLS nº 309, de 2012.

Tampouco se vislumbram obstáculos jurídicos para sua conversão em lei, haja vista sua consonância com o ordenamento jurídico brasileiro. De fato, além de observar as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o projeto procura viabilizar a garantia de prioridade para a efetivação dos direitos dos idosos inscrita na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, especialmente no tocante à destinação privilegiada de recursos para a proteção desse segmento populacional. Seu texto obedece, ainda, às prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no que tange à boa técnica legislativa.

Do ponto de vista constitucional, o projeto mostra-se igualmente apto a receber o aval do Senado. Ele respeita o princípio da reserva de iniciativa, materializa-se na espécie adequada de lei, versa sobre matéria que está no âmbito de competência legislativa da União e das atribuições dos membros do Congresso Nacional e não afronta cláusula pétrea. As medidas que ele institui reiteram, ademais, o significado do *caput* do art. 230 da Constituição, segundo o qual é dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas.

Quanto ao mérito, importa salientar a pertinência da matéria trazida a debate pelo projeto, sobretudo diante do envelhecimento progressivo da população brasileira, fenômeno que gera uma demanda cada vez maior por investimentos em serviços e programas de atenção às pessoas idosas. Basta lembrar que a população de cerca de 21 milhões de pessoas com 60 anos de idade ou mais, registrada em 2010, deverá chegar a trinta milhões em 2020, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O financiamento da Previdência Social, do Benefício de Prestação Continuada, dos serviços públicos de saúde e dos serviços das demais políticas sociais básicas direcionados a esse segmento da população, por conseguinte, mobilizará cada vez mais recursos.

Ora, tendo em mente o tamanho desse desafio e a sempre alegada escassez dos recursos públicos, torna-se inequívoca a necessidade de incentivar doações para os fundos controlados pelos Conselhos dos Direitos do Idoso, objetivo maior do PLS em questão. Afinal de contas, os fundos existem justamente para fortalecer a capacidade dos Conselhos de definir prioridades e gerir recursos para a concretização de políticas qualificadas no campo do envelhecimento. É inquestionável, portanto, o mérito do projeto ora relatado.

### **III – VOTO**

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2012, e, no mérito, por sua aprovação.

Sala da Comissão, 05 de setembro de 2013.

Senadora **ANA RITA**, Presidenta.

Senador **WILDER MORAIS**, Relator.



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, de 2012**

ASSINAM O PARECER, NA 42ª REUNIÃO, DE 05/09/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**RELATOR:** \_\_\_\_\_

<b>Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)</b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB)	6. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)</b>	
VAGO	1. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Moraes (DEM) (RELATOR)
VAGO	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)</b>	
Magno Malta (PR)	1. VAGO
Gim (PTB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO





# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 556, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2012, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda.

RELATOR: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 309, de 2012, do Senador PAULO PAIM, acrescenta dois novos artigos à Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, a fim de possibilitar que sejam abatidas do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), no momento da apresentação da declaração de ajuste anual, as doações em dinheiro aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso.

De acordo com o projeto, a dedução observará dois limites: 3% do imposto devido e 6% (limite global), quando consideradas as demais doações permitidas pelo art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Para ter direito ao benefício, a doação deverá ser efetuada até a data de vencimento da primeira quota ou quota única do imposto. No entanto, o abatimento não se aplicará à pessoa física que utilizar o desconto simplificado ou que apresentar declaração em formulário ou que entregar a declaração fora do prazo.

Estende-se ainda aos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso – na forma prevista no art. 4º-A do PLS – os procedimentos a serem observados relativos à administração e fiscalização das doações, mencionados nos arts. 260-C a 260-L do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aplicáveis aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Justificou-se a iniciativa pela necessidade de equiparação das doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso ao tratamento conferido às realizadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, na medida em que estas podem ser abatidas diretamente do imposto devido no momento da apresentação da declaração de ajuste (conforme modificação introduzida pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012).

Este PLS tramitou pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde foi aprovado sem emendas. Após análise por aquela Comissão, o projeto foi encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta a decisão terminativa, onde foi apresentado o relatório, favorável ao projeto, pelo Senador PEDRO TAQUES. Contudo, em função da apresentação do requerimento para tramitação em conjunto com outros projetos de lei, o PLS nº 309, de 2012, foi encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa. Em decorrência do final da legislatura, a proposição foi novamente distribuída à CAE, aplicando-se o art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

## II – ANÁLISE

Como já bem analisado pelo Senador PEDRO TAQUES no Relatório apresentado nesta Comissão, do qual nos valem, a matéria apresentada refere-se à concessão de incentivos fiscais relativos ao Imposto sobre a Renda, cuja competência para disciplinar é da União, a teor do art. 153 da Constituição Federal (CF). Desse modo, lei federal pode regular o assunto.

No que se refere à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados (art. 61, § 1º, da CF), de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa relativa ao tema.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o texto constitucional e o projeto atende à exigência de lei específica para a concessão de incentivos fiscais, conforme previsto no § 6º do art. 150 da CF. Foram também observadas as normas de técnica legislativa apropriadas, porque seguidas as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

As únicas ressalvas – com as quais concordamos com o Relatório previamente apresentado nesta Comissão – referem-se a pequenos ajustes redacionais. A minuta do projeto de lei, em seu art. 2º-A, estabelece a aplicabilidade para o exercício 2013. Contudo a declaração relativa a este exercício já foi entregue, de modo que não há sentido na manutenção do texto. Sugere-se, portanto, a modificação na forma da emenda apresentada ao final.

Outro ajuste é para sanar uma contradição. O art. 4º-A proposto pelo PLS faz referência à necessidade de se aplicar as disposições dos arts. 260-C a 260-L da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), aos incentivos fiscais referidos na Lei nº 12.213, de 2010, o que incluirá o incentivo previsto no PLS nº 309, de 2012. No entanto, o art. 260-C do ECA dispõe que as doações podem ser efetuadas em espécie ou em bens, ao passo que o inciso III do § 2º do art. 2º-A que o PLS pretende acrescentar à Lei nº 12.213, de 2010, limita a dedução às doações em dinheiro. Sugere-se, desse modo, a exclusão da referência à expressão “incentivos fiscais referidos nesta Lei” e a inclusão da expressão “no que couber”, na forma da emenda ora apresentada.

Superada a análise formal da proposição, passa-se ao exame do seu conteúdo, que se encontra na competência desta Comissão, na forma do art. 99 do RISF.

No mérito, não há qualquer reparo, haja vista ser necessário conferir tratamento isonômico às doações realizadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, que já podem ser abatidas diretamente do imposto devido no momento da apresentação da declaração de ajuste anual. No regime atualmente em vigor, em relação aos Fundos que tutelam os idosos, somente é autorizada a dedução realizada no ano anterior à apresentação da declaração de ajuste.

Se aprovada a proposta, ainda que a doação seja realizada no mesmo ano em que apresentada a declaração, o contribuinte poderá deduzir os valores.

A forma como a dedução poderá ser realizada aumenta os valores destinados aos Fundos, pois o contribuinte, no instante em que realiza a doação, já terá conhecimento do montante do imposto efetivamente devido. É como se o cidadão retirasse o dinheiro que seria destinado à Receita Federal e o destinasse diretamente aos Fundos. Uma medida democrática, visto que o indivíduo escolhe diretamente onde deseja que seu tributo seja aplicado.

Ademais, o benefício social gerado pela medida será muito mais relevante do que a eventual diminuição de recursos da União, pois o projeto prevê a manutenção dos limites atualmente em vigor para o abatimento do imposto.

Plenamente justificada a alteração legislativa para que sejam garantidas a isonomia e a adequada destinação de recursos imprescindíveis ao atendimento de parcela tão carente da população.

### **III – VOTO**

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 309, de 2012, com as emendas a seguir:

#### **EMENDA Nº 1 - CAE**

Dê-se ao *caput* do art. 2º-A da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, na forma proposta pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 2º-A A partir do exercício de 2016, ano-calendário de 2015, a pessoa física poderá optar pela doação aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso de que trata o inciso I do *caput* do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual.”

**EMENDA Nº 2 - CAE**

Dê-se ao art. 4º-A da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, na forma proposta pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 4º-A Aplicam-se aos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso, no que couber, as disposições dos arts. 260-C a 260-L da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.”

Sala da Comissão, em 18 de agosto de 2015.

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**, Presidente

Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**, Relator



## Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 18/08/2015 às 10h - 26ª, Ordinária**

## Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTES	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DELCÍDIO DO AMARAL	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	
LINDBERGH FARIAS		3. ACIR GURGACZ	
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	
REGUFFE	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA		7. GLADSON CAMELI	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		8. IVO CASSOL	

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
ROMERO JUCÁ		1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA	PRESENTE	4. LÚCIA VÂNIA	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPPLY	
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTES	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
WILDER MORAIS	PRESENTE	2. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	PRESENTE
ALVARO DIAS	PRESENTE	4. RONALDO CAIADO	PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTES	
ANTONIO CARLOS VALADARES		1. LÍDICE DA MATA	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTES	
DOUGLAS CINTRA	PRESENTE	1. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA		2. ELMANO FÉRRER	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. BLAIRO MAGGI	



## Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 309/2012

Comissão de Assuntos Econômicos

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GLEISI HOFFMANN (PT)					1. JOSÉ PIMENTEL (PT)				
DELÍCIO DO AMARAL (PT)					2. PAULO ROCHA (PT)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					3. ACIR GURGACZ (PDT)				
WALTER PINHEIRO (PT)		X			4. HUMBERTO COSTA (PT)				
REGUFFE (PDT)					5. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
TELMÁRIO MOTA (PDT)					6. JORGE VIANA (PT)				
BENEDITO DE LIRA (PP)		X			7. GLADSON CAMELI (PP)				
CIRO NOGUEIRA (PP)					8. IVO CASSOL (PP)				
TITULARES - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCÁ (PMDB)					1. VALDIR RAUPP (PMDB)				
WALDEMIR MOKA (PMDB)		X			2. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
RAIMUNDO LIRA (PMDB)					3. JOSÉ MARANHÃO (PMDB)				
SANDRA BRAGA (PMDB)					4. LÚCIA VÂNIA (SPARTIDO)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)		X			5. JADER BARBALHO (PMDB)				
ROBERTO REQUILÃO (PMDB)					6. MARTA SUPLICY (SPARTIDO)				
OMAR AZIZ (PSD)		X			7. ROSE DE FREITAS (PMDB)				
VAGO					8. HÉLIO JOSÉ (PSD)				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ AGRIPINO (DEM)		X			1. JOSÉ SERRA (PSDB)				
WILDER MORAIS (DEM)		X			2. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)		X			3. DALÍRIO BEBER (PSDB)		X		
ALVARO DIAS (PSDB)					4. RONALDO CAIADO (DEM)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)		X			5. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)					1. LÍDICE DA MATA (PSB)				
FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)		X			2. ROBERTO ROCHA (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)		X			3. JOSÉ MEDEIROS (PPS)		X		
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DOUGLAS CINTRA (PTB)					1. EDUARDO AMORIM (PSC)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)		X			2. ELMANO FERRER (PTB)				
WELLINGTON FAGUNDES (PR)					3. BLAIRO MAGGI (PR)				

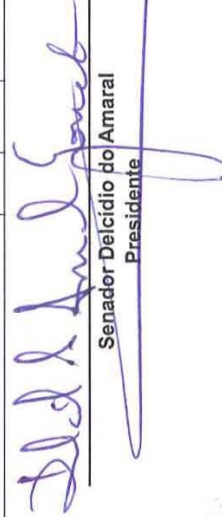
Quórum: TOTAL 15

Votação: TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 18/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



Senador Delcídio do Amaral  
Presidente

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emendas nºs 1 e 2-CAE ao PLS nº 309/2012.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GLEISI HOFFMANN (PT)				1. JOSÉ PIMENTEL (PT)			
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)				2. PAULO ROCHA (PT)			
LINDBERGH FARIAS (PT)				3. ACIR GURGACZ (PDT)			
WALTER PINHEIRO (PT)	X			4. HUMBERTO COSTA (PT)			
REGUFFÉ (PDT)				5. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)			
TELMÁRIO MOTA (PDT)	X			6. JORGE VIANA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				7. GLADSON CAMELI (PP)			
CIRO NOGUEIRA (PP)				8. IVO CASSOL (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCÁ (PMDB)				1. VALDIR RAUPP (PMDB)			
WALDEMIR MOKA (PMDB)	X			2. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)			
RAIMUNDO LIRA (PMDB)				3. JOSÉ MARANHÃO (PMDB)			
SANDRA BRAGA (PMDB)				4. LÚCIA VÂNIA (S/PARTIDO)			
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	X			5. JADER BARBALHO (PMDB)			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				6. MARTA SUPLICY (S/PARTIDO)			
OMAR AZIZ (PSD)	X			7. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
VAGO				8. HÉLIO JOSÉ (PSD)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	X			1. JOSÉ SERRA (PSDB)			
WILDER MORAIS (DEM)	X			2. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. DALIRIO BEBER (PSDB)	X		
ALVARO DIAS (PSDB)				4. RONALDO CAIAADO (DEM)			
TASSO JEREISSATI (PSDB)	X			5. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				1. LÍDICE DA MATA (PSB)			
FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)(RELATOR)	X			2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)	X			3. JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X		
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DOUGLAS CINTRA (PTB)	X			1. EDUARDO AMORIM (PSC)			
MARCELO CRIVELLA (PRB)				2. ELMANO FÉRRER (PTB)			
WELLINGTON FAGUNDES (PR)				3. BLAÍRO MAGGI (PR)			

Quórum: 15  
 Votação: TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABS 0  
 \* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 18/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

  
 Senador DELCÍDIO DO AMARAL  
 Presidente



## TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309 DE 2012

Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 2º-A e 4º-A:

“Art. 2º-A A partir do exercício de 2016, ano-calendário de 2015, a pessoa física poderá optar pela doação aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso de que trata o inciso I do *caput* do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual.

§ 1º A doação de que trata o *caput* deste artigo poderá ser deduzida até o percentual de 3% (três por cento) aplicado sobre o imposto de renda devido apurado na declaração.

§ 2º A dedução de que trata o *caput* deste artigo:

I - está sujeita ao limite de 6% (seis por cento) do imposto de renda devido apurado na declaração, observado o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;

II - não se aplica à pessoa física que:

- a) utilizar o desconto simplificado;
- b) apresentar declaração em formulário; ou
- c) entregar a declaração fora do prazo;

III - só se aplica às doações em espécie; e

IV - não exclui ou reduz outros benefícios ou deduções em vigor.

§ 3º O pagamento da doação deve ser efetuado até a data de vencimento da primeira quota ou quota única do imposto, observadas instruções específicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º O não pagamento da doação no prazo estabelecido no § 3º deste artigo implica a glosa definitiva desta parcela de dedução, ficando a pessoa física obrigada ao recolhimento da diferença de imposto devido apurado na Declaração de Ajuste Anual com os acréscimos legais previstos na legislação.

§ 5º A pessoa física poderá deduzir do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual as doações feitas, no respectivo ano-calendário, aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso concomitantemente com a opção de que trata o *caput* deste artigo, respeitado o limite previsto no inciso I do § 2º deste artigo.”

“Art. 4º-A Aplicam-se aos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso, no que couber, as disposições dos arts. 260-C a 260-L da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



## SENADO FEDERAL

### PARECER Nº 557, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2013, do Senador Eunício Oliveira, que *altera o art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para um ano.*

RELATOR: Senador **ALVARO DIAS**

#### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 536, de 2013, de autoria do Senador Eunício Oliveira, propõe a alteração do *caput* e do inciso II do art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria de noventa dias para um ano.

Em sua justificação, o autor argumenta que o prazo de noventa dias para os ganhadores dos prêmios de loteria se apresentarem para retirar o prêmio é uma imposição injusta e injustificável, caso se leve o interesse do apostador em mínima conta.

O autor lembra que *o Estado dispõe de prazos amplamente dilatados, com direito a instâncias recursais, quando se trata de subtrair recursos do cidadão. Por que, então, uma exigência tão draconiana? Ao que parece, a única justificativa é o intuito de garantir o provimento desses recursos ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), que é o atual beneficiário legal dos prêmios não reclamados, mas é um equívoco tentar atingir um objetivo meritório por um meio questionável.*

A proposta foi despachada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 99, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, inclusive sobre sorteios, como faz o projeto ora sob exame.

Tendo em vista que o PLS nº 536, de 2013, foi distribuído a esta Comissão para exame em caráter terminativo, incumbe sua apreciação quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa (art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal).

De acordo com o art. 48, XIII, da Constituição Federal (CF), cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira. A matéria objeto do PLS nº 536, de 2013, está incluída entre essas competências e não incorre em vício de iniciativa de que trata os art. 61 da Constituição Federal.

A proposição atende, em geral, aos atributos exigidos pela boa técnica legislativa, estando em consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, discordamos dos argumentos do autor. Os resultados dos sorteios das loterias, especialmente aquelas com maior potencial de distribuição de prêmios, como a Mega-Sena, são amplamente divulgados na mídia, em jornais locais e de circulação nacional, no site da Caixa Econômica Federal e nas próprias casas lotéricas onde as apostas são feitas, não se justificando, no nosso entendimento, o aumento do prazo de prescrição.

Além disso, quando se trata de grandes prêmios, as casas lotéricas onde as apostas são realizadas são imediatamente informadas pela Caixa

Econômica Federal e se encarregam de potencializar a divulgação da notícia de que o ganhador efetuara o jogo naquele local. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o apostador de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, em outubro de 2013, que deixou de receber um prêmio da Mega-Sena de R\$ 22,9 milhões, por não procurá-lo no prazo de noventa dias. A notícia se espalhou pelo país às vésperas do vencimento do prazo para retirada do prêmio. Ainda assim, o ganhador não compareceu para retirar seu prêmio.

Episódio idêntico aconteceu, também, na Europa, em dezembro de 2012, quando um ganhador do *Euromillion*, a loteria européia, premiado em junho daquele ano com 64 milhões de libras, cerca de R\$ 215 milhões à época, perdeu o prêmio por não retirá-lo dentro do prazo previsto, no caso da *Euromillion*, de seis meses. Da mesma forma, a notícia foi mundialmente divulgada às vésperas do vencimento do prazo e o ganhador não compareceu para retirar seu prêmio.

Esses dois exemplos ilustram bem o fato de que o ganhador de um prêmio de loteria que perde o prazo de noventa dias, também perderá o de seis meses ou o de um ano. A concessão de um prazo extra dificilmente reverterá tal situação.

Além disso, no caso das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal, de acordo com o parágrafo único do art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 1967, o prazo para prescrição ainda pode ser interrompido nas seguintes situações:

I) citação válida, no caso do procedimento judicial em se tratando de furto, roubo ou extravio;

II) a entrega do bilhete para o recebimento de prêmio dentro do prazo de 90 (noventa) dias da data da extração na sede da Administração do Serviço de Loteria Federal ou nas Agências das Caixas Econômicas Federais.

Portanto, no nosso entendimento, não há razões para aumento do referido prazo.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2013.

Sala da Comissão, em 18 de agosto de 2015.

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**, Presidente

Senador **ALVARO DIAS**, Relator



## Senado Federal

# Relatório de Registro de Presença

## CAE, 18/08/2015 às 10h - 26ª, Ordinária

## Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DELCÍDIO DO AMARAL	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	
LINDBERGH FARIAS		3. ACIR GURGACZ	
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	
REGUFFE	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA		7. GLADSON CAMELI	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		8. IVO CASSOL	

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ		1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA	PRESENTE	4. LÚCIA VÂNIA	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPPLY	
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
WILDER MORAIS	PRESENTE	2. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	PRESENTE
ALVARO DIAS	PRESENTE	4. RONALDO CAIADO	PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES		1. LÍDICE DA MATA	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTE	
DOUGLAS CINTRA	PRESENTE	1. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA		2. ELMANO FÉRRER	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. BLAIRO MAGGI	

Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 536/2013

Comissão de Assuntos Econômicos

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GLEISI HOFFMANN (PT)					1. JOSÉ PIMENTEL (PT)				
DELÍCIO DO AMARAL (PT)					2. PAULO ROCHA (PT)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					3. ACIR GURGACZ (PDT)				
WALTER PINHEIRO (PT)			X		4. HUMBERTO COSTA (PT)				
REGUFFE (PDT)					5. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
TELMÁRIO MOTA (PDT)			X		6. JORGE VIANA (PT)				
BENEDITO DE LIRA (PP)					7. GLADSON CAMELI (PP)				
CIRO NOGUEIRA (PP)					8. IVO CASSOL (PP)				
TITULARES - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCÁ (PMDB)					1. VALDIR RAUPP (PMDB)				
WALDEMIR MOKA (PMDB)		X			2. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
RAIMUNDO LIRA (PMDB)					3. JOSÉ MARANHÃO (PMDB)				
SANDRA BRAGA (PMDB)					4. LÚCIA VÂNIA (S/PARTIDO)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)			X		5. JADER BARBALHO (PMDB)				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					6. MARTA SUPLICY (S/PARTIDO)				
OMAR AZIZ (PSD)			X		7. ROSE DE FREITAS (PMDB)				
VAGO					8. HÉLIO JOSÉ (PSD)				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					1. JOSÉ SERRA (PSDB)				
WILDER MORAIS (DEM)			X		2. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)			X		3. DALIRIO BEBER (PSDB)			X	
ALVARO DIAS (PSDB)			X		4. RONALDO CAIADO (DEM)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)			X		5. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)					1. LÍDICE DA MATA (PSB)				
FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			X		2. ROBERTO ROCHA (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			X		3. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			X	
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DOUGLAS CINTRA (PTB)					1. EDUARDO AMORIM (PSC)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)			X		2. ELMANO FÉRRER (PTB)				
WELLINGTON FAGUNDES (PR)					3. BLAIRO MAGGI (PR)				

Quórum: TOTAL 15

Votação: TOTAL 14 SIM 1 NÃO 13 ABSTENÇÃO 0

\* Presidente não votou

Senador Delcídio do Amaral  
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 18/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



**ABERTURA DE PRAZOS**

O **Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2015**, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2014).

O **Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014**, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 309, de 2012; e 536, de 2013**, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Ofícios nºs 111 e 112, de 2015**, da CAE).

São os seguintes os ofícios:



OF. 111 /2015/CAE

Brasília, 18 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 309 de 2012, que “altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda”, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Atenciosamente,

Senador DELCÍDIO DO AMARAL  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 112/2015/CAE

Brasília, 18 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

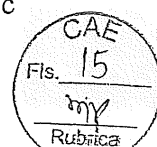
Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 536 de 2013, que “altera o art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para um ano”.

Atenciosamente,

Senador DELCÍDIO DO AMARAL  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Ofício terminativo.doc



**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos organizar aqui o Plenário, porque alguns colegas Senadoras e Senadores...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senador Paulo Paim. Senador, V. Ex<sup>a</sup>, então, primeiro?

Quem mais para uma comunicação inadiável, porque eu quero também me inscrever? Senadora Ana Amélia?

Então eu me inscrevo também para uma comunicação inadiável.

A Senadora Vanessa pede...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É pela liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex<sup>a</sup> fez a permuta e é a segunda oradora inscrita, não é, Senadora?

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É, com o Senador Cristovam Buarque.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Primeiro o Senador José Medeiros.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu falo pela liderança, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só para organizar. E estava o Senador Perrella pela liderança, depois a Senadora Vanessa, a segunda.

O Senador Perrella está aqui assíduo, junto conosco.

Convido, então, para fazer uso da tribuna o Senador José Medeiros, sem antes agradecer à equipe do DNIT, aos Parlamentares do Acre, à imprensa, ao pessoal do CREA, das universidades de engenharia.

Fizemos uma extraordinária visita ontem à ponte do Rio Madeira, que liga a BR-364, de Rondônia ao Acre. É um sonho do povo acreano ver ali aquele trabalho que a Presidenta Dilma priorizou acontecendo, se materializando. É fantástico.

Na hora certa vou fazer um pronunciamento aqui. Nós estávamos acompanhados do Deputado Leo de Brito, Deputado Federal, do Deputado Angelim. O Deputado Sibá não pôde, mas de um número grande de Deputados Estaduais liderados por Ney Amorim, Presidente da Assembleia. Havia Vereadores e o Prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre.

É uma luta do Governador Tião Viana, do Governo Federal. Tivemos o apoio de toda a bancada federal – é bom que se diga. E agora esse sonho acreano está se materializando.

Então, agradeço à equipe do DNIT que nos recebeu, que mostrou a empresa. E o povo do Acre está muito contente com essa obra.

Com a palavra, então, o Senador José Medeiros, como orador inscrito.

Depois vamos ter o Senador Paulo Paim. E, em seguida, a Senadora Ana Amélia. A minha querida Senadora Vanessa vai se sentar aqui do meu lado, para conversarmos um pouco.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, todos que nos ouvem pela Rádio Senado, pela TV Senado e que nos acompanham pelas redes sociais, também a todos que estão aqui na tribuna de honra, na galeria. Quero fazer uma saudação especial aos funcionários do Judiciário que hoje estão aqui em Brasília, na luta justa pela recomposição das suas perdas salariais. Sei muito bem o que é isso, ficar fazendo essa procissão de gabinete em gabinete. A todos eles trazemos a nossa saudação.

Sr. Presidente, de acordo com os últimos dados disponíveis, há, no Brasil, mais de 290 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos, em sua maioria associações religiosas, profissionais e de desenvolvimento e defesa de direitos e as tão conhecidas associações de bairros.

Do conjunto de entidades sem fins lucrativos, mais de 54 mil, independentemente da forma como estão constituídas, atuam nas áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social.

Outro dado significativo é que 72% dessas instituições apoiam suas atividades no trabalho voluntário e na prestação de serviços autônomos.

Apesar disso, o setor emprega mais de dois milhões de brasileiros.

Eu vou repetir o número. Mais de dois milhões de pessoas são empregadas por esse setor, sendo intensa a presença feminina, que responde por 63% da mão de obra empregada.

Esses números constam do Perfil das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos 2010. Esse trabalho foi realizado em parceria pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Instituto de Pes-

quisa Econômica Aplicada – IPEA, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong e também o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE.

Os dados citados revelam a grandeza e o vigor do terceiro setor na sociedade brasileira, demonstrando que, de forma sempre progressiva, as entidades prestam relevantes ações de caráter e de interesse público, apesar da natureza jurídica privada das entidades que o compõem.

Nesse sentido, no início deste ano a entidade Global Geneva divulgou um ranking das cem organizações não governamentais mais relevantes no mundo, entre as quais figuram quatro entidades brasileiras: a Saúde Criança, a Viva Rio, o Instituto da Criança e o Centro de Inclusão Digital.

Não obstante, o papel desempenhado pelas entidades sem fins lucrativos em suas relações com o Estado gerou, nos últimos anos, muitas polêmicas, algumas das quais foram inclusive objeto de debates e de discussões aqui no Senado Federal.

Recentemente, por exemplo, aprovamos nesta Casa o Marco Regulatório do Terceiro Setor, que representou um avanço na definição das relações entre a administração pública e as organizações da sociedade civil sob a ótica de um regime de mútua cooperação e de fomento e incentivo à participação social.

No entanto, em virtude de notícias desfavoráveis que por vezes são publicadas na imprensa e que afetam uma parcela muito pequena do universo das entidades sem fins lucrativos que desenvolvem um trabalho sério e indispensável para a sociedade brasileira, não se dá todo o crédito que se deveria à iniciativa de pessoas que, de forma abnegada, dedicam parte de seu tempo, de forma não remunerada, à realização do bem comum.

A dependência do trabalho voluntário é inversamente proporcional ao porte e à receita das entidades da sociedade civil sem fins lucrativos. Por evidente, quanto menor a fonte de recursos da entidade maior a sua dependência do trabalho dedicado e gratuito de seus integrantes.

Em que pese o pequeno porte de algumas dessas ONGs, o trabalho que elas realizam de prestação de serviços públicos, sobretudo em comunidades mais carentes, revela-se essencial para a manutenção de creches, de escolas, de asilos e de tantos outros estabelecimentos e ações voltadas para a educação, para a assistência social e para a saúde, para citar apenas três grandes áreas de atenção.

No entanto, em relação ao cumprimento de requisitos e obrigações perante o poder público, sobretudo de natureza tributária, as entidades de pequeno porte se submetem ao mesmo rigor burocrático de instituições com muito maior capacidade administrativa e financeira.

Não tenho nenhuma dúvida de que um requisito fundamental do funcionamento das entidades sem fins lucrativos é a transparência – isso nós queremos e a sociedade exige –, tanto mais para aquelas que executam recursos públicos.

Em relação à adoção de melhores práticas de transparência, creio que não podemos transigir, pois é imprescindível que aquele que angaria recursos provenientes do setor público ou do privado seja absolutamente transparente no que respeita à sua aplicação.

Não penso, entretanto, que a transparência esteja atrelada ao preenchimento e à apresentação de um emaranhado de documentos às autoridades públicas. Sendo assim, resolvi apresentar projeto de lei, Sr. Presidente, que visa simplificar o cumprimento de obrigações tributárias acessórias por ONGs de pequeno porte, cuja receita bruta anual não ultrapasse R\$600 mil, por meio da criação de uma declaração única de informações socioeconômicas e fiscais.

Trata-se, em verdade, de trazer para o âmbito das entidades sem fins lucrativos de pequeno porte o mesmo processo de desburocratização que beneficiou as pequenas e microempresas.

Não faz sentido que uma entidade de pequeno porte deva consumir seus poucos recursos humanos e materiais na tarefa exaustiva e desnecessária de preencher uma infinidade de declarações e de documentos contábeis, desviando-a de seu foco principal, que é a realização complementar de atividades estatais em prol do interesse público.

Note-se que projeto não exige – pelo contrário, expressamente exige – que as entidades mantenham a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

Portanto, Sr. Presidente, nada se perde no que diz respeito à transparência e à eventual necessidade de fiscalização de dados relativos a despesas e receitas, a fim de coibir desvios e fraudes.

Ganha-se muito, entretanto, na simplificação do processo, o que certamente redundará em mais benefícios para a sociedade como um todo, razão pela qual, desde já, peço o apoio das minhas colegas e dos meus colegas à aprovação desse projeto de lei, que julgo da maior importância para o País, porque nem sempre o Estado pode tudo. E essas associações, na maioria das vezes, estão ali complementando, fazendo algo que nem sempre o Estado consegue nesses finos capilares sociais.

Então, esse projeto visa justamente livrar essas associações do emaranhado de papel e de ficarem travadas e de não poderem exercer o seu papel fundamental por estarem ocupadas com a burocracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência cumprimenta V. Exª e faz a leitura do expediente sobre a mesa.

Antes, queria registrar que o pessoal do ensino fundamental da Escola Pueri Domus de São Paulo está aqui. Sejam bem-vindos!

Vamos ler o expediente sobre a mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 19 de agosto do corrente ano, quarta-feira, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do **Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2015**; dos **Vetos Presidenciais nºs 5 a 24, de 2015**; dos **Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 2, 3 e 4, de 2015**; e de outros expedientes.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, fica convocada sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, 19 de agosto, quarta-feira, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

V. Exª tem a palavra, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uso a palavra para uma comunicação inadiável.

Primeiro, cumprimento o Congresso, porque amanhã vai votar os vetos. É importante isso, Sr. Presidente. Independentemente do mérito, cada um de nós vai ter a sua posição, mas apreciando os vetos, em seguida, vota-se o PL nº 2, que vai permitir que os idosos, aposentados e pensionistas do Aerus recebam aquilo que têm de direito.

O Executivo cumpriu a sua parte, mandou para cá, é só votar, e eles passam a receber. Então, é uma boa notícia, tenho certeza. Achei bom que a Mesa marcou para as 11 horas da manhã, não há motivo nenhum para não apreciarmos os vetos e votarmos, inclusive, o PL nº 2. E falava eu, há poucos minutos, com a Graziella, assegurando, enfim, que o projeto que está aqui pronto para ser votado em parceria com o Executivo, será votado, eles receberão o salário de imediato.

Também, Sr. Presidente, eu queria, aqui, nestes rápidos minutos, dizer – e falava aqui com a Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Ângela Portela, também sei que V. Exª está preocupada, Senador Jorge Viana – que não estou acreditando que não vão pagar a metade do 13º para os aposentados. Acho que é boato, boato, existe bastante em época de crise, principalmente, mas estou tranquilo. Tranquilo, tranquilo, não estou, senão eu não viria à tribuna, estou preocupado, queria estar tranquilo, mas não estou, mas acredito que isso não vai acontecer. Que esse povo do Regime Geral de Previdência, nós, aposentados, isso vai dar em média, R\$1 mil para cada um, o seu salário, considerando-se que vai receber a metade, são R\$500,00. Isso não vai acontecer, estou aqui, digamos, com o meu otimismo de sempre, acreditando que, como se faz já mais de uma década, vai ser pago sim o correspondente à metade do 13º, e o resto é pago no fim do ano.

Eu queria também dizer, Sr. Presidente, quanto à Agenda Brasil – não sou contra, falaram que está em 45 itens – que há ali alguns que vamos ter que, naturalmente, debater, discutir e não permitir que se votem de forma acelerada: um deles, é a terceirização. O projeto ficou 11 anos lá, na Câmara, e não vai ser aqui que vamos votar agora do dia para a noite um projeto que pode levar à demissão em massa, como foi no México, de um grande banco, que, de 32 mil trabalhadores, demitiu 30 mil, terceirizou os 30 mil, com 30% de salários a menos, 30% a menos no valor dos salários, quando foi recontratados.

Mas quero, também, Sr. Presidente, nestes poucos minutos, dizer que, hoje, pela manhã, aprovamos três projetos de minha autoria, que entendo, importantes. Pode ser que para muitos não, mas para mim é, ter aprovado no mês de março como o Dia Nacional da Poesia.

Eu dizia lá e repito aqui, a revolução no mundo não passa, não acontecerá nunca, a revolução social, se não investirmos em educação. Mas as grandes revoluções sociais no mundo sempre tiveram a marca e a participação direta dos poetas e poetisas. Por isso, eu cumprimento aqui essa decisão, que foi aprovada hoje pela manhã, garantindo, em uma homenagem ao Thiago de Mello, o autor de Os Estatutos do Homem, que o mês de março é o mês da poesia.

Quero, ainda, Sr. Presidente, cumprimentar, nesse caso...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... o Senador Fernando Bezerra, que foi o relator de um projeto de nossa autoria, que autoriza a pessoa física a realizar doações aos fundos controlados dos idosos pelos conselhos municipais, estaduais e nacionais do idoso, diretamente da sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda.



Isso, Sr. Presidente, é muito, muito, importante, pois as pessoas poderão deduzir dois limites: 3% do imposto devido e 6% por cento do limite global. Eles podem doar para o Fundo do Idoso tanto municipal, estadual e mesmo em nível nacional. Foi aprovado por unanimidade. Eu agradeço à CAE o parecer brilhante do Senador Fernando Bezerra.

Quero, além de cumprimentar a Senadora Maria do Carmo em relação ao projeto importante, no meu entendimento, da poesia, também dizer que foi aprovado um outro projeto que regulamenta o não uso de alimentos nas cantinas dos colégios que podem contribuir para a obesidade infantil. Foi um projeto muito bem debatido, a Senadora Ângela Portela foi uma das reladoras deste tema que visa combater essa verdadeira epidemia, quase que uma doença mundial, da nossa juventude. Tive problema semelhante a este com um filho meu, da obesidade, devido aos alimentos considerados, eu digo, perigosos para a saúde de cada um, já que acabam contribuindo para a obesidade.

Nesse projeto, também, o relator foi o Senador Alvaro Dias, ao qual cumprimento pelo seu parecer no projeto original.

E, por fim, Sr. Presidente, quero ainda registrar que a Medida Provisória nº 676, de 2015, do Governo Federal, foi apresentada à Casa, está em debate nas comissões e trata do fator previdenciário.

Nós construímos um grande entendimento...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... aplicando a fórmula 85/95 – sempre tenho de repetir –, que vai permitir que a pessoa se aposente com salário integral, a mulher aos 55 anos de idade e 30 de contribuição e o homem aos 60 de idade e 35 de contribuição.

Avançamos, porque, apesar do veto... Estou avisando todos os nossos amigos e amigas pelo País que já podem se aposentar. O momento é este, vale de imediato para dois anos. Há uma fórmula progressiva que estamos tentando alterar na medida provisória, para garantir que todos possam se aposentar.

Ali já está, na verdade, embutida uma chamada idade mínima. A idade mínima da mulher é 55 e do homem é 60, em que se aposenta com salário integral, enquanto, pelo fator ambos, tinham de trabalhar até 70 anos, se quisessem se aposentar com a integralidade dos vencimentos.

Peço a V. Exª que considere na íntegra...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esta é a última frase, Sr. Presidente. Um minuto chega *(Fora do microfone.)*.

Peço a V. Exª que considere na íntegra os meus pronunciamentos sobre os diversos temas que achei importante registrar.

E, por fim, ainda, aproveitando o último minuto, quero dizer que, na próxima quinta-feira, a partir das 11 horas da manhã, teremos aqui uma sessão de homenagem – dei entrada em parceria com o Presidente Renan – às APAEs, pelo trabalho que fazem no País.

Será em torno de 11 horas, 11h30 que vamos iniciar essa sessão. E, de manhã, das 8 horas até as 11h30, terei uma reunião na Comissão de Direitos Humanos, que também apresentei, para discutir o trabalho nas empresas McDonald's.

É uma preocupação enorme, estarão aqui presentes 20 países. Quero dizer que conversei tanto com os líderes sindicais, como também com os diretores responsáveis pela empresa McDonald's no Brasil.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... A intenção é fazer lá um debate construtivo no campo da razoabilidade e do bom senso e, quem sabe, sair com um acordo que garanta o direito dos trabalhadores – para todos os trabalhadores e da forma como já advogamos e apresentamos num documento à direção do McDonald's.

Quero dizer que vou presidir essa sessão, porque eu sei que há uma enorme preocupação, como um magistrado: ouvindo as duas partes, permitindo que os representantes dos trabalhadores e dos empregadores coloquem o seu ponto de vista. E oxalá eu consiga fazer como fizemos numa greve que acontecia no Canadá, com metalúrgicos, mas com uma correspondente acionista aqui no Brasil. Foi numa audiência pública. Construímos um acordo, e a greve terminou lá no Canadá, mas foi bom para todos.

Era isso.

Obrigado, Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, com a edição da MP 676/2015, o Governo Federal pretendeu alterar as regras para a aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social.

A referida norma impõe a regra 85/95, já aprovada pelo Congresso Nacional e vetada pela Presidente da República.

A proposta palaciana majora o cálculo com acréscimo anual instituído pelo prazo de 5 anos, até alcançar a fórmula 90/100.

Em verdade, o novo documento trouxe a mesma sistemática aprovada pelo Congresso Nacional para diminuir os efeitos do Fator Previdenciário, porém, impondo uma majoração que passará a valer a partir de 2017.

Inconformado com tal determinação, apresentei emendas que objetivam minimizar tais efeitos.

O escalonamento proposto não possui qualquer fundamentação, pois não existem estudos sobre expectativa de sobrevida do povo brasileiro que justifique absurda medida.

Por outro giro, não nos parece correto que se estabeleça regra que amplie a chamada “Fórmula 85/95” para os atuais segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), visto que os servidores públicos se submetem a mesma regra sem acréscimos há mais de 10 anos.

Efetivamente, é de todo justo que se dê a esses trabalhadores a mesma regra de transição, como se fez nas Reformas da Previdência que se aplicaram aos servidores públicos.

Outra questão que venho trabalhando há anos no Congresso Nacional, é o aumento real dos aposentados e pensionistas.

Medida essa que também foi aprovada e vetada pelo Executivo Federal.

Nesse sentido, reapresentei nessa mesma Medida Provisória a emenda 14 que pretende adotar política de valorização das aposentadorias e pensões.

Caso aprovada, a preservação do poder aquisitivo dos benefícios corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.

Não considero justo que inúmeras categorias de trabalhadores recebam reajustes com ganho real e os idosos fiquem a mercê de perdas sucessivas.

É necessário que aprovemos alguma medida de valorização das aposentadorias e pensões do Regime Geral da Previdência Social.

A população idosa tem sofrido com aumentos dos planos de saúde, da alimentação, dos medicamentos e muitos outros fatores que afetam o custo de vida.

Por fim, não posso encerrar essa minha fala sem tratar do 13º dos beneficiários da Previdência Social.

Tem me preocupado o boato, que circula na imprensa, de que o Governo Federal não irá saldar a primeira parcela do 13º Salário dos segurados do INSS.

Minha assessoria tem efetuado sucessivos contatos com o Ministério da Previdência sem resposta oficial sobre o assunto.

Meu Gabinete tem recebido inúmeras ligações telefônicas e correspondências em busca de notícia sobre o assunto.

A mídia tem divulgado que aposentados e pensionistas podem ficar sem receber a primeira parcela do 13º salário, porque o governo não tem recursos em caixa para custear a despesa, especialmente nesse momento em que precisa ajustar as contas públicas.

A antecipação da primeira parcela do 13º, paga desde 2006, precisa ser autorizada por um Decreto Presidencial. Faço um apelo para que o Governo Federal faça um esforço para antecipar os 50% do abono anual.

Os recursos representam muito pouco nas contas públicas, mas serão de enorme valor para cada um dos beneficiários.

Por fim, quero dizer que estou atento a essas relevantes matérias e espero que possamos avançar com bom senso e a responsabilidade social que a matéria requer.

As demonstrações populares presenciadas no último dia 16 de agosto nos mostram que as bandeiras do bem e da justiça precisam ser hasteadas.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Caro Paim, cumprimento V. Exª pelo pronunciamento.

Convido, então, para fazer uso da tribuna, como oradora inscrita, em permuta com o Senador Cristovam, a nossa querida Senadora Ana Amélia. V. Exª tem a palavra, Senadora.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Jorge Viana.

Eu queria cumprimentar o Senador Paim pela iniciativa da sessão especial das APAEs. Também fui autora, no ano passado, da celebração dos 60 anos das APAEs do Rio Grande do Sul, um Estado em que essas instituições de ensino especial são realmente extraordinárias, Senador Paim. Então me associo a essa iniciativa do Presidente Renan Calheiros e do Senador Paulo Paim, que fortalece ainda mais a relevância dessas instituições.

Queria saudar aqui os visitantes, jovens estudantes, e também os professores, os dirigentes que acompanham.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – São de uma escola de São Paulo, do ensino fundamental da escola Pueri Domus. Bem-vindos. Ainda agora havia uma turma... Sejam bem-vindos aqui. A Presidência se soma às boas vindas da Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Aliás, já que o senhor fala e faz referência a uma escola, eu ontem tive a oportunidade – eu diria mais: o privilégio – de ter conhecido o Icesp. O Icesp é um hospital-escola de alta complexidade em São Paulo, de qualidade, para uma instituição pública, que me deixou, como cidadã, extremamente orgulhosa, Senador Jorge Viana, de ver 7 mil atendimentos diários nessa instituição, o Icesp.

Eu fui levada a conhecer a instituição pelo Dr. Paulo Hoff, que é um dos oncologistas de maior renome em nosso País – e internacionalmente também – e tem nos ajudado muito nos debates sobre essas questões relacionadas à saúde pública. Então eu queria cumprimentar.

Sei também que o próprio Inca, em São Paulo, tem um papel relevante, mas outras instituições privadas, como o Hospital Sírio-Libanês, igualmente de excelência na área de alta complexidade, e o Hospital Albert Einstein, e outros, o Hospital Santa Catarina e tantos outros que lá foram referidos, que eu não tive a oportunidade de conhecer. Mas conheci o Icesp, tive as informações do Inca e conheci também o Hospital Sírio-Libanês, que orgulha a Medicina brasileira.

Eu venho aqui hoje, Senador Jorge Viana, porque nós estamos diante de deliberações relevantes. Quero reafirmar aqui da tribuna, e não precisa haver galerias aqui, porque os servidores do Poder Judiciário sabem que votei aqui – quando se votou o PLC nº 28 –, votei favoravelmente. E, claro, serei coerente com a minha deliberação aqui no plenário do Senado e votarei pela derrubada do veto ao PLC nº 28, saibam os servidores do Poder Judiciário que esse é o meu compromisso. Ponto.

Venho aqui também, Presidente Jorge Viana, porque nós estamos com uma agenda importante e que é a chamada reoneração do setor produtivo. E hoje nós deveremos começar a votação dessa agenda que o Presidente Renan Calheiros estabeleceu como reação à criação que o País está vivendo. Acho que as manifestações de domingo foram muito, digamos, simbólicas na reafirmação da relevância que têm as instituições em nosso País, funcionando democraticamente e fortemente, seja o Poder Judiciário, seja o poder do Ministério Público, seja a Polícia Federal.

Estive agora há pouco – aliás, sendo recebida por uma demanda do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e do Paraná quanto à questão da produção do tabaco –, com o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Coimbra, ou Daiello Coimbra, como é mais conhecido, e toda sua equipe. E quero agradecê-los a gentileza. Estive ali, naquela ocasião em que fui recebida por ele, para dizer e reafirmar, como Senadora pelo Rio Grande do Sul, a condição que a Polícia Federal, hoje, como instituição republicana, está representando em nosso País. Eu queria reafirmar o apoio, o respeito e a admiração pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

Queria agora, Senador, falar da agenda que o Senador Renan Calheiros alinhavou com temas fundamentais, matérias que a Câmara, Senador Ivo Cassol, Senador Zeze Perrella, votou na desoneração de setores essenciais para a economia brasileira. São setores da produção de alimentos, do qual, V. Exª, como empresário, sabe a relevância. Quanto ao setor da produção de frangos, por exemplo: somos exportadores, o maior exportador e produtor do mundo de frango. Ora, lá desoneramos, e aqui vamos onerar esse setor que vem empregando e, inclusive, abrigando os haitianos, Senador Jorge Viana, que estão vindo?

O setor está empregando essa mão de obra, por quê? Porque cresceu 5% no ano passado, e já cresceu, até agora, 4,5%. Nós vamos penalizar esse setor?

Frango é cesta básica. Lembra-se de quando a inflação foi baixada graças ao frango, o famoso frango? Pois agora, da mesma forma, ele está contribuindo para não aumentar mais a inflação dos produtos da cesta básica.

E nós vamos onerar esse setor? Vamos contribuir para aumentar o desemprego, para a redução da produção? Penso que, quando cai o poder aquisitivo para população, cai também a capacidade do produtor, do consumidor de comprar, e isso vai acabar afetando a própria cesta básica.



Então, eu queria fazer um pedido: que o que a Câmara aprovou, em matéria de desoneração, seja mantido, para evitar algum desajuste. E que essas matérias tenham de ser constitucionalizadas para ir ao Supremo Tribunal Federal, caso ocorra alteração.

Claro que eu entendo que seja mais justo que haja uma ampliação dos benefícios da desoneração para a questão. Mas para setores de intensivo uso de mão de obra, não só esses que eu citei agora, da agroindústria, da cesta básica dos brasileiros, mas vou também citar o caso dos setores de calçados do meu Estado, que é altamente empregador de mão de obra e que contribui para as exportações. Então, penso que essa é uma matéria extremamente sensível que nós temos de cuidar e olhar com muito carinho.

Por fim, mas não menos importante, Senador Jorge Viana, eu sou uma Senadora municipalista, e temos os limites definidos por lei, que são os seguintes: uma prefeitura municipal só pode dispensar de licitação compras ou serviços de até R\$8 mil, Senador Zeze Perrella. No caso de obras e serviços de engenharia, R\$15 mil; nesse caso, pode dispensar. O restante, acima desses valores, são cinco dias úteis para um convite, que varia de R\$8 mil a R\$80 mil e, no caso da engenharia, de R\$15 mil a R\$150 mil – tem que fazer um convite, e são cinco dias, para fazer a participação das empresas interessadas.

Ora, vou dar um exemplo singelo: no meu prédio, o Condomínio Luana Gonçalves, aqui no Noroeste – não é edifício oficial, pois moro na minha casa, não recebo auxílio-moradia; moro na minha casa –, e, ali no meu prédio, o meu condomínio se juntou a outro condomínio, Senador Ivo Cassol, o Condomínio Scenario, ali no Noroeste. E os dois fizeram uma coisa inteligente: um parquinho. Fizeram um cercadinho, com uma tela, com areia para as crianças brincarem; um quadrado de quatro por quatro, ou cinco por cinco, com um escorregador e três brinquedos – R\$16 mil, e compartilharam o valor de R\$8 mil para cada condomínio; uma coisa inteligente!

E por que falo do parquinho no Noroeste do Condomínio Luana Gonçalves e do Condomínio Scenario? Eu estou falando para comparar o que uma obra de uma prefeitura precisa fazer para melhorar uma rodovia, ou para melhorar as condições em um bairro pobre, para um calçamento. E o limite é de R\$8 mil – R\$8 mil!

Então, lá na minha Lagoa Vermelha, na região nordeste do Rio Grande do Sul, Campos de Cima da Serra, uma das regiões mais lindas do meu Estado, o Prefeito, Getúlio Cerioli, telefonou-me. Acontece com ele uma coisa estranha, ele tem dinheiro em caixa, o que poucos prefeitos têm. Ele tem dinheiro em caixa, o dinheiro está lá reservado; tem máquina parada, porque simplesmente ela esbarra na Lei das Licitações, a famosa Lei nº 8.666.

E aí a situação fica complicada. Quer dizer, somos um país extremamente amarrado. É claro que nós temos que combater o desvio, a corrupção, todas essas coisas, Senador, mas temos que ter um pouco de clareza nisso.

Eu usei a história do parquinho para fazer uma referência comparativa a uma obra que é relevante. Há duas máquinas paradas lá, patrol, retroescavadeira, porque, para usar as máquinas, ela precisa de uma licitação. E a licitação vai demorar quanto tempo? A população tem pressa.

Então, penso que o nosso Presidente incluiu na agenda algumas alterações na Lei de Licitações, Lei nº 8.666, nesse sentido. Ora, nós criamos o RDC, para fazer os jogos da Copa do Mundo, o Regime Diferenciado de Contratação, dispensando a licitação. E hoje, nas prefeituras, tem que se seguir a Lei nº 8.666.

Então, não tem sentido, não há significado para isso. É claro, os controles estão lá, o Ministério Público está lá para fiscalizar, quando há alguma irregularidade, mas eu penso que nós temos que trabalhar urgentemente para alterar esses limites, para compatibilizar as necessidades dos serviços que as prefeituras municipais precisam, que é a Lei nº 8.666, cujo mentor foi o ex-Ministro Luiz Roberto Ponte. E essa lei é de 1993.

Então, eu penso que o Presidente Renan poderiam agora aproveitar e não só na questão da desoneração manter o que a Câmara decidiu, mas também alterar essas questões relacionadas à Lei nº 8.666.

Muito obrigada, Presidente Jorge Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senadora Ana Amélia, pelo pronunciamento.

Eu convido para fazer uso da tribuna o Senador Zeze Perrella, como orador inscrito pela Liderança do PDT. O Senador Zeze Perrella é de Minas Gerais, nosso grande dirigente do Cruzeiro e colega aqui do Senado. V. Exª tem a palavra.

Em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira e a Senadora Ângela Portela; depois, eu.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª tem a palavra, Senador Zeze Perrella.

**O SR. ZEZE PERRELLA** (Bloco Apoio Governo/PDT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadores, eu venho acompanhando, com preocupação, já há alguns anos, a situação de incerteza em que se encontram os permissionários de loteria de todo o Brasil, inclusive a partir da aprovação da chamada Lei das Lotéricas. Antes da Lei nº 12.869, de 2013, a atividade era gerida, basicamente, por circulares da Caixa Econômica Federal, e os desgastes eram constantes, resolvidos, normalmente, por meio

de negociações, caso a caso, ou com os respectivos órgãos de representação por Estado. Com a regulamentação da atividade, os donos de casas lotéricas respiraram aliviados, mas o sossego, infelizmente, durou pouco.

Divergências na interpretação do art. 3º da mencionada regra trouxeram de volta as incertezas que antes faziam parte da rotina desses brasileiros. O cerne do problema, Sr. Presidente, diz respeito à renovação automática das permissões que já se encontram em vigor. A questão foi estudada à exaustão pelas Consultorias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e por vários especialistas particulares, e todos – sem exceção – chegaram à mesmíssima conclusão: o prazo de renovação de 20 anos, previsto na Lei nº 12.869, aplica-se a todos os permissionários com contratos assinados antes da promulgação da referida norma.

Eu peço a paciência das Sras e Srs. Senadores, para ler o parágrafo único do art. 3º da Lei das Lotéricas, que não dá espaço à dúvida. Diz assim: “Em caso de permissão de serviços lotéricos, o prazo de renovação referido no inciso VI deste artigo contar-se-á a partir do término do prazo de permissão, independentemente do termo inicial desta.” Está muito claro.

Quero frisar aqui o trecho “independentemente do termo inicial desta”. Não faz diferença se o contrato foi assinado em 1999, em 2005 ou em 2010. A renovação automática é para todos os contratos de permissão de serviços lotéricos.

Infelizmente, a Caixa Econômica Federal, Sr. Presidente, tem dado sinais de que pretende realizar novas licitações, a despeito do que determina a referida lei. Trata-se de um embate jurídico que terá importantes consequências para muita gente. Hoje existem 6,310 mil permissionários lotéricos em todo o Brasil; mais de 60 mil pessoas trabalham em milhares de casas lotéricas espalhadas por todo o nosso País; e mais de 120 milhões de brasileiros utilizam esses serviços.

É certo que novas licitações são necessárias. A Caixa Econômica precisa levar adiante a seleção de novos permissionários, para ampliar a rede de atendimento e fazer frente à demanda crescente desse serviço em todo o nosso País. Porém, os permissionários já instalados, cujo aditamento de contrato está previsto em lei, não podem continuar nessa expectativa – esse direito é líquido e certo e precisa ser garantido, na prática, pela renovação automática dessas referidas permissões.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ZEZE PERRELLA** (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Peço mais um minuto, Sr. Presidente, já estou terminando.

Muitos brasileiros, principalmente nos Municípios e pequenas localidades do interior do País, contam apenas com as casas lotéricas para o recebimento de contas de água, contas de luz e telefone, e para o pagamento de carnês, prestações, faturas e diversos convênios. Esses estabelecimentos são essenciais para o funcionamento do intrincado sistema financeiro encabeçado pela Caixa Econômica Federal. São eles que garantem a capilaridade dos serviços bancários para os quatro cantos do País.

Os programas sociais e de amparo aos trabalhadores que hoje existem no Brasil dependem, fundamentalmente, das lotéricas para que os benefícios da Rede de Proteção Social cheguem às mãos de cada um desses favorecidos. A continuidade desses serviços tão importantes ficará sensivelmente prejudicada caso todas as permissões já em vigor, ao arrepio da lei, sejam licitadas novamente. Lembro ainda que a implantação de uma lotérica e sua posterior manutenção implicam despesas altas: hoje, para começar o negócio, é preciso desembolsar entre R\$80 a R\$100 mil – para começar!

Recentemente, a Caixa Econômica exigiu de seus permissionários uma série de novas padronizações, como a instalação de blindagens. Isso demandou investimentos significativos. Houve também diversos estabelecimentos que foram revendidos; revendidos com o aval da Caixa Econômica; revendidos há muito tempo. Não é possível que tudo isso seja ignorado e que os contratos em vigor sejam simplesmente cancelados.

Sras e Srs. Senadores, Senador Wilder Moraes, estou munido de pelo menos seis pareceres técnicos de diferentes consultores e juristas experimentados, todos favoráveis à renovação das permissões por mais 20 anos. No entanto, permaneço preocupado com a descontinuidade dos serviços pela quebra repentina dos contratos e as sérias consequências disso para toda a população brasileira.

Estou sensível à causa dos permissionários em atividade, pelos investimentos que já fizeram e pela consequência de que estão defendendo, obviamente, o seu ganha-pão. Por isso, faço um apelo aos órgãos competentes, para que se cumpra, simplesmente, a lei e promovam o imediato aditamento dos contratos vigentes.

Nós não podemos ficar, Sr. Presidente, com fama de país que não respeita contrato. É um absurdo! Nós aprovamos aqui, nas duas Casas, recentemente; essas permissões estão previstas em lei. E a Caixa quer simplesmente ignorar para ganhar mais alguns trocados, para fazer caixa, prejudicando milhares de permissionários pelo País inteiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Perrella, e convido para fazer uso da tribuna, como oradora inscrita, a Senadora Ângela Portela. Em seguida, eu estou inscrito para uma comunicação inadiável.

**A SR<sup>a</sup> ÂNGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Falo hoje na tribuna do Senado...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex<sup>a</sup> quer se inscrever também para uma comunicação inadiável, Senador Ivo? Há um espaço ainda. (*Pausa.*)

Eu inscrevo o Senador Ivo Cassol.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ângela.

**A SR<sup>a</sup> ÂNGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Falo hoje da tribuna do Senado sobre uma situação que me preocupa muito e a todos lá em Roraima, que é a greve dos professores da rede estadual de ensino. Esses professores já estão em greve há algum tempo, já houve todo um processo de negociação, houve um certo desgaste nas relações entre governo e sindicalistas, mas nós apelamos para uma compreensão de que é preciso manter o diálogo. E, nesse contexto de greve, pede-se também a exoneração da Secretária Estadual de Educação, a Prof<sup>a</sup> Selma Mulinari.

Eu sou conhecedora da situação grave em que se encontra o nosso Estado quando a Governadora Suely Campos assumiu no início deste ano. Não bastasse a calamidade na saúde pública, que foi decretada, agora temos também uma situação muito grave na educação. Temos escolas que estão sendo recuperadas, mas temos muitas escolas que ainda estão em situação muito precária, principalmente a grande maioria das escolas indígenas do nosso Estado. Por isso mesmo, eu compreendo a situação dos nossos colegas professores, que reivindicam melhorias salariais e condições dignas de trabalho.

Essa não é uma luta de agora. Essa luta é histórica da nossa categoria. Servidora pública da área de educação que sou, construí minha história política lutando por uma educação de melhor qualidade em nosso Estado. Para mim, a educação de qualidade inclui também a valorização dos professores, o tipo de profissional que labuta, todos os dias, para ajudar a preparar os homens e as mulheres do futuro. Essa missão que cada um de nós, professores, escolhe assumir não é tarefa fácil. É, antes de qualquer coisa, o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, digna e de igualdade social, econômica e cultural.

É exatamente porque eu sou formada com esses valores e porque conheço a realidade de nossos professores bem como os desafios do atual governo do Estado que quero pedir às partes envolvidas nessas questões ponderação e diálogo. É preciso manter o diálogo, sem dúvida nenhuma, para que se encontre uma solução, acabe-se a greve, deem-se condições para os nossos professores trabalharem em sintonia com entendimentos com o Governo do Estado, obviamente.

Para tanto, eu me coloco aqui à disposição para mediar esse diálogo por todas as razões que já expus, mas, acima de tudo, pelos compromissos, os meus compromissos com a educação e com o povo do meu Estado de Roraima.

No início do ano, eu tive a alegria de participar de um entendimento entre a Governadora Suely Campos, a secretária de Educação, os representantes, os líderes sindicais do Sindicato dos Professores (Sinter). Avançou-se nas negociações, mas me parece que, de lá para cá, houve um tremendo desgaste nas relações entre sindicato e governo, o que acabou desencadeando a greve que já se arrasta há algumas semanas.

Eu tenho respeito pela Secretária de Educação, também professora, Selma Mulinari. Reconheço sua luta pela educação em nosso Estado, por isso entendo que ela tem credenciais para manter-se no cargo, servindo a educação. Quero marcar, porém, duas questões nesse processo: uma delas é a legitimidade dos meus colegas da educação de reivindicar melhores condições de trabalhos e salário – é uma legitimidade, é um direito que os nossos professores, os nossos trabalhadores de educação têm –; a outra é destacar que o Governo do Estado não está sozinho na luta pela melhoria da educação. O Governo Federal também cumpre suas obrigações constitucionais e governamentais de financiar parte da educação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Cito, por exemplo, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, dos Municípios e do DF.

A título de complementação, o Fundeb conta ainda com uma parcela de recursos federais sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

Também considero legítimos os pleitos dos professores indígenas, que pedem a revitalização das escolas indígenas. E aí eu conheço muito bem. Visitei as escolas indígenas no nosso Estado e sei das condições

precárias em que essas escolas estão. Por isso, eu quero dar o meu apoio a esses profissionais da educação indígena no nosso Estado.

Eles reivindicam também a lotação do pessoal de apoio nas escolas indígenas onde não foram lotados. Sabemos também que existem muitas escolas indígenas que têm apenas os professores e o gestor. Não há ninguém para dar o apoio técnico necessário. Não há ninguém para fazer a limpeza básica das nossas escolas.

A ampliação do valor *per capita* da merenda escolar também é um outro pleito, assim como o envio de material do material de consumo, como lápis, caderno, papel, e a manutenção do texto original do Plano Estadual de Educação, que contempla a educação indígena em nosso Estado.

Eu mesma, quando discutíamos aqui no Senado Federal, na Comissão de Educação, o Plano Nacional de Educação, tive oportunidade de convidar o presidente da Opir (Organização dos Professores Indígenas de Roraima), o Prof. Rivanildo Fidelis, para trazer as suas observações, as suas demandas, as demandas da educação escolar indígena de Roraima, para serem incluídas no Plano Nacional de Educação.

Então, temos aqui muito clara a situação da educação escolar indígena em nosso Estado, no Plano Nacional de Educação, tendo em vista essa importante audiência pública com a representação dos professores indígenas de Roraima.

Nosso Estado, é verdade, tem uma demanda muito grande com relação à educação indígena. Acompanho essa luta por meio da Opir (Organização dos Professores Indígenas), conheço as suas demandas e conheço também as dificuldades do Governo do Estado, da Secretaria de Educação, em cumprir o papel de oferecer todas as condições necessárias para que as escolas tenham um atendimento digno.

Em relação à entrega da merenda escolar em comunidade indígena – que vai só de helicóptero, de avião –, em relação à entrega de material didático, em relação a suprir a escola do quadro de pessoal necessário, há todo tipo de dificuldades que precisam ser superadas.

Evidentemente, não podia ser diferente, pois somos o Estado que tem a maior população indígena do País. Conforme dados do censo de 2010, divulgados pelo IBGE, Roraima tem 11% da sua população indígena. É uma situação diferenciada, sim. Dos 74 mil alunos de escolas estaduais, 14 mil são indígenas, o que representa algo próximo a 19% da população estudantil do Estado. Já as escolas, das 382 escolas existentes, 255 são escolas indígenas.

É uma realidade nossa. Cabe, portanto, aos administradores públicos reconhecer essa realidade e adotar políticas inclusivas para a população indígena, que tem o direito constitucional de acesso à educação.

Eu tenho lutado muito junto ao Governo Federal, junto à Governadora Suely Campos que tem todo interesse, toda a boa vontade de trabalhar para a melhoria dessas escolas indígenas, reconhecendo todas essas demandas que se constituem na mais pura necessidade dos povos indígenas.

Também acho fundamental a participação dos indígenas no processo de elaboração do Plano Estadual de Educação, que definirá as diretrizes para a educação do nosso Estado para os próximos dez anos. Nós sabemos que o Plano Nacional contempla a educação escolar indígena. Portanto, é importante, é necessário que, no Plano Estadual de Educação, também sejam contemplados os anseios dessa especificidade escolar indígena.

Penso, por fim, Sr. Presidente, que, diante dessa greve dos professores do nosso Estado, o diálogo e o respeito são cruciais para uma relação de civilidade e de harmonia entre as partes, que envolvem a questão da educação e da recolocação de nosso Estado nos trilhos do desenvolvimento. Isso passa necessariamente pela melhoria da nossa educação.

Então, esperamos que haja um entendimento, uma compreensão das partes, do Governo do Estado, da Secretaria de Educação e também dos líderes do sindicato, o Sinter, dos professores de Roraima para que possamos, no entendimento, vendo o que é possível resolver, definitivamente...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ÂNGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – ... encerrar essa greve e retomar as atividades nas escolas públicas do nosso País, do nosso Estado sem considerar, obviamente, as demandas, as necessidades dos nossos professores.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senadora Ângela, e aproveito para passar a Presidência para a Senadora Vanessa para que eu possa falar como orador para uma comunicação inadiável.

Antes, pela ordem, Senador Ivo Cassol.

V. Exª tem a palavra.



**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Apoio Governo/PP - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, eu só queria aproveitar esta oportunidade e deixar nosso abraço a todos os amigos e todas as amigas do Estado de Rondônia que estão recebendo, em várias reuniões partidárias do Partido Progressista, nos quatro cantos do Estado de Rondônia, a Jaqueline – Jaqueline Cassol, como é conhecida –, que foi a nossa candidata a governadora do ano passado.

Hoje, ela está andando nos quatro cantos do Estado de Rondônia, fortalecendo o Partido Progressista e, ao mesmo tempo, levando o conhecimento que ela tem, jurídico e político, para poder preparar os nossos pré-candidatos a vereadores, pré-candidatos a vice-prefeitos, pré-candidatos a prefeitos, nos quatro cantos do Estado de Rondônia.

Na semana passada, a Jaqueline esteve acompanhada com o Ilário Bodanese, que é o nosso vice-presidente estadual, na cidade de Vilhena, naquela região do Cone Sul, visitando o Município de Chupinguaia, visitando o Município de Cerejeiras, visitando o Município de Corumbiara, de Cabixi, também de Pimenteiras, e, ao mesmo tempo, também, na cidade de Vilhena.

E agora, esta semana, a Jaqueline também está percorrendo a grande região de Cacoal, esteve agora de manhã na cidade de Ministro Andreazza. Vai estar em Pimenta Bueno, em uma reunião com o presidente municipal do PP de Pimenta Bueno, o Celsão, e as Vereadoras Dina e a Rosa. Também, com os demais parceiros.

Também haverá uma reunião, esta semana, na cidade de Cacoal, com lideranças de Cacoal, onde, especialmente, estamos trabalhando com o nome do empresário e comerciante Cirone da Tozzo – como todo mundo o conhece – como nosso pré-candidato a prefeito da cidade de Cacoal. E, ao mesmo tempo, essa oportunidade, Sr. Presidente, da presença da Jaqueline acompanhando.

Ela ainda não assumiu a presidência estadual do PP, mas assumirá, nos próximos dias, pelo afastamento, também, do Deputado Carlos Magno, presidente que foi, por um motivo de tratamento de saúde – o médico recomendou que ele repousasse –, e, ao mesmo tempo, também, pela minha atividade, como Senador da República, vindo toda semana e voltando. Ela tem tempo para poder percorrer os quatro cantos do Estado de Rondônia, para poder fortalecer ainda mais o Partido, no Estado de Rondônia, para as próximas eleições.

Eu estou aqui ao lado desta Senadora guerreira, que é a Senadora Ana Amélia, nossa presidente da Fundação Milton Campos. Há poucos dias atrás, nós tivemos um encontro, em Ji-Paraná, e a Fundação mandou o Dr. Luciano para que pudesse explanar, pudesse dar uma palestra, especialmente, para instruir os futuros candidatos, que são pré-candidatos hoje. Porque, infelizmente, nós temos muitos entendimentos da Justiça Eleitoral, a às vezes a interpretação acaba dando dor de cabeça futuramente.

Portanto, essa caminhada em busca de poder aglutinar esforços e, ao mesmo tempo, fortalecer, é para que possamos, neste momento de crise, Senador Jorge Viana, que o Brasil vive, que os Estados vivem, os Municípios vivem, em crise de gestão, em crise de reclamação, em crise financeira, em crise de emprego, em crise de arrecadação...

Enfim, é o momento que o nosso povo brasileiro tem para fazer uma reflexão e, ao mesmo tempo, participar das próximas eleições. Não basta só o eleitor ficar reclamando que não está boa, no contexto nacional ou municipal, a questão política.

**A SRª. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente, Senador.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Nós precisamos, nossa brilhante Senadora, que venha essa juventude, que venham essas outras pessoas que sempre ficaram aguardando. Ao verem a coisa acontecer, que não deixem acontecer, que façam acontecer, que participem, para que possamos implementar no meio político ideias novas, com objetivos novos, com determinações com que a população possa sonhar e possa realizar esse sonho.

**A SRª. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, Senador.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Portanto, a toda a população dos quatro cantos do Estado de Rondônia, esta semana é a região de Cacoal, Rolim de Moura, foi a BR-429 na semana passada também, lá com a Prefeita Lebrinha, da cidade de São Francisco, como de São Miguel, como também vai ser na região de Ariquemes, Jaru, Porto Velho. Então, quero aqui deixar o meu abraço e pedir aos meus amigos e minhas amigas companheiras, que sempre estão junto comigo, aliados. Eu não estou presente nessas reuniões, mas a minha irmã Jaqueline está na cidade de vocês. Somem-se a ela, para que possamos fortalecer ainda mais o Partido Progressista no Estado de Rondônia, já pensando nas próximas eleições do ano que vem.

**A SRª. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Portanto, para cada um, eu tenho deixado, Presidente, no meu Estado...

**A SRª. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Ivo Cassol, V. Exª pediu a palavra pela ordem. O Senador Jorge Viana, que está na tribuna para falar, tem que rapidamente dirigir a sessão de uma comissão.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Apoio Governo/PP - RO) — Então, vou dissipar aqui, Senador Jorge Viana. Mas, para completar, eu só quero deixar aqui, para encerrar já –um pedido gentil da senhora – ao mesmo tempo...

**A SRª. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – E também por respeito ao Presidente Jorge Viana, nosso Vice-Presidente também desta Casa. E quero dizer o seguinte: nós temos muitas decisões em pleitos municipais que a executiva estadual, Senadora Ana Amélia, vem e interfere para atender os interesses de algum grupo. Eu sou contrário, quero deixar bem claro. Sobre os interesses municipais de cada comunidade e os problemas locais, é aquela comunidade que decidirá como tem que andar e fazer as diferenças e as mudanças que forem necessárias.

**A SRª. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Portanto, deixo o meu abraço, a minha gratidão e agradeço o carinho especial que sempre meus amigos e minhas amigas têm por mim, pela minha família — quando vão à igreja, nas suas orações, sempre colocam o nosso nome. Que Deus abençoe todo mundo. Um abraço e obrigado pela compreensão.

*Durante o discurso do Senador Ivo Cassol, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.*

**A SRª. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada a V. Exª. Passo imediatamente a palavra ao Senador Jorge Viana, para uma comunicação inadiável.

Com a palavra, Senador.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador. *Fora do microfone.*) – Srª Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, querida colega...

**A SRª. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ainda não aprendi a mexer aqui, Senador. Havia um problema.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Querida colega, Senadora Vanessa Grazziotin, todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, eu quero muito poder prestar conta de uma viagem que fiz ontem, visitando a obra da ponte no Rio Madeira, na BR-364, tão importante para o meu Estado. A comitiva, a comissão contou com o Diretor do DNIT, com pessoas do Crea, do Sindicato dos Engenheiros do Acre, do Prefeito Marcus Alexandre, de Parlamentares federais e estaduais.

Quero também falar muito de um requerimento que apresentei sobre o absurdo preço das passagens aéreas na Amazônia, especialmente para o meu Estado, e que foi aprovado hoje na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Mas desses dois assuntos eu vou tratar ao longo da semana.

Eu não posso voltar do meu Estado, depois do trabalho que fiz indo ao novenário em Cruzeiro do Sul, trabalhando em Rio Branco no planejamento do meu mandato, fazendo essa agenda ontem no Acre e em Rondônia, e vir à tribuna e não me referir às manifestações de domingo, dia 16. Mais do que isso, penso que todos nós temos a obrigação de dar opinião sobre o momento que o País está vivendo, sobre o pós-manifestação de domingo. E é isso que quero fazer neste pronunciamento, Srª Presidenta Vanessa Grazziotin.

Queria, em primeiro lugar, dizer que, como todos, estava na expectativa desse domingo, 16. É importante levarmos em conta o descontentamento da opinião pública, o questionamento da opinião pública sobre a política do nosso País, sobre o nosso Governo, sobre a vida dos brasileiros, que estão apreensivos com o desenrolar dessa chamada crise.

Confesso que acompanhei com atenção, procurando entender, recepcionar os recados, levar em conta.

Queria aqui começar cumprimentando os que foram às ruas. Isso pode ser até estranho para alguns. Senador do PT, ex-Governador do PT está cumprimentando quem foi às ruas? Sim. Estou cumprimentando, porque, independentemente dos excessos, da maneira como alguns possam ter agredido a história do meu Partido e até as lideranças do meu Partido, isso é parte do processo democrático. Quero cumprimentar as pessoas exclusivamente pela maneira como foram às ruas, sem quebra-quebra, de forma ordeira, fazer seu protesto. É esse o cumprimento que faço.

Mas eu queria cumprimentar, com mais ênfase, os que ficaram em casa, os que não foram para as ruas. Sei que o ambiente de descontentamento no nosso País não foi expressado pelas centenas de milhares de pessoas que foram às ruas em muitas cidades, inclusive, na minha, Rio Branco. Foram mil e poucas pessoas, respeito-as, prometiam 10 mil. Mas me refiro, agora, aos que ficaram em casa, em todas as cidades. Sei que muitas pessoas

que ficaram em casa estão descontentes, e é exatamente a estas que quero me dirigir, cumprimentá-las pela compreensão de entender que estamos passando uma fase difícil, mas que não é como alguns querem, fazendo a busca de um atalho que vamos colaborar para que o Brasil volte a retomar o crescimento, a ter um ambiente pacificado, do ponto de vista político, econômico e até judicial. Quero agradecer a todos.

Acho que foi um gesto muito importante, que o Governo deve levar em conta, que os partidos devem levar em conta, que, independente das contas que fazem, se foi maior ou menor, muita gente foi para as ruas, e, se fosse um pouco menor, eu estaria fazendo o mesmo discurso. Mas o que me impressionou foi a quantidade de gente que avalia, hoje, muito ruim o Congresso, que avalia muito ruim o nosso Governo, que avalia muito ruim a política; ter ficado em casa na expectativa de que as lideranças deste País possam encontrar uma saída, que o Governo possa encontrar uma saída, para que o País volte à normalidade e se reencontre com o crescimento, com a geração de emprego, com ampliação das políticas sociais, com a industrialização, com tudo aquilo que sonhamos para o nosso País.

Mas o que me preocupou foi o pós-manifestação. O que é que temos depois desse voto de confiança que o povo nos deu, ficando a grande maioria, a imensa maioria em casa? Estão na expectativa de que os líderes políticos, os que dirigem as instituições do Estado brasileiro possam fazer algo, possam encontrar caminho. Essa é a situação que me preocupa. Quando vi Líderes da oposição tentar fazer uma *blitz* no movimento popular, preocupei-me. Setores da imprensa e alguns analistas falam que não, que a manifestação, agora, teve foco. Ela estava focada no Governo, na Presidenta Dilma, no Presidente Lula. Não, não é bem isso. É que agora houve uma quase intervenção de setores orgânicos da política brasileira. O PSDB usou todo o seu tempo de televisão, pré-manifestação, convocando disfarçadamente seus filiados para irem à manifestação. Ele tem que assumir isso, não pode ser disfarçadamente.

E vocês acham que o tal famoso foco dado não é uma espécie de profissionalização? Trocaram a cartolina legítima, inovadora, pedagógica, pelas produções espetaculosas, para dizer que era o Brasil inteiro que estava tendo uma sintonia contra a Presidenta, contra o Presidente Lula, contra o PT, contra a política, enfim.

Eu queria lamentar porque, sinceramente, queria ter feito esse discurso ontem aqui, um dia após as manifestações, porque o momento é de entendimento. Está aqui a Senadora Lídice, os Senadores ditos independentes, ou uma parte deles, porque há vários Senadores independentes aqui no Senado, que tiveram uma conversa com a Presidenta Dilma. Eu achei um gesto muito importante porque eles não foram lá para concordar ou discordar, foram lá para colaborar com o País. Eu até ajudei, de alguma maneira, para que essa audiência ocorresse. Parabenizo-os. Esse é o caminho.

Agora, eu queria falar da minha preocupação com a posição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu sempre o tive em boa conta e o tenho em boa conta. O PSDB, depois de ficar oito anos no governo, fez algo que me revoltava de certa forma. Eu falava para os Líderes do PSDB: por que esconderam o Presidente Fernando Henrique? Ele governou o País por oito anos. Ele ficou com a fama do pior eleitor brasileiro. Ele não aparecia no programa eleitoral do PSDB em lugar nenhum deste País; ele não participava das campanhas. Eu achei que foi uma atitude muito injusta e cruel do PSDB com Fernando Henrique Cardoso, porque eu acho que o nosso País tem que aprender a tratar bem seus líderes, especialmente quando eles saem do governo. Um presidente como o Presidente Fernando Henrique Cardoso, um homem preparado, que tem uma história de vida, tem muito a colaborar com o País, certamente. E foi nessa visão de respeito que ele montou o seu instituto, o Instituto FHC. Ele ganha muito dinheiro fazendo palestras pelo mundo inteiro, passando adiante suas opiniões, suas teses, e eu acho isso absolutamente legítimo e importante para o País.

O problema, Sr<sup>a</sup> Presidenta...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu pediria um tempo, tendo em vista a gravidade do que estamos vivendo, a quadra grave que estamos vivendo em nosso País.

O problema é, no momento mais crucial que estamos vivendo, mas também bem melhor do que o momento difícil do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – A inflação e os juros, hoje, são bem menores do que no seu tempo, a situação, na própria avaliação do Governo, também não é essas coisas –, e ele falar em renúncia da Presidenta. Eu fiquei entristecido, falo sinceramente. Essa é uma palavra que não deveria sair, não deveria estar sendo colocada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Vou dizer uma frase aqui: o nosso País, neste momento, está precisando de cada um de nós, do que temos de melhor, e não do pior, não daquilo que temos de pior. Acho que o Presidente Fernando Henrique foi muito infeliz nessa frase dele. Ele, há pouco tempo, tinha sido criticado por setores de seu Partido, porque tinha sido justo com a Presidenta Dilma, quando disse que ela é uma pessoa honrada, que ela é uma pessoa que merece a confiança e o respeito de todos.

Eu, quando fui governador, fui criticado pelo meu Partido, Sr<sup>a</sup> Presidenta Vanessa, porque assinei uma carta de confiança ao Presidente Fernando Henrique, quando ele não tinha confiança nem de setores de seu Partido, da sua base aliada. Isso, porque eu o tinha e o tenho como uma pessoa honesta. Assinei, numa reunião que fizemos na Granja do Torto. Meu Partido veio em cima de mim, a Liderança do meu Partido veio me cobrar, e assumi minha posição. Então, eu tenho tranquilidade para falar.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso não pode falar de ilegitimidade da Presidenta Dilma. O PSDB não pode falar de ilegitimidade da Presidenta Dilma.

Eu poderia lembrar um episódio que é parte da história. Como se deu o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso? Não existia reeleição no Brasil. A reeleição no Brasil foi comprada, neste plenário e no plenário da Câmara dos Deputados, envolveu Parlamentares. Foi comprada...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... por 200 mil moedas *(Fora do microfone.)*. Se atualizarmos essas 200 mil moedas, dá muitos milhões de reais nos dias de hoje. A reeleição foi comprada, e o Presidente Fernando Henrique foi reeleito. Eu nunca usei este termo, de que ele foi reeleito ilegitimamente.

Há diferença, hoje, do financiamento que a Presidenta Dilma recebeu daquele que o Aécio Neves recebeu? Ou vamos viver esse faz de conta? Tem diferença o financiamento que qualquer partido deste Congresso recebe um para os outros? Há uma diferença: é que o meu partido, o PT, não deveria ter caído nessa armadilha de fazer o financiamento eleitoral exatamente igual aos outros. O PT não pode, não podia. Isso é uma falha nossa. E tomara que no futuro a gente possa fazer esse ajuste.

Eu queria então concluir, Sr<sup>a</sup> Presidenta, dizendo que...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) –... eu espero sinceramente que o Presidente Fernando Henrique possa rever essa posição dele e possa fazer como ele estava pensando antes das manifestações, ser parte da solução, ajudar o País, dar o seu melhor para o País. Eu fico...

E deixei por último o que estão fazendo com o Presidente Lula ou o que estão tentando fazer com ele, o que estão tentando fazer com o PT, o que estão tentando fazer com o Governo não ajuda. Estão tentando acertar o Governo e acertam o País. Tentam atingir o PT e o Lula e atingem a democracia. E agora vêm disfarçadamente com uma posição perversa, que tenta levar a ilusão ao povo brasileiro, mas que é nada mais, nada menos do que uma tentativa de romper com a democracia que a duras penas o Brasil conquistou, porque encurtar o mandato da Presidenta, encontrar atalhos, não dá para disfarçar, é algo muito sério. O Brasil sabe o que é isso.

Eu fico contente de ver que setores da imprensa começaram a entender a dimensão do que está em jogo e começaram a fazer pequenas correções de sua posição.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas essa ação que nós estamos vendo, combinada, de tentar destruir o Presidente Lula, eu acho que atinge uma parcela grande dos brasileiros. Fizem uma ação parecida, setores da elite, com Getúlio Vargas, fizeram uma ação – é bom que se lembre – com Juscelino Kubitschek. Juscelino Kubitschek, que fez Brasília, que mudou a história do Brasil, morreu como um corrupto, morreu com o seu capital político destruído, e só depois é que teve parte do seu reconhecimento.

O Presidente Lula levou o Brasil para o mundo, fez o mundo respeitar o nosso País. O Presidente Lula mudou a história de milhões de brasileiros e brasileiras, dos mais pobres. Criou ambiente para quem era rico ficar milionário, para quem era milionário ficar bilionário.

O Presidente Lula sofre uma caçada hoje, perigosa. Será que os que estão caçando Lula querem um cadáver? Eu acho que só está faltando isso para alguns. Será que esse o país que nós queremos? Jogarem bomba na frente do instituto do Presidente, ataquem diretórios! É esse o país que agora nós vamos vivenciar ou é aquele país da tolerância, do sonho de melhorar a vida de todos, o País de a gente aperfeiçoar a democracia?

Quebraram o sigilo do Presidente Lula! Isso é uma ação de bandidos! Quebrem o sigilo do Presidente Fernando Henrique Cardoso! Vai ter meu protesto aqui. Ninguém da oposição, ninguém de setores importantes da imprensa diz uma palavra contra esse grave episódio.

O Presidente Lula tem um trabalho extraordinário no seu instituto, um trabalho social com a África, com os mais pobres, com a educação. O Presidente Lula, junto com um mundo de funcionários, faz um trabalho fantástico, porque são pessoas qualificadas. Eu conheço o trabalho do instituto do Presidente Lula. Não é um instituto de araque! É um instituto que leva adiante os seus sonhos. E ele faz isso fora de governo.



Que tal se déssemos transparência aos recursos que esses institutos todos recebem? Isso poderia ser bom para o País, seria transparência. Margaret Thatcher ficou milionária dando palestras; Ronald Reagan, também. Líderes do mundo inteiro, como Tony Blair, o casal Clinton. O casal Clinton recebeu, em seis ou sete anos, R\$480 milhões...

*(Soa a campanha).*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...por palestras pagas. Eu não sei dos trabalhos sociais. Certamente eles fazem trabalho de debate mundo afora. Mas eu conheço o trabalho social que o Presidente Lula, pela democracia que ele faz, mas o Presidente Lula não pode cumprir esse papel.

Parece uma sina. Alguns não aceitaram que ele, como retirante, virasse Presidente, outros não aceitaram que ele, como Presidente, pudesse ter melhorado e mudado o Brasil para melhor. E agora alguns não o aceitam nem como ex-Presidente.

Eu acho que todos nós devemos ficar vigilantes.

Eu faço um apelo aqui ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu faço um apelo às lideranças de todos os partidos: vamos atender ao recado do dia 16 da população que, na sua absoluta maioria, ficou em casa, a população brasileira, com todo respeito aos que foram às ruas.

A população que ficou em casa está esperando de cada um de nós o nosso melhor. Que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem tanta coisa boa na sua biografia, possa oferecer ao Brasil o seu melhor e que possa guardar o seu pior, porque, eu sei, ele é um ser humano, é um líder político. Todos nós temos as nossas falhas, mas que ele possa superar essa frase infeliz, esse posicionamento infeliz por um posicionamento à altura do que o Brasil precisa neste momento. Da mesma maneira, o Presidente Lula, da mesma maneira a Presidente Dilma.

Volto a repetir que cabe a ela o gesto, depois do dia 16, de procurar os Líderes da Oposição, de insistir, de dialogar com todos os setores da sociedade e de pedir apoio para terminar o seu mandato, para entregar o País melhor, para corrigir as falhas do nosso Governo.

É essa a expectativa que eu tenho, é esse o apelo que faço da tribuna, 48 horas depois de uma manifestação democrática, ordeira, que os brasileiros fizeram, alertando a todos que o Brasil precisa fazer um ajuste na sua economia, fazer mudança na sua política para retomar a condução deste País, que é tão fantástico e que tem um povo maravilhoso.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Parabéns ao Senador Jorge Viana pelo pronunciamento. Na semana passada, quando V. Exª fez um pronunciamento, eu pedi para assinar embaixo. Eu novamente o faço, só que agora eu ocuparei a tribuna em seguida, Senador Jorge Viana. E comentava que o que V. Exª falou aqui eu trago por escrito, porque tem incomodado a todos nós o que vem acontecendo no País nesses últimos tempos, Senador Jorge Viana.

Então, parabéns a V. Exª pela coragem, pela conduta e pelo papel de equilíbrio que V. Exª tem exercido no Parlamento brasileiro. Eu, certamente, no meu pronunciamento, não serei tão equilibrada como V. Exª, Senador Jorge.

São vozes como a de V. Exª que o nosso País precisa ouvir.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ontem, Senadora Vanessa eu estava fazendo uma visita à ponte sobre o Rio Madeira e, junto com o Deputado Federal Angelim, fomos conversar com o ex-Arcebispo de Rondônia, que foi Bispo no Acre a vida inteira, Dom Moacyr Grechi. É um homem extraordinário com quem eu tive uma audiência com o Papa Francisco no ano passado, de quase uma hora. Eu sempre me aconselho com ele.

Ele veio a uma reunião na CNBB, ele que já não está mais na ativa, vai fazer 80 anos. Mas ele, que gosta do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem uma ótima relação com o Presidente Lula, ficou muito decepcionado, porque todas as pessoas de bom senso neste País estão trabalhando para que o Brasil encontre uma saída, mantendo a sua democracia, fortalecendo a sua democracia.

Eu fico triste de ver algumas lideranças inventando maneiras de justificar *impeachment*, de encurtar mandato de Presidente. Isso é muito sério, é muito grave, abre um precedente que fere de morte a democracia que nós ainda estamos construindo quando se adotam medidas como essa.

Então, que V. Exª possa usar da tribuna, e eu fico aqui neste papel.

Eu tenho ajudado o Presidente Renan, parablenho todos que estão ajudando nessa Agenda Brasil. Ela é só o começo de uma busca de entendimento para que o Congresso Nacional, que também é tão questionado pela opinião pública, possa cumprir o seu papel de ajudar todos os brasileiros, o nosso País a enfrentar um momento de dificuldade.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM.) – Muito obrigada a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Eu passo a direção dos trabalhos ao Senador Paulo Paim.

*A Srª. Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra a Líder do PCdoB, Senadora Vanessa Grazziotin, para o seu pronunciamento.

E no plenário, a Senadora Lídice da Mata.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Senador Jorge Viana, antes que V. Exª possa ir dirigir a Comissão da Reforma Política com a competência de sempre, eu quero dizer que, por causa do pronunciamento que V. Exª acaba de fazer aqui, eu mudei o início do meu, que trago por escrito. E vou fazer um grande esforço para deter-me neste pronunciamento cujo conteúdo é exatamente o que V. Exª acabou de falar aqui.

Mas eu mudo para ler uma frase que está expressa nos meios de comunicação no dia de hoje, uma posição que foi expressa por um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Quando na presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso, numa palestra que fez em São Paulo, no Instituto Fernando Henrique Cardoso, ele disse que nós não podemos trocar as instituições por tentativas como essas que estão sendo utilizadas agora, de abreviar um mandato constitucionalmente conquistado apenas por pura e simples discordância. Essas foram as palavras do Ministro Barroso.

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Vanessa, foi muito bonito isso. Eu estava ao lado do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, eu, como uma pessoa que tem o maior respeito pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, peço: Presidente Fernando Henrique Cardoso, não se apegue nesta hora em que o Brasil precisa tanto dos seus líderes.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente.

Veja, são as palavras do Ministro Barroso: “O País não pode trocar seu patrimônio institucional para abreviar o tempo de um Governo que se tornou impopular. O varejo da política não pode derrotar as instituições”, completou o Juiz do Supremo, que falou no evento no Instituto Fernando Henrique Cardoso, ao lado do próprio ex-Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso.

Repetindo aqui e destacando as palavras do Ministro Barroso, Sr. Presidente, quero dizer que não só como Parlamentar, como militante política que sou, mas como cidadã acompanhei com muita atenção os fatos que ocorreram no último domingo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Vanessa, permita-me.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estava ali com o Deputado Colbert Martins e estava vendo se a pronúncia estava correta, pois queria registrar a sua presença aqui. É um Deputado com quem trabalhei na Câmara, um grande Parlamentar que continua até hoje sendo uma liderança que orgulha não só a Bahia, mas todo o povo brasileiro. Ele está ao lado da Senadora Lídice da Mata.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu me somo a V. Exª nessa saudação. Não o fiz porque ele está em uma reunião muito importante com a Senadora Lídice da Mata, e eu não queria atrapalhar essa conversa que acredito ser fundamental, principalmente para o Estado da Bahia.

Sr. Presidente, eu quero dizer que para quem construiu ou ajudou a construir uma trajetória política participando ativamente dos movimentos populares, ainda como integrante de um partido que é o Partido Comunista do Brasil, que teve grande parte de seus dirigentes mortos pela ditadura militar, dirigentes que não se acovardaram, que não se apegunaram, que não se amedrontaram diante de uma ditadura feroz e foram às ruas para defender as liberdades, para defender a democracia no País, como alguém que participa uma vida inteira de um partido que tem as características do meu PCdoB, Sr. Presidente, eu quero fazer a avaliação das últimas manifestações ocorridas no Brasil, no último domingo.

Creio que as manifestações sejam produto da conquista das mais amplas liberdades e que sejam fundamentais para o aprimoramento da jovem democracia brasileira. Então eu também, como vários Senadores que me antecederam nesta tribuna, quero, em primeiro lugar, saudar a iniciativa da população, o desejo, a disposição da população brasileira de seguir ativa, opinando sobre os destinos e o futuro do nosso País. Nesse sentido, Sr. Presidente, as manifestações do último domingo foram muito bem-vindas. Não foram bem-vindas, elas foram muito bem-vindas.

A maioria dos militantes, ou uma parte significativa, tem elegido como foco principal, alvo principal o combate à corrupção no País, o que vai, sem dúvida nenhuma, ao encontro dos anseios de todos os brasileiros, de todos os brasileiros.

No entanto, Sr. Presidente, eu não posso deixar de vir à tribuna e destacar algumas questões que me chamaram muito a atenção, várias delas já levantadas pelo Senador Jorge Viana, daqui desta tribuna. Ficou nítido, Sr. Presidente, acho que a questão principal é que ficou nítido o caráter partidário que se tentou dar ao movimento por parte daqueles que insistem em não aceitar os resultados das urnas, ou seja, a vontade soberana dos 24 milhões de brasileiros e brasileiras que elegeram Dilma Presidente deste País. E digo isso, e de uma forma muito mais simples disse o orador que me antecedeu, que as cartolinas escritas à mão foram substituídas por bonecos gigantes, foram substituídas por faixas muito bem pintadas, aliás, lá na minha cidade, em Manaus, havia mais faixa do que gente, mais faixa do que gente, inúmeras fotografias mostram isso, Sr. Presidente.

Então é algo que claramente mostra que havia tentativa de dirigir aquela manifestação no dia de domingo. E dirigir para quê? Para reforçar a ideia daqueles que querem tirar a Presidência do poder. E a quem o Ministro do Supremo Tribunal Ministro Barroso, se refere como pessoas que não zelam pelo patrimônio institucional construído e costurado durante esses anos todos em nosso País.

Mais uma vez, Sr. Presidente, os defensores do *impeachment* da Presidente Dilma, da campanha do ódio e da intolerância aproveitaram o momento para reforçar suas ambições de reaver o poder a qualquer preço. Eles agem para empurrar o Brasil para o abismo, eu não tenho dúvida nenhuma mais quanto a isso, Sr. Presidente.

A tática é conduzir o País à instabilidade, à ingovernabilidade, de aprofundar a crise econômica, uma conduta fadada ao malogro. Dois dias antes da manifestação, por exemplo, o Instituto Data Popular divulgou uma pesquisa em que 71% dos eleitores acreditam que a oposição age mais com oportunismo, “agem por interesse próprio, não pelo bem do [...] [Brasil]”.

A pesquisa divulgada aponta, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que opositores e descontentes não são a mesma coisa, são duas categorias diferentes. O primeiro grupo, o dos opositores, são eleitores que não votaram na Presidente Dilma, mas não são eleitores comuns, são eleitores convictos que se aliam com o projeto de governo defendido pela oposição, ou seja, pelo projeto neoliberal, Sr. Presidente, é um grupo um grupo formado por pessoas que rejeitam o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não aceitam o fato de o Brasil ter tido um presidente operário, mas tão competente quanto foi o Presidente Lula. É um grupo de pessoas que avalia o atual Governo como ruim ou péssimo e quer o *impeachment* a qualquer custo. Eles são contra, não pessoas, mas, no fundo, são contra políticas sociais que vêm sendo aplicadas no Brasil, como o Bolsa Família, como o ProUni, como as políticas de cotas. E é bom que a gente esclareça e deixe muito claro este fato.

Os que estão na categoria dos descontentes, pelo contrário, dizem não acreditar que a oposição resolveria a atual crise econômica. E de fato, Sr. Presidente, a oposição não resolveria, muito menos num passe de mágica, por uma razão muito simples: a crise econômica que se abate sobre o Brasil não é fruto somente de ações tomadas pelo Governo interno, não. É fruto de uma crise que se alonga no mundo inteiro e acomete países desde o ano de 2008 e que – repito – foram exatamente as medidas anticíclicas utilizadas pelo Governo brasileiro, até pouco tempo, que fizeram com que a situação não ficasse pior, ainda mais, do que está hoje.

V. Exª sabe perfeitamente disso. O setor produtivo foi fortemente financiado pelo Poder Público, fortemente desonerado. As políticas de benefícios sociais não acabaram porque o governo brasileiro sabia da necessidade de mantê-las para aquecer o mercado interno e assim não provocar o desemprego, Sr. Presidente.

Entretanto, com o desenvolvimento da crise que adquire faces diferentes do que estava até pouco tempo, outras medidas têm que ser tomadas. O governo brasileiro não tem mais a capacidade de investimento que tinha há um ano. Então, outras medidas têm que ser tomadas. A crise econômica, portanto, não é fruto de um descontrole praticado pelo Governo da Presidente Dilma, como eles tentam dizer. A crise econômica brasileira segue a crise do capitalismo internacional. Ou será que eles querem dizer que não é verdade o fato de que as *commodities* caíram, tiveram uma queda no seu custo radical.

Agora mesmo eu conversava com o prefeito de Coari, um Município próspero, o mais rico depois da cidade de Manaus, do meu querido Estado do Amazonas, e ele me dizia qual foi a quantidade de recursos que caíram na sua arrecadação, sobretudo dos *royalties* do petróleo. Eu disse: “Prefeito, mas isso é simples, o petróleo, até o ano passado, o barril era comercializado a mais de US\$150. O petróleo, hoje, é comercializado a pouco mais de US\$40.” Ou seja, não é uma crise que foi provocada pela Presidente. É uma crise que acomete o mundo inteiro. Crise essa, aliás, Sr. Presidente, que está sendo superdimensionada. E está sendo superdimensionada pela oposição, com um objetivo muito claro: favorecer o aprofundamento da crise política, dizer para o povo brasileiro que em tudo a culpa é da Presidente e que este projeto é que não está correto.

É conhecido que o desempenho da economia mundial, por exemplo, está prejudicando a retomada do mercado de trabalho em vários países. Mesmo assim, Sr. Presidente, a taxa de desemprego no Brasil – que em

abril passado alcançou 6,2% e, mais recentemente, a cifra de 6,9% – é menor que a média na Europa, de 11,3%. Em plena estagnação econômica, a Zona do Euro, por exemplo, registrava uma taxa de 12,7%, quase o dobro da taxa verificada aqui no nosso Brasil. Na Itália é isso, e na Espanha é de 23,2%.

Vamos comparar o Brasil aos BRICS. Os países que compõem os BRICS têm uma situação muito mais delicada do que a nossa. Na África do Sul, a taxa de desemprego está em 24,3%. Na Índia, 8,6%. São níveis de desemprego, por exemplo, maiores do que os verificados no Brasil.

Aqui na América do Sul, no mesmo período, por exemplo, a taxa de desemprego na Colômbia é superior a 10,2%. Na Argentina, uma taxa muito semelhante: 6,9%, igual a nossa, aqui no Brasil.

Mas, Sr. Presidente, num momento em que diversos setores da sociedade, entre os quais os financeiros, midiáticos, os empresários, movimentos sindicais e sociais rechaçam a tentativa desenfreada do caminho apontado pela oposição golpista, surge – quem diria – o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso com um discurso sugerindo a renúncia da Presidenta Dilma.

Veja, Sr. Presidente: ex-Presidente do Brasil, eleito e reeleito. Portanto, um Presidente que teve um mandato de oito anos. Surge e diz que acha que a Presidente Dilma deveria renunciar ao seu mandato. Ora, Sr. Presidente, um discurso que nos surpreende...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... e, tenho certeza absoluta, surpreende a todos, pela história do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é considerado um dos homens moderados, sobretudo nessa tertúlia “demotucana”.

Ele tem sido considerado, até agora, a voz do equilíbrio e ele me aparece com essa frase, com esse palpite infeliz, uma irresponsabilidade sem tamanho, num momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, inoportuno. Justamente quando a pauta prioritária é o diálogo, é o consenso em torno da retomada do crescimento, da proteção dos empregos e das empresas brasileiras e as que atuam no Brasil, vem e aparece o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, sugerindo, do nada, que a Presidente Dilma renuncie. Trata-se de uma ignominiosa conduta para prejudicar o País.

Eu perguntaria por que a Presidente Dilma teria que renunciar? A Presidente Dilma está impedindo que ações de combate à corrupção no Brasil sigam? Pelo contrário, ela, muitas vezes, é criticada, porque não atua na Polícia Federal, não interfere nas investigações. Quantas vezes já ouvimos isso, Senador Paim? É criticada por isso. Então, por que ela deveria renunciar? Porque os maus feitos praticados no âmbito da Petrobras estão aparecendo? Mas ela não está contribuindo para que esses maus feitos apareçam? Por isso não é. Então, por quê? Por conta da crise econômica? Também não, Sr. Presidente. Aí, dizem: “Ela tem que chegar de público e fazer autocrítica”. Eu penso que, da forma dela, ela já fez muito e muitas vezes. Agora, dizer que tudo que foi feito no Brasil até agora está errado, tenha santa paciência. Autocrítica deveria fazer ele, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que mudou a regra do jogo no meio do jogo, e acha que isso é bacana, e acha que isso é legal, e acha que isso está perfeito. Eu me refiro aqui ao que o Senador Jorge Viana também falou: a aprovação da emenda constitucional da reeleição, que poderia até ter sido aprovada, mas não para vigorar e não para beneficiá-lo como Presidente em exercício do País, mas a emenda constitucional era sob encomenda dele próprio, que, aliás, para ser aprovada, precisou de comprar muitos votos. Eu não estou inventando nada, estou apenas repetindo o que a imprensa deu fartamente, denunciou, apresentando provas claras. Mas não! O Presidente, àquela época, deixou que a CPI se instalasse? É verdade, Senador Paim? V. Exª, como eu, era Deputado. É verdade? Não, eu não era Deputada ainda. Deixou que a CPI se instalasse? Não. Barrou a instalação da CPI, como barrou a instalação da CPI das privatizações, barrou-as. Então, por que o ex-Presidente vir e dizer isso da Presidenta Dilma? Ele não tem autoridade. Por mais que tenha sido ex-Presidente, não tem autoridade, mesmo porque não há qualquer sombra, na realidade, que justifique um pedido a uma Presidenta da República que ainda está na metade do seu primeiro dos quatro anos de mandato.

É, Sr. Presidente, o ex-Presidente Fernando Henrique só reforça a tese que vem sendo sustentada pela oposição irresponsável, a tese do quanto pior melhor. Querem, a todo custo... No fundo, eles reforçam a tese do quanto pior melhor porque querem o retorno do seu projeto neoliberal, do projeto entreguista, do enfraquecimento da Petrobras e da indústria nacional e a completa destruição das bases políticas e econômicas estabelecidas ainda no primeiro governo do ex-Presidente Lula, que, aliás, como aqui foi dito também, alvo número um dos ataques. Tudo muito bem concatenado.

Eu li a matéria publicada, tive que ler a matéria publicada na última edição da revista *Veja*. Sr. Presidente, não é risível porque é trágico. Quebram o sigilo de uma empresa de um ex-Presidente do País, relatam pormenorizadamente aquilo, fazem ilações, Senador Paim, para, no final, dizerem: “Não tem nada de errado e de ilegal.” Para quê? Para quê? Medo de que eles têm? Medo de quê? E ainda reclamam quando a gente vem à



tribuna, quando os movimentos sociais vão à rua e acusam a oposição de golpista, que, de fato, o é. Qual o crime? Por quê? Já que eles dizem o seguinte: “Não há espaço para defender o *impeachment* porque não há crime caracterizado, promovido pela Presidente Dilma [apesar de eles tentarem muito, vão continuar tentando e não vão encontrar, não há crime praticado por ela], então vamos desgastá-la para que ela saia, vamos pedir a sua renúncia.” Por quê? Por que não concordam com o projeto da Presidente Dilma Rousseff? Por que não concordam com o projeto iniciado pelo ex-Presidente Lula?

Aliás, baseada nisso, Sr. Presidente, eu quero aqui rapidamente, para concluir minha participação, falar sobre o editorial de ontem do jornal *New York Times*.

O editorial – repito – não é do jornal de Cuba, cujo Presidente Raúl Castro dizem ser amigo íntimo do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Não! É o editorial do jornal *The New York Times*, que contraria essa conduta golpista que se espalha pelo Brasil.

O veículo diz que não há nenhuma evidência de que a Presidenta Dilma esteja envolvida em qualquer ato de corrupção, e de fato não há – é visível. Ao contrário. O jornal *The New York Times* diz que Dilma Rousseff está empenhada em não constranger ou influenciar as investigações em curso

Eu vou ler aqui um trecho do editorial, Sr. Presidente:

Ela [Dilma] não fez – o que é admirável – nenhum esforço para constranger ou influenciar as investigações. Ao contrário, ela tem consistentemente enfatizado que ninguém está acima da lei, e apoiou a renovação da gestão do atual Procurador-Geral da República, encarregado das investigações sobre a Petrobras, Rodrigo Janot.

E segue:

Até o momento, as investigações não encontraram nenhuma evidência de ações ilegais de sua parte. E, enquanto ela é, sem dúvida, responsável por políticas e erros que produziram problemas econômicos, não há nada que justifique o *impeachment*. Derrubar Dilma sem evidências concretas de corrupção causaria sérios danos à democracia que vem ganhando força nos últimos 30 anos, sem nenhuma contrapartida. E não há nada que sugira que algum dos líderes políticos que querem lhe tomar o lugar faria melhor do que ela em termos de política econômica.

Por fim, Sr. Presidente, por essas razões, nós do PCdoB, que passamos reunidos no último final de semana – e amanhã voltarei para ler partes do documento que aprovamos no dia de ontem –, estamos confiantes na superação da crise. Nós do PCdoB – repito – estamos confiantes na superação da crise, mas alertamos que o confronto poderá ser longo, e a conjuntura política tende a seguir instável e perigosa. Por isso, estamos convocando o nosso coletivo militante a reforçar ainda mais o engajamento na luta e conclamamos que essa mesma conduta seja adotada pelo conjunto das forças políticas e sociais democráticas e progressistas.

Isso é a conduta que o povo brasileiro deve esperar daqueles que estão verdadeiramente comprometidos com o projeto de desenvolvimento nacional, de garantia dos direitos conquistados, de manutenção dos direitos conquistados e de seguirmos no desenvolvimento, para que possamos, brevemente, ampliar esses direitos. Eu digo brevemente por quê? Por que o momento é muito delicado do ponto de vista da nossa economia.

A arrecadação dos Estados, dos Municípios, da União cai significativamente. Há o problema da economia que se contrai, Sr. Presidente. Mas, sem dúvida nenhuma, com uma ação, um pacto pelo futuro do País, a gente pode superar tranquilamente essa crise.

Eu nunca me canso de repetir: a Rússia vive um momento mais delicado do que o Brasil vive, mas a previsão é de que haja uma queda na economia russa superior a 4,5%. Aliás, a última notícia é de que o PIB, no segundo trimestre, havia caído 4,6% na Rússia, mas o ambiente político vivido naquele país faz com que a população enfrente de forma unida, situação e oposição, esse momento de dificuldade e acredite que juntos estão construindo o futuro não do partido A, B ou C, mas o futuro daquele país. É assim que temos que seguir, Sr. Presidente, construir o futuro do nosso País e da nossa gente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, a Senadora Vanessa Grazziotin faz o seu pronunciamento.

Agora, com a palavra, pela lista de inscrição, Senador João Capiberibe, ou a Senadora Lídice da Mata. Fique à vontade, Senadora Lídice da Mata, pelo tempo que entender necessário para seu pronunciamento. V. Exª fala como Senadora e Líder do PSB.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Meu caro Presidente, nós estamos à beira do início de uma reunião de Líderes e com muitas coisas acontecendo na Casa, mas não posso deixar de registrar, não queria deixar de registrar que estive, nessa segunda-

-feira, num momento importante para Salvador que foi a assinatura de ordem de serviço para execução das obras de contenção de encostas na Travessa Volts, lá no Rio Sena, no subúrbio. Não posso deixar de registrar, Sr. Presidente, porque Salvador viveu, nesse último período de janeiro até agora, tem vivido um período de intensas chuvas, mas de chuvas mais intensificadas ainda pelo menos de março a abril, maio, junho, em que tivemos que conviver com situações muito delicadas com perdas de vida. E fui prefeita e sei o que isso representa, das dificuldades da nossa cidade.

E pude participar de um evento em que o Governador lançou ordem de serviço para mais uma contenção de encosta no subúrbio ferroviário, lá no Rio Sena, em uma área extremamente necessitada, com a presença de diversos Vereadores. E eu quero lembrar aqui o meu querido amigo, que foi meu líder no governo Arnando Lessa; o Vereador Zé Trindade; o Vereador Toinho Carolino; o Vereador Gilmar Santiago; o Deputado Federal, que tantas vezes vem aqui falar conosco, defensor das Santas Casas da Saúde no Brasil, o Deputado Federal Antonio Brito; dois dos mais expressivos Deputados Estaduais que atuam na cidade do Salvador, o Deputado Isidório, Sargento Isidório, assim conhecido, por ter sido sargento da Polícia Militar e líder daquela categoria, em momento muito importante da vida da Polícia Militar na Bahia e com um expressivo trabalho social de recuperação de dependentes químicos e, também, um expressivo trabalho social na sua Igreja; a Deputada Estadual Maria del Carmen, que não canso de dizer, uma das técnicas mais competentes da cidade de Salvador, como engenheira e técnica, uma das técnicas que mais conhecem Salvador por baixo da terra, em toda a sua estrutura de saneamento, mas também conhece por cima, porque a característica de Maria é realmente, sem nenhum demagogia, ser uma técnica e uma dirigente do Município, como foi, e uma política profundamente vinculada aos problemas da cidade.

E pude estar presente nesse ato, juntamente com Governador Rui Costa. O Governador que tem chegado muito perto do acompanhamento dos problemas da cidade de Salvador, que se prepara para, em setembro agora, inaugurar o trecho do metrô de Salvador que há 14 anos é motivo de luta do povo da nossa cidade e que já funciona, em fase experimental, em um trajeto menor, e vai agora se estender até Pirajá, significando, sem dúvida nenhuma, grande conquista da cidade de Salvador. É um governo que tem que dar continuidade a obras de mobilidade também importantes, como a duplicação, a abertura, a viabilização da 29 de Março.

Então, são obras fundamentais para a mobilidade da cidade. Mas para mim as mais significativas e importantes são as obras que chegam junto para cuidar especialmente da manutenção da vida das pessoas, nas áreas pobres de Salvador, como foi o lançamento dessa obra de mais uma encosta no Rio Sena, no valor mais ou menos de R\$1,5 milhão. Essas obras são indispensáveis para que Salvador não volte a repetir a tragédia que marca, de forma tão profunda, a vida do nosso povo no período das chuvas.

Como prefeita, fiz muitas encostas em Salvador – muitas encostas! Fiz um plano de encosta ousado para a época em que fui prefeita, há 20 anos, numa circunstância em que não tinha do Governo do Estado nenhum tipo de apoio. Se tivesse o apoio, seria complicado, mas não tinha o apoio, havia uma ação constante e permanente para impedir que nós pudéssemos realizar e viabilizar as obras na cidade.

Portanto, eu fico feliz quando vou ao lançamento de uma obra, de um serviço como esse. Sinto que o Governador tem uma sensibilidade sincera pelos problemas do povo de Salvador. O Governador, que já foi Vereador de Salvador, teve a experiência de também viver numa encosta na Liberdade, de morar em área de risco na nossa cidade.

Ele começou a sua vida política como Vereador, assim como eu e também o Senador Walter Pinheiro, que, no mesmo período em que fui prefeita, foi Vereador. Então, para nós que iniciamos nossa vida política como Vereadores de Salvador é extremamente importante que possamos ter o Governo do Estado chegando junto daqueles que mais precisam, com obras mais necessárias para garantir o mínimo de condição de vida para o povo da nossa cidade.

O Governo Federal tem anunciado a disposição de contratar cerca de 5 mil novas unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida em Salvador. É outro esforço fundamental. Quando prefeita – já disse isto aqui publicamente –, o Senador Serra era Ministro do Planejamento e me ajudou muito para que eu pudesse dar garantias à população que havia sido desabrigada, e eu pude construir 950 casas em Salvador para a população de desabrigados, o que me foi garantido pela ação do Ministro José Serra, como Ministro do Planejamento, na Defesa Civil no Governo Federal.

Tive o apoio do Governo Federal, um apoio arrancado por Deputados, como o Deputado Colbert Martins, que aqui está, Domingos Leonelli e diversos outros Deputados, que tinham e sempre tiveram compromisso com a luta democrática em nosso Estado, que não podiam permitir o massacre de Salvador, que tinham, e têm, e tiveram compromisso com a vida do nosso povo. Mas sei o quanto é difícil para a população que sofre nessas áreas de risco a manutenção da sua vida e da vida de suas famílias. Às vezes, falamos assim: “Tem que tirar a população das áreas de risco!”, como se fosse fácil para uma pessoa que nasceu naquela localidade, que nasceu

ali em Lobato, ou na Capelinha de São Caetano, ou descendo ali a Boa Vista de Caetano – que tem este nome, porque é uma descida maravilhosa sobre a Baía de Todos os Santos, é uma vista esplêndida –, que nasceu ali, que se criou ali, que teve ali também como vizinho seus avós, seus tios, toda a sua família, e que, de repente, com a degradação da situação de ocupação das encostas da nossa cidade se vê na condição de perder tudo o que tem e de ser transferido para o lugar com que ela, inicialmente, não tem nenhuma identidade, não está perto do seu trabalho, não está perto dos seus amigos, não está perto da sua escola, do seu local de trabalho. Então, essas são algumas das dificuldades por que passam o povo na nossa cidade.

E estou muito feliz que o Governador, que, hoje também já inaugura uma encosta nova da nossa cidade, esteja se comprometendo a, toda segunda-feira, dar ordem de serviço para uma nova encosta em Salvador. Sabemos que a Bahia não está esbaldando dinheiro, assim como não está nenhum outro Estado brasileiro, como não está o Governo Federal. Estamos passando por dificuldades financeiras, econômicas, a economia do Brasil, a receita está caindo na Bahia, em São Paulo, em Brasília, em todos os Estados brasileiros, nacionalmente.

Portanto, são enormes os desafios. Mas governar é escolher prioridades. E, quando o Governador se compromete, como está se comprometendo, a realizar um plano que já iniciou de investimento das encostas de Salvador, reafirma o seu compromisso com aqueles que mais precisam na nossa cidade das áreas de moradia de risco.

Quero, aqui, desta tribuna, parabenizá-lo e dizer que ele conta comigo neste esforço, cada vez maior, de chegar junto daqueles que precisam na cidade de Salvador.

Portanto, eu agradeço, Presidente, a sua paciência. Eu estava participando de uma negociação com o Senador Capiberibe e o Deputado Colbert Martins, conversando sobre a situação da Universidade de Feira de Santana, mas não poderia deixar de vir até aqui para registrar essa minha alegria de poder participar, nesta segunda-feira, desse evento extremamente importante. Evento em que eu tive a possibilidade de encontrar velhas lideranças de militância popular na cidade Salvador, companheiros de muitos anos – não são de poucos anos não, porque eu já tenho um pouquinho de idade; não tanto, mas certamente mais do que o senhor, de idade física, mas é que, há muitos e muitos anos, desde muito jovem, ando nos bairros populares de nossa cidade, participo do movimento popular. Encontrei companheiros de 30 anos de luta, lá em Rio Sena, e quero deixar para todos o meu abraço, ao Hamilton, a tantos companheiros que eu pude encontrar ali, naquele momento. Então, um grande abraço. É sempre uma emoção poder encontrar essas pessoas que reconhecem, inclusive, o nosso trabalho, o trabalho desenvolvido por nós, há mais de 20 anos, na prefeitura de Salvador.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Lídice da Mata.

Antes de suspender os trabalhos – porque o Colégio de Líderes está reunido ainda e, com certeza, teremos votação hoje, provavelmente ali pelas 17h, pois há uma série de temas na pauta –, eu queria, ainda, lembrar a todos que amanhã, às 11h, nós teremos sessão do Congresso Nacional para apreciar os vetos. Se algum Senador ou Senadora, até o fim da minha fala, quiser usar a tribuna, já está convidado.

Nós teremos sessão amanhã, às 11h, para apreciar os vetos. E é fundamental, independentemente da divergência que possam ter esse Senador ou aquela Senadora com o veto que vai ser apreciado, se vai votar pela derrubada ou pela manutenção do veto, eu queria lembrar que é importante a presença de todos, porque, só depois de apreciar os vetos, é que nós vamos apreciar a questão do PL nº 2, que é o que vai garantir o salário dos companheiros idosos, aposentados e pensionistas do Aerus. Eles dependem desta votação.

Já há acordo com o Governo. O Governo mandou o projeto para cá e está pedindo: “Votem o PL nº 2, que poderei pagar aos aposentados e pensionistas do Aerus”.

O Governo mandou, ainda em maio, para cá esse projeto – maio, junho –, e até hoje nós não o votamos. Os vetos... Não se permite a apreciação de um projeto no Congresso, sem que os vetos sejam apreciados.

Então, esse é o apelo que estou fazendo, em nome desses homens e mulheres com mais de 80, 90 anos. Eles estão sem receber os meses de junho, julho e, claro, agora, já o mês de agosto.

Não é falha do Governo, não estou fazendo crítica ao Governo. O Governo mandou o projeto ao Congresso. O Congresso aprova, e o dinheiro já está no banco. Mas, para eles receberem, tem de haver essa definição...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... mediante o voto por parte do Parlamento.

Então, eu queria, mais uma vez, insistir em que todos estejam aqui amanhã, às 11h, para apreciar os vetos, conforme convocação feita pelo Presidente Renan Calheiros.

Se algum Senador ou Senadora, neste momento, não quiser usar a palavra, suspendo – suspendo somente – esta nossa sessão do dia de hoje.

Está suspensa a sessão, até que o Colégio de Líderes termine a sua reunião. E teremos hoje – repito – pauta de votação nominal; tanto hoje, como também amanhã.

Já fiz um apelo, aqui, em nome do Aerus, e há também o apelo que fiz da tribuna e que vou repetir: espero que o décimo terceiro dos aposentados seja pago agora, no mês de agosto, como se vem fazendo há mais de uma década. Não há motivo nenhum para esse pagamento não ser feito.

Está suspensa a sessão, e a retomamos de novo, logo após o fim da reunião do Colégio de Líderes. *(Pausa.)*

*(Manifestação fora do microfone.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Então voltamos. Seria bom.

A Senadora Simone se dispôs a falar, assim não suspendemos a sessão. E sempre é uma satisfação...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... ouvir a Senadora Simone. *(Fora do microfone.)*

E me permita, Senadora Simone, falar da bela contribuição que V. Ex<sup>a</sup> deu hoje, pela manhã, naquele debate em que havia duas posições, uma do Senador Cristovam e uma do Senador Donizete, em relação à redação que dava o projeto do Senador Cristovam – a intenção, das melhores – para que os pais e mães acompanhem os filhos na sala de aula. E aí vinha, claro, certa cobrança, e V. Ex<sup>a</sup> mediu aquela posição. Ambos os Senadores tinham sua parcela de razão, e o Senador Cristovam concordou em votar o projeto, o Donizeti também, e o projeto vai para a CCJ. Por unanimidade, na Comissão de Educação, nós – é claro, a conversar com o Presidente daquela Comissão – avaliamos que V. Ex<sup>a</sup> seria a Relatora do projeto e faria lá então essa mediação, porque todos ganham com isso, mas principalmente o povo brasileiro.

Então meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (Bloco Maioria/PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Paim *(Fora do microfone.)*. Em seu nome, como Presidente, eu cumprimento os demais Senadores e Senadoras. Quero dizer que ocupar esta tribuna é sempre um prazer, mesmo quando nós não temos boas novas.

Estamos hoje para votar a última medida do ajuste fiscal do Governo Federal; um ajuste que, nesse caso específico, visa ao fim da desoneração da folha de pagamento dos empregados das indústrias e do comércio. Esse é mais um ajuste para contermos a tão propalada crise.

Aliás, Presidente, crise é a palavra, infelizmente, mais ouvida no Senado Federal, no Congresso Nacional, no Brasil, dos botequins ao chão da indústria, dentro das escolas, na conversa do dia a dia, porque a crise realmente é séria e tem várias faces. Nós temos a crise política, nós temos a crise econômica, nós temos a crise de lideranças, nós temos a crise ética. E essa crise geral se avoluma.

A realidade é que nós estamos em crise, ponto. E não sabemos se ela é conjuntural ou estrutural, ou se ora é uma, ora é outra, ou, ainda, se ela é ambas ao mesmo tempo – em determinados momentos, nós estamos falando de uma crise conjuntural, e, em outros, de uma crise estrutural, porque sabemos que esse desajuste na economia brasileira, por exemplo, vem de há muito tempo; porque há muito tempo os governos gastam mais do que arrecadam, gastam mais do que a sua própria receita. A realidade é essa: estamos em crise. E nós precisamos fazer a nossa parte...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A senhora tem toda razão, me permite?

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro, com o maior prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O caso do Rio Grande do Sul! Independentemente de governo. Não estou aqui julgando esse ou aquele governo. Lá praticamente todos os partidos chamados de grande porte foram governo, e a situação de fato é desastrosa.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida, Sr. Presidente. E essa irresponsabilidade fiscal trouxe a esta Casa um ajuste muito perverso; um ajuste fiscal que começou tirando direitos trabalhistas, restringindo e flexibilizando outros, e que agora termina na outra ponta – que é a da classe produtiva, que ajuda a gerar emprego –, com o fim da desoneração.

Mas esse ajuste fiscal, a meu ver, tinha de ser acompanhado de uma política positiva de enfrentamento à crise assumida de uma forma mais incisiva pelo Governo Federal. Nós precisamos dar algum alento à economia brasileira, Sr. Presidente, a começar pelo descontingenciamento dos recursos referentes a 2013 e a 2014. Nós temos um resto a pagar neste País, para os Municípios e os Estados, de grande monta. Só em Mato Grosso do Sul – e não me refiro nem aos restos a pagar para o Governo do Estado –, nós estamos falando de 200 obras paradas, porque há R\$140 milhões de restos a pagar de 2013 e 2014.



Já que estamos contendo a economia com freio de mão, nós precisamos liberar o setor da construção civil. E nada agilizaria e aqueceria mais essa economia do que a liberação dos recursos para os Municípios e os Estados. É bom para os Estados, é bom para os Municípios e é bom para a economia brasileira.

Então, a razão de minha fala neste momento é nesse sentido. Nós não temos bola de cristal, mas já se fala em retração econômica de menos 2,8% do PIB para este ano e fala-se em menos 0,5% para o ano que vem.

Sr. Presidente, nós vamos votar esse fechamento do ajuste fiscal, dando mais uma vez nossa parcela de contribuição ao Governo Federal – devo dizer que vou votar favoravelmente à desoneração, não porque quero, mas porque entendo que essa é a única saída neste momento.

Vou dar o último voto de confiança ao Governo Federal; mas, em contrapartida, faço um pedido ao Ministro da Fazenda e à Presidente Dilma: descontingenciem os recursos que estão hoje nos Ministérios, para que Estados e Municípios possam terminar as obras públicas da saúde, da educação, da segurança pública, e para que possamos melhorar a geração de emprego no interior deste País.

Quando começamos a votar, Senador Telmário, o ajuste fiscal, havia um compromisso do Governo Federal. Nós estávamos tirando direitos dos trabalhadores e flexibilizando outros para termos um superávit primário de R\$68 bilhões. Cadê o superávit? Virou pó! Os 68 bilhões viraram seis, e agora não viraram nada! O Governo Federal poderá fechar no vermelho, no negativo. E, mais uma vez, vamos aprovar outra medida do ajuste fiscal.

Nós estamos preocupados com números, e foi dito aqui que esse ajuste fiscal, essa última medida, com o fim da desoneração, vai trazer para os cofres do Governo Federal R\$1 bilhão a mais por mês. São R\$12 bilhões anuais... Ótimo, que bom! Mas eu pergunto: e o desemprego? Será que nós não estamos, neste momento de crise, agravando ainda mais essa situação? Confesso que tenho mais dúvidas do que certezas. Acho até que o próprio Governo Federal, nesse aspecto, não tem certeza hoje de absolutamente mais nada!

Eu quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo... E eu aqui me penitencio, porque na Comissão de Educação eu citei um poeta mineiro, uma poesia sua, mas quero ter a oportunidade de citar essa poesia na íntegra, porque falei ali de improviso.

Quero, então, concluir declamando uma poesia de Affonso Romano de Sant'Anna, poeta mineiro:

Erguer a cabeça acima do rebanho  
é um risco  
que alguns insolentes correm.  
Mais fácil e costumeiro  
seria olhar para as gramíneas  
como a habitudinária manada.  
Mas alguns erguem a cabeça  
olham em torno  
e percebem de onde vem o lobo.  
O rebanho depende de um olhar

Eu quero dizer que o Brasil também depende desse olhar. Não do olhar para poder enxergar o lobo. Nós já sabemos quais são os lobos neste País: é a corrupção, é o inchaço da máquina pública, é o gasto acima das receitas, é o processo inflacionário, é a estagnação econômica. Nós já sabemos de onde vêm e quem são os lobos, mas nós precisamos ser liderados. Nós precisamos que venha alguém, neste cenário, e, para o Brasil, aponte o caminho e diga: "A situação é essa, mas o caminho também é esse".

Eu espero que esse líder – ou essa líder – esteja apenas adormecido e que possa, o mais rápido possível, acordar e nos conduzir; conduzir este País para o rumo do desenvolvimento e do crescimento o mais rápido possível.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Simone Tebet. Eu quero me somar ao seu ponto de vista.

V. Exª declamou aqui uma poesia, e o fez de manhã, Senador Telmário Mota, no momento em que aprovamos projeto de minha autoria, considerando o mês de março o mês da poesia, em homenagem a Thiago de Mello, que é um poeta universal; um homem que deu a vida pela liberdade, pela justiça, pela sua Amazônia e que, pelo poder da sua rima, do conhecimento, da cultura, já que era um homem universal, foi considerado um mestre, já que foi o autor de *Os Estatutos do Homem*.

*Os Estatutos do Homem* são, para mim, o meu estatuto. Eu li muito essa obra de Thiago de Mello.

Por unanimidade, a Comissão aprovou, hoje pela manhã, o mês de março como o mês da poesia. Eu não disse lá, mas vou dizer aqui, porque agora já foi votado: Thiago de Mello nasceu no dia 30 de março. Eu nasci

no dia 15 de março. Mas não digam que eu legislei em causa própria. É uma homenagem a ele e a todos os poetas e poetisas do Brasil e do mundo.

Por favor, Senador Telmário Mota, V. Exª tem a palavra.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, primeiro, eu quero aqui parabenizar a Senadora Simone Tebet, porque ela hoje estava inspirada. Eu sempre digo que eu gosto de ver a Senadora Simone Tebet na tribuna, porque ela é muito comedida. Ela fica muito atenta, acompanha, tem muito zelo no trabalho dela. Quando ela vem à tribuna, sempre deixa, naturalmente, uma reflexão. Sem nenhuma dúvida, quando ela conclui a sua fala, ela mostra um caminho, convidando os políticos, as lideranças, que são tão escassas neste País, a buscarmos realmente um caminho da construção ou da reconstrução do nosso País, que, sem nenhuma dúvida, Senadora, hoje está assolado por muitas crises. É a crise da corrupção, que é muito grande e corrói a sociedade brasileira, a crise moral, a crise ética, a crise econômica, mas, sobretudo, a crise política. E é isto que hoje eu vou abordar.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Telmário, eu quero aproveitar o seu gancho. Eu não a vi, mas está aqui no plenário já a minha Relatora, a grande Senadora Maria do Carmo Alves, que foi quem relatou esse projeto. Fez um belo relatório falando de inúmeros poetas do Brasil e do mundo.

Eu queria render a V. Exª homenagem pelo seu relatório, Senadora Maria do Carmo Alves. Muito obrigado.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Hoje, V. Exª foi muito vitorioso, porque vários projetos de V. Exª hoje tiveram aprovação nas comissões.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Graças à bondade e ao reconhecimento dos Senadores.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Graças a esse seu faro de buscar aquilo que a sociedade tanto clama e tanto quer.

Hoje, nós aprovamos lá outro com relação ao idoso. Você pode jogar na aposentadoria...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É fundamental esse projeto.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Esse projeto foi maravilhoso. Ele teve a aprovação de 100% da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você pode deduzir depois, para pagar, aplicando no fundo municipal, estadual e da União, do Idoso.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A pessoa física, no imposto de renda, pode contribuir para o fundo, que é controlado pelos Municípios, Estados...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Município, Estado e União.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É verdade. Então, quero parabenizar V. Exª, que amanheceu hoje muito estrelado, como sempre. Eu sempre digo: trabalhe que o resultado vem.

Mas hoje nós estávamos falando em crise. Eu venho a esta tribuna porque eu vi toda a movimentação no domingo e olhei, com muita atenção, o grito, o desespero e até a falta de uma razão específica. O que realmente queriam? O que realmente as ruas gritavam? Na verdade, as ruas gritavam, alucinadamente, contra a corrupção. E muitos que estão, direta ou indiretamente, envolvidos não foram nem para o eco dos gritos. Acabou que aqueles que ocupam os cargos mais relevantes do País foram os grandes responsáveis.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, venho a esta tribuna, dizer que, desde junho de 2013, nós políticos passamos a conviver com uma realidade extremamente desconfortável: manifestações e mais manifestações explodiram pelas ruas do nosso País e, como dizia o saudoso Deputado Ulysses Guimarães: “A única coisa que mete medo em político é o povo na rua”.

O Brasil perde, uma vez mais, preciosa oportunidade para implementar uma verdadeira reforma política em seu complicado sistema de poder. Travestida de progressiva e democrática, a versão do momento não quer outra coisa senão o esmagamento das pequenas legendas, limitando o acesso das prerrogativas partidárias somente aos grandes e gigantes partidos.

A nosso ver, são propostas capengas, claudicantes, fruto de discussões pequenas e atendem – se é que atendem – aos interesses mesquinhos de muitos dos que votaram pela aprovação. De fato, trata-se de um literal engodo legislativo, uma peça de traição às verdadeiras aspirações populares.

Por exemplo, ao contrário do que a população deseja, a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados endossa o financiamento empresarial para as campanhas eleitorais. A partir de agora, consigna-se às empresas – que não votam – o teto de 20 milhões em doações, dentro daquela margem de 2% do faturamento bruto anual já hoje garantida.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o aspecto inédito ainda está por vir. Se determinada empresa – repito, que não vota – desejar privilegiar um determinado partido político, poderá assim o fazer até o limite de 0,5% daquele mesmo faturamento.

Em outras palavras, trata-se de uma descabida fortuna reservada exclusivamente às legendas majoritárias.

Indiferentes ao noticiário sobre desvios de recursos que despontam diariamente com o escândalo da Lava Jato, Parlamentares fingem desconhecer a conexão íntima e perversa entre financiamento privado de campanha e acordos de propina e atos de corrupção junto ao aparelho estatal. E é justamente graças a este modelo eleitoral criminoso que o Estado brasileiro não tira o pé da lama moral.

Mais grave, Sr. Presidente, a proposta vencedora na Câmara determina que apenas partidos que conseguirem eleger ao menos um Parlamentar, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, terão acesso ao Fundo Partidário e a tempo gratuito em rede de rádio e televisão. Para tanto, as legendas menores terão que suar a camisa publicitária e gastar muita sola de sapato, pois encurtou-se o tempo de campanha em TV e rádio para 35 dias. Além do mais, a inaceitável redução de tempo de campanha só promove quem já é conhecido, prejudicando o surgimento de novas lideranças. Sei muito bem o que estou dizendo, pois enfrentei, de forma desigual, os poderosos do meu Estado, donos de jornais, rádios e televisão e grandes corruptos do meu povo.

Nessa mesma linha traiçoeira, ao estabelecer diretórios partidários mínimos nos Estados, a proposição dificulta a vida de quem é pequeno. Ao alegar medida necessária para eliminar as denominadas legendas de aluguel, os defensores da cláusula de barreira, na Câmara Federal, propositadamente confundem siglas repugnantemente parasitas com outras historicamente comprometidas com as causas sociais dos brasileiros.

Essa cláusula de barreira é quase uma piada. Limita o acesso aos recursos do fundo partidário aos partidos com ao menos um Deputado Federal ou Senador eleito – o que na prática só exclui quatro das 32 legendas existentes.

Reduzimos a idade mínima para candidatura de Deputados de 21 para 18 anos; governadores, de 30 para 29 anos; e Senadores, de 35 para 29 anos.

Foi isso o que o povo pediu nas ruas, Sr. Presidente? Claro que não. O povo pediu medidas sérias, não pediu arremedos.

Nossos jovens não acreditam em nós. Eles pediram claramente que fizéssemos uma reforma séria, ampla, discutida e que ponha fim ao descrédito que eles têm em nossos atos, descrédito que nós mesmos nos encarregamos de fomentar.

Somos representantes do povo num país democrático. É claro que podemos e devemos ser pressionados pelos eleitores, mas também é verdade que o nosso império é o da democracia. Temos responsabilidades.

Temos que fazer a reforma? Claro que temos!

O que estamos oferecendo? Uma reforma que mais parece uma colcha de retalhos e que só vai nos apenar ainda mais diante dos nossos eleitores e diante de nós mesmos.

Vejamos o caso do PLS 464, de 2015, que altera o calendário das eleições, adiando escolha e registro de candidatos, retardando o início da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, reduzindo o tempo diário de propaganda e diminuindo o período de campanha. Também limita gastos de campanha com pessoal e restringe o conteúdo das propagandas a imagens apenas dos próprios candidatos.

A quem interessa tirar os alto-falantes, amplificadores de som ou qualquer outra aparelhagem de sonorização fixa, bem como carros de som, minitrios ou trios elétricos da rua? Eu sei a quem interessa. Interessa aos donos de rádios, televisão e jornais. O meu Estado é cheio dessa situação. Lá no meu Estado, os poderosos querem usar o rádio e a televisão como únicos instrumentos, porque são poucos os que têm acesso. Querem tirar, aí, os amplificadores, que são aqueles a que, com certeza, qualquer um, de menor categoria, que viva numa sociedade mais humilde, pode ter o devido acesso.

Sem mais rodeios e anteparos, é a ditadura dos grandes partidos para sufocar os partidos menores. Até o momento, não há outra explicação. As alterações das emendas da reforma política carregam um viés absolutista, que largamente privilegia os interesses das legendas hegemônicas, em detrimento da sobrevivência plural e democrática das demais siglas.

Meus caros colegas Senadores e Senadoras, V. Ex<sup>as</sup> sabem tanto quanto eu que a nossa credibilidade está abaixo do volume morto perante a opinião pública. Nós temos a responsabilidade e a missão de mudar essa visão da sociedade. Somos os políticos integrantes deste Congresso Nacional. Cabe a nós, com nossos atos, mudar a opinião das pessoas.

Diante do exposto, Sr. Presidente, não há como não rejeitar o conteúdo ideológico que se esconde por detrás da PEC da reforma política. Os tubarões partidários almejam explicitamente aniquilar as legendas menores, sem que se introduza o filtro minimamente qualitativo para assim o fazer.

Em suma, tal iniciativa é contra os princípios elementares do PDT, que clama por uma reforma mais democrática de conduta e de valores para o intrincado tabuleiro da política brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, essa reforma, que eu chamo de arranjo político, que hoje tramita tanto no Senado quanto na Câmara Federal, não atende à ansiedade do nosso povo, longe de ser a reforma pretendida, longe de ser a reforma que possa atribuir, ou retribuir, ou resgatar, sobretudo, a credibilidade de nós, políticos.

É lamentável que o Congresso, especialmente o Senado, que é uma Casa de pessoas muito mais comedidas, neste exato momento em que poderia responder aos anseios e aos gritos das urnas, em vez de realizar uma mudança profunda, mas igualitária, que fosse democrática, que permitisse o Estado de direito ao nosso povo, venha fazendo arranjos para, cada hora mais, favorecer aqueles que, muitas vezes, não têm nenhum escrúpulo dentro da política. É por isso que não frequentei, e mandei tirar o meu nome do grupo da Comissão que estava se propondo a fazer essa reforma. Pensei que fosse uma reforma que iria ao encontro do anseio do povo, mas é uma reforma que vai ao encontro do anseio dos poderosos. São os grandes engolindo os pequenos; são os tubarões da política destruindo as piabas que se iniciam.

É com muita tristeza que vejo esse quadro.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota.

Eu queria passar a palavra, neste momento, à nossa querida e competente Senadora Lúcia Vânia, que tem demonstrado, durante todos os seus trabalhos aqui, um compromisso enorme com o social.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu dou esse testemunho aqui, inclusive me auxiliou muito no Estatuto do Idoso, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, no da Igualdade Racial.

Por uma questão de justiça, eu queria lembrar aqui que o Relator do projeto do idoso, que vai permitir que se possa descontar do Imposto de Renda para depositar no Fundo do Idoso municipal, estadual, foi o Senador Fernando Bezerra Coelho, que citei no mérito do projeto, mas não citei o seu nome.

Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

V. Ex<sup>a</sup> tem um trabalho excelente também na área do idoso e em outras áreas.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (S/Partido - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a exemplo de meus pares, venho hoje a esta tribuna manifestar minha preocupação com a conjuntura nacional. Venho chamar a atenção para os problemas que hoje assolam o País.

Não devemos, no entanto...

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (S/Partido - GO) – ... apenas apontar equívocos do Executivo. *(Fora do microfone.)* Esta Casa reúne a experiência combinada de pessoas que já governaram Estados e grandes cidades do Brasil; pessoas que já enfrentaram percalços administrativos; pessoas que, portanto, muito podem contribuir para o progresso deste País.

Dito isso, gostaria de iniciar pela retração por que passa nossa economia.

O Fundo Monetário Internacional estima que a taxa de crescimento do PIB do mundo deverá ser um pouco menor em 2015: baixará para 3,3% ante os 3,4% de 2014. Isso é um leve recuo, comparado à retração de quase 2% projetada para o nosso País. A economia do mundo tira de leve o pé do acelerador, enquanto a do Brasil engata a marcha à ré.

Não é apenas a crise mundial que chegou ao Brasil. Trata-se, sim, de problemas também de gestão já apontados por grandes especialistas em gestão pública. A economia não cresce porque o Governo não fez o seu dever de casa. A Administração Federal não tem criado, e mantido, condições favoráveis para o desenvolvimento econômico do País, ou pelo menos para atenuar a crise.

Vejam o caso da inflação: desde 2011 o Governo Federal tem tolerado patamares inflacionários mais altos. Em vez de procurar trazer a inflação para o centro da meta definida pelo Copom – 4,5% ao ano –, o Executivo buscou apenas evitar que ela ultrapassasse o teto anual de 6,5%. No primeiro mandato da Presidente, a inflação anual, medida pelo IPCA, oscilou entre 5,8% e 6,5%. Agora explodiu: o IPCA dos últimos doze meses, aferido em julho último, já se aproxima de 10%.

Essa inflação de quase dois dígitos está sendo alimentada, entre outros fatores, pela alta da energia elétrica. O déficit primário apresentado no primeiro semestre é a maior evidência dos gastos governamentais exagerados. Pela primeira vez, desde que a série histórica se iniciou, em 1997, o resultado primário da União



ficou com saldo negativo de quase R\$1,6 bilhão. O Governo vem gastando mais do que arrecada, apesar de os impostos abocanharem cerca de 37% do PIB nacional. É verdade que a arrecadação diminuiu neste ano, mas a atual administração tem se mostrado incapaz de adequar seus gastos à nova realidade.

A inflação nas alturas tem forte vínculo com a subida dos preços administrados, entre os quais se destaca a conta de energia. Só neste ano, a conta de luz aumentou 48%. Um aumento que contamina quase todos os setores econômicos, colaborando para o ambiente inflacionário.

Durante dois anos, o Governo utilizou R\$64 bilhões de recursos do Tesouro Nacional para represar o aumento da energia. Aliás, no ano passado, já preocupada com o cenário que se desenhava, propôs a avaliação da Conta de Desenvolvimento Energético, fundo que foi utilizado pelo Tesouro Nacional para cobrir as perdas do sistema elétrico. Hoje, temos uma estimativa de prejuízos na ordem de R\$100 bilhões. Tudo isso para evitar o tarifaço, negado durante a última campanha presidencial, mas imposto agora ao País.

Nossa taxa de investimento tem oscilado entre 18% e pouco mais de 19% do PIB desde 2008. Esse percentual é insuficiente para um crescimento mais vigoroso, tão necessário para uma nação emergente. Para acelerar nosso avanço, necessitamos de aplicações anuais na ordem de 25% do PIB.

Temos carência de investimentos em infraestrutura, área decisiva para tornar nossos produtos mais competitivos no mundo globalizado. Para modernizá-la, deveríamos estar investindo 5% do PIB ao ano, mas não chegamos nem à metade disso. Em 2013, nosso investimento nesse setor foi de 2,45% do Produto Interno Bruto. Sem uma ampliação das taxas de investimento, será quase impossível o Brasil crescer no ritmo necessário para se tornar uma nação desenvolvida. A eliminação de postos de trabalho tem sido a marca de 2015.

Imagino V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que se tem dedicado tanto a defender os trabalhadores brasileiros, imagino a angústia de V. Ex<sup>a</sup>, vivenciando esse momento em que o povo brasileiro, perplexo, procura entender o que se passa.

Entre março e maio deste ano, mais de 8 milhões de pessoas tinham perdido seu sustento. Só na construção civil foram mais de 600 mil os dispensados. Ainda em maio, o índice de desemprego alcançou 8,1%, frente aos 7% de um ano atrás.

Esses números, por si só preocupantes, não chegam perto de exprimir a agonia desses milhões de desempregados, das pessoas que não terão como pagar o aluguel, o supermercado e a exorbitante conta de luz. Trazer esses brasileiros de volta ao mercado de trabalho irá requerer mudanças na linha de ação do Poder Executivo, com atenção redobrada à questão fiscal. Não podemos nos esquecer de que, além de gastar menos, é preciso gastar melhor.

Por tudo o que falei, o Brasil vive, hoje, uma situação delicadíssima. Sem uma união de esforços, sem a contribuição de todos, demoraremos a superar a crise. Como disse antes, esta Casa reúne a experiência, a inteligência, a capacidade de articulação de todos que aqui estão. Esta Casa reúne, portanto, condições para propor saídas desse cenário; propor saídas, sugerir soluções e iniciar um diálogo construtivo, a exemplo do que foi feito, na semana passada, por um grupo de Senadores liderados pelo Senador Renan Calheiros, ao propor a Agenda Brasil. São mais de 40 propostas que se articulam para desobstruir o caminho do desenvolvimento em nosso País. É uma pauta da qual eu gostaria de destacar alguns pontos. Um deles é garantir a segurança jurídica de que falamos há pouco, protegendo as legislações contratuais de mudanças repentinas nas regras, como ocorreu no caso da Medida Provisória nº 579, com o setor energético.

Outro item importante da agenda é o aperfeiçoamento do marco regulatório das concessões, de maneira a ampliar os investimentos em infraestrutura, bem como favorecer o Plano de Investimento em Logística do Governo Federal (PIL). Num momento de retração econômica, em que o Governo tem dificuldade em financiar esses setores, a medida proposta irá ajudar na captação de recursos privados.

Também é salutar para o ambiente de negócios a proposta de reforma do ICMS, tão debatida por vários anos nesta Casa.

A guerra fiscal surge da redução unilateral das alíquotas do ICMS pelos Estados, de modo a atrair empreendimentos para seus territórios. Isso na falta de uma política de desenvolvimento regional. O problema é que esses benefícios fiscais têm sido declarados inconstitucionais pelo Supremo, por não terem sido aprovados pelo Confaz. Atualmente, tramita no Supremo a Proposta de Súmula Vinculante nº 69. Se ela for aprovada, todas as reduções de ICMS concedidas sem aprovação do Confaz serão declaradas inconstitucionais.

A reforma das alíquotas do ICMS é composta por uma série de medidas, que incluem, entre outras, a unificação das alíquotas desse imposto; a criação dos fundos para compensação de perdas de arrecadação de alguns Estados que tenham as perdas maiores e a convalidação dos benefícios concedidos em desacordo com o Confaz. Nesse sentido, apresentei o Projeto de Lei nº 130, de 2014, já aprovado nesta Casa e que se encontra para ser aprovado na Câmara dos Deputados.

Caso o Legislativo consiga aprovar as alterações do ICMS, teremos dado um passo decisivo não só para estimular os investimentos nos Estados, mas também para simplificar o Sistema Tributário Nacional.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há muito a ser feito, como podemos ver. Navegamos num mar de problemas que nos paralisam, com muitas barreiras para ultrapassar, mas temos condições de fazê-lo, se trabalharmos em conjunto. É hora de sermos realistas, é hora de olharmos para o que o povo brasileiro está sofrendo, é hora de o Brasil ajustar suas velas e voltar a crescer. Para isso, esta Casa e a Câmara dos Deputados têm um papel importante a exercer em favor do País e do povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Lúcia Vânia.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (S/Partido - GO) – Posso conceder um aparte ao Senador Moka?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza. Está dentro do seu tempo. Senador Moka, um aparte.

**O Sr. Waldemir Moka** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – V. Ex<sup>a</sup> estava proferindo um discurso, e eu não queria atrapalhar o seu raciocínio, mas quero lhe dizer que penso da mesma forma. Em que pesem as divergências político-partidárias, eu acredito até mesmo que é forçoso reconhecer, hoje, que o atual Governo tem uma insatisfação popular muito grande. Vi Parlamentares dizerem: “Foram só 900 mil, a grande maioria ficou em casa”, como se a grande maioria que ficou em casa estivesse a favor. Não tem nada a ver isso. As pesquisas estão a demonstrar. Mas, em que pese isso tudo, o nosso esforço tem que ser no sentido de encontrar um caminho para a economia voltar a crescer e gerar emprego, renda, fazer este País crescer. Aqui, no plenário, as pessoas têm que se despir um pouco das questões pessoais, daquela coisa do “eu preciso disto para apoiar aquilo”. Nós temos que juntar o Senado e fazer tudo o que for possível. Nós conseguimos, em um mês, aquele Pacto Federativo, votando algumas coisas que beneficiam os Municípios. Temos que fazer isso para o País, Senadora Lúcia Vânia. A única coisa que me faz encerrar com tristeza, e tenho que lhe dizer, é que recebi um convite segundo o qual V. Ex<sup>a</sup> se filia ao PSB, na Câmara Municipal de Goiânia. Quero lhe desejar sorte, muito sucesso, porque competência V. Ex<sup>a</sup> tem de sobra. Eu só lamento que V. Ex<sup>a</sup> não venha para o nosso glorioso Partido. Um grande abraço e muito obrigado pelo aparte.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (S/Partido - GO) – Agradeço, Senador Moka, e quero cumprimentá-lo, Senador. V. Ex<sup>a</sup> tem sido um articulador de primeira linha nesta Casa. V. Ex<sup>a</sup> tem dado a sua contribuição de forma efetiva, de forma discreta, como é seu estilo, mas muito eficiente e apresentando resultados efetivos.

Na semana passada estivemos na sua casa, onde se reuniram vários Senadores de diferentes tendências. Na oportunidade, V. Ex<sup>a</sup> convidou o Ministro das Minas e Energia para conversar conosco, apontar caminhos, ouvir sugestões, fazer um debate mais próximo com os Ministros. E não é a primeira vez que V. Ex<sup>a</sup> age assim, isso tem sido frequente. Em todos os momentos de dificuldades que temos no Congresso Nacional, V. Ex<sup>a</sup> assume a liderança para buscar o entendimento com o Governo, mesmo sendo um parlamentar independente, mesmo sendo um parlamentar que se dá o direito, por sua atuação, de fazer críticas, de comentar a situação que vive o povo brasileiro. No entanto, V. Ex<sup>a</sup> não se nega a ser um cidadão brasileiro na hora de votar e buscar soluções para o nosso País.

Deixo-lhe o meu um abraço. Recebo seus cumprimentos pela nova filiação com muita alegria. Espero que, no partido que abracei, eu possa dar uma colaboração ainda maior ao meu País.

O carinho com que tenho sido recebida pelo PSB, pelos meus colegas nesta Casa, me estimula a continuar essa luta para que eu possa realmente trabalhar em favor daqueles que mais necessitam, pois sempre minha bandeira foi o social. O Partido Socialista Brasileiro me abraça com muita força e com muito carinho. Portanto, é com muita alegria que o faço, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora, se me permitir...

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (S/Partido - GO) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, a ampla maioria dos partidos desta Casa sente inveja do PSB neste momento. Eu, por exemplo, gostaria de estar no partido em que V. Ex<sup>a</sup> estivesse sempre, por sua conduta e por sua história aqui no Parlamento. Alguém tinha que sair vitorioso, e o PSB foi o contemplado, porque passou a contar com V. Ex<sup>a</sup> em suas fileiras.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e ao PSB!

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (S/Partido - GO) – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Valdir Raupp fala como orador inscrito por permuta que tinha realizado com a Senadora Vanessa Grazziotin.

Na sequência, já anuncio o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, minhas senhoras e meus senhores, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) acaba de concluir interessantíssimo estudo, intitulado “As Barreiras da Burocracia - O Setor Elétrico”. Trata-se de importante contribuição ao debate que objetiva tornar mais eficiente o setor elétrico, ação imprescindível ao aumento da competitividade da economia brasileira e do bem-estar da população em geral.

Para se ter uma ideia do que representam tais barreiras, o estudo da CNI estima que, em 2015, o impacto da burocracia no setor elétrico chegará a aproximadamente R\$7,4 bilhões, algo entre 5% e 10% do Produto Interno Bruto do setor.

Desse total, aproximadamente R\$5,4 bilhões são referentes a atrasos na conclusão dos empreendimentos; R\$1,3 bilhão é relativo à gestão regulatória, de tributos e de encargos; e outros R\$700 milhões à falta de regulação adequada às condições específicas de operação e manutenção das usinas a fio d'água. Essas usinas são usinas de grande porte, como Belo Monte, no Rio Xingu; Teles Pires, no Rio Teles Pires; e Santo Antônio e Girau, no Rio Madeira, responsáveis por mais de 10% da capacidade instalada do País.

Além desses entraves, o trabalho da CNI mostra que, a partir de setembro de 2012, as empresas do setor enfrentaram outra adversidade: tiveram queda significativa em seu valor de mercado em razão da deterioração da percepção dos agentes do mercado de capitais em relação a elas. Em pouco mais de um mês, a perda foi de cerca de 20%, somando R\$32,5 bilhões. Até o final de 2014 a queda foi ainda maior, de aproximadamente 29%, ou R\$46,1 bilhões.

Essa queda no valor de mercado das empresas do setor faz com que elas tenham maior dificuldade para a captação de investimentos por meio de emissão de ações ou debêntures, segundo o estudo. Com isso, elas são forçadas a contrair dívidas em piores condições, aumentando seu risco e seu custo de capital. Tudo isso se reflete, é claro, na tarifa final de energia elétrica que todos pagam.

Mas voltando à burocracia que atormenta as empresas do setor, e sem me alongar muito, quero examinar rapidamente o problema que traz maiores custos de natureza burocrática para o setor e, em consequência, para todo o segmento produtivo nacional e para a população em geral.

Como apontado pela CNI, há atraso nas obras do setor elétrico. São três, segundo o estudo, as principais causas desses atrasos: problemas no planejamento, no licenciamento ambiental e na desapropriação de terras para a realização dessas obras, sendo o licenciamento ambiental a mais conhecida delas.

É preciso superar esses problemas de uma vez por todas, o Brasil não pode mais prescindir da energia limpa e barata, de fonte hídrica, de que dispõe como poucos países do mundo. Felizmente, o estudo da CNI também aponta soluções para os problemas que levanta.

No caso do licenciamento ambiental são várias, todas elas bastante sensatas e algumas até já conhecidas. São elas: i) criação de um balcão único, para diminuir o número de interfaces entre órgãos governamentais e empresas, e garantia de autonomia do órgão licenciador; ii) fortalecimento dos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental; iii) estabelecimento de termos de referência padronizados; iv) busca do aumento da qualidade técnica dos estudos ambientais para minimizar contestações a licenças já emitidas; v) licitação de empreendimentos de transmissão após a emissão da licença prévia; vi) realização de estudo arqueológico anteriormente à etapa de instalação de linhas de transmissão; e vii) criação de um processo eficiente de revisão de valores de concessão de transmissoras em casos de necessidade de ajustes no projeto que gerem impacto na sua viabilidade econômica.

Como se vê, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são medidas de bom senso, que certamente contribuirão para resolver inúmeros problemas do setor elétrico, resultando naturalmente em redução de custos com o tão desejado impacto positivo na tarifa final de energia elétrica do País.

As ideias estão aí e, com certeza, contribuem, no mínimo, para iniciar o debate. Assim, é preciso homenagear a contribuição da Confederação Nacional da Indústria e, com urgência e bom senso, aproveitá-la para tornar cada vez mais eficiente esse setor que é tão essencial para a melhoria das condições de vida do País.

Espero, Sr. Presidente, que, com o programa que foi lançado recentemente pela Presidente Dilma Rousseff, pelo Ministro das Minas e Energia Eduardo Braga e por todos os agentes envolvidos do setor elétrico nacional, nós possamos destravar essa burocracia que tanto prejuízo tem causado à economia do País.

Já fiz alguns pronunciamentos aqui na tribuna do Senado este ano falando da burocracia excessiva que enfrenta o nosso País. Falei até que está na hora de ressuscitar projetos como o do Ministro Hélio Beltrão, que criou, na época, o Ministério da Desburocratização. Não falo aqui em um ministério, mas talvez de uma força-tarefa para desburocratizar o País e, principalmente, o setor elétrico nacional, que é parte da infraestrutura do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Valdir Raupp, que fez um pronunciamento com a competência de sempre.

De imediato, passo a palavra para o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside a sessão do Senado neste momento, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, pela terceira vez uma multidão tomou as ruas das capitais e cidades brasileiras para se manifestar em relação ao atual cenário de crise econômica e política, escândalos de corrupção e para pedir o *impeachment* da Presidente Dilma. Alguns quiseram reduzir o movimento social do último domingo, Senador Paim, comparando-o aos números da primeira manifestação popular, ocorrida no dia 15 de março. No entanto, neste último domingo, em todas as cidades brasileiras, foram 800 mil brasileiros que foram às ruas vestidos de verde e amarelo, cores da Bandeira brasileira, para se posicionarem contra a crise econômica, política e ética por que passa, lamentavelmente, o nosso Brasil. Equivoca-se quem parte desse princípio para analisar as pressões sociais.

Não é possível que alguns ignorem a insatisfação da população brasileira, descontente com as pedaldadas do Governo do PT. Sim, pois o que ficou bastante evidente nas últimas manifestações de domingo é que a sociedade entende que não é a Presidente Dilma Rousseff a única culpada pela atual crise que vivemos. Eu tenho dito desta tribuna repetidas vezes, Senador Paim, que a crise que vivemos começou a ser construída há quase 13 anos. Ela vem lá de trás para eclodir agora, lamentavelmente, fazendo o brasileiro passar pelas dificuldades presentes. A figura do ex-Presidente Lula foi bastante combatida nos protestos do dia 16 de agosto. Numa imagem que rodou o Brasil e o mundo, o ex-Presidente Lula ganhou vestes de presidiário, um desejo dos brasileiros para pôr fim à corrupção e colocar na cadeia os culpados pelo mensalão, pelo petrolão e por outros “ãos” que lamentavelmente virão.

Nestes cinco meses que separam a primeira grande manifestação popular até a do último domingo, a indignação dos brasileiros só cresce. Vejamos as pesquisas que destacam a maior reprovação que um Presidente eleito já obteve na história democrática do Brasil.

Ora, se 71% da população brasileira acha o Governo Dilma ruim ou péssimo, qual seria então o argumento de sustentação de alguns para julgar um enfraquecimento nas manifestações populares?

Se os números não superaram os da primeira manifestação, é preciso que analisemos os fatores para tal. Lembremos, por exemplo, que o dirigente da CUT, Vagner Freitas, chegou a afirmar que os apoiadores da Presidente Dilma Rousseff iriam defender o Governo “com armas na mão”. A ameaça, certamente, afastou muitos brasileiros que pretendiam participar dos protestos, contudo, não conseguiu calar a voz do povo brasileiro e novamente, de maneira pacífica, famílias brasileiras foram às ruas de verde e amarelo para exigir um basta nos casos de corrupção que dragaram a economia e a política brasileira para o fundo do poço.

De maneira completamente legítima e espontânea, as famílias brasileiras caminharam pelas ruas do País na tentativa de retomar a dignidade à política. Sem terem sido cooptadas ou estarem recebendo um centavo para entoar gritos de protesto, as manifestações têm origem bastante diferente daquelas que contam com a organização e o financiamento do Governo Federal. Como forma de minimizar este fenômeno democrático que só tende a se fortalecer na Pátria brasileira, o Governo Dilma aplica recursos públicos para criar uma polarização na sociedade brasileira. Sempre na tentativa de dividir os brasileiros entre pobres e ricos, entre brancos e negros, o Governo do PT busca fazer a cisão da sociedade brasileira, dividir os brasileiros, só que não vai conseguir, porque a história do Brasil demonstra que, sempre que há uma crise em nosso País, a grande maioria dos brasileiros se une para que a crise seja vencida.

Tenta-se criar uma realidade fantasiosa, quando, na verdade a única realidade que é possível perceber em nosso País é a do descontentamento, da frustração, da indignação com tantos casos de corrupção e de crimes que assaltam duramente a economia deste País.

Comungo da opinião do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na tentativa de reverter os efeitos nocivos da crise que atacam todos os setores da sociedade brasileira, o expoente do PSDB sugeriu que a Presidente Dilma Rousseff renuncie ao mandato ou que faça mea-culpa e seja digna para confessar que mentiu no período pré-eleitoral e que foi a causadora para a inflação atingir os dois dígitos, o desemprego alcançar níveis assustadores e o PIB retrair como há muito tempo não se via na história deste País.

Caso a Presidente continue vivendo enclausurada em sua realidade paralela, sem compreender o que quer a sociedade brasileira, prevejo que ainda virão muitas outras manifestações, legítimas, espontâneas e pacíficas. A sociedade não se cansará e tenho certeza de que irá alcançar o seu intento em moralizar a política e pôr fim aos escândalos de corrupção deste Governo. Exercendo o direito cívico, estamos marchando pelo fortalecimento da democracia brasileira. É a oposição a favor do Brasil.

Em meu Estado, em várias cidades, em especial na capital, Belém do Pará, a população foi às ruas. Estima-se em mais de 5 mil pessoas que marcharam, caminharam desde a Escadinha no Cais do Porto, pela Avenida



Presidente Vargas, Avenida Nazaré, Doca de Souza Franco, onde terminaram com uma grande concentração. Lá, todos os segmentos da sociedade paraense estavam representados. Ninguém ali foi cooptado, como disse anteriormente, ninguém recebeu qualquer vantagem para estar naquele evento cívico, que marcou a indignação do povo paraense, que é a mesma indignação do povo brasileiro com este Governo que aí está, que perdeu a credibilidade e a legitimidade de exercer a função de Presidente do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra agora ao Senador Antonio Anastasia, do PSDB, de Minas Gerais, ex-Governador, Senador que realmente está dando grandeza ao Senado Federal.

Com a palavra, o Senador Antonio Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Oposição/PSDB - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, estimado Presidente, Senador Raimundo Lira. É uma honra falar nesta tribuna sob a presidência de V. Ex<sup>a</sup>. Cumprimento igualmente as colegas Senadoras e os Senadores aqui presentes, assim como aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Sr. Presidente, tive a oportunidade, na data de ontem, a convite da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, de ir a Porto Alegre para debater temas fundamentais do momento grave que atravessa o Brasil nos dias de hoje.

Na visita que fiz, na comemoração dos 180 anos do Parlamento gaúcho, fiz parte de uma mesa redonda, com a participação do Tribunal de Contas do Estado, eminentes acadêmicos da universidade, cientistas políticos, prefeitos municipais, sob a presidência do eminente Deputado Estadual Tiago Simon, filho do Senador Pedro Simon, reserva moral do Rio Grande e de todo o Brasil.

Naquela oportunidade, na data de ontem, Sr. Presidente, tive a grata satisfação de apontar, de fato, as dificuldades que enfrentamos hoje, não só no tema da Federação, mas mormente na credibilidade que atravessa o Estado brasileiro neste momento. A falta e a ausência absoluta de planejamento, a atonia das ações de governo, a falta de perspectiva, a falta de confiança e, pior, a falta de solidariedade federativa agravada exatamente pelo episódio que, na semana passada, fulminou como um raio a situação fiscal do Estado irmão do Rio Grande do Sul, que teve suas contas embargadas pelo Governo Federal, que não teve a sensibilidade de perceber a grave crise que toda a Federação brasileira atravessa neste momento e, de maneira unilateral, determinou o recolhimento dos repasses feitos ao governo gaúcho, dificultando os pagamentos não só de servidores, mas também a prestação quotidiana e rotineira dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança pública.

Todos esses temas, Sr. Presidente, foram elencados e discutidos. E apontamos como origem dessas mazelas, que permitem também identificar uma das origens da grave crise que o Brasil atravessa nesta data, exatamente o fato de que nós não tivemos, ao longo das últimas décadas, no Brasil, uma gestão pública que pudesse ser inovadora e empreendedora.

A ausência do planejamento nos levou a este quadro. Felizmente, conseguimos combater a inflação, com os benefícios positivos do Plano Real. Entretanto, infelizmente não tivemos, na sucessão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que nos legou estabilidade monetária, a adoção de medidas necessárias àquele época, aproveitando, inclusive, um momento singular da economia mundial de grande crescimento, para realizar reformas importantes, mormente na infraestrutura do Brasil, e outras reformas necessárias para que o desenvolvimento econômico nacional se fizesse de maneira não só ordeira, mas fundamentalmente inclusiva e que permitisse levar a todos os Estados da Federação potencialidade de crescimento.

Ao contrário, nós nos digladiamos com a guerra fiscal. Não fizemos nenhum esforço para reduzir a burocracia. Não cuidamos da melhoria dos indicadores das políticas públicas. E o Brasil amarga posição extremamente ruim nos indicadores internacionais da educação, da ciência e tecnologia e das patentes, entre outros, tudo isso levando a um grande desperdício de oportunidades.

Em 2008, a crise internacional surge e leva o Brasil a uma situação muito grave em 2009. Naquele momento, alegaram que era mera marola, mas, na realidade, não era. Outras nações tiveram uma ação mais proeminente e mais firme e conseguiram sair da crise com mais rapidez. Basta simplesmente compararmos os indicadores de desenvolvimento de nações vizinhas ao Brasil, aqui mesmo na América do Sul, com indicadores menores ainda em termos de estrutura econômica, mas com indicadores de PIB superiores aos nossos.

Lamentavelmente, mais uma vez, o Brasil não fez o dever de casa e o resultado disso agravou-se muito, eminente Senador Raimundo de Lira, que preside esta seção do Senado Federal neste momento. Com uma decisão extremamente equivocada, o Governo Federal, no dia 11 de setembro 2012 – eu estava, naquele mo-

mento, na condição de Governador do Estado de Minas Gerais –, resolveu fazer quase que uma intervenção na questão de energia elétrica, sem ouvir os Estados que controlavam grandes empresas de energia, como era o caso de Minas Gerais com a Cemig, uma rede imensa que, inclusive, tem o controle da Light, no Estado do Rio de Janeiro, e de outras empresas.

E o resultado dessa decisão foi, do dia para a noite, quase que uma debacle do sistema elétrico brasileiro. As ações foram pulverizadas. A Eletrobras praticamente deixou de ter uma cotação na Bolsa. A Cemig perdeu um terço do seu valor de Bolsa, assim como as demais empresas. Tudo inutilmente, porque o valor da conta não caiu; ao contrário, aumentou, como estamos vendo.

Isso tudo levado a um “cadinho” de insatisfação, com a ausência de políticas vigorosas, empreendedoras e ousadas, reitero, na área da educação e da segurança, que culminaram com movimentos – no ano de 2013 – como a chamada Primavera Brasileira.

Nada foi feito, mais uma vez. Ao contrário, a campanha presidencial de 2014 – como todos sabemos, e foi aqui muito bem dito pelo eminente Senador Flexa Ribeiro, que me antecedeu –, eivada de um conjunto de afirmativas completamente inverídicas, levou a um quadro de grande descrédito para o Governo Federal a partir deste ano.

A inflação, o desemprego, a ausência de políticas públicas bem estruturadas e – volto a dizer e a insistir, lamentavelmente – de maneira serena, mas verdadeira, constatando a ausência absoluta de planejamento. Se indagarmos hoje, neste momento, a qualquer cidadão: “Qual é o projeto nacional? Para onde caminha o Brasil?”, nós não sabemos. Temos tão somente uma coletânea de más notícias.

Temos que reverter esse quadro através de um trabalho incisivo, que é um trabalho da sociedade como um todo. Por isso a importância das manifestações que este ano já se tornaram quase que uma rotina e um cotidiano do cidadão brasileiro, que, corretamente, apresenta seus reclamos, suas reclamações, que se revolta e apresenta a sua indignação, que não pode permitir a permanência do atual estado de coisas.

Tudo isso leva, eminente Presidente, a um quadro negativo.

Faço rapidamente essa coletânea exatamente com o objetivo de dizer que, ontem, em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, no debate que fizemos sobre as reformas necessárias para a melhoria dos Municípios, dos Estados federados, da União Federal e das políticas públicas como um todo, tudo isso foi levado em consideração. Lamentamos – em uníssono e com tristeza – que os quadros indicadores, hoje, das políticas públicas brasileiras estão piores que há alguns anos.

Isso tem que ser revertido. É exatamente essa desesperança que temos sentido no coração do Brasil, no coração do brasileiro, em especial com relação às pesquisas que indicam a deficiência e mesmo a fragilidade do Governo Federal.

É na certeza da reversão desse quadro e de um porvir mais virtuoso para o Brasil que vamos trabalhar, como disse há pouco o Senador Flexa Ribeiro, na oposição a favor do Brasil. Uma oposição que tem base em planejamento, em princípios, metas e resultados, com boa gestão pública e, fundamentalmente, auscultando a sociedade brasileira, ouvindo os diversos segmentos, prestigiando a Federação e os Municípios, não concentrando recursos, mas confiando de modo enfático na potencialidade e nos desafios, que são tão positivos, a favor do Brasil.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permite-me um aparte, Senador Anastasia?

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Perfeitamente, eminente Senador Flexa.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Anastasia, eu não poderia deixar de apartear-lo. Primeiro para parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> fez, com a competência que lhe é peculiar, o histórico do momento em que, lamentavelmente, o PT assumiu o Governo do nosso País, lá atrás. E V. Ex<sup>a</sup> colocou que as reformas que o PSDB vinha fazendo em nosso País – reformas necessárias para que nós pudéssemos nos incluir nos países do primeiro mundo, que tínhamos de fazer – não só não foram continuadas pelo PT, como foram negadas por ele. Senador Anastasia, eu lembro – e vou me referir a um assunto do PT que, para mim, é emblemático – que as agências reguladoras, necessárias para defender o cidadão brasileiro, durante privatização dos serviços que o Estado não deveria prestar – para que pudessem atender os brasileiros na educação, na saúde, na segurança –, foram tidas pelo Governo do PT como concorrentes dos ministérios.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Flexa Ribeiro** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O que não tem nada a ver. Eles não compreenderam. Eles não tiveram inteligência, competência para saber qual era o papel das agências reguladoras. E qual foi a ação do governo Lula? Colocar nas agências reguladoras secretários de sindicatos – ou seja, aparelhá-las –, por todo o Brasil, que não entendiam nada do que seria o objeto dessas agências, esvaziando-as. E assim, passaram praticamente os oito anos do governo Lula. Perdeu, como V. Ex<sup>a</sup> bem colocou aí, uma fase áurea, uma fase

em que a economia do mundo estava aquecida, que as *commodities* estavam com os preços elevados. E aquela era a hora que o Brasil tinha de avançar. Lamentavelmente, essa fase por que o mundo passou encontrou, no governo do nosso País, o Partido dos Trabalhadores, que só tinha um objetivo: manter o poder, aparelhar o Estado e fazer o que hoje nós estamos aqui conhecendo através da Operação Lava Jato. E não vai parar aí, não, porque onde for verificado, Eletrobras, BNDES, fundos de pensão, onde for – aqui falava o Senador Ataídes do Carf –, só ouviremos falarem em bilhões de dólares; não se fala mais em milhões de reais, não, e nem em bilhões de reais, são bilhões de dólares. Como o dólar está quase R\$4,00, então, é só multiplicar por quatro a dificuldade que o Brasil está enfrentando pelo desvio que o PT cometeu durante os seus anos no poder. A Presidente Dilma, como disse, está encurralada, enclausurada no Palácio do Planalto. Ainda li nos jornais que o Presidente Lula teria chamado a atenção da Presidente Dilma, porque, ao invés de ficar trancada nos quartos da residência, ela deveria ir para as ruas. Mas ela não pode ir às ruas.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Nem ele.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nem ele – o Senador Ataídes completou –, nem ele. Hoje – eu diria – nem o PT pode sair às ruas porque, lamentavelmente, o Partido dos Trabalhadores perdeu o respeito e a confiança de todos os brasileiros, inclusive daqueles que fundaram o Partido que não concordam com esse tipo de serviço, com o desvio praticado pelo aparelhamento do Estado brasileiro. Parabéns, Senador Anastasia! V. Ex<sup>a</sup> ajudou, foi o grande artífice, junto com o Senador Aécio Neves, durante oito anos, depois governou o seu Estado de Minas Gerais, que é um exemplo a ser seguido. Os que lá estão hoje querem denegrir o passado, mas eles não têm a competência para construir o futuro. É mais fácil jogar pedra naqueles que já construíram do que trabalhar para que Minas Gerais possa crescer cada vez mais e melhorar a condição de vida dos seus habitantes. Parabéns, mais uma vez, Senador Anastasia!

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Com vossa licença, peço a inclusão, na totalidade, de seu aparte em meu pronunciamento, que agradeço sobremaneira.

Com gosto, concedo um aparte igualmente ao Senador Ataídes.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Anastasia, indo na mesma linha do seu discurso tão sábio, como sempre, e do aparte do nosso querido Senador Flecha, digo que o PT perdeu a grande oportunidade de alavancar ainda mais essa economia e, quem sabe, perpetuar-se no poder. Eu tenho dito aqui, em alguns discursos, que o estadista Fernando Henrique Cardoso deixou, em 31 de dezembro de 2002, além da Lei de Responsabilidade Fiscal, este País redondinho para ele crescer. Só para se ter uma noção, a folha de pagamento da União, em janeiro de 2003, era R\$62 bilhões, hoje ela está batendo na casa dos R\$300 bilhões. A dívida bruta do País, incluindo o FMI, não ultrapassava R\$1 trilhão, hoje a nossa dívida já ultrapassou R\$4 trilhões. Só de juros, este ano, o Brasil deve pagar algo muito próximo de R\$500 bilhões, inclusive fomentado e movido por essa diferença do *swap* cambial, que, só nesse semestre, foi R\$57 bilhões. Eu fiz aqui recentemente, também, um discurso sobre o cenário econômico brasileiro, em especial sobre este semestre de 2015. Os números são estarrecedores! E eu me lembro de que fiz um discurso aqui no mês de março, dizendo que a culpa de tudo isso era do Lula, era do Luiz Inácio Lula da Silva, até porque essa criatura que hoje está aí é cria dele, e está acabando com o nosso povo. E eu não vejo, Senador Anastasia, com a minha experiência de empresário, contador e advogado tributarista, e eu não consigo ver uma luz ao final deste túnel. A única forma que eu vejo de uma mudança – estava vendo hoje aqui a desoneração da folha de pagamento, ou seja, vamos acabar de matar essas galinhas de ovos de ouro, e quem vai pagar por isso é o povo –, de mudar todo este quadro é a saída do PT do Governo, levando para longe o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eu não vejo outra alternativa. E as ruas, conforme V. Ex<sup>a</sup> colocou, estão pedindo isso. Agora, este Congresso não tem ouvido a voz das ruas. Isso é lamentável! Nós temos que agir; nós temos que agir! Nós não podemos ter medo de falar em renúncia, como eu falei aqui no mês de março. Eu pedi à Presidente Dilma para renunciar no mês de março, e nós não podemos nos acovardar – perdoem-me o termo – permanecendo calados, surdos e mudos diante de tudo isso...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Ataídes Oliveira** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... que nós estamos vendo rua afora. Muito obrigado, Senador Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado ao Senador Ataídes pelo seu lúcido aparte, que também peço a incorporação ao meu pronunciamento. O Senador Ataídes, com a experiência que tem como empresário vitorioso, é exemplo vivo de como, de fato, o Brasil perdeu oportunidades singulares nos anos de 2003 até 2008, lamentavelmente. E o quadro resultado disso é este a que nós chegamos.

Permita-me recuar um minuto, Sr. Presidente, à manifestação do Senador Flecha, para dizer que ele trouxe aqui a lume um belíssimo exemplo, que é o caso das agências reguladoras. Quando as agências foram concebidas – e eu participava do governo do Presidente Fernando Henrique naquela oportunidade –, teve como

objetivo, inspirado em práticas modernas de nações desenvolvidas, exatamente proteger o serviço público, proteger o cidadão e o exercício das políticas públicas através de mecanismos modernos de acompanhamento e fiscalização de serviços públicos concedidos e sob intervenção do Estado.

Lamentavelmente, o que ocorreu foi exatamente o diagnóstico traçado aqui pelo Senador Flecha: as agências foram cooptadas, elas foram desvirtuadas nas suas finalidades, inclusive, recentemente, com cargos vagos de diretores durante meses e meses, mostrando o descaso, o descuido com esses organismos tão importantes que devem defender o Estado brasileiro.

Dessa forma, Senador Flexa, a sua observação é extremamente lúcida e nos leva, juntamente com a observação do Senador Ataídes, à uma conclusão singela, eminente Presidente, Senador Raimundo, ao fato de que hoje, no Brasil, nós claudicamos de liderança e de confiança. Sem esse binômio, é muito difícil nos recuperarmos e caminharmos para um futuro que todos os brasileiros esperam que seja promissor. Oxalá consigamos apontar os caminhos, ouvindo as ruas, ouvindo as forças vivas preocupadas com o País e não com partidos, preocupadas com o futuro dos brasileiros e não com o futuro de cada qual.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de convidar o próximo orador, eu gostaria de fazer uma rápida comunicação.

No próximo dia 22 de agosto, haverá festejos na minha cidade natal, Cajazeiras. Ela é citada, carinhosamente, pelo povo da Paraíba, como “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”, porque ela nasceu da fundação de um colégio, fundado pelo educador Padre Inácio de Sousa Rolim. Depois a cidade cresceu, transformou-se num grande centro comercial, num grande centro universitário, com uma das maiores escolas técnicas federais do Brasil, e um *campus* universitário, para onde vão milhares de estudantes do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte. Sem dúvida, Cajazeiras é uma cidade que engrandece o meu Estado, a minha Paraíba.

Estou indo na próxima sexta-feira, sábado e domingo a Cajazeiras, onde a Prefeita Denise está organizando os festejos de comemoração, juntamente com o povo de Cajazeiras e do sertão, para que essa data, lembrando o grande educador Padre Inácio de Sousa Rolim, seja sempre enaltecida.

Não havendo mais oradores inscritos no momento, vamos suspender temporariamente a presente sessão.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com prazer, Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Sem revisão do orador.) – A Ordem do Dia é marcada para as 16 horas, são exatamente 17h30min e não temos notícia se haverá Ordem do Dia. Então, V. Ex<sup>a</sup> não deve suspender a sessão, mas encerrá-la. Já que não há orador inscrito e nenhum Senador no plenário quer fazer uso da palavra, deve-se encerrar a sessão. Não há por que suspendê-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A sugestão de V. Ex<sup>a</sup> é oportuna, mas, como está havendo uma reunião de Líderes, regimentalmente, eu tenho que suspender temporariamente a presente sessão.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas essa reunião de Líderes está ocorrendo desde 15h, são 17h, e não há hora para terminar. Nós vamos ficar esperando aqui até às 19h, 20h para que aconteça?

Acho que V. Ex<sup>a</sup> deve, como Presidente, neste momento, encerrar a sessão, e não suspendê-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Flexa, vamos fazer rigorosamente o que preconiza o Regimento Interno do Senado Federal e que nós aplicamos sempre na rotina das comissões temáticas. Vamos suspender por 30 minutos. Neste tempo, vou entrar em contato com o Presidente da Casa, e aí teremos uma informação definitiva.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – São 17h31. Às 18h01, V. Ex<sup>a</sup> encerra a sessão. Trinta minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, entenda o que estou falando, meu estimado Senador Flexa Ribeiro, eu vou adotar a norma do Regimento, suspender por 30 minutos. Neste período, vou entrar em contato com o Presidente Renan Calheiros, e aí a responsabilidade de encerrar ou não a sessão é dele.

Eu posso receber a delegação, presidindo o Senado Federal, mas por delegação do Senador Renan Calheiros.

Trinta minutos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se às 18h01 não houver continuidade da sessão, V. Ex<sup>a</sup> vai ter que encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas, nesse período, vou entrar em contato com o Senador Renan Calheiros.



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu acredito que V. Exª, pela sua competência, vai conseguir trazer o Governo para dentro do plenário do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Flexa, V. Exª é um grande amigo, que honra este Senado Federal e, portanto, as suas considerações são sempre levadas na mais alta consideração, seja na Comissão de Assuntos Econômicos, seja aqui, no plenário do Senado Federal.

Declaro suspensão temporariamente, por 30 minutos, a presente sessão.

*(A sessão é suspensa às 17 horas e 32 minutos e reaberta às 18 horas e 2 minutos, sob a Presidência do Sr. Senador Raimundo Lira.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Estimado Senador Flexa Ribeiro, nós suspendemos a sessão por 30 minutos. Quando fomos declarar a suspensão, V. Exª fez a intercalação, fez o seu protesto. Nós gastamos dois minutos e ficamos de reabrir a sessão exatamente às 18h03. Há mais de um vigésimo da composição da Casa.

Eu reabro a sessão agora. Declaro a sessão reaberta.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Desculpe-me, mas V. Exª suspendeu a sessão às 18h01.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Declaro reaberta a presente sessão.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, quero argumentar com V. Exª que V. Exª tem de encerrar a sessão, pelo art. 155, §4º:

Art. 155. [...]

§4º Em qualquer fase da sessão, estando em plenário menos de um vigésimo da composição da Casa, o Presidente a suspenderá, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos [V. Exª esperou 30 minutos], e se, ao fim desse prazo, permanecer a inexistência de número, a sessão será encerrada.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Flexa Ribeiro, esse parágrafo que V. Exª está lendo é posterior à suspensão de até 30 minutos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não! Não, não! Não é, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É sim!

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É sim!

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, diga-me qual é o artigo do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É o art. 155, §3º. Eu suspendi por até 30 minutos. E eu fiz a suspensão, reconfirmei a suspensão.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso é para a abertura da sessão. V. Exª espera 30 minutos para a abertura da sessão.

Art. 155. [...]

§3º Havendo na Ordem do Dia matéria relevante que o justifique, a Presidência poderá adiar por até trinta minutos a abertura da sessão.

Fala da abertura da sessão! Nós já adiamos por 33 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu reabri a sessão às 18h03. Declaro novamente...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Desculpe-me, Presidente Raimundo Lira, mas V. Exª está na função de Presidente e tem de cumprir o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É isso que estou fazendo.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Onde? Diga-me onde está isso no Regimento. Justifique pelo Regimento. Se V. Exª me convencer, serei seu aliado. Se V. Exª me convencer que aqui há um vigésimo, ou seja, 20 Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – São quatro Senadores, um vigésimo.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para abrir a sessão! Vou ler de novo para V. Exª:

Art. 155. [...]

§4º Em qualquer fase da sessão, estando em plenário menos de um vigésimo da composição da Casa [que é o que acontece agora], o Presidente a suspenderá, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos [V. Exª esperou 30 minutos], e se, ao fim desse prazo, permanecer a inexistência de número, a sessão será encerrada.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Cumpra o Regimento!

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Flexa Ribeiro, um vigésimo são quatro Senadores. Há muito mais do que quatro Senadores aqui. Há sete Senadores aqui. Portanto, permaneço com a declaração de abertura da sessão.

Convido o Senador José Pimentel para ocupar a tribuna do Senado Federal.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª não está cumprindo o Regimento.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores....

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª está exacerbando da função de Presidente do Senado Federal. Nós da oposição não podemos ficar aqui mantendo a sessão aberta.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é a nossa função. Quem tem de manter a sessão aberta é o Governo, é a Base do Governo, que não vem ao plenário.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, V. Exª, como Presidente, tem de cumprir o Regimento!

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador José Pimentel.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – V. Exª considera a sessão reaberta?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, terminamos às 17h58 a reunião da Coordenação do Senado Federal, com a presença de todos os líderes de todos os partidos políticos, independentemente de serem da Base do Governo ou da oposição, porque o Senado Federal é composto por 81 Senadores. E todos os líderes...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Pimentel, a reunião...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ...têm a mesma participação naquela reunião.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª me desculpe, mas a reunião era de líderes!

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Ali estava o Líder do PSDB, o Senador Cássio Cunha Lima. Ali estavam os líderes dos demais partidos, como o Líder do Democratas, o Senador Caiado. Portanto, era uma reunião de líderes convocada pelo Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, para tratar exatamente da agenda desta sessão.

Naquela reunião, foi acordado, por unanimidade, que vamos levar à discussão e à votação nesta sessão o projeto de lei que trata do processo que nós temos, o da desoneração da folha ou reoneração da folha, que é objeto deste debate.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Esse projeto de lei está trancando a pauta do Senado Federal por ter urgência constitucional, e é preciso que venhamos a votá-lo, para, em seguida, liberar a pauta do Senado Federal para outras matérias.

Outra matéria que foi bastante discutida nessa reunião do Colégio de Líderes é a que trata da repatriação de recursos de brasileiros que estão no exterior e que não tenham feito suas declarações e pago seus impostos. Essa matéria tem como objetivo repatriar um volume significativo de recursos com o pagamento de impostos. Os impostos legais e as multas chegam a 35% desse montante. Esse procedimento já foi feito por parte de outros países, particularmente aqueles que fizeram parte da crise econômica, aqueles do Mercado Comum Europeu, a partir de 2008.

O texto que está sendo construído tem o Senador Delcídio do Amaral como coordenador. Ele está sendo discutido com todos os Líderes, com os 81 Senadores, para que possamos obter um resultado que permita uma votação expressiva, porque essa matéria diz respeito ao interesse do Estado nacional, e não desta ou daquela liderança ou deste ou daquele partido político.

Neste momento em que o Brasil passa por uma crise econômica, precisa devolver o crescimento econômico e precisa ter clareza desse processo, o Presidente Renan Calheiros apresentou uma agenda nacional. Precisamos criar comissões especiais e procedimentos, para que possamos dar conta dessa agenda nacional.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vem sendo proposta pelo nosso Presidente, com a acolhida de todos os líderes da Câmara e do Senado Federal, a criação de comissões especiais, com a proporcionalidade de cada bancada, para que, ao término desse período, possa haver uma saída que interesse ao Brasil, que interesse a todos os setores.

Por isso, Sr. Presidente, entre as várias reuniões da Coordenação Política do Colégio de Líderes do Senado Federal, essa é uma daquelas que traz muitas alternativas, muitas sugestões, para ajudar o Brasil a sair da crise econômica.

Por isso, Sr. Presidente, todos os Líderes que lá estavam estão vindo para o Plenário, para que possamos dar continuidade aos trabalhos, iniciando pelo projeto de lei que trata da reoneração e da desoneração da folha de pagamento, que é objeto...

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente....

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ...do trancamento da pauta e que é o primeiro item da Ordem do Dia.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria comunicar aos nossos Pares, independentemente de serem da Base do Governo ou da oposição.

Muito obrigado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

Em seguida, pela ordem, falará o Senador Aécio Neves.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que o Senador Pimentel, Líder do Governo, tivesse feito esse discurso que fez agora há quatro anos, para evitar que nós estivéssemos nessa crise.

O Senador Pimentel foi claro: estava em reunião de líderes. Isso não quer dizer que os Senadores da Base do Governo não pudessem estar no plenário. A reunião era dos líderes. Podia haver lá 15 ou 16 Senadores. E o restante da Base do Governo, que não veio aqui para manter a sessão aberta?

O Senador Pimentel, lamentavelmente, peca pelo tempo. Ele está defasado no tempo. O que ele fez hoje ele deveria ter feito há quatro anos, para não deixar o PT levar o Brasil à situação em que hoje se encontra. Tenho a impressão de que nem ele está podendo andar pelo Ceará. Vou até perguntar para o Senador Tasso.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma comunicação inadiável, em nome da Liderança do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Aécio Neves, para uma questão de ordem.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Peço licença para ir à tribuna, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Aécio Neves, é um prazer ter V. Ex<sup>a</sup> na tribuna, mas, antes, eu gostaria de concluir os esclarecimentos com relação ao adiamento da sessão.

Eu não me sentei à Presidência do Plenário do Senado Federal por delegação de líderes ou do Presidente. Quando entrei aqui, no Senado Federal, o Senador Paulo Paim perguntou se eu poderia presidir a sessão, e eu aceitei presidir a sessão. No outro mandato, no meu primeiro mandato, fui presidente de comissões por seis anos, e esse sempre foi o procedimento em relação não só ao que está expresso no art. 155 do Regimento Interno do Senado. Sempre foi um procedimento normal na vida do Senado Federal a suspensão das sessões, sejam as do plenário, sejam as das comissões permanentes, por até 30 minutos. E foi exatamente o que eu fiz. Eu não estava aqui por delegação de ninguém, nem para cumprir missão de ninguém do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Aécio Neves.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Pela liderança. Bloco Oposição/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Raimundo Lira. São importantes seus esclarecimentos, mas eu posso lhe dizer, em nome do PSDB, Partido que presido, que, sempre que V. Ex<sup>a</sup> se sinta nessa cadeira, para todos nós é motivo de enorme tranquilidade, pelo equilíbrio, sensatez, experiência política e honradez de V. Ex<sup>a</sup>. Portanto, para nós, da oposição, é sempre fator de muita tranquilidade tê-lo presidindo os trabalhos desta Casa em qualquer circunstância.

Mas eu ocupo por alguns instantes esta tribuna, no horário da Liderança do meu Partido, o PSDB, quando nos preparamos para a votação de mais uma proposta do Governo, danosa para os trabalhadores brasileiros, porque impactará fortemente em vários setores da atividade econômica, e, obviamente, a repercussão nos empregos será muito grave.

Já antecipo aqui, já na presença dos Líderes Aloysio Nunes, Senador Cássio Cunha Lima e demais companheiros do PSDB, que nós votaremos para a manutenção da desoneração, proposta lá trás por este mesmo Governo, para que nós não tenhamos também essas incertezas permanentes na política econômica brasileira que, obviamente, agravam, nesse momento de recessão profunda por que passa a economia, a situação dos empregos. Este ano, já foram mais de 500 mil empregos que deixaram de existir, postos de trabalho que foram

fechados, e é importante que as empresas possam ter o mínimo de competitividade para, obviamente, garantir os postos de trabalho que ainda mantêm.

Feito esse registro, Senador Ataídes, senhoras e senhores, o fato que me traz hoje a esta tribuna, em um momento de tantas notícias ruins que nós, brasileiros, ouvimos todos os instantes, é para dar aos companheiros do PSDB, da oposição em especial, mas a este Plenário uma notícia alvissareira. Todos nós acreditamos que a política depende da qualificação, do preparo, da qualidade dos quadros que nela militam. Nós nos preocupamos sempre com essa degradação generalizada da atividade política, porque ela acaba impactando negativamente em novos quadros que poderiam militar na política e acabam por não fazê-lo, com medo de, de alguma forma, contaminarem-se. Mas, como um antigo pensador já disse, não existe profissão mais vil do que a política, compreendida como profissão, mas não existe nenhuma atividade mais nobre do que a atividade política, quando exercida por vocação.

E é com esse chamamento que comunico ao Plenário, às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que, a partir de hoje, estará filiado aos quadros do PSDB, Partido que presido nacionalmente, um dos mais qualificados quadros políticos da vida nacional, que esta Casa conheceu muito bem, que aqui, em pouco tempo, fez história, pelo seu equilíbrio, pela sua independência e pela sua coragem de ser sempre leal à sua consciência, não a eventuais conveniências, muitas vezes, inclusive, contrariando posição do seu Partido, porque essas posições contrariavam aquilo em que acreditava e continua acreditando. Portanto, com uma alegria imensa no coração, porque significa um reforço muito grande ao Partido, que combate hoje o que vem acontecendo no Brasil, patrocinado pelo Governo Federal, a partir de agora, passa a ser companheiro tucano o Governador do Mato Grosso, ex-Senador Pedro Taques. O Senador me autorizou a comunicar em plenário, hoje, a sua decisão, depois de ter recebido convite de todas as principais lideranças tucanas do Brasil, em especial do nosso Presidente de honra, Fernando Henrique Cardoso.

O que posso afirmar é que Pedro Taques encontrará no seio tucano, no conjunto dos outros partidos de oposição, um terreno absolutamente fértil, para que continue a defender as suas ideias, mas que, além disso, possa defender os interesses do seu Estado, o que vem fazendo com absoluta correção.

Portanto, um momento importante, em que alguns partidos têm dificuldade de caminhar pelas ruas. O PSDB, ao contrário, tem, cada vez mais, percebido a sua conexão com o sentimento da sociedade brasileira. Ao receber quadros como esse, não tenho dúvida alguma de que está simbolizado, da melhor forma possível, o momento extraordinário por que passa o nosso Partido.

Saúdo, mesmo a distância, o companheiro Pedro Taques. Muito bem-vindo! O PSDB será sua trincheira para que juntos possamos construir um tempo de maior desenvolvimento econômico e social para o Brasil e, obviamente, melhor bem-estar para a população do seu Mato Grosso.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Aécio.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com prazer, dou a palavra ao Líder Cássio Cunha Lima.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Apenas para, em nome da Bancada que tenho a honra de liderar, também trazer a palavra de boas-vindas ao Governador e Senador Pedro Taques, que se tem constituído numa referência nessa nova política do Brasil. Durante a minha vida inteira, ouvi meu pai, o nosso poeta Ronaldo Cunha Lima, dizer que política se faz como sacerdócio, e não como negócio. É exatamente o que o Governador Pedro Taques tem feito na sua curta militância partidária, porque vida pública ele já tinha. É egresso do Ministério Público Federal. Já no Ministério Público Federal fez um belo trabalho. Disputou a primeira eleição. Foi eleito Senador, pelo Mato Grosso, de forma consagradora e, quatro anos depois, o povo do Mato Grosso, com seu discernimento e sabedoria política, elege-o Governador do Estado. Qualquer partido estaria festejando, celebrando o ingresso de um quadro da estatura moral, da decência, da competência, do saber jurídico, do conhecimento, da ética, do tirocínio, do senso de justiça que tem Pedro Taques. Então, na condição de Líder do PSDB no Senado, falo por toda a nossa Bancada, aqui presentes o Senador Aloysio Nunes, o Senador Flexa e todos, enfim, que compõem a nossa Bancada, a saudação ao ingresso de Pedro Taques ao PSDB, engrossando essa fileira que estamos formando junto com o povo brasileiro, para que possamos promover as mudanças de que este País tanto necessita, sobretudo no campo da ética. E é a postura ética, a correção moral, a decência de comportamento do Governador Pedro Taques que nos animarão ainda mais nesta luta.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Serra** (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Aécio.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – O Pedro Taques é a cara nova da política brasileira. É o que os brasileiros esperam.

Eu darei a palavra ao Senador Blairo Maggi e, em seguida, ao Senador José Serra, contrerrâneo que é do Governador Pedro Taques, que a havia solicitado. Tenho certeza de que o Governador Pedro conversou também com o Senador Blairo antes dessa decisão.



É uma alegria ouvir o Senador e, em seguida, o Senador Serra.

**O Sr. Blairo Maggi** (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado. Quero saudar V. Ex<sup>a</sup>, Presidente do PSDB, e cumprimentar o Partido pela recepção ao Governador Pedro Taques, que se filia ao PSDB a partir desta data. Eu não tenho dúvida nenhuma das qualidades do Governador Pedro Taques, que foram aqui já elencadas pelo Líder Cássio. Quero dizer que, assim como o PSDB espera bastante do Governador Pedro Taques, o Estado de Mato Grosso também espera bastante do PSDB. E não tenho dúvida nenhuma de que vocês farão uma grande parceria política nesse momento. O Governador precisava fazer um movimento político e escolheu o partido olhando para o futuro. Não tenho dúvida nenhuma disso. E tem o meu entusiasmo, embora não me deva nenhuma satisfação com isso, mas tem o meu entusiasmo, ao ver a movimentação política que o Governador do Estado de Mato Grosso faz neste momento. Parabéns ao PSDB e parabéns também ao Governador Pedro Taques.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. É muito importante o seu testemunho, Senador Blairo Maggi.

Senador José Serra, é com prazer que ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Serra** (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador, nosso Líder, Cássio Cunha Lima, falou em nome da Bancada. Eu queria me congratular com o PSDB pelo ingresso do Pedro Taques, um homem público de grande qualidade, um jurista bem formado e voltado para a área pública. Eu queria só observar algo interessante e diferente.

*(Soa a campainha.)*

O Senador Pedro Taques deixa um partido que, com todo o respeito, é da Base do Governo e vem para um partido de oposição, no exercício do cargo de Governador, que é algo muito diferente, inusitado, eu diria, na política brasileira. Eu queria apenas deixar esse comentário, mandar meu abraço ao Pedro e me congratular com a direção do PSDB, na pessoa do Presidente, por essa, como se diria, aquisição para o Partido.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. A palavra de V. Ex<sup>a</sup>, certamente, está sendo ouvida neste instante em Mato Grosso e estimula ainda mais o nosso novo companheiro.

Senador José Medeiros, ouço V. Ex<sup>a</sup> com satisfação.

**O Sr. José Medeiros** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Aécio, também quero me congratular com o PSDB. Nós, do PPS, também fizemos o convite, mas o Senador Pedro Taques está indo para o PSDB. Primeiro, ele já tinha um alinhamento com o PSDB, e eu diria que o Partido está de parabéns porque esse novo quadro tem tudo a ver com esse novo momento da política brasileira. Aliás, antes mesmo das manifestações de 13 de junho, Senador Aécio, aquelas bandeiras que foram para as ruas já eram as bandeiras que levaram o Senador Pedro Taques a ser Senador da República e, agora, Governador. Então, parabéns ao Senador Pedro Taques e parabéns ao PSDB!

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Agripino, Senador Aziz, na sequência, e Senador Aloysio.

**O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Aécio Neves, eu gostaria de fazer o registro, primeiro de tudo, da inveja que eu tenho de V. Ex<sup>a</sup> pelo fato de estar recebendo um quadro da qualidade de Pedro Taques, que foi um Senador que conviveu conosco durante quatro anos, com quem nós tínhamos uma excelente relação política e pessoal e admiração especial pela envergadura moral de S. Ex<sup>a</sup>. Mas quero destacar também a coragem de Pedro Taques, porque ele é Governador de um Estado. Todo Governador precisa do amparo do poder central, e ele está fazendo a opção partidária por um partido de oposição. E ele sabe que é possível que isso venha a ter consequências no que diz respeito à transferência de recursos, à concessão de empréstimos, mas ele faz uma opção partidária olhando para o futuro, olhando para frente. Ele olha para o Brasil que todos nós queremos mudar. E ele muda agora, saindo de um partido, olhando para o futuro e tomando a iniciativa de se mudar para um partido de oposição. Eu me sinto gratificado, porque, ao lado do PPS, ao lado do Solidariedade, o Democratas e o PSDB vêm há anos. Anos! O Democratas, há 12 anos, vem exercendo uma posição ao lado do PSDB. E estamos, nesse momento, enfrentando uma quadra de grande dificuldade no campo político e econômico, mas sintonizados com a sociedade, com o desejo da sociedade de ver o Brasil avançar; e não vai avançar pelos quadros dominantes desse momento, pelos quadros do PT desse momento. De modo que quero, mais do que me congratular com o PSDB, quero me congratular com a coragem cívica do Senador, do Governador, do homem público Pedro Taques, que faz uma opção pelo futuro ao se filiar ao PSDB.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – V. Ex<sup>a</sup> sintetiza, de forma muito clara, o sentimento de todos nós, quando fala da coragem de Pedro Taques. Eu tive a oportunidade também de registrar, nas inúmeras conversas que tivemos, que se trata, sim, de um ato de coragem, mas, quando se busca fazer algo pensando no futuro, acho que são superadas as dificuldades momentâneas.

Posso dizer a V. Ex<sup>a</sup>, amigo querido, Senador José Agripino, que se sinta também, de alguma forma, homenageado, porque a nossa caminhada para um Brasil diferente é uma só, e Pedro Taques, do PSDB, é um Pedro Taques muito próximo do Democratas e da luta de V. Ex<sup>a</sup> pelo início de um novo e virtuoso ciclo no Brasil, onde a decência e a eficiência dos governos possam caminhar juntas.

Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Acir Gurgacz, Líder do PDT, Partido ao qual pertencia Pedro Taques.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Aécio, eu não poderia ser diferente. Lamento, em nome do PDT, a saída de Pedro Taques do nosso Partido, mas pontuo a importância que o Senador Pedro Taques tem e teve no PDT. S. Ex<sup>a</sup> contribuiu muito para o nosso Partido, não só aqui, no Senado, como também no Mato Grosso, principalmente como Governador do Estado do Mato Grosso. Desejo boa sorte, sucesso ao nosso Governador Pedro Taques. Tenho certeza de que o seu coração continuará sendo pedetista. Um abraço ao nosso amigo, nosso colega Pedro Taques e desejo, realmente, sucesso a ele nessa nova caminhada, nessa nova jornada, mas seu coração sempre vai ser pedetista, Senador Aécio. Muito obrigado.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço, Senador Acir, a contribuição de V. Ex<sup>a</sup>. Tenho certeza de que cala fundo também no peito de Pedro Taques, o que mostra a dimensão política das relações que vocês estabeleceram, compreendendo o novo momento político do Brasil. V. Ex<sup>a</sup>, aqui, cumprimenta o Senador Pedro Taques, que sai do seu Partido. Repito: essa é uma demonstração da dimensão política de V. Ex<sup>a</sup>, e nós, tucanos, agradecemos.

Senador Aloysio Nunes Ferreira e, em seguida, os Senadores Randolfe Rodrigues e Waldemir Moka.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Aécio, já me sinto plenamente representado pelo discurso que V. Ex<sup>a</sup> fez, saudando esse novo companheiro nosso que acaba de se filiar ao PSDB, o Governador Pedro Taques. Igualmente às palavras do Líder Cássio Cunha Lima, seriam mais do que suficientes para que, subscrevendo-as, eu me sentisse também autor dessa saudação. Mas eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> e aos colegas que há um toque muito pessoal nesta minha manifestação de alegria, pois durante os quatro anos que convivi com Pedro Taques eu me aproximei muito dele. Pedro Taques começou sua carreira jurídica no Estado de São Paulo, como Procurador do Estado de São Paulo, carreira que eu também abracei quando voltei do exílio. A família Taques tem uma longa história em São Paulo. Um ancestral seu – Pedro Taques também – escreveu um livro magnífico, lá pelo século XVIII, sobre as famílias paulistas, uma espécie de genealogia paulista daquele período. Mas Pedro Taques conviveu comigo muito de perto na Comissão de Constituição e Justiça. Ali eu tive ocasião de apreciar muitos aspectos da sua personalidade. O senhor já destacou, com a sua sabedoria política: Pedro Taques é jurista. Mas, como dizia um antigo professor meu da Faculdade de Direito, um jurista que é apenas um jurista é uma triste coisa. Pedro Taques não é apenas um jurista. Pedro Taques tem o sentido da justiça e do direito como tecidos vivos, tecidos absolutamente impregnados na sociedade e cânones para a ação, cânones para a construção. Pedro Taques sempre teve vocação política. Pedro Taques nunca abandonou o gosto pela inovação, pela mudança, pelo combate, pelas boas causas. Na Comissão de Constituição e Justiça, foi um conselheiro de todos nós. Está aqui a meu lado o meu colega Randolfe Rodrigues, que muitas vezes se aconselhou da sabedoria e do bom senso de Pedro Taques. Fico muito feliz com a sua filiação. É um sinal de saúde política do nosso Partido. Pedro Taques deixa, aqui no Senado, como suplente seu, uma figura notável, que é o nosso colega Senador José Medeiros. E vai para o governo de um Estado progressista, um Estado dinâmico, um Estado que sustenta o agronegócio brasileiro. Pedro Taques deixou aqui no Senado uma lembrança muito forte de amizade e de admiração. Deixou um trabalho parlamentar que ainda não foi concluído, meu prezado Presidente Senador Renan Calheiros, que é a atualização do Código Penal brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> lançou uma agenda, a Agenda Brasil, que tem aspectos positivos. E eu queria chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup> para o fato de que é preciso incorporar nessa Agenda a continuidade e a conclusão do trabalho que foi conduzido magistralmente pelo Senador Pedro Taques, que é a reforma do Código Penal Brasileiro, a atualização das nossas leis penais. Senador Aécio Neves, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns por ter conduzido essa articulação tão exitosa, que permite que hoje nós estejamos comemorando o ingresso desse grande homem público, desse grande brasileiro no nosso Partido.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – É muito importante o depoimento de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aloysio. E me lembro muito bem da grande parceria que V. Ex<sup>as</sup> faziam na Comissão de Constituição e Justiça, parceria que acabava por orientar muitos de nós pela extraordinária experiência, conhecimento jurídico e grande visão humanística que jamais faltou a Pedro Taques em toda a sua longa militância pública – não só política, mas pública.

Portanto, agradeço muito as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, que tocaram fundo no Governador Pedro Taques.

Com alegria, ouço o Senador Randolfe Rodrigues.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP. Sem revisão do orador.) – Meu caríssimo Senador Aécio, a exemplo do que fez ainda há pouco o Senador Agripino, permita-me expressar uma inveja no bom sentido e parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, porque tenho certeza de que foi a condução de V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente Nacional do PSDB, que possibilitou também o ingresso de Pedro Taques nos quadros do Partido. Com o Senador Pedro Taques – hoje Governador Pedro Taques –, nosso caro amigo, aprendi a ter aqui, no plenário do Senado e nas relações do Senado, uma relação de amizade da qual tenho orgulho. E ele, ao mesmo tempo, aqui serviu, e serve, de fonte de inspiração para todos nós em função da atuação que teve. Reitero os termos apresentados pelo Senador Aloysio. Temas como o Código Penal – e um dia desses ele mesmo me alertava que temos de debater-lo no Congresso –, como a reforma da Lei de Introdução ao Código Civil, são temas que devemos incorporar na Agenda que foi apresentada aqui pelo Senador Renan Calheiros, são temas necessários e urgentes para o Brasil neste momento. O Partido conduzido por V. Ex<sup>a</sup> ganha, e muito, porque não tenho dúvida de que Pedro Taques é uma das mais proeminentes lideranças políticas deste País. Ele tem dirigido o Governo do Estado do Mato Grosso com as dificuldades de um triste legado que lá recebeu, mas não tem governado olhando para o passado. Ele tem como uma de suas principais características olhar para frente. O PSDB e o Brasil estão de parabéns com a opção política do Senador Pedro Taques. Seja qual for a opção do Senador Pedro Taques, tem que ser saudada pelo que ele representa hoje para o Brasil. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela condução. Cumprimento Pedro pela escolha e cumprimento o PSDB porque ganha um dos melhores quadros políticos deste País.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Randolfe, V. Ex<sup>a</sup> – eu sou testemunha – transformou-se talvez em um dos mais próximos amigos de Pedro Taques nesse período recente de convivência no Senado, porque V. Ex<sup>as</sup> encontraram identidade de formação, de conduta ética na política e, sobretudo, de propósito. Todos nós queremos um Brasil diferente, um Brasil onde o ódio possa ser substituído pela convergência, pela construção de pontes que nos levem à superação das enormes dificuldades que temos hoje.

Portanto, a saudação de V. Ex<sup>a</sup> é extremamente importante e espero que um dia nós possamos ainda voltar a conversar mais proximamente sobre o futuro, Senador Randolfe.

Senador Moka e, em seguida, o Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Waldemir Moka** (Bloco Maioria/PMDB - MS) - Senador Aécio Neves, ao me dirigir a V. Ex<sup>a</sup>, ao apartear-lo, quero desejar ao meu amigo Pedro Taques toda a sorte. Eu tenho certeza de que ele enfrenta grandes dificuldades. Está muito difícil hoje governar, em função até de toda essa crise econômica. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> porque o PSDB recebe, na minha avaliação, um dos melhores homens públicos deste País. Pedro Taques representa o político que quer fazer as coisas de forma correta, com muita ética e lisura, e sempre muito preocupado em atender as necessidades da sua população. A minha inveja, positivamente falando, só não é maior porque V. Ex<sup>a</sup> vai receber Pedro Taques, mas nós, do PMDB, queremos crer que, o mais breve possível, poderemos contar com o seu companheiro de Bancada, o grande Senador Blairo Maggi, também do Mato Grosso. Um abraço a V. Ex<sup>a</sup> e ao meu amigo Pedro Taques. Desejo-lhe sucesso, porque competência nunca lhe faltou. Muito obrigado, Senador Aécio Neves.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, vizinho que é de Estado – e acho que de esperanças – de Pedro Taques. Disse ao Senador Pedro ontem que ele conte com o reforço na já qualificadíssima Bancada do Mato Grosso dos seus 11 companheiros do PSDB, que aqui estarão vigilantes e atentos na defesa dos interesses desse Estado que vem contribuindo de forma extraordinária para o desenvolvimento do País. Não fosse hoje a contribuição do Centro-Oeste brasileiro e do agronegócio em especial, a situação extremamente grave seria ainda mais grave.

Portanto, estaremos todos juntos aqui, irmanados no fortalecimento da infraestrutura e de ações que possam aumentar a produtividade e a competitividade daqueles que trabalham no campo e vêm sustentando o Brasil.

Ao final, dou a palavra, com alegria, ao Senador Tasso Jereissati e ao Senador Ataídes.

**O Sr. Tasso Jereissati** (Bloco Oposição/PSDB - CE. Sem revisão do orador.) – Senador Renan, Presidente desta Casa, Senador Aécio, queria também cumprimentá-lo como Presidente do PSDB, como Presidente do meu Partido, por ter trazido para as nossas fileiras um dos políticos mais respeitados do País nos dias de hoje. Eu, infelizmente, não tive o privilégio de conviver com ele aqui no Senado Federal, porque quando voltei ao Senado ele saiu para o Governo do Estado. Acompanhei o seu trabalho de longe, trabalho em que ele se destacou pela coerência, pela ética e pelo espírito público com que tratava das questões que aqui eram discutidas. Assim, firma-se uma tradição do nosso Partido, do PSDB, de crescer, mas não crescer a qualquer custo: crescer em cima da qualidade, do compromisso com ideais, do compromisso com a ética e da ideia de que nós podemos, sim, fazer deste País um país melhor. Fico muito feliz de ter ao nosso lado, nas nossas fileiras, um homem

da qualidade do Governador Pedro Taques, que vem enriquecer ainda mais este Partido nosso, que é um Partido de quadros, de gente competente e ética. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tasso.

Caminhando para encerrar, antes de dar a palavra ao Senador Ataídes, eu gostaria apenas de tornar pública a extraordinária contribuição, para que Pedro Taques chegasse ao PSDB, do Presidente Estadual do Partido no Mato Grosso, Deputado Nilson Leitão, que se encontra aqui no plenário, o 1º Vice-Líder da nossa Bancada na Câmara dos Deputados, que se dedicou, ao longo de todos esses últimos meses, a inúmeras conversas, onde as convergências foram aflorando. Temos hoje este momento raro de comemorar não a chegada de mais um membro do Congresso, mais um Senador ou mais um Governador. Na verdade, Pedro é tudo isso, Pedro é tudo isso e um pouco mais. Por isso, a alegria de todos nós, tucanos, em estarmos comemorando hoje a sua filiação.

Senador Ataídes, a palavra final a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (Bloco Oposição/PSDB - TO. Sem revisão do orador.) – Senador Aécio, Presidente do PSDB, eu não poderia deixar de parabenizá-lo por essa articulação e pela aquisição que V. Ex<sup>a</sup> fez. Em 2011, quando eu cheguei a esta Casa, ainda suplente de Senador, sentei-me ao lado do Senador Pedro Taques numa Comissão e, nas suas primeiras colocações, percebi que se tratava de um homem diferenciado, pela sabedoria, pela ética, pela moral, por seus princípios e por suas atitudes, por sua coragem. Então, eu percebo, Presidente Aécio, do nosso querido Partido – Pedro Taques sabe que eu sou um fã de carteira dele –, que ele vem fortalecer ainda mais este grande Partido, o PSDB. Pedro Taques deixou um legado nesta Casa: de que é possível, sim, fazer política com ética e moral. Muito obrigado. Parabéns, mais uma vez, Presidente Aécio.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo todas as manifestações, que, na verdade, expressam um sentimento comum desta Casa. Pedro, com seu trabalho, com sua simplicidade, com seu inquestionável espírito público, é hoje merecedor de todas as homenagens de todos os partidos que aqui ocuparam o microfone.

Encerro dirigindo-me a você, Governador e amigo Pedro Taques: seja muito bem vindo! No PSDB, junto com outras forças de oposição, vamos construir um caminho diferente para o Brasil, um caminho expresso por sua trajetória ética, honrada, sobretudo corajosa, na defesa dos interesses da sua gente do Mato Grosso e do Brasil. Hoje é um dia de festa para os tucanos. A vinda de V. Ex<sup>a</sup> é o mais cabal dos testemunhos de que o PSDB é o futuro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Aécio Neves, o Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Aécio Neves, apresento-lhe os meus cumprimentos ao PSDB pela filiação do Governador Pedro Taques, uma grande liderança. Teve conosco, no Senado Federal, o melhor relacionamento, nós todos temos um enorme respeito por ele. De modo que, em nome da Mesa Diretora, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela filiação desse grande líder do nosso País.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço o testemunho e as palavras de V. Ex<sup>a</sup>. Com elas, agradeço a oportunidade de dar essa notícia a todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) –

## ORDEM DO DIA

Senador Eunício Oliveira.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB - CE. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós temos uma matéria que está trancando a pauta, que é a última matéria do chamado ajuste fiscal nesta Casa.

V. Ex<sup>a</sup> apresentou aos Líderes partidários e com eles discutiu uma Agenda Brasil, que não é uma agenda de Governo, mas um agenda do Parlamento, tentando contribuir para que o Brasil saia da crise econômica em que está envolvido.

Sr. Presidente, eu sei da necessidade que nós temos de virar essa página – eu tenho dito isso e tenho repetido –, mas eu recebi duas ligações, e preciso fazer uma reanálise sobre essas duas ligações. E eu pediria a V. Ex<sup>a</sup>, mesmo sabendo que a pauta está trancada, que desse a este Relator, que recebeu a missão das mãos de V. Ex<sup>a</sup> para relatar essa matéria, que desse o prazo de até amanhã para a gente buscar a última oportunidade de um entendimento aqui nesta Casa.

Esta Casa é a Casa do entendimento. E, felizmente, V. Ex<sup>a</sup> tem procurado trazer para todos aqui nesta Casa, indistintamente, independente de coloração partidária ou de pensamento ideológico, V. Ex<sup>a</sup> tem procurado harmonizar o sentimento do Senado Federal.



Portanto, eu, na mesma linha, copiando V. Ex<sup>a</sup> nesse sentimento de harmonizar a Casa, de buscar harmonizar a Casa, gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> mais este prazo de até amanhã. Sei que a pauta está trancada, sei das dificuldades. Votaríamos outras matérias que possam ser votadas, tipo autoridades, para fazer a última tentativa, para que eu faça a última tentativa de encontrarmos um entendimento.

Não acontecendo esse entendimento, Presidente, não há outro caminho a não ser fazermos a votação no dia de amanhã. Era isso que eu queria pedir a V. Ex<sup>a</sup>.

E, também, Presidente, aproveitar esta oportunidade para... Eu vou fazer um registro, não hoje, mas quero fazer um registro após esse posicionamento. Mas também quero registrar com muita alegria que a Bancada do PMDB, que o PMDB do Brasil recebe a figura ilustre da Senadora Marta Suplicy, que está se filiando ao nosso Partido, ao PMDB.

Todos nós sabemos do quadro que é a Senadora Marta Suplicy e, obviamente, vai honrar muito essa sigla que nós tanto amamos, que é o nosso querido PMDB.

Presidente, eu queria registrar essa questão com muito orgulho, em nome da Bancada, como Líder, e pedir a V. Ex<sup>a</sup> que essa matéria, da qual eu sou Relator, que V. Ex<sup>a</sup> me concedesse o prazo até amanhã para a última tentativa de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós agradecemos ao Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira.

Comemoramos também a filiação da Senadora Marta Suplicy. Ela, verdadeiramente, qualificará o PMDB, a exemplo do que fará o Senador Pedro Taques, o Governador Pedro Taques, que acaba de se filiar também ao Partido da Social Democracia Brasileira.

Agradeço, sobretudo, ao Senador Eunício Oliveira, que foi o Relator designado para relatar essa importantíssima matéria. Há um desejo do Senado Federal de tirá-la da pauta. Nós precisamos encerrar esse ajuste. E nada melhor do que o encerramento do ajuste para qualificá-lo.

Como não há acordo ainda com relação ao mérito da matéria, que caminho nós deveremos seguir, nós vamos deixar a apreciação dessa matéria importante para amanhã. E vamos seguir a sugestão do Senador Eunício Oliveira para que nós possamos avançar na nossa pauta. Já que a pauta continuará trancada, nós vamos apreciar as propostas de emenda à Constituição, que estão na linha de produção, prontas para serem votadas.

**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Eunício Oliveira. Senador Delcídio do Amaral.

**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco Apoio Governo/PT - MS. Sem revisão do orador.) – Só registrando, Sr. Presidente, o nosso entendimento também daquilo que o Senador, que o Líder Eunício Oliveira acabou de falar. Esse projeto é um projeto importante. É o último projeto dessas medidas fiscais que foram encaminhadas para o Senado Federal. E todas as medidas foram aprovadas – é importante registrar – em função até de negociações que o Líder Eunício Oliveira está fazendo com as demais Lideranças e com próprio Governo, principalmente olhando esse texto que veio da Câmara, e o Senado produzindo, efetivamente, um texto compatível com o que todos nós Senadores entendemos como importante para o País.

Eu, pela Liderança do Governo, quero dizer que acho absolutamente sensato e pertinente o pedido do Senador Eunício Oliveira, até para que a gente tenha mais tempo para trabalhar esse texto e, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, encontrar uma saída para que, definitivamente, a gente encerre as votações das medidas fiscais, que passaram aqui pelo Senado e foram aprovadas.

Eu não poderia também deixar de destacar, Sr. Presidente, que estou ultimando o texto do substitutivo da regularização de ativos de brasileiros no exterior, e vou distribuir esse texto para os demais Senadores e Senadoras para que nós tenhamos as condições de votar com consciência, principalmente um tema tão delicado quanto esse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Acir, com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para cumprimentar o Líder do PMDB, Eunício, pela sua decisão de retirada desse projeto de votação nesta tarde. Eu entendo que é importante nós produzirmos um acordo porque, neste momento de crise que atravessamos, nós aumentarmos impostos não é a solução para a saída da crise no Brasil.

Portanto, os cumprimentos ao Senador Eunício, que é Relator dessa matéria. Nós precisamos continuar debatendo e discutindo, para que a gente possa produzir um acordo que venha atender a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu quero comunicar aos Senadores que amanhã, às 15 horas, nós teremos uma importantíssima reunião da Comissão de Reforma Política, presidida pelo Senador Jorge Viana e relatada pelo Senador Romero Jucá.

Nós, em função do trancamento da pauta, ainda não avançamos como queremos com relação ao aprofundamento das deliberações da reforma política, mas amanhã mesmo nós vamos retomá-la, tão logo a pauta esteja destrancada.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Hélio José.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF. Sem revisão do orador.) – Eu queria que V. Exª pusesse em votação o Requerimento nº 59, de 2015, onde eu requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Professor Mauro Boianovsky, por ter sido o primeiro latino-americano escolhido para presidir a History of Economics Society, a mais tradicional e importante associação internacional de história do pensamento econômico.

Já foi aprovado na Comissão de Educação e precisamos só submeter, aqui, ao voto esse requerimento, o.k., Sr. Presidente?

E a outra questão de ordem é para encaminhar também a votação, o encaminhamento de votação para o Requerimento nº 878, de 2015, que solicita a realização de sessão especial do Senado Federal destinada a homenagear os 120 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Japão.

Obrigado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Exª.

Item 12 da pauta.

Peço aos Senadores e às Senadoras que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário.

Vamos apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 78, em segundo turno – em segundo turno, 78, é o item 12 da pauta.

## **Item 12:**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 78, DE 2013**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 2013 (nº 368/2009, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos de recursos destinados à irrigação.*

Parecer favorável, sob nº 201, de 2015, da CCJ, Relator: Senador Walter Pinheiro.

Senador Eunício Oliveira.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB - CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, esta matéria, Presidente, nós já votamos em primeiro turno. É uma matéria extremamente meritória, num momento de grande dificuldade para o Brasil e para o Nordeste brasileiro, principalmente, é a questão da prorrogação do incentivo à irrigação.

Portanto, o PMDB encaminha, com muita alegria, esta matéria favoravelmente, Presidente. O PMDB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Exª.

Senador Delcídio do Amaral, Líder do Governo.

**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco Apoio Governo/PT - MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também registrar a importância desta matéria. A irrigação é absolutamente fundamental, eu quero registrar aqui, não só para o Nordeste, mas para a Região Centro-Oeste também. E apesar de todos os incentivos, são poucos os investimentos para irrigação, a despeito dos benefícios que a irrigação pode trazer, principalmente para o agronegócio, para a agricultura do Centro-Oeste, para as atividades no Nordeste, também, do nosso País.

Portanto, esta matéria é absolutamente meritória e, com certeza, eu entendo que os Senadores e as Senadoras vão votar “sim”.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, encaminhando pelo PSDB, Sr. Presidente.

Pelo PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima.



**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O PSDB também vota a favor da PEC nº 78, que traz estímulos ao setor da irrigação de nosso País, lamentando apenas que não tivemos iniciativas do Governo nesse sentido, talvez porque, Líder, esteja faltando muita água no Brasil, e o Governo, com tamanha escassez, não consegue compreender a importância desse segmento.

Mas o PSDB vota “sim” pela PEC, a exemplo do que acontecerá, tenho certeza, com a unanimidade dos partidos e dos seus membros, pela importância que a irrigação tem para a nossa economia tão combatida diante da grave crise que o País enfrenta.

O PSDB vota “sim”.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, o PR, para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Blairo Maggi, com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero encaminhar, pelo Partido da República, favoravelmente à Emenda nº 78, não só no sentido de darmos mais tempo à questão da irrigação, mas, como disse aqui na primeira votação, desejamos que os recursos também irriguem os campos e que possam chegar aos projetos importantes que hoje tem na Nação na questão da irrigação.

Todos sabem que o Estado de Mato Grosso é um Estado que tem o privilégio de poder fazer duas safras, quase como todo o Centro-Oeste, mas, independente disso, nós temos uma região, que é a Baixada Cuiabana, que tem um solo pobre, que tem um solo que não é fértil naturalmente e também bastante seco, com muito pedregulho, um solo estruturalmente e fisicamente muito ruim, mas que, uma vez feito um grande projeto de irrigação, a partir da água do Lago do Manso, pode transformar a Baixada Cuiabana em um grande produtor de hortifrutigranjeiro.

Portanto, nós apostamos que o projeto de irrigação, a PEC da Irrigação uma vez aprovada, prorrogada e com recursos nós possamos levar adiante um sonho e uma necessidade bastante grande também do Estado de Mato Grosso.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, meu voto é pelo encaminhamento do voto “sim”.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Blairo. Senadora Lúcia Vânia.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, o PDT... O PDT encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (S/Partido - GO) – Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PDT...

Senadora Lúcia Vânia.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (S/Partido - GO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu quero também, a exemplo do que fez o Senador Blairo Maggi, saudar aqui esta votação, uma votação extremamente importante para a Região Centro-Oeste.

Eu fui Constituinte, ajudei na formação da criação deste fundo e agora eu tive a oportunidade, como membro da comissão que faz o Pacto Federativo e responsável por selecionar os projetos que tratam das finanças dos Estados, eu tive o prazer de poder selecionar este projeto, que já estava pronto para ser votado. E hoje nós comemoramos a sua votação, a conclusão da sua votação, que vai trazer grandes benefícios para a Região Centro-Oeste.

A nossa região é uma região solução, é uma região que tem ajudado a equilibrar a balança comercial, e nós temos orgulho de ter uma agricultura de ponta, uma pecuária que faz inveja a todo o mundo pela alta tecnologia empregada ali, naquela região. Portanto, deixo aqui a minha satisfação com a aprovação deste projeto.

**O SR. GLADSON CAMELI** (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente, o Partido Progressista vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PP vota “sim”.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O PRB, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB vota “sim”.

Agora é imperioso lembrar que 80% da água nacional, da água do nosso País, do consumo de água do País são gastos com a agricultura, e, na maioria das propriedades, a água não é paga. O Brasil é um dos pou-

cos países do mundo em que não se paga pela água, na maioria das vezes, na sua imensa maioria, utilizada na agricultura. Isso faz, Sr. Presidente, com que haja muitos desperdícios.

O projeto de irrigação que hoje nós estamos votando é um esforço para produzirmos gastando menos água, e isso é irrigação predominantemente por gotejamento, que é a água contabilizada, colocada no pé, na raiz da planta, seja o feijão, o milho, o algodão, a soja, é a água contabilizada, como se planta na maioria das propriedades do sertão da Bahia. É isto que nós estamos tentando hoje aqui, Sr. Presidente, fazer com que a irrigação mantenha a produção agrícola nacional – o Brasil é a fazenda do mundo –, mas que se evitem desperdícios, Presidente.

Então, o PRB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PRB vota “sim”.

Senador Eduardo Amorim.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é um daqueles projetos, uma das ideias que, com certeza, vai ajudar muito, não só o nordestino, não só o agricultor do Centro-Oeste brasileiro, mas que o nosso País seja, daqui a alguns anos, o maior produtor mundial de alimentos e fazendo justiça, Sr. Presidente, com a Região Nordeste e com a Região Centro-Oeste, regiões de solo extremamente fértil e sedentas, portanto, de oportunidade.

Então, o PSC encaminha “sim” por entender que em muito vai ajudar, neste momento difícil por que o nosso País está passando, especialmente a Região Nordeste e a Região Centro-Oeste, onde estão os maiores índices de desempregos, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, inscreva-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Moka.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Valadares, para inscrever aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Valadares.

Senadora Lídice.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para encaminhar, em nome do Bloco Socialismo e Liberdade, no sentido de convocar os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras do PSB, do PCdoB, do PPS e do PSOL, para que votemos de maneira unificada “sim”, nessa proposta. O PSB, especialmente, vota “sim” nessa proposta que, na verdade, fortalece uma política de irrigação, dando atenção especial à agricultura familiar, ao Nordeste e ao Centro-Oeste, no momento em que investimos de uma forma racional o uso da água para a agricultura.

Portanto, Sr. Presidente, eu convoco nossa Bancada a votar “sim”.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, acatando o encaminhamento da Líder do nosso Bloco, encaminho o voto “sim” pelo PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – PSOL encaminha o voto “sim”.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PT vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PT vota “sim”.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Hélio José.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF) – O PSD, em consideração a essa questão toda, à importância para o Nordeste, vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – PSD vota “sim”.

Senador Walter Pinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Walter Pinheiro, eu queria só lembrar aos Senadores e às Senadoras que amanhã, às 15 horas, nós teremos uma reunião importante, fundamental, da Comissão Mista do Congresso Nacional que aprecia a Lei de Responsabilidade das Estatais. Amanhã às 15 horas. E, às 15 horas e 30 minutos, uma reunião da Comissão de Reforma Política sobre financiamento eleitoral. São reuniões importantíssimas de duas Comissões: uma do Congresso Nacional e a outra do Senado Federal.

Portanto, amanhã, às 15 horas, a Comissão Mista e, logo em seguida, às 15 horas e 30 minutos, a reunião da Comissão Especial de Reforma Política.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Na realidade, Sr. Presidente, eu quero aproveitar essa intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, para dizer que esta matéria que nós estamos votando é fruto inclusive do trabalho desenvolvido pela Comissão do Pacto Federativo.

Portanto, quando V. Ex<sup>a</sup> fala na possibilidade efetiva agora de consolidarmos, através de uma Comissão, o que seriam os projetos prioritários para essa Agenda Brasil, eu queria lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que, de forma muito exitosa, com o trabalho muito bem feito pelo Senador Anastasia, pela Senadora Ana Amélia, pela Senadora Lúcia Vânia, pelo nosso Relator Geral, o Senador Fernando Bezerra, pela Senadora Simone Tebet, por todos os Senadores que compõem a Comissão – e quero fazer um destaque especial ao Senador Moka, que não foi sub-relator, mas é um companheiro sempre presente e atuante nessa área do Pacto Federativo –, esta PEC é fruto exatamente dessa leitura. Assim como, Sr. Presidente, as matérias que V. Ex<sup>a</sup> tem colocado como orientadoras para isso que nós chamamos de Agenda Brasil.

E refiro-me, principalmente, às matérias que foram extraídas das sugestões, Senador Flexa, de Governadores e Prefeitos. Em particular, à matéria que trata da questão que incide diretamente na economia do País – na economia na ponta. Refiro-me, Senador Flexa, à questão do ICMS, como caminho, como solução para que se aponte uma saída para o Brasil.

O Senado, inclusive, votou diversas matérias, atendendo à demanda do chamado ajuste. Mas todo ajuste, necessariamente, precisa ter o chamado complemento. E aqui, usando uma expressão do português, Senador Flexa, quero dizer que complemento tem que ser verbal ou nominal. Portanto, o complemento tem que ter a parte em que se apresentam as propostas, mas tem que ter algo que se materialize. Portanto, o verbo precisa existir, o verbo precisa ser aplicado na vida das pessoas.

Então, esta é uma matéria importante.

Nós votamos aqui diversas matérias sobre consórcios. E espero, no passo seguinte, termos oportunidade de apreciar as matérias saídas da Comissão do Pacto Federativo e com um alinhamento com a Câmara dos Deputados, Senadora Lúcia Vânia. Porque, por exemplo, a matéria apresentada pela Senadora Lúcia Vânia, que é uma matéria de suma importância, que trata da convalidação dos benefícios, precisa voltar. Não voltar para a gente apreciar, mas voltar para poder ter o seu caminho já consolidado e, portanto, completar esse eixo do Pacto Federativo.

Particularmente, esse de hoje, que interfere na vida de regiões do País, que interfere na economia, na produção de alimentos, na medida em que se faz a prorrogação dos incentivos para irrigação, é uma matéria – inclusive, de autoria do ex-Senador Carlos Bezerra – de suma importância para irmos alinhando, neste momento de dificuldade, a aprovação de matérias que possam, concretamente, reestimular a nossa economia na ponta e não somente no ajuste cá em cima.

Portanto, nós estamos votando “sim” a esta matéria, mas no desejo de cumprir esse calendário, que foi um calendário passado aqui por V. Ex<sup>a</sup>, para que a gente pudesse, até setembro, entregar essas matérias.

Agora no mês de agosto, o Congresso Nacional, Senador Jorge Viana, receberá a peça orçamentária. Portanto, é fundamental que a gente devolva aos Estados o alento, com a possibilidade de, unificando as alíquotas, termos o Fundo de Compensação de Perdas e, principalmente, o Fundo de Desenvolvimento Regional, para permitir o crescimento, para permitir o investimento nas regiões mais longínquas do nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. ELMANO FÉRRER** (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, o PTB, pela relevância e importância da Emenda nº 78, encaminha, aos seus liderados, a votação “sim”.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presidente Renan.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador José Agripino, Senador Davi Alcolumbre.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Oposição/DEM - RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas vota “sim”.

Eu orientei, em nome do Partido, na votação do primeiro turno,...

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Renan, eu quero me inscrever.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Oposição/DEM - RN) – ...pelas mesmas razões. Essa Proposta de Emenda à Constituição, que é fundamental para o prosseguimento dos incentivos da irrigação, garante o prosseguimento dos incentivos e da irrigação. Para o Nordeste é fundamental, para o Centro-Oeste é fundamental, para o Brasil é uma coisa positiva.

Por essa razão é que o nosso voto é “sim”, com entusiasmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, esta PEC é importante para o País, mas, no Centro-Oeste, ela tem uma importância fundamental.

Eu, há cerca de 15, 20 dias, fiz uma visita aos assentamentos rurais na cidade de Sidrolândia. Há uma realidade em curso hoje. Na nossa capital, toda hortaliça era, até pouco tempo, importada de São Paulo. Agora, estamos sendo abastecidos por essas pequenas propriedades. Propriedades de nove hectares, Senador Jorge Viana. Isso sem irrigação. Imagina você poder fazer esse tipo de produção com uma propriedade de nove hectares totalmente irrigada. Eu tenho certeza de que isso vai duplicar, triplicar a produção daqueles homens e mulheres de mãos calejadas.

Portanto, se há alguma coisa importante para ser prorrogada é exatamente através deste projeto. Assim, vai o nosso apoio e o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senadora Lídice da Mata.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, perdoe-me, é uma questão de ordem, para pedir a V. Exª para pautar, após a votação desta matéria, desta PEC, a PEC que já está na mesa para vir à votação há algum tempo. Eu já solicitei a V. Exª e quero solicitar a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras a votação da PEC sobre a função social do transporte público, da Deputada Luiza Erundina.

É uma grande luta da Deputada Luiza Erundina, a nossa Bancada tem um interesse particular em homenageá-la com essa votação e aprovação aqui, e eu peço a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras, e Líderes, em especial, que possam apoiar a votação hoje dessa PEC, já que nós não discutimos no Colégio de Líderes.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu queria dizer, em resposta à Senadora Lídice da Mata,...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... que esse – concordo com V. Exª – é o próximo item da pauta. Nós vamos votar essas duas propostas de emenda à Constituição e deixaremos a terceira proposta de emenda à Constituição para votarmos amanhã, que é a PEC das mulheres.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É a PEC nº 98, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A PEC nº 98, Senadora Vanessa. Nós deliberamos sobre essa PEC amanhã.

Senador Flexa. Senador Valadares na sequência.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para convidar as Senadoras e os Senadores, as Deputadas e os Deputados para a sessão de abertura, amanhã, às 9h30 – presidida por V. Exª, como Presidente do Congresso –, do Parlatino, aqui no plenário do Senado Federal, com a presença da Senadora Blanca Alcalá, pelo México, que preside neste momento o Parlatino.

Teremos, ao longo dos dias 19 e 20, reuniões de três comissões do Parlatino: Comissão de Educação, Comissão de Política e Comissão de Segurança, com a participação de aproximadamente 60 Parlamentares, de 18 países, dos 23 que compõem o Parlatino.

Quero fazer esse convite e pedir, não só aos filiados ao Parlatino, mas também às Senadoras e aos Senadores, às Deputadas e aos Deputados não filiados que prestigiem a sessão de abertura. Teremos a abertura por V. Exª, Presidente do Congresso, e uma palestra do Chanceler Mauro Vieira, por 30 minutos, encerrando a sessão de abertura. Pela parte da tarde, iniciaremos os trabalhos das Comissões, na quarta-feira à tarde e quinta-feira o dia inteiro.

Quero saudar os Parlamentares que nos visitam. Que todos nós possamos recebê-los com a alegria com que somos recebidos quando estamos nos países que eles representam.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Senador Gladson Cameli.

**O SR. GLADSON CAMELI** (Bloco Apoio Governo/PP - AC. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente, quero parabenizar o Senador Jorge Viana pela belíssima iniciativa que teve. Acompanhei pela imprensa do Estado do Acre uma comitiva que fez – eu fiz no mês passado –, em visita à ponte do Rio Madeira, uma obra de extrema importância para o desenvolvimento do Estado do Acre, tendo em vista que o nosso Estado já tem uma transoceânica. É a oportunidade de o Estado do Acre ter direito de trafegar a qualquer hora, a qualquer momento, para os outros Estados do País. Então, Senador, parabéns!

É uma grande oportunidade para a nossa Bancada Federal unir as forças, para que o Governo Federal não tranque os recursos para essa obra tão importante, que é a ponte do Rio Madeira. Eu disse para a própria



Presidente da República, que achava que essa obra beneficiava muito o Estado de Rondônia: “Pelo contrário, beneficia muito mais o Estado do Acre.” É uma oportunidade de toda a Bancada Federal estar unida nesse grande desafio, vencer esse grande obstáculo, que é a ponte sobre o Rio Madeira.

Parabéns, Senador Jorge Viana. Conte com o meu apoio aqui no Congresso Nacional, para que, de uma vez por todas, essa ponte saia do papel e seja concluída o quanto antes, para beneficiar a população do nosso Estado.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Sem revisão do orador.)

– Presidente, retomando a discussão da PEC da irrigação, eu quero manifestar, assim como a nossa Líder do Bloco já fez, o meu voto favorável a essa proposta, tendo em vista que ela não só prorroga como também garante recursos para a continuidade do processo de irrigação no Centro-Oeste, 20% dos recursos da União, e também no Nordeste brasileiro, 50%. Sendo que, desse percentual, a metade deve ser aplicada na agricultura familiar.

Isso significa o seguinte: em relação a Sergipe, por exemplo, Sr. Presidente, existem 90 mil agricultores familiares no nosso Estado, e eles sem dúvida colaboram para o fornecimento de alimentos na ordem de 70% daquilo que nós consumimos no Estado. Isso traduz a importância da agricultura familiar em nosso Estado. E grande parte é feita pelo processo da irrigação em vários Municípios sergipanos.

E quero registrar nesta hora, assim como já fizeram outros Senadores, que a região do São Francisco, notadamente o baixo São Francisco, está vivendo uma crise hídrica das mais graves, não só na Bahia, como também em Petrolina e no próprio Estado de Sergipe, em que um grande percentual de água salgada, já penetrando 15km no Rio São Francisco, está contribuindo para a salinização do rio, o que significa um perigo iminente de perda da qualidade da água para consumo humano e também para a pesca na nossa região.

Por isso, Sr. Presidente, é importante votarmos favoravelmente a essa proposta do ex-Deputado Federal Carlos Bezerra, que vem ao encontro de uma necessidade imperiosa de fortalecimento do processo de irrigação em nosso País.

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ainda é possível votar.

Senador Valadares, obrigado.

Vamos, então, ao resultado da votação.

Nós estamos apreciando a PEC 78, de 2013, cujo primeiro signatário foi o Deputado Carlos Bezerra, que visa alterar para 40 anos após a promulgação da Constituição Federal o prazo que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste, percentuais mínimos de 20% e 50%, respectivamente, dos recursos destinados à irrigação, bem como a estatuir a obrigatoriedade de que 50% desses recursos sejam destinados à agricultura familiar. Trata-se de uma medida essencial para a agricultura no Nordeste, no Centro-Oeste, e me congratulo com todos que colaboraram.

Vamos ao resultado da votação.

*(Procede-se à apuração.)*



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

## Votação Aberta

**Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 2013 (2º Turno)**

Dá nova redação ao artigo 42 do ADCT, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.

**Matéria PEC 78/2013**

**Início Votação 18/08/2015 18:54:50 Término Votação 18/08/2015 19:21:12**

**Sessão 137ª Sessão Deliberativa Ordinária**

**Data Sessão 18/08/2015 14:05:47**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>
PMDB	SIM
PT	SIM
PSDB	SIM
PDT	SIM
PSB	SIM
DEM	SIM
PP	SIM
PR	SIM
PSD	SIM
PTB	SIM
PCdoB	SIM
PPS	SIM
PSOL	SIM
PRB	SIM
PSC	SIM
Governo	SIM

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PSDB	PR	Álvaro Dias	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PT	RR	Ângela Portela	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antônio C Valadares	SIM
PSDB	TO	Atafides Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PR	MT	Blairo Maggi	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PDT	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PT	MS	Delcídio do Amaral	SIM
PT	TO	Donizeti Nogueira	SIM
PTB	PE	Douglas Cintra	SIM

Emissão 18/08/2015 19:21:16



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**

**Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 2013 (2º Turno)**

Dá nova redação ao artigo 42 do ADCT, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.

**Matéria PEC 78/2013**

**Início Votação 18/08/2015 18:54:50 Término Votação 18/08/2015 19:21:12**

**Sessão 137º Sessão Deliberativa Ordinária**

**Data Sessão 18/08/2015 14:05:47**

PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PSD	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PPS	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
-	GO	Lúcia Vânia	SIM
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
PDT	DF	Reguffe	SIM
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	AM	Sandra Braga	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PDT	RR	Telmário Mota	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM

**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**

**Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 2013 (2º Turno)**

Dá nova redação ao artigo 42 do ADCT, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.

Matéria **PEC 78/2013**

Início Votação **18/08/2015 18:54:50** Término Votação **18/08/2015 19:21:12**

Sessão **137º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **18/08/2015 14:05:47**

PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PT	BA	Walter Pinheiro	SIM
DEM	GO	Wilder Moraes	SIM
PDT	MG	Zezé Perrella	SIM

Presidente: *Renan Calheiros*

**SIM:66 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:67**

  
\_\_\_\_\_  
Primeiro-Secretario

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Resultado.

SIM: 66; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Fica então...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Queria registrar meu voto “sim”. Terminei não votando, estava aqui conversando, e passou, então eu queria que V. Ex<sup>a</sup> registrasse o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Logo V. Ex<sup>a</sup>, que é um dos mais experientes da Casa! A Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

A matéria, aprovada, vai à promulgação.

Eu parabenizo a todos que colaboraram para que o Brasil possa contar com esse instrumento tão fundamental para a agricultura no Nordeste e Centro-Oeste brasileiro.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A Presidência convocará sessão solene do Congresso para promulgação da emenda constitucional.

É a seguinte a matéria aprovada:

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

## Nº 78, DE 2013

(Nº 368/2009, na Câmara dos Deputados, do Deputado Carlos Bezerra)

Dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. Durante 40 (quarenta) anos, a União aplicará dos recursos destinados à irrigação:

I - 20% (vinte por cento) na Região Centro-Oeste;

II - 50% (cinquenta por cento) na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido.

Parágrafo único. Dos percentuais previstos nos incisos I e II do caput, no mínimo 50% (cinquenta por cento) serão destinados a projetos de irrigação que beneficiem agricultores familiares que atendam aos requisitos previstos em legislação específica." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – **Item 13** da pauta:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2013**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2014 (nº (90/2011, na Câmara dos Deputados, tendo como primeira signatária a Deputada Luiza Erundina), que *dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social*.

Parecer sob nº 335, de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Alvaro Dias, favorável.

Votação em primeiro turno. A discussão da matéria em primeiro turno foi encerrada na sessão deliberativa do dia 2 de julho de 2015. De acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação da proposta em primeiro turno. As Sras e Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

A Presidência pede aos Srs. Senadores e Senadoras que estão nas dependências da Casa que venham ao plenário, estamos em votação nominal e esperamos agora o encaminhamento da votação das Sras e Srs. Líderes.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Cássio Cunha Lima, pelo PSDB.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O PSDB, Sr. Presidente, vota “sim”, até porque o transporte tem sido um tema de grande relevância para o trabalhador brasileiro, que perde horas e horas, todos os dias, sobretudo nas grandes metrópoles, para se deslocar de suas casas para o trabalho.

Aproveito a votação da PEC, quando provavelmente estaremos aprovando a inclusão do transporte como direito social, para chamar a atenção, no item da reoneração da folha, para o equívoco que pode ser cometido, se mantida a proposta oriunda da Câmara Federal, que volta a onerar o transporte público do nosso País, contrariando todo o esforço que o Senado Federal realizou, principalmente diante das manifestações de 2013, quando um dos principais pontos da pauta das ruas, dos estudantes, do Movimento Passe Livre, era não apenas o passe livre, mas pelo menos a redução da tarifa. Inclusive o próprio Governo estimulou o congelamento da tarifa de transporte como forma de artificializar o controle da inflação. O resultado prático não foi dos melhores.

Mas, com absoluta certeza, uma das medidas que foram encaminhadas para tentar diminuir o custo do transporte no nosso País foi a desoneração desse segmento econômico. Agora, com a proposta que vem da Câmara, caso ela seja aprovada, o que teremos, na prática, será um aumento no preço do transporte público do nosso País.

E o Senado tem responsabilidades para evitar essa medida equivocada, até porque foi da Presidência deste Senado que foi apresentada uma pauta em resposta aos movimentos ocorridos àquela altura. E não é mais aceitável que o trabalhador, que já vem pagando a conta da crise do Governo da Presidente Dilma Rousseff, do PT, pague mais essa conta. O aposentado já não receberá mais o seu décimo-terceiro salário, como reflexo cabal da crise que estamos enfrentando. Que não aprofundemos mais essa crise penalizando o trabalhador com o aumento do custo do transporte.

Então, seria – para concluir, Sr. Presidente – uma enorme e inexplicável atitude do Senado, uma gigantesca incoerência se, no dia em que colocamos, por meio da PEC 74, o transporte como um direito social, no dia seguinte, o mesmo Senado onerasse o segmento de transporte, fazendo com que essa oneração seja transferida para o passageiro, para o trabalhador, que terá de forçosamente pagar mais por um transporte que já é precário e que, nos grandes centros, faz com que o nosso povo, o povo trabalhador brasileiro perca horas e horas tanto na ida como na volta para as suas residências.

Quanto à PEC, o PSDB vota “sim”. E também, no que diz respeito à reoneração, coerentemente, o PSDB antecipa a posição do Partido e votará “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu até aproveito o Líder do PSDB e os demais Líderes para dizer que essa matéria é ainda daquela pauta da agenda de julho de 2013, quando nós tivemos milhões de brasileiros pedindo melhor qualidade de transporte. Essa é a última matéria a ser apreciada que introduz na Constituição o transporte como um direito social.

Eu peço às Sras e aos Srs. Senadores que votem.

Senador Acir. Em seguida, Senadora Vanessa e Senador Valadares.

Senadora Acir.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT indica “sim” a essa matéria. Entendemos que todo esforço para melhorar a vida daqueles que utilizam o sistema de transporte urbano nós temos de fazer. Essa é uma matéria pertinente e importante. Portanto, o PDT indica o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC.) – O PDT vota “sim”.

Senador Eunício, Líder do PMDB, encaminha o voto “sim”. É isso, Senador?

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB - CE) – É só para encaminhar o voto “sim”, Presidente, para constar no painel agora.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O PPS vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O PMDB vota “sim”.

Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT.) – PPS, “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O PPS, “sim”.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, V. Ex<sup>a</sup>, Senador.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Eu quero falar rapidamente a respeito dessa matéria que considero da mais extrema importância. O que nós estamos votando não é apenas um princípio do direito da população ao transporte de qualidade, Sr. Presidente. Não é somente isso, mas é o início, a abertura para que possamos efetivamente garantir um conjunto de medidas para melhorar a qualidade de vida, sobretudo daqueles que vivem nas grandes cidades brasileiras e que perdem, muitas vezes, mais tempo no trânsito, no transporte coletivo, do que com as suas próprias famílias.

Então, quero aqui cumprimentar a Deputada Luíza Erundina, que, há muito tempo, apresentou essa proposta que hoje o Senado Federal vota e que, sem dúvida nenhuma, deveremos aprovar, por unanimidade.

O PCdoB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O PCdoB encaminha “sim”.

Senador Valadares e, em seguida, Senador Flexa, pela ordem dos inscritos.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, para encaminhar.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Na verdade, essa...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, Senador Randolfe. Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Estou falando pelo PSB, que encaminha o voto “sim” a esta matéria, não apenas porque se trata de um assunto da maior importância, da maior relevância para a sociedade brasileira, para as famílias brasileiras, principalmente para o trabalhador que depende de um transporte de qualidade e que, ao mesmo tempo, não o explore na sua tarifa, que não permita, de forma alguma, a destruição de famílias com a violência que campeia nas grandes cidades, transportando o trabalhador que vem da sua fábrica para casa ou sai de casa para o trabalho e que, de repente, é assaltado no caminho de casa para o trabalho e vice-versa.

Por isso, Sr. Presidente, o PSB vota favoravelmente, parabenizando a Deputada Erundina – mas pode ser ainda a Senadora Erundina! – por essa iniciativa. Aliás, é a segunda proposta do PSB que está sendo aprovada pelo Senado. A primeira, em 2010, introduziu no capítulo dos Direitos Sociais do Cidadão o direito à alimentação, proposta da minha autoria; e agora, coincidentemente, por iniciativa da Deputada Erundina, essa proposta, que fortalece, sem dúvida alguma, os direitos do cidadão na área de transporte.

Meu voto é favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado.

O PSB encaminha o voto “sim”.

Eu peço às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que não votaram e que estão no plenário que o façam. É muito importante.

Estou seguindo a ordem de inscritos. Todos estão inscritos: Senador Flexa; em seguida, Senador Eduardo Amorim, Senador Randolfe, Senador Hélio, Senadora Fátima e Senador Blairo.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Crivella, Presidente. Por favor, inscreva-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Crivella também está inscrito.



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Jorge Viana...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Flexa Ribeiro, para encaminhar a votação.

O Senador Paulo Paim também está inscrito para encaminhar pelo PT. Ah, não, a Senadora Fátima.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Sem revisão do orador.) – Eu quero parabenizar os companheiros do Nordeste pela aprovação, por unanimidade, da PEC da Irrigação.

O PSDB encaminhou o voto “sim”, como o fez também para a PEC nº 74. Mas acabo de receber uma notícia, Senador Jorge Viana, e aí as Senadoras e os Senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste têm que lamentar. Acabamos de aprovar o projeto de irrigação, e o Governo, a Presidente Dilma, encaminha para o Congresso a PEC 87, referente à DRU, onde ela corta 30% dos fundos constitucionais, até 2023.

Só para o Basa, isso representa R\$6 bilhões. Não sei o quanto representa para o Banco do Nordeste – deve ser três vezes isso – e o quanto representa para o Banco do Brasil no fundo do Centro-Oeste.

É de lamentar aprovarmos uma PEC, para que possa ser feita a irrigação no Nordeste e que, ao mesmo tempo, diminua em 30% o volume de recursos dos fundos constitucionais. Ele já tem que cumprir aquilo que já está andando, e não vão poder aprovar nada novo, porque não haverá recursos para que essas regiões possam se desenvolver.

Lamento, mais uma vez, a atitude do Governo da Presidenta Dilma.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Eduardo Amorim, para encaminhar a votação.

Mais uma vez, há vários Senadores, aqui, que não participaram da votação nominal. É a última votação nominal que estamos realizando.

É importante cada Senador... e há vários Senadores aqui que não votaram ainda.

Senador Eduardo Amorim.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa é uma daquelas emendas constitucionais que vai em busca do maior de todos os princípios que está na nossa Constituição: o princípio da dignidade da pessoa humana.

Então, está de parabéns aqui a Deputada Luiza Erundina por apresentar essa proposta, que, com certeza, será aprovada nesta noite, levando dignidade a milhões e milhões de brasileiros, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Portanto, o PSC vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Randolfe, V. Exª com a palavra; depois, o Senador Hélio José.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, saudar a autora, a primeira signatária dessa Proposta de Emenda à Constituição, a Deputada Luiza Erundina.

Essa Proposta de Emenda à Constituição insere um direito novo no rol do art. 7º da Constituição, que cuida dos direitos sociais.

Veja, Sr. Presidente, que direito social mais do que adequado para o momento, que é o direito ao acesso ao transporte público, que passa a ser, aprovada essa Proposta de Emenda à Constituição, um direito social fundamental, pois, assim como é a licença-maternidade, assim como é o seguro-desemprego, assim como são os outros direitos sociais inscritos no art. 7º, esta proposta dialoga com o anseio de milhares de jovens que percorreram o País, que ocuparam as ruas do País, melhor dizendo, em julho de 2013, que reclamavam em especial melhorias no transporte coletivo em nosso País.

O sistema de transporte coletivo no nosso País, Sr. Presidente, é um dos piores que existe na América e no mundo. É um sistema de transporte coletivo que, lamentavelmente, beneficia alguns, sem garantir o direito dos usuários de transportes coletivos e o direito dos estudantes. São, na grande maioria, carroças adaptadas. O direito ao transporte coletivo deve ser um direito fundamental, um direito social reconhecido por todos. Eu tenho certeza de que a aprovação desta proposta de emenda constitucional da Deputada Luiza Erundina inaugura um tempo novo; é um marco no avanço, na melhoria do transporte coletivo em nosso País.

Obviamente, Sr. Presidente, o PSOL encaminha o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu me associo, inclusive, porque o transporte, a mobilidade urbana, para mim, é causa de vida, causa do meu mandato, tema com o qual tenho procurado colaborar.

Eu também me somo a todos, parabenizando a Deputada Luiza Erundina.

Senador Hélio José. Em seguida, Senadora Fátima Bezerra, para encaminhar.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD dos Senadores Hélio José, Petecão, que está ali, Otto Alencar e Omar Aziz, que tem grandes capitais que representamos, enxerga como da maior relevância esta emenda constitucional apresentada pela nossa querida Deputada Luiza Erundina. Com o mesmo entusiasmo que encaminhamos o voto, com relação à questão da irrigação, fundamental para o Nordeste e para outras áreas deste País, enxergamos que o direito de ir e vir, principalmente da classe trabalhadora das grandes cidades, com essa transformação do transporte em um direito social, é fundamental para todos os trabalhadores deste País, para a nossa população pobre, para todos que dependem do transporte público.

Eu, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, vejo que é importante continuarmos na busca de investimentos nos transportes ferroviários de média velocidade nas nossas grandes capitais, continuarmos na busca da implementação do metrô.

Por isso, nós do PSD votamos “sim” a essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O PSD vota “sim”.

Senadora Fátima Bezerra, para encaminhar pelo PT.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero dizer que é com muita alegria que a Bancada do Partido dos Trabalhadores encaminha o voto “sim”.

Quando da votação, Senador Jorge Viana, na Câmara dos Deputados, lá estava, e, junto com a Bancada do PT, nós votamos favoravelmente à proposta da Deputada Luiza Erundina.

Na verdade, como aqui já foi mencionado, essa proposta de emenda à Constituição nasceu exatamente na esteira das grandes mobilizações, das grandes jornadas de junho de 2013, quando principalmente a juventude brasileira pautou o tema do transporte público.

E a Deputada Erundina teve, portanto, a sensibilidade de apresentar essa proposta, que visa exatamente colocar o transporte público no mesmo patamar do ponto de vista de direito fundamental, de direito social, como estão consignados na Constituição, no art. 6º, a educação, a saúde a previdência e outros direitos.

Queremos ainda também colocar, Presidente Senador Jorge Viana, que colocar o transporte público como um direito social tem uma relevância, inclusive, ainda mais especial na medida em que o acesso ao transporte público é exatamente um instrumento importante para que a população possa ter, igualmente, acesso a outros direitos fundamentais, que são a educação, a saúde, a cultura, o lazer, quando há exatamente a necessidade de deslocamento das pessoas para terem acesso a essas outras esferas de políticas públicas.

Daí por que a questão do transporte público é também configurada como um direito meu. Mas quero, portanto, dizer que, assim como na Câmara, a Bancada do PT, os Senadores e as Senadoras, votam com muita alegria e parabenizam a Deputada Luiza Erundina.

E aqui colocando que, com a aprovação dessa proposta de emenda à Constituição, nós estaremos dando mais um passo importante na afirmação da cidadania da nossa população.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Blairo, V. Ex<sup>a</sup>, agora, pela ordem.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que fosse registrado o meu voto na votação anterior, o voto “sim”.

Até porque essa PEC é de origem do nosso companheiro Deputado Carlos Bezerra, queremos aqui também fazer o registro, dada a importância do trabalho do ex-Senador Carlos Bezerra, hoje Deputado Federal.

Essa PEC é extremamente importante para o Centro-Oeste, porque trata de garantir mais prazo para a irrigação do Centro-Oeste.

Da mesma forma, gostaria de aproveitar para convidar todos os companheiros, Senadores e Senadoras. Amanhã, às 9 horas, no auditório do Interlegis, vamos realizar um *workshop* sobre cabotagem. É um trabalho da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem. Seria importante que todos os Senadores lá estivessem, dado que, hoje, a maior preocupação é exatamente aproveitar esses potenciais que o Brasil tem para baratear o custo. Hoje, temos uma costa marítima de mais de 8 mil quilômetros, mas é extremamente incipiente o transporte através da cabotagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Wellington Fagundes, a Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, para encaminhamento da votação da PEC 74, de autoria da Deputada Luiza Erundina, aqui relatada pelo Senador Alvaro Dias, quero encaminhar o voto “sim”, pelo PR, e realçar, ressaltar a importância da PEC para os

trabalhadores, para todos aqueles que usam o transporte público, quer seja ônibus ou outros, porque, a partir dessa prioridade que daremos na Constituição Federal, com toda certeza, todos nós teremos uma obrigação maior para com o sistema de transporte, o transporte como um todo.

Portanto, quero fazer o encaminhamento do PR pelo voto "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O PR vota "sim".

Senador Crivella. *(Pausa.)*

O Senador Crivella não está no plenário.

Eu já chamo a atenção do Senador Eduardo Amorim.

Senador Eduardo Amorim.

Nós vamos, então, encerrar a votação.

Eu só chamo a atenção do Senador Eduardo Amorim de que V. Ex<sup>a</sup> é o Líder inscrito.

**O SR. ELMANO FÉRRER** (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, o PTB também vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – De acordo com o Senador Elmano Férrer, o PTB vota "sim".

Nós vamos, então, ao resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

Senado Federal  
55ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2013 (1º Turno)

Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social.

Matéria PEC 74/2013

Início Votação 18/08/2015 19:23:49 Término Votação 18/08/2015 19:44:17


Sessão 137ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 18/08/2015 14:05:47

Partido	Orientação		
PMDB	SIM		
PT	SIM		
PSDB	SIM		
PDT	SIM		
PSB	SIM		
PR	SIM		
PSD	SIM		
PTB	SIM		
PSC	SIM		
PSOL	SIM		
PPS	SIM		
PCdoB	SIM		
Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antônio C Valadares	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PR	MT	Blairo Maggi	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PDT	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PTB	PE	Douglas Cintra	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM

Matéria **PEC 74/2013**Início Votação **18/08/2015 19:23:49** Término Votação **18/08/2015 19:44:17**Sessão **137º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **18/08/2015 14:05:47**

PSD	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PPS	MT	José Medeiros	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
-	GO	Lúcia Vânia	SIM
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
PDT	DF	Reguffe	SIM
PMDB	ES	Ricardo Ferrão	SIM
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	AM	Sandra Braga	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PDT	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PT	BA	Walter Pinheiro	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
DEM	GO	Wilder Moraes	SIM
PDT	MG	Zezé Perrella	SIM

Matéria **PEC 74/2013**Início Votação **18/08/2015 19:23:49** Término Votação **18/08/2015 19:44:17**Sessão **137º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **18/08/2015 14:05:47**Presidente: *Jorge Viana***SIM:62****NÃO:0****ABST.: 0****PRESIDENTE:1****TOTAL:63**

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – 62 SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Fica aprovada a PEC 74, de 2013, em primeiro turno, cuja primeira signatária é a Senadora Luiza Erundina, que objetiva inserir a expressão – aspas – “o transporte” entre os direitos sociais elencados no art. 6º da Constituição.

É a seguinte a matéria aprovada:

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2013**

**(Nº 90/2011, na Câmara dos Deputados, da Deputada Luiza Erundina)**

Dá nova redação ao art. 6º da  
Constituição Federal, para  
introduzir o transporte como  
direito social.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO  
FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal,  
promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 6º da Constituição Federal  
de 1988 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º São direitos sociais a  
educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a  
moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a  
previdência social, a proteção à maternidade e à  
infância, a assistência aos desamparados, na  
forma desta Constituição.” (NR)



**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como já lembrado por diversos Senadores e Senadoras, essa PEC é fundamental, é fruto das manifestações de junho de 2013, que pleiteavam, em sua origem, a melhoria da qualidade dos serviços públicos de transporte, bem como a modicidade de seus preços.

Tenho a certeza de que, tanto nesse primeiro turno, quanto no segundo turno que se seguirá, a essa PEC permanecerá o apoio do Plenário do Senado Federal, reconhecendo esse direito à população brasileira.

A matéria constará da Ordem do Dia oportunamente, para o segundo turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

Encerrada a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos voltar à lista de oradores, atendendo ao Regimento.

Convidamos para fazer uso da tribuna, pela Liderança do PSC, o Senador Eduardo Amorim.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, todos que nos acompanham pela TV Senado, todos que nos acompanham também pela Rádio Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, possivelmente amanhã, como já foi aqui anunciado, deveremos votar o projeto da desoneração, mas, Sr. Presidente, antes de entrar nesse assunto, objeto da nossa fala, eu gostaria de tecer algumas breves considerações sobre as manifestações desse domingo no País inteiro.

Creio que já superamos a fase de tanto nos preocuparmos com o número exato de participantes. Sempre há divergências entre o total estimado pelas autoridades e o estimado pelos vários institutos de pesquisa. O que importa é que as manifestações foram novamente significativas, com intensa capilaridade até em cidades menores, abrangendo, portanto, todo o Brasil. Além do mais, o sentimento do povo brasileiro já está perfeitamente cristalizado nas pesquisas de popularidade da Presidente, que tem índice de 71% de reprovação e cujo *impeachment* foi mais uma vez lembrado, desta vez fortemente.

Também me chamou muito a atenção o elevado número de famílias que acorreram às ruas com todos os seus integrantes: pais, mães, avós, crianças, muitas ainda de colo. Os eventos tomaram uma melhor forma de manifestação cívica feita a partir das famílias, sem prejuízo da grande quantidade de jovens que continuam a postos.

Por fim, o foco das manifestações está agora bem definido, é contra o Governo que aí está. Ou seja, é um basta a tudo que estamos vivendo. O povo brasileiro já não suporta mais pagar essa conta, já não suporta mais tanto sacrifício com que, a toda hora, é chamado a pagar. Como eu disse, essa realidade já estava estabelecida nas pesquisas recentes divulgadas, com aprovação de menos de 8%.

O povo cansou de ser enganado por este Governo, sentiu que levou um golpe na confiança, depois de tantas promessas não cumpridas. O resultado não poderia ser outro: acabou-se a legitimidade do Governo, resta-lhe apenas a legalidade. Mas o povo não o quer mais, e seu sentimento oscila, porque, mais uma vez, é chamado a pagar a conta.

Pois bem, Sr. Presidente, volto ao projeto da desoneração. O primeiro ponto é que esse projeto de desoneração não corresponde à realidade, pois se trata de uma grande reoneração para as empresas. Espero, desejo, Senador Petecão, que o Senador Eunício encontre – até amanhã, ele tem esta missão, esta grande missão de convencer todos nós, de convencer o povo brasileiro – uma boa proposta. Na verdade, Senador Petecão, trata-se de uma “des-desoneração” que irá comprometer o seu funcionamento. Consiste na elevação da carga tributária.

Para que isso seja mais bem compreendido por aqueles que nos ouvem e que nos assistem, faz-se necessário tecer uma breve história sobre o tema.

No ano de 2011, ganhou especial relevo no Congresso Nacional, uma antiga discussão sobre a necessidade de desonerar a folha de pagamento de salários das empresas. Com efeito, naquele momento, era bastante questionada a contribuição de 20% sobre a folha a título de contribuição patronal para seguridade social. O empresariado argumentava, com toda razão, que tal montante onerava demais e, muitas vezes, até inviabilizava a atividade econômica, dificultando a expansão das empresas e a criação de novos empregos.

Era urgente, portanto, pensar em um novo modelo que aliviasse a carga tributária suportada por quem gerava riqueza, sem, no entanto, comprometer em demasia o orçamento da seguridade social, tão importante para resguardar os benefícios para os trabalhadores e aposentados, especialmente os de condição financeira menos favorecida.

A solução encontrada à época foi oferecer um caminho menos tortuoso aos agentes econômicos. Eles se submeteriam a uma nova dinâmica de financiamento da seguridade, obrigatória naquele momento, contribuindo não mais sobre a folha de pagamentos, mas, sim, sobre a receita bruta. Inicialmente, apenas o setor de Tecnologia de Informação foi beneficiado, arcando com a alíquota de 1%.



O ponto de partida dessa inovação foi a Medida Provisória nº 540, de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011, que também instituía o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, o Reintegra, num claro aceno ao setor produtivo de que o Governo estava disposto, naquele instante, a fomentar a atividade econômica com medidas de incentivo ao crescimento do emprego e da renda, redutoras da carga tributária.

É bom lembrar, Senador Petecão, que essa nova sistemática de contribuição sobre a receita bruta, em substituição à contribuição sobre a folha de pagamentos, tinha caráter experimental e só deveria perdurar, conforme a lei, até o final de 2014.

O sucesso dessa primeira versão da Lei nº 12.546 foi tanto, Senador Petecão, que diversos setores econômicos passaram a engendrar esforços no sentido de convencer o Parlamento a ampliar o benefício para além dos empreendedores em Tecnologia de Informação. A ideia era fugir da cobrança dos 20% sobre a folha de salários, complicada e cara, para a nova sistemática da tributação sobre a receita bruta, simples e menos onerosa.

Entretanto, como sói acontecer no Brasil, especialmente em relação a legislações tributárias e previdenciárias, boas ideias materializadas em boas leis vão, pouco a pouco, transformando-se, por incrível que pareça, em monstruosidades que só penalizam o contribuinte, sempre no intuito de satisfazer a insaciável sanha arrecadatória do Governo.

Com o pretexto de viabilizar o ajuste fiscal, o Governo atual iniciou este mandato determinado a modificar para pior, para bem pior, a Lei nº 12.546.

Percebam os senhores e o Sr. Presidente, Senador Elmano, que só é necessário ajuste onde há previamente um desajuste. Não é necessário ajuste onde está tudo bem. E o desajuste de que falo aqui, nesse caso, não foi herdado de um governo anterior, não, representado por uma oposição raivosa, pronta para deixar terra arrasada para o seu sucessor; tampouco foi plantado por uma ditadura desastrosa, longa e perversa que veio a ser apeada do poder. O desajuste, pasmem, foi construído e fomentado por um governo do mesmo Partido do atual, em plena democracia e, pasmem ainda mais, pelo próprio Governo que aí está, pelo Governo que foi reeleito e que aí está.

Podemos debater aqui o quanto o governo anterior, do mesmo Partido do atual, contribuiu para tudo isso, para toda essa crise econômica, que seria detonada após sua saída do Palácio do Planalto. Mas, independentemente disso, é inegável que o atual Governo tem responsabilidade direta pela piora de todos os indicadores econômicos ao longo do seu primeiro mandato. Piorou o desemprego, cujos baixíssimos índices eram motivo de orgulho para os integrantes e eleitores do Governo, portanto para esses que aí estão.

Agora, o Governo vem querendo ajustar o desajustado à custa da submissão da iniciativa privada, que é quem efetivamente gera riquezas nestas terras, a despeito de toda sorte de dificuldade plantada por este Governo.

Vejam só os senhores, colegas Senadores, que todo o pacote de maldades apelidado de ajuste econômico, aí incluídas as modificações na sistemática de contribuição previdenciária, só vieram justamente após as eleições. Queriam dizer que antes o Brasil estava uma maravilha, não precisava de ajuste algum e voava em céu de brigadeiro, a ponto de acusarem a oposição de, se vitoriosa, implantar medidas de ajuste econômico que anulariam os ganhos das políticas sociais implantadas nos governos últimos.

Pois bem, vieram as eleições. Vieram, na verdade, muitas e muitas promessas. Mas, hoje, o que enxergamos e o que vivemos é uma política de austeridade, e ela fez com que seus eleitores acreditassem que ela jamais o faria.

O que o Governo vem fazendo com a Lei nº 12.546 é um verdadeiro absurdo.

Espero, repito, que o Senador Eunício traga amanhã uma proposta condizente.

Primeiro, a desoneração, que deveria durar apenas de 2011 a 2014, tornou-se perene com a revogação das suas cláusulas temporais. Foi uma medida muito positiva para o cenário atual de dificuldades. O pior, entretanto, veio agora com o vertiginoso aumento das alíquotas de contribuição sobre a receita bruta que o Governo pretende implantar, caso se aprove o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015. A primeira investida veio mediante a edição da Medida Provisória nº 669, de 2015, sabiamente rechaçada pelo Parlamento no começo do ano. Restou ao Poder Executivo tentar as mesmas alterações por meio de projeto de lei, o PLC 57, de 2015.

Se o PLC 57 passar, empresas do setor têxtil e do ramo varejista e fabricantes de brinquedos deixarão de pagar 1% para suportar 2,5%. Os setores de *call center* e de transportes rodoviários, ferroviários e metroviários de passageiros terão a alíquota de 2% substituída por outra de 3%. Empresas jornalísticas de rádio e de TV, empresas de transporte de cargas e de transporte aéreo e marítimo de passageiros, operadores de portos, o setor calçadista e fabricantes de ônibus passarão a pagar 1,5%, em vez de 1%.

Empresas do setor de informática, tão importantes, tão inovadoras, deixarão de pagar 2% para suportar 4,5%. O mesmo vale para o setor hoteleiro, um dos que mais emprega pelo País afora. Isso vale também para a

construção civil, cuja importância na geração de empregos é reconhecida por todos nós, e para algumas modalidades do setor de transportes.

Quatro e meio por cento! Alguém tem noção do que significam 4,5% da receita bruta de uma dessas empresas? É claro que muitos que contribuíram e que contribuem para que esse projeto chegue ao Parlamento nunca pensaram nisso.

Portanto, é muito fácil mandar esse projeto e fazer com que essas empresas, em uma época extremamente difícil de desemprego e de ajuste fiscal, suportem e atravessem tudo isso. O Governo só pensa em aumentar a arrecadação da forma mais primitiva possível, sem qualquer regra que devolva o equilíbrio entre o fisco e o contribuinte pessoa jurídica.

O Governo pode até contra-argumentar com o caráter não obrigatório da nova sistemática. É verdade, ninguém será mais obrigado a aderir à contribuição sobre a receita bruta, caso o PLC 57 se converta em lei. Mas qual é a alternativa? Temos outras alternativas? Se existe outra alternativa, qual é a opção? Pagar 20% sobre a folha de salários? Não se lutou tanto para desonerá-la, para desimpedi-la? A escolha que se propõe ao dono da empresa é entre aviltar a receita bruta e onerar a folha de salários?

Qualquer que seja a opção, a empresa encolherá, com certeza, e gerará mais desemprego. Isso se continuar viável. Sobrevivendo, a empresa deixará de contratar e ainda, com toda a certeza, demitirá. Menos gente trabalhando é menos gente consumindo; menos gente consumindo quer dizer menos empresas vendendo, e, se não há vendas, não há tributos. É o que estamos vivendo, Senador Petecão. Como o Governo, então, enxerga tudo isso?

Em momentos de crise, como o atual, são necessárias políticas anticíclicas que revertam o cenário de depressão econômica, não o contrário. Não é gerando menos emprego e renda que o Brasil vai sair dessa recessão. Precisamos, agora, incentivar o setor produtivo como nunca, para reaquecer a economia brasileira. Em um segundo momento, aí, sim, restabelecidas as mínimas condições de sobrevivência do setor privado, as desonerações podem, aos poucos, ir diminuindo, até atingirmos o tão almejado ciclo virtuoso que rege os países de economia saudável.

Por fim, Sr. Presidente e colegas Senadores, preciso dizer que o País não suporta mais juros tão altos, juros tão perversos que estão sendo definidos pelo Banco Central. Precisamos rapidamente reduzir tudo isso e onerar menos as nossas empresas e os nossos trabalhadores.

Portanto, espero que, amanhã, o Senador Eunício traga uma boa proposta para que convença todos nós aqui, porque o momento é extremamente difícil. É difícil para as famílias brasileiras, é difícil para o trabalhador brasileiro, mas é difícil também para as empresas brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Amorim, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de secretário.*

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar a minha ausência nas duas últimas votações, até porque estava presente no congresso nacional da UVB (União dos Vereadores do Brasil).

Eu queria que constasse em ata, para que se produzissem os efeitos regimentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – A ata registrará o pedido de V. Exª.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Maioria/PSD - AC) – Presidente, por favor, eu gostaria só que o senhor me informasse a ordem dos escritos, para fazer uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – V. Exª está inscrito em segundo lugar, como Líder.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Maioria/PSD - AC) – Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – E, pela ordem de oradores inscritos, teremos agora o Senador Ataídes Oliveira. Na ausência do Senador, eu concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Maioria/PSD - AC) – Em seguida, já sou eu, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Em seguida, o Senador Ronaldo Caia-do, como Líder do DEM. Depois, V. Exª.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, enquanto a Senadora vai à tribuna.

Eu só queria lembrar aos Senadores que, amanhã, nós teremos sessão de veto no Congresso, e é muito importante a presença de todos, porque, apreciando-se os vetos, em seguida, nós vamos apreciar o Projeto nº 2, que vai garantir o pagamento do Aerus. São 10 mil idosos que estão nessa expectativa, mas, pela Constituição e pelo Regimento, só se pode apreciar o projeto do Aerus depois de os vetos serem apreciados.

Por isso, eu faço um apelo para que todos estejam no plenário, amanhã, para essa votação.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Adianto a V. Exª que será, amanhã, no Congresso Nacional, às 11h.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs Senadores, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, primeiro, eu quero aqui fazer um registro, uma vez que acabo de chegar de uma missão oficial a Montevideu, no Uruguai, onde o Parlamento do Mercosul se reuniu para a posse, em sua primeira sessão plenária desta legislatura.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Fui indicada pelo meu Partido, eu, o Senador Humberto, o Senador Lindbergh, junto com os Parlamentares uruguaios e os 27 Deputados e Senadores que compõem a representação brasileira no Parlasul, o Parlamento do Mercosul.

Quero aqui dizer da alegria – agradecer à Liderança do meu Partido por ter nos indicado –, da honra de fazer parte, representando o povo brasileiro, dessa importante esfera decisória, que é o contexto da América Latina.

Eu quero aqui reafirmar o entendimento que nós temos do quanto é importante fortalecer o Parlasul, fortalecer o Mercosul naquilo que a América Latina tem de desafios, do ponto de vista de avançar na luta rumo ao combate das desigualdades no plano social. Portanto, é muito salutar, é muito importante que possamos fortalecer cada vez mais o Parlasul, o Mercosul, nessa perspectiva exatamente de integração do povo latino-americano na nossa luta, não só para reafirmar, cada vez mais, os valores da democracia, da liberdade, da justiça social, da igualdade, mas, conseqüentemente, para nos contrapormos, cada vez mais, à desigualdade, à injustiça, à opressão.

Quero, inclusive, aqui, Sr. Presidente, dizer que, oportunamente, nós vamos entregar o nosso relatório da viagem. Foi o dia inteiro na segunda-feira. Ontem, foi exatamente o dia da instalação dessa nova legislatura do Mercosul. Foi um dia inteiro de atividades, e oportunamente vamos entregar o relatório da viagem que fizemos, prestando contas ao Senado, ao povo brasileiro e ao povo do meu Estado.

Quero ainda dizer que nossa intenção, no âmbito do Mercosul, do Parlasul, é também darmos a nossa contribuição, especialmente no campo dos direitos sociais, especialmente, e, mais ainda, no campo da educação e no campo da cultura. O Parlasul se organiza, a exemplo dos demais parlamentos, através das suas comissões temáticas, e eu quero me integrar à comissão ou à câmara temática dos direitos sociais, no que diz respeito à questão da educação e da cultura. É muito bom trocar ideias, fazer reflexão à luz dos desafios no plano da educação, no plano da cultura, naquilo em que o Brasil já avançou e naquilo em que precisa avançar, e muito ainda, e fazer esse debate no contexto dos povos e das demais nações da América Latina.

Entendo que o Mercosul não pode ficar resumido somente aos chamados acordos comerciais. Essa é uma esfera, repito, de debate e de decisão muito importante no contexto da América Latina, no contexto mundial. Esse debate pode e deve ser muito mais amplo.

Mas estou muito feliz, Sr. Presidente, por ter essa oportunidade, representando o povo do meu Estado, representando o povo brasileiro, de me inserir no contexto mundial, no âmbito da América Latina e de fazer parte do Parlasul.

Já que estamos falando da esfera internacional, Sr. Presidente, quero aqui também destacar o editorial do *New York Times*, publicado ontem, que faz uma análise muito consciente da situação política brasileira. Em que pesem as inúmeras críticas que sempre tivemos a qualquer política imperialista – isso é fato, a posição do nosso Partido é bastante conhecida –, quero aqui ressaltar a posição do editorial do *New York Times* de ontem, exatamente porque esse jornal é imparcial para falar sobre o que se passa no País, hoje, justamente pelo fato de o jornal ter uma postura crítica ao atual governo, ao Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Por isso, acho importante destacar aqui trechos do editorial do *New York Times*.

Abre aspas:

Não há nada que justifique o *impeachment*. Derrubar Dilma sem evidências concretas de corrupção causaria sérios danos à democracia, que vem ganhando força nos últimos 30 anos, sem nenhuma

contrapartida. E não há nada que sugira que nenhum dos líderes políticos que querem lhe tomar o lugar faria melhor do que ela em termos de política econômica [fecha aspas].

Quero mais uma vez frisar que esse editorial é do *New York Times*, jornal, repito, que sempre teve uma postura bastante crítica; jornal que tem concepções bastante diferentes, do ponto de vista ideológico, do nosso Partido. Mas queremos ressaltar a clareza do editorial do jornal *New York Times*. Sabe por que, Sr. Presidente? Porque, nesse momento, mais do que nunca, é preciso ter clareza, é preciso ter responsabilidade, é preciso ter sensatez. Não podemos, de maneira nenhuma, agir de maneira atropelada, como querem alguns.

O Ministro Edinho Silva, da Comunicação, após as manifestações deste domingo, deu uma declaração, dizendo que nós precisamos quebrar o clima de pessimismo e intolerância que alguns têm incentivado. Eu quero dizer que, na política, claro, enfrentamentos são necessários, mas dentro de pressupostos de diálogo, argumentação fundamentada e interesses claros. A leitura do momento é uma das coisas mais importantes na vida política, especialmente para aqueles que detêm papéis de destaque e responsabilidades inerentes às suas histórias de vida. Falo isso porque, na vontade cega de voltar ao poder, acabam por propor absurdos que colocam em risco não apenas o mandato da Presidenta eleita, mas a democracia brasileira e suas instituições. Já é condenável, sem que haja qualquer motivo sólido para isso, como destaca o editorial do jornal americano, que li agora há pouco, e nomes inclusive da oposição, que se cogite o impedimento da Presidenta Dilma ou a sua renúncia. Dilma foi eleita pelo voto popular, e isso não faz nem um ano! Nosso regime pressupõe o respeito à vontade da maioria, que foi manifestada em outubro do ano passado. Defender o mandato presidencial, nesse momento, é defender a democracia e as instituições brasileiras.

Respeitamos aqueles que demonstram suas insatisfações de maneira fundamentada, sem rompantes de violência ou quebra da ordem democrática. É inegável que atravessamos um momento de inflação um pouco acima do que vínhamos tendo com Lula e Dilma até o ano passado, mas estamos abaixo da inflação registrada em 2002, por exemplo, que era na casa de 12,5%. E é importante ressaltar ainda, Sr. Presidente: a população brasileira, em 2002, tinha muito menos medidas de proteção aos seus direitos do que as que temos agora.

Para falar apenas de uma pauta que conheço bem e acompanho, que é a educação, quero lembrar que o Brasil formava, em 2003, em torno de 500 mil estudantes. Em 2014, já graduamos mais de 1,1 milhão de estudantes. E, sabemos, a qualificação tem reflexo diretamente proporcional na nossa capacidade de enfrentarmos crises, de melhorarmos a qualidade de vida da população.

É por isso, Sr. Presidente, que posso aqui afirmar que sairemos desse momento econômico para outro muito mais favorável e em pouco tempo. Para que isso ocorra, não adianta que o Governo fique a falar com as paredes. Nós precisamos que todas as forças políticas do Brasil comprometidas com a democracia e com o desenvolvimento estejam dispostas ao diálogo. A Presidenta Dilma e seu Governo têm empreendido, como já citei desta tribuna, uma série de rodadas de diálogo para aprimorar as soluções propostas para que enfrentemos a crise.

E nós, da Base do Governo, sabemos que estamos colaborando com esse processo, lutando, inclusive, para que as medidas necessárias não atinjam os trabalhadores e trabalhadoras, para que o emprego do brasileiro seja garantido e para que os momentos de fome e miséria que vivenciamos na década de 90 nunca mais voltem.

As políticas que empreendemos na última década são sólidas, e é por isso que não enfrentamos o desemprego de 30%, por exemplo, que é realidade na Espanha há pelo menos três anos. É pela solidez de nossas políticas sociais que não corremos riscos de ser uma nova Grécia, em que se luta agora pela manutenção dos direitos sociais e para que quem de dever pague a conta pelos desmandos da Tróika composta pela União Europeia, Banco Comum Europeu e Fundo Monetário Internacional. Nós somos referência em políticas de inclusão social pelos milhões que saíram da miséria e ascenderam à nova classe média. Temos os olhos do mundo voltados para o nosso País por, mesmo em um contexto de crise mundial, termos saído do Mapa da Fome da ONU. Nunca é demais lembrar: em 2001, no governo anterior, o Jornal Nacional, da Rede Globo, veiculava a série "Fome", em que destacava os 36 milhões de famintos que viviam, e lamentavelmente morriam, no nosso País.

E eu me alinho àqueles que não vão deixar esse tempo de fome voltar. A minha história não permite que eu arrede o pé de lutar por manter condições dignas de vida para o nosso povo brasileiro. Como muitos nordestinos e nordestinas, eu tive que sair da minha terra para buscar mudar de vida e, na sala de aula, como professora, aprendi a lutar sempre pela defesa dos direitos dos mais pobres, daqueles que não compõem os quase 30% com renda acima de R\$8 mil que foram às ruas no último domingo em São Paulo.

Por isso, Srs. Senadores e Senadoras, quero também o aprofundamento de mudanças no Governo. Eu também quero que esse diálogo que está sendo proposto pela Presidenta Dilma resulte na garantia da preservação de direitos sociais combinada a soluções para voltarmos a crescer. Por isso, convido cada brasileiro e



cada brasileira comprometidos com a democracia e com as conquistas que tivemos na última década a irmos às ruas neste 20 de agosto, quinta-feira, contra qualquer golpismo e em defesa da democracia.

Lá em Natal, capital do meu Estado, a exemplo das demais capitais e demais cidades, a mobilização está em curso. Lá em Natal a concentração será a partir das 15 horas de quinta-feira, em frente à FIERN, em ato chamado pela CUT, CTB, FUP, MST, MLST, MLB, FECEB, UNE, UBES e DCE da UFRN, e partidos políticos como o PT e o PCdoB.

A democracia, Sr. Presidente, custou muita luta e sangue de muita gente que não aceitou que vivêssemos sob uma ditadura militar. Centenas dos nossos companheiros e companheiras tombaram nas mãos de torturadores. Esses companheiros e companheiras colaboraram muito para que pudéssemos, atualmente, nos manifestar livremente. Nós vamos defender a democracia com vontade, com garra, travando o bom debate dentro do campo político. Que ninguém conte com o nosso silêncio para permitir qualquer retrocesso, nós não calamos.

Eu quero, portanto, Sr. Presidente, ao aqui fazer este registro, dizer que as mobilizações fazem parte da democracia. Que bom que o País vive no contexto democrático! Aliás, graças à luta de muita gente, inclusive da nossa Presidenta, que não vacilou, que ainda na sua juventude colocou sua vida em risco para defender a democracia, para defender a liberdade no nosso País.

É claro que há insatisfações, sem dúvida nenhuma, em virtude do momento de dificuldades que o País atravessa. Agora, nós não vamos, volto a dizer, de maneira alguma, nos calar diante de qualquer iniciativa de caráter golpista que venha na contramão daquilo que a Constituição nos assegura, que é a soberania popular. A Presidenta está no exercício legítimo da sua função, respaldada pelo voto de mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras, e não tem nem um ano de mandato.

Em que pesem todas as investigações em curso, não há nada, nada, absolutamente nada que incrimine a Presidenta da República. Ao contrário: todos nós sabemos do seu passado e do seu presente de honradez, de dignidade, de decência e de espírito público.

Então, uma coisa, volto a dizer, são as manifestações populares: que venham! Quem estiver insatisfeito que faça a sua manifestação, que expresse o seu sentimento. Agora, não ousem, de maneira nenhuma, tentar apelar do poder uma Presidenta, repito, que tem o respaldo popular. Ela está lá pela força da soberania popular e respaldada por preceito constitucional.

Enveredar pelo caminho do golpe e achar que nós vamos assistir calados a isso é uma ilusão. Os que pensam assim se iludem, porque nós não mediremos esforços, de maneira nenhuma, para, em primeiro lugar, defender a legalidade democrática e defender, repito, o mandato legítimo da Presidenta Dilma.

Eu quero aqui me associar ao Líder da Bancada do meu Partido, Senador Humberto, quando fez considerações acerca das declarações dadas pelo ex-Presidente Fernando Henrique. Ele perdeu uma boa oportunidade de ficar calado. Do alto dos seus cabelos brancos, da experiência e da trajetória que ele tem, ousar dizer que a Presidenta Dilma deveria ou partir para o processo de *impeachment* ou renunciar...Ora, desculpe-me! Com que autoridade ele diz isso? Com que autoridade? Do segundo mandato dele, o povo não perdeu a memória, de maneira nenhuma.

A Presidenta enfrenta problemas, crise de impopularidade? Enfrenta. Todos nós sabemos disso, repito, em decorrência deste momento difícil que atravessamos. E ele, no segundo mandato dele? E a crise de impopularidade grande que ele que enfrentou? A realidade do segundo mandato dele estava levando o Brasil exatamente para onde? Para o abismo, para o fundo do poço.

A inflação cresceu, mas ainda está muito distante da registrada no período dele, uma inflação acima de 12%. O desemprego cresceu um pouco, mas está muito distante do drama que o povo viveu nesse aspecto durante o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Isso para não falar, por exemplo, do tema corrupção. Todo o mundo sabe como se deu o processo de votação para modificar a Constituição e instituir a reeleição no País. Até hoje estão estampados nos jornais pelo País afora registros sobre a compra de votos etc. O processo de privatização, no segundo mandato do Sr. Fernando Henrique Cardoso, estava eivado de suspeitas – aliás, mais do que suspeitas, havia indícios claros de improbidade etc.

A diferença é que, naquela época, havia o engavetador-geral da República, que sentava em cima de tudo. A diferença é que, naquela época, ficava tudo debaixo dos tapetes: onde houvesse palácio, os malfeitos ficavam todos escondidos debaixo do tapete. Agora não. Agora as instituições – seja o Ministério Público, seja a Polícia Federal, seja a Controladoria-Geral da União – estão funcionando, doa a quem doer, fazendo o papel delas de investigar, de apurar. E dessa forma deve ser feito, assim como, a todo e qualquer cidadão deve ser assegurado o direito de defesa.

Portanto, lamento que o ex-Presidente Fernando Henrique, cuja trajetória nós não podemos deixar de reconhecer, pois lutou em defesa da democracia, da liberdade, de repente abra a boca para dizer desatinos

dessa natureza. Ora, quem é Fernando Henrique para dizer que a Presidente Dilma não tem mais legitimidade para ser Presidenta deste País?

*(Interrupção do som.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – “Ah, porque o Governo está enfrentando dificuldades...” Como se isso fosse novidade! Dificuldades, os governos sempre enfrentam. Imaginem se impopularidade, desgaste e insatisfação constituíssem um motivo formal, legal, para tirar alguém do poder!

Não é assim, Sr. Presidente.

Então, volto a questionar: que legitimidade, que autoridade moral ele tem, levando em consideração exatamente o que foi o seu segundo mandato, o desastre que foi para o povo brasileiro? E agora ele simplesmente vem dizer que a Presidenta não tem mais legitimidade... Ela tem, porque está respaldada, repito, pelo voto da população.

Não adianta insistirem num terceiro turno. Preparem-se para as eleições do ano que vem. Tem eleição...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... apresentem uma proposta melhor.

Vou concluir, Sr. Presidente.

É assim a democracia. A democracia se faz com o povo, pelo povo e para o povo. A democracia se faz com a participação do povo, e o momento das eleições é um momento sagrado, quando o povo expressa exatamente o quê? O seu desejo.

Então, preparem-se para um novo calendário eleitoral que, conforme a própria Constituição reza, nós teremos pela frente.

No mais, Sr. Presidente, quero mais uma vez colocar a nossa confiança na Presidenta Dilma, por sua dignidade, honradez, pelo compromisso que ela tem, acima de tudo, com o povo brasileiro. Ela tem tempo suficiente para, se Deus quiser, honrar sua palavra e cumprir as promessas que assumiu com o povo brasileiro.

Essas dificuldades serão superadas e começaremos um novo um ciclo de desenvolvimento econômico, com geração de emprego, com controle da inflação, com distribuição de renda, com inclusão social, avançando cada vez mais na agenda da educação – rumo àquilo que é o nosso sonho, que é a questão da Pátria Educadora.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Exª.

Pela Liderança do DEM, convido o Senador Ronaldo Caiado para assumir a tribuna.

Em seguida, terá a palavra o Senador Sérgio Petecão.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Maioria/PSD - AC) – Obrigado, Presidente.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, nós tivemos a oportunidade – o Brasil todo –, de assistir à manifestação de domingo último, dia 16 de agosto.

Eu posso fazer um relato um pouco mais detalhado e minucioso porque estive na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 15 de março; depois, no dia 6 de abril; e agora, no dia 16 de agosto. Esse foi o local que escolhi para ouvir o sentimento da população brasileira porque São Paulo, nós sabemos, tem uma característica ímpar, é uma cidade que aglutina pessoas dos mais variados rincões do nosso país. Posso dizer que todos os Estados do Brasil estão ali representados. Foi isso o que sempre me chamou a atenção. Desde o primeiro dia de mobilização, encontrei ali amigos, pessoas que se apresentavam do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste do País. Enfim, o momento em que temos uma radiografia do Brasil é exatamente o de uma mobilização na Avenida Paulista, pois por ali nós passamos e ouvimos as pessoas.

Eu não fui até lá para subir em nenhum trio elétrico e fazer pronunciamento. Não, eu fui como um cidadão. Os responsáveis pelo evento eram as entidades e associações próprias, que têm a finalidade de organizar essa grande mobilização espontânea da sociedade brasileira. Trata-se de um movimento popular, não partidário. Como tal, estive lá com a minha família, com a minha esposa, meus filhos e meus amigos. E assim, caminhando, pude perceber bem o que mudou, Sr. Presidente, do dia 15 de março para o dia 16 de agosto.

Eu acho que essa é, sem dúvida alguma, a análise que mais me impressionou.

No dia 15 de março, nós assistimos à população indignada diante de um fato em que o Brasil assistia não ao maior escândalo, à maior escala de corrupção já realizada no País, mas à maior prática de corrupção existente em todo o globo terrestre. Nunca houve nada com a extensão da corrupção em relação à Petrobras,



à Eletrobras, ao BNDES, aos fundos de pensão, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil. Enfim, dilapidaram o patrimônio que é construção do povo brasileiro. Existiu aquele momento de indignação, de buscar uma resposta para tudo aquilo.

Agora, a que nós assistimos, Sr. Presidente? A um olhar com certo grau de tristeza, de inquietação, de desassossego no espírito daqueles que lá estavam, dizendo: “Nós não sabemos mais o que fazer”. A situação cada vez aumenta mais o processo de corrupção, mas, junto com ele, também a crise chegou na casa das pessoas.

Esse período de cinco meses mostra claramente que o Governo não tem condições de governabilidade porque, se fosse uma crise única e exclusivamente motivada por interesses ou por objetivos políticos, partidários, essa movimentação não teria a capacidade de durar cinco meses. Essa é a diferença.

Lembrem-se os senhores de junho de 2013. Em junho de 2013, houve também mobilizações no País todo, mas não havia um foco, não havia uma meta, um objetivo, diferentemente desta.

Aquela se dispersou sem trazer grandes resultados para melhorar até a qualidade de vida do cidadão brasileiro, mas desta vez, não. Esta Casa não pode pousar como se nada tivesse acontecido no último domingo. Nós temos a responsabilidade de não ampliar ainda mais a angústia dessas pessoas, que estão desesperadas com o desemprego, que estão desesperadas com o processo de não poder arcar com as despesas dos filhos, de não poder mais ter o mínimo de qualidade de vida na área de saúde, de educação e de segurança pública.

Ora, Sr. Presidente, é um momento muito importante para o Congresso Nacional, porque nós não podemos exigir mais nada da população brasileira. Ela já deu, por várias vezes, mostras de que está disposta a mostrar indignação com este Governo. As pesquisas retratam percentuais que mostram que nenhum Presidente da República, desde a instalação da República no País, teve tamanha baixa de popularidade quanto a Presidente Dilma. A rejeição é estratosférica. O sentimento da população em pedir a ela a renúncia atinge todos os setores da sociedade brasileira, que eles identificam como golpistas ou uma elite.

Olha, Sr. Presidente, a que ponto está o grau de avaliação da Presidente da República, que, nos últimos pronunciamentos, realmente tem deixado bem claro para todos os que têm oportunidade de ouvi-la que ela não está no seu melhor momento do ponto de vista de elaborar suas ideias ou de defender suas convicções, confusa. E agora parte para o ataque, como se a rejeição de 71% da população brasileira – e, provavelmente, na próxima, nós teremos, talvez, um patamar de 81% de rejeição – fizesse parte de uma elite golpista, como se o cumprimento da legislação brasileira no que diz respeito às regras constitucionais, às normas constitucionais que impõem limites a um Presidente da República, que não pode se arvorar de baixar decreto para aprovar créditos especiais sem que tenham sido aprovados pelo Congresso Nacional... Uma Presidente da República que tem a ousadia de receber no Palácio do Planalto o representante, o Presidente da CUT, que assume o microfone, com todo o emblema do Brasão da República, a Bandeira do Brasil ao fundo, a Presidente da República ao lado, e se encastela dizendo que, se necessário for, se houver alguma mudança para tentar tirar a Presidente, vão se entrincheirar de armas nas mãos.

Sr. Presidente, o mínimo que ele deveria ter recebido naquela hora era voz de prisão. O mínimo. Um cidadão, Presidente de uma central de trabalhadores. Lógico que isso não reflete o sentimento do trabalhador. Isso reflete o sentimento de um sindicalismo do PCC, que são alguns Sindicatos do ABC Paulista que acham que podem implantar no Brasil o mesmo sistema que eles implantaram naquela cidade.

A sociedade brasileira não está aqui para ser amedrontada nem intimidada por Presidente de CUT que acha que pode enfrentar o sentimento da população nas mobilizações e nas caminhadas, dizendo que o seu segundo exército, da Dilma – o primeiro é o do MST, muito bem definido e também convocado pelo ex-Presidente Lula; e agora é o da Dilma, que é o da CUT –, se propõe a ameaçar o cidadão de armas nas mãos.

Sr. Presidente, é grave o momento que estamos vivendo. O desespero bateu. Eles não têm argumentos, não têm capacidade para explicar a utilização do caixa dois nas campanhas eleitorais do PT, da Presidente da República.

Eu gostaria muito que a Senadora que me antecedeu estivesse aqui no plenário para perguntar a S. Ex<sup>a</sup> se a lei vale apenas para governadores, prefeitos, Deputados Federais, estaduais, Senadores e vereadores, e se a Presidente da República não está incluída nas regras e nas normas legais que regem o País.

Quer dizer que quando o cidadão pratica uma campanha eleitoral e utiliza caixa dois na campanha eleitoral, quando o Governo usufrui da máquina de governo para se eleger, o resultado das urnas abona, convalida sua eleição? Não. O resultado das urnas não convalida a fraude, o roubo, o estelionato, o caixa dois. Pelo contrário.

Vários governadores e políticos já foram julgados e destituídos da função para a qual foram eleitos porque ficou claramente identificado o crime no período da campanha eleitoral. Hoje, as pessoas não podem dizer: “Eu passei pelas urnas”. Quer dizer que, para passar pelas urnas, como disse a Presidente da República, num evento, se não me engano, no interior de Pernambuco, na campanha eleitoral: “Nós fazemos o diabo”. Ora, o que é isso, minha gente?

E nós não acreditávamos que o diabo tivesse realmente o tamanho que tem, Senador. Realmente, um diabo que destrói a Petrobras, que não tem limite, que assalta o Estado e que é capaz de tudo fazer não em benefício do povo brasileiro, mas em benefício de um projeto de ordem pessoal, de um projeto partidário, de um projeto ideológico, que cada vez mais a sociedade brasileira repudia.

A Presidente da República não tem hoje interlocução com a população. A Presidente da República é hoje uma liderança política encastelada, enclausurada dentro do Palácio do Planalto. Para fazer a Marcha das Margaridas, para lá estar presente, tinha que identificar as lideranças que podiam ter acesso ao recinto. Para chegar a qualquer lugar do Brasil, assim também é feito.

Mas, ora, se estivéssemos tratando de um Presidente da República que estivesse nos últimos meses ou no último ano de governo, ainda poderíamos dizer: "Tudo bem, vamos ter a complacência de deixar com que esse estrago caminhe apenas por mais seis meses". Mas, Sr. Presidente, estamos a três anos e cinco meses da próxima eleição, ou seja, da mudança do Governo. O Brasil não suporta este momento de insegurança jurídica generalizada, de desencanto da população, o que provoca, cada vez mais, um círculo vicioso, em que não há segurança jurídica, não há investimento, aumenta-se o desemprego, caminhamos para uma hiperinflação.

E o Governo ainda propõe votar, no dia de hoje, aqui no plenário do Senado Federal, um projeto de lei com urgência constitucional, de autoria da Presidente Dilma, para aumentar a carga tributária em cima dos empresários, que terão demitir funcionários!

Ora, Sr. Presidente, é total falta de bom senso, é uma situação que deixa todos nós, sem dúvida alguma, preocupados, porque temos a responsabilidade, como líderes que somos, de encontrar um caminho para o País.

Se a Presidente da República tivesse uma visão de estadista, tivesse a noção da importância do que é um governante não ter mais condições de credibilidade para governar, ela teria a atitude que é, sem dúvida nenhuma, das grandes pessoas ou de personalidades que sabem o que é uma Presidência da República e a importância dela: caminharia em reconhecer a sua incapacidade de representar o País e renunciaria ao seu cargo, para que nós pudéssemos convocar novas eleições e trazer aquele que pudesse ser o cidadão ou a cidadã a reorientar, aglutinar, recompor esse processo, que hoje está conflituoso e totalmente dilacerado, e recuperar a economia brasileira.

É por aí, mas ela insiste em dizer que não renuncia, como se fosse um ato de coragem. Não, Sr. Presidente. Não há coragem alguma na clausura da Presidente no Palácio, com todos os ministros, com toda aquela *entourage* a lhe dizer que deve continuar mesmo. Ela deveria, pelo menos, ouvir a voz das ruas. Ela, pelo menos, teria que ter consciência da vida como ela é neste momento. Não ali, naquela situação especial em que ela vive como Presidente da República, mas na realidade do cidadão, seja a viúva que já foi penalizada, os trabalhadores que já perderam suas garantias e benesses, o cidadão empresário que é tributado cada vez mais, uma inflação desenfreada, a taxa de juros no cheque especial ultrapassando 300% e no cartão de crédito 400% ao ano.

Então, Sr. Presidente, o que nós precisamos deixar claro é que este momento é o momento de mostrarmos que esta Casa tem a responsabilidade, sim, de caminhar para um processo de achar uma saída, dentro das regras democráticas e dentro da Constituição. A Câmara dos Deputados já não precisa mais de parecer de TCU para colocar a abertura de processo de cassação da Presidente da República em apreciação, porque, no momento em que ela assina um decreto de crédito especial sem que ele seja aprovado pelo Congresso Nacional, descumpra a Constituição brasileira e descumpra, sim, aquilo que a Lei de Responsabilidade impõe.

Nós aguardamos também que o Ministro Fux retorne o processo que está tramitando no Tribunal Superior Eleitoral, onde já recebeu dois votos favoráveis, caracterizando o uso indevido de dinheiro na sua campanha e no financiamento da sua campanha eleitoral. Seja qual deles chegar primeiro, Sr. Presidente, esta Casa e o Congresso Nacional têm que estar aqui, cada vez mais, organizados, no sentido de buscar as Lideranças que têm a preocupação com o País, não com o projeto individual bolivariano que tanto desastre e tanto prejuízo tem trazido à nossa Nação.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que é com muita preocupação que eu assumo a tribuna na noite de hoje para falar a V. Ex<sup>a</sup> que, diante daquilo a que assisti na Avenida Paulista ontem e conversando com as pessoas, esta Casa não pode brincar com o sentimento da população brasileira. O momento é de desassossego mesmo, de desencanto, e a classe política brasileira não pode frustrar milhões e milhões de brasileiros.

A democracia prevê regras, normas para podermos caminhar dentro daquilo que nos impõe o Estado democrático de direito, mas, ao mesmo tempo, buscando uma saída para que a população brasileira se sinta confortável amanhã, para poder recuperar este momento delicado em que a crise abala todo o País.

Para finalizar, Sr. Presidente, nós não temos nenhuma crise internacional, nós não temos nenhum grave problema no País; nós só temos uma situação que precisa ser rapidamente reparada, que é exatamente o PT no Governo, tutelado pelo ex-Presidente Lula e comandado pela Presidente Dilma Rousseff. Ao saírem do poder, este Brasil passa a respirar e, no outro dia, restabelece-se forte, com o povo corajoso, determinado e capaz

de, amanhã, transformar o País naquilo que nós já transformamos. Não numa referência à área da agricultura, mas também no setor da indústria, do comércio e em todas as outras áreas,...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... o Brasil vai poder crescer sem essa ingerência *(Fora do microfone.)* desrespeitosa do Governo do PT, que só fez assaltar, destruir e acabar com a esperança da população brasileira. Mas, como corajosos que somos e tementes a Deus, temos a certeza que o Brasil vai ressurgir desses 12 anos de governo Lula e, num curto espaço de tempo, recuperar tudo aquilo que perdemos nessa década e meia de desgovernos.

Muito obrigado, Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

Pela ordem, convido o Senador Sérgio Petecão, que vai falar pela Liderança do PSD.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Maioria/PSD - AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na verdade a minha vinda à tribuna, nesta noite de hoje, é apenas para...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Maioria/PSD - AC) – ... fazer um relato de *(Fora do microfone.)* uma viagem que fizemos lá no Vale do Juruá. Essa viagem começou em Tarauacá, na sexta-feira.

Junto com o Prefeito Rodrigo Damasceno, inauguramos uma quadra de grama sintética. Era uma emenda que nós alocamos ainda na gestão da Prefeita do PSD, nossa querida Marilete Vitorino. Graças a Deus, o Prefeito Rodrigo, fazendo uma política grande – é um Prefeito do PT, que vem fazendo uma política grande –, deu continuidade à obra. Por isso, nós tivemos a oportunidade de inaugurar essa quadra.

Também visitamos um posto de saúde, fruto de uma emenda parlamentar também nossa. Visitamos outra quadra de grama sintética que está prestes a ser concluída também – mais uma quadra de grama sintética –, para aquela juventude maravilhosa do Município de Tarauacá.

Eu sempre tenho dito que, acima dos interesses políticos e partidários, estão os interesses da população. Lá, hoje, o prefeito é do PT, e nem por isso nós temos deixado de ajudar. Hoje mesmo tive o prazer de receber o Prefeito Rodrigo, mais uma vez, aqui no meu gabinete. Ele veio agradecer e tratar de outras emendas alocadas lá no Município de Tarauacá.

Na sexta-feira, nós saímos cedo, porque o trecho da estrada de Tarauacá até Cruzeiro do Sul encontra-se numa situação caótica. Eu não tenho dados oficiais, mas penso que a BR-364 de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul é a estrada que tem mais buracos no mundo, porque eu nunca vi um negócio daquele. E é uma estrada que sequer foi inaugurada.

Mas, com muita dificuldade, chegamos a Cruzeiro do Sul. No sábado, participamos do encerramento do Novenário. Participamos, também, da Procissão de Nossa Senhora da Glória, a Padroeira do Município de Cruzeiro do Sul e da região. É uma das festas mais bonitas que nós temos no Estado. Olhe lá se não for uma das festas mais bonitas que nós temos na Região Norte. Uma multidão acompanhava a procissão, numa festa onde estavam participando pessoas de todo o nosso Estado. Uma festa maravilhosa! E fiquei muito feliz em ter, mais uma vez, acompanhado a procissão de Nossa Senhora da Glória.

No domingo cedo, eu, o Senador Gladson Cameli e o Deputado Nicolau Júnior fizemos uma viagem – eu diria que umas das viagens mais difíceis que fiz, difícil porque é uma viagem perigosa. Num avião monomotor, Presidente, nós chegamos até a Foz do Breu, uma comunidade que fica lá na fronteira com o Peru. A pista é de chão, e o avião só decola se for com três pessoas. É uma situação de alto risco. Mas temos que ir. São os ossos do ofício.

Eu precisava voltar àquela comunidade, a Foz do Breu. Eu já estive lá e, na última vez, ouvimos a comunidade e fizemos um questionamento sobre as suas maiores necessidades. Naquele momento, foi-nos dito que a comunidade mais precisava era de um gerador de luz, de um motor de luz. Lá não há energia elétrica. E nós – à época ainda era o prefeito Randson –, com o prefeito, alocamos uma emenda, salvo engano, de R\$112 mil. E, por conta de toda essa burocracia, demorou vários anos para essa emenda ser liberada. Mas, graças a Deus, o motor já está na comunidade, e o atual prefeito já o instalou. Porém, para minha surpresa, quando cheguei à comunidade, perguntei às pessoas sobre o motor. Eles falaram do motor, mas que o prefeito teria dito que aquele motor não era fruto da nossa emenda. Eu acho essa uma política pequena, uma política atrasada.

Lá, hoje, está um prefeito do PT também, mas um prefeito que não entendeu ainda que, acima dos interesses político-partidários, estão os interesses da população. Acho que o mínimo que um prefeito pode fazer é reconhecer que aquela emenda que foi alocada ali é uma emenda do parlamentar, que não está ajudando o prefeito, está ajudando os moradores daquela comunidade, que precisa muito do nosso apoio.

Eu tenho feito várias parcerias com o prefeito da nossa capital, que é do PT, o Prefeito Marcos Alexandre; com o Prefeito Rodrigo, que é do PT, do Município de Tarauacá, com todos os que têm me procurado; todos, todos. Independentemente de Partido, eu, dentro das minhas possibilidades, tenho procurado ajudar.

Como a mentira tem perna curta, tive a oportunidade de ir lá, junto com o Senador Gladson, junto com o Deputado Nicolau, e conversar com população, de esclarecer e dizer da nossa emenda. Mas, para minha tristeza, o combustível com que o prefeito está ajudando a comunidade, 500 litros, não dá para que o motor funcione como deveria. É um motor novo, um gerador grande, e deveria proporcionar um mínimo de dignidade para aquelas pessoas, podendo ligar suas geladeiras, ligar o seu rádio, ligar uma televisão. Mas o motor só funciona das seis às dez porque o prefeito não tem ajudado com o óleo diesel necessário. Eu vou entrar em contato com o prefeito para ver de que forma posso ajudar para resolver aquela situação.

Eu penso que, para uma população daquela, que está lá na nossa fronteira, o Governo Federal deveria dar uma atenção, uma atenção especial. Aquelas pessoas, aquelas famílias que ali moram, aqueles, sim, deveriam receber um salário, um benefício do Governo Federal, porque ali eles cuidam das nossas florestas, cuidam das nossas fronteiras. E aquelas pessoas – ouvi o depoimento lá na reunião de que participei – não têm remédio, não têm remédio. “O que é que está faltando hoje aqui?” “Aqui falta o óleo diesel, para o nosso motor funcionar, e também falta remédio.” O médico vai até lá – temos que reconhecer que, segundo eles, o médico tem ido lá –, mas não há o remédio, e o médico não faz milagres.

Mas foi uma viagem muito gratificante à Foz do Breu. E, saindo da Foz do Breu, fomos até a Vila Restauração, essa ainda é mais no extremo do nosso Estado. Lá na Restauração, visitamos as casas junto com o Senador Gladson, junto com o Deputado Nicolau, mas, infelizmente, tivemos que voltar rápido porque havia uma criança que estava passando mal, a família nos procurou... E eu queria até agradecer ao Deputado Nicolau, que se dispôs a patrocinar o avião. O avião teve que nos deixar, porque só pode decolar com três pessoas, em Taumaturgo. Depois voltou à Restauração para pegar a criança que estava em uma situação muito difícil junto com a mãe dela.

Eu assumi o compromisso – já tinha assumido esse compromisso com o prefeito de Taumaturgo – de alocar uma emenda para tentar resolvermos aquela situação.

Agora, no verão, como está enxuto, está seco, as pessoas transitam com facilidade. Mas, no inverno, a informação que temos é que a situação de tráfego é muito difícil, as calçadas, lá não anda carro, é só para as pessoas trafegarem naquela comunidade. Então, foi uma viagem muito produtiva, gostei muito, uma viagem difícil, porque a pista lá é uma pista... Eu queria parabenizar o nosso piloto, o piloto Roni, que é um mestre em pilotagem na Amazônia, uma pessoa que tem um respeito muito grande, por conta da sua responsabilidade e da sua competência em viajar naquela região tão difícil.

Fomos também até o Município de Thaumaturgo, onde nos reunimos com liderança do nosso Partido, com liderança de oposição, conversamos. O Deputado Nicolau pagou um compromisso que ele tinha, de voltar lá e fazer um churrasco, uma festa bonita. Fomos recebidos com uma festa. Eu queria agradecer porque, sempre que vou a Thaumaturgo, sou bem recebido. Estive lá um mês atrás e agora tive oportunidade de voltar ao Município de Thaumaturgo.

Em seguida, fomos até Porto Walter. Lá fomos recebidos pelo Prefeito Zezinho Barbary. Esse é um gigante, esse é um guerreiro. Ele me disse, antes de assumir a Prefeitura, que tinha um sonho: fazer um ramal que ligasse Porto Walter até Cruzeiro do Sul. Cheguei lá agora e nem acreditei: ele já rompeu a selva, está com quase 60km. Ele me disse que, se Deus quiser, até o final do mandato, ele vai dar condições para que aquela comunidade possa trafegar, através de carro, de moto, que não fique refém do rio. Agora, no verão, o Rio Juruá seca muito e o transporte é muito difícil. Então, eu queria parabenizar o Prefeito Zezinho Barbary pela coragem. É preciso ter coragem, porque não tem máquina, não tem ajuda do Governo, é no peito e na raça, como ele diz.

Também fomos à comunidade Besouro, uma comunidade bonita, uma comunidade alegre. Lá nós alocamos uma emenda de mais de R\$400 mil, através da Prefeitura de Porto Walter, para a construção de um posto de saúde.

É uma comunidade estratégica que recebe muitas pessoas de outras comunidades. E eu fiquei muito feliz com a satisfação das pessoas, as pessoas agradecendo, satisfeitas pela iniciativa de termos colocado aquela emenda ali de mais de R\$400 mil. A obra já está sendo licitada. E o Prefeito Zezinho Barbary assumiu o compromisso comigo de que vai dar a maior celeridade possível na construção daquele posto saúde.

Parabéns mais uma vez ao Zezinho Barbary.



Chegamos no domingo em Cruzeiro do Sul, passamos o domingo todo viajando e chegamos no domingo. E como nem tudo é maravilha, na segunda-feira, demos uma entrevista, eu e o Senador Gladson, em um canal de televisão local, e tive o desprazer de mais uma vez ouvir da boca do nosso Governador Sebastião Viana que, hoje, a BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, não está concluída por conta da oposição, por conta de membro da oposição.

O mais grave é que ele não tem... Não sei se falta coragem, mas ele não dá nome às pessoas. E quando ele generaliza, é como se todo mundo fosse contra a estrada.

Eu não conheço ninguém, no nosso Estado, ninguém que seja contra a estrada. Eu perdi as contas das vezes em que estive no Ministério dos Transportes, no DNIT, junto com Deputado Estadual Luiz Gonzaga. Várias vezes já estive lá com o Senador Gladson Cameli.

Aqui, no plenário desta casa, encontrei o Senador Jorge Viana e pedi a ele para tentar sensibilizar o Líder da Bancada, o Deputado Federal Angelim, que é do PT, para que, nas audiências em que o Governador participasse no Ministério, levasse toda a Bancada, os três Senadores, os oito Deputados Federais para mostrar força, porque eu não conheço nenhum Parlamentar que seja contra aquela estrada.

No mês passado, nós estivemos em Cruzeiro do Sul, o Presidente da Associação Comercial, Assem de Melo Cameli, nos convidou para que estivéssemos lá. Ele disse que estariam presentes representantes do Governo, representante do Ministério dos Transportes, representante do DNIT, representante da Polícia Federal, para que pudéssemos tratar desse assunto. Os prefeitos da região estariam presentes, porque essa estrada é de fundamental importância não só para o Município de Cruzeiro do Sul, mas para toda a região do Juruá, porque criou-se a expectativa de que essa estrada seria a salvação.

Os empresários, os comerciantes, desmobilizaram, desarticularam toda a sua infraestrutura de transporte. Antigamente, o transporte era feito 100% pelas balsas, pelas baleeiras, pelos navios, e hoje, como se criou a expectativa dessa estrada, que até hoje não foi concluída, as pessoas desmontaram as suas estruturas. Hoje as pessoas estão reféns dessa estrada, e eu, sinceramente, queria saber o que é que leva o Governador a ficar mentindo num canal de televisão, dizendo... Ele deveria dar nomes: "Ó, quem é contra a estrada é o fulano, o fulano e o sicrano." Não, ele diz: "Olha, a estrada não foi concluída por conta de que a oposição trabalha contra." Não é verdadeiro. Isso não é verdadeiro! Dessa forma, o Governador não vai a lugar nenhum.

O Governador deveria ter a humildade de dizer assim: "Olha, nós fomos incompetentes. Já se gastaram R\$2 bilhões, e até hoje a obra não foi concluída." O que nós fizemos aqui, semana passada, junto com o Senador Gladson, quando o Governador esteve aqui, e em seguida nós fomos ao Ministro dos Transportes para que nos dissesse – até para que nós possamos dar uma satisfação para as pessoas que estão lá, porque ele não passa nada, ele não passa nenhuma informação –, para dar uma informação para o pessoal de Juruá do que é que teria sido tratado. O Ministro nos assegurou – e aqui eu queria até agradecer ao Ministro dos Transportes – que estará sendo realizada uma operação de emergência, para que a estrada não venha a fechar neste inverno.

Então, é muito ruim, e para nós, que defendemos aquela estrada, para nós, que lutamos por aquela estrada, para nós, que lutamos pela ponte do Rio Madeira, que é de fundamental importância para nós, é muito complicado. É muito complicado, porque ele, como detém a maioria dos canais de televisão, os jornais, sempre entra nessa linha de tentar não levar a verdade à população. Porque eu, sinceramente, se alguém tivesse me dito aquilo, eu não teria acreditado, mas eu vi.

Ainda bem que nós tivemos a oportunidade, no mesmo canal de televisão, de repor a verdade. Porque a verdade hoje é que o DNIT... E fizemos questão de pedir que o DNIT fique à frente dessas obras, que o DNIT contrate as empreiteiras, que o DNIT toque essas obras, porque nesses 20 anos que eles estão lá, quem tocava essas obras era o Departamento de Estradas de Rodagem, era o Deracre.

O Governo fazia convênio com o Deracre, e deu no que deu. Até hoje está lá. E eu tenho certeza de que essas pessoas que desviram os recursos daquela obra vão ser responsabilizadas. O Tribunal de Contas da União está investigando. Aquilo ali é dinheiro público. Aquela estrada, pelos recursos que foram gastos nela, era para ser uma das melhores estradas deste País. E hoje está lá a estrada praticamente intrafegável.

Então, fica aqui o nosso repúdio, a nossa indignação. O que o Governador deveria mesmo, nesse momento, era se preocupar com essa greve de professores que nós temos lá. Ele tomou a decisão de coagir os professores para voltarem à sala de aula, pressionando-os, ameaçando cortar ponto, ameaçando demitir os provisórios.

Então, isso não é bom. Esse clima nunca existiu no nosso Estado, esse clima de medo. Eu conversei com alguns professores, ao longo dessa greve, e as pessoas têm medo. A maioria dos professores abandonou a greve por medo. Instalou-se um clima de medo, uma tensão muito ruim no nosso Estado.

Então, eu, sinceramente, fiz questão de vir aqui, de prestar conta dessa nossa agenda, mas o que eu queria mesmo era mostrar a minha indignação, a minha revolta com mais uma mentira, porque eu o vi – o Governador não fica nem vermelho, a cara dele não fica nem vermelha – dizer: "Olha, a estrada não foi concluída

porque a oposição trabalha contra.” Isso não é verdadeiro. Eu não conheço ninguém, nenhum Parlamentar... E com o Senador Jorge Viana, já tratei várias vezes desse tema, sempre nos colocando à disposição para que a Bancada se una.

Eu, quando era coordenador, antes de passar o mandato ao Deputado Angelim, sempre trabalhei no sentido de viabilizarmos a construção daquela estrada, porque eu sei... Tivemos lá uma reunião com os empresários, e é de partir o coração o depoimento daquelas pessoas. O combustível que eles gastam hoje é dobrado, os seus caminhões, todos danificados. Eu gastei, em uma caminhonete, nove horas de viagem. O ônibus que faz a linha gasta doze, quinze horas de viagem de Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Isso é um absurdo, porque os recursos que a Presidente Dilma, que o Presidente Lula, que tanto ajudaram esse povo, destinaram para aquela estrada eram suficientes para que nós tivéssemos uma das melhores estradas deste País.

Então, Presidente, agradeço-lhe a oportunidade e também saúdo todo o povo brasileiro, em especial o povo acriano, que, com certeza, está ouvindo a Rádio Senado e também assistindo à TV Senado, que tem uma audiência maravilhosa.

E mando um abraço ao...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Maioria/PSD - AC) – ... radialista da Rádio Verdes Florestas, o meu amigo Paulo Amorim, que nos deu ontem um espaço – é a única rádio que as pessoas ouvem na Foz do Breu e na Restauração – para podermos conversar, dialogar com aquelas pessoas que moram naquele lugar tão distante.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras do nobre Senador Sérgio Petecão, do PSD, do Acre.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, se eu estivesse presente, eu teria votado “sim”. Eu peço que conste na ata, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Será constado, conforme solicitação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaramos encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 13 minutos.)*



# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

## Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

## Rio de Janeiro

**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Bloco-PSB** - Romário\*\*

## Maranhão

**Bloco-PMDB** - Edison Lobão\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

## Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

## Pernambuco

**Bloco-PTB** - Douglas Cintra\* (S)  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

## São Paulo

**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*  
**S/Partido** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

## Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

## Goiás

**S/Partido** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-DEM** - Wilder Moraes\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

## Mato Grosso

**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*  
**Bloco-PPS** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

## Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PDT** - Lasier Martins\*\*

## Ceará

**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

## Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**Bloco-PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**Bloco-PMDB** - José Maranhão\*\*

## Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*  
**Bloco-PMDB** - Rose de Freitas\*\*

## Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**Bloco-PTB** - Elmano Férrer\*\*

## Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

## Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**Bloco-PMDB** - Dário Berger\*\*

## Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*\*

## Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

## Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

## Amazonas

**Bloco-PMDB** - Sandra Braga\* (S)  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

## Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

## Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

## Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*  
**Bloco-PMDB** - Simone Tebet\*\*

## Distrito Federal

**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*  
**Bloco-PSD** - Hélio José\* (S)  
**Bloco-PDT** - Reguffe\*\*

## Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

## Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**Bloco-PT** - Donizeti Nogueira\*\* (S)

## Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-PSOL** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

## Roraima

**Bloco-PT** - Angela Portela\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PDT** - Telmário Mota\*\*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### Bloco de Apoio ao Governo - 24

##### PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz. ....	PDT / RO
Ana Amélia. ....	PP / RS
Angela Portela. ....	PT / RR
Benedito de Lira. ....	PP / AL
Ciro Nogueira. ....	PP / PI
Cristovam Buarque. ....	PDT / DF
Delcídio do Amaral. ....	PT / MS
Donizeti Nogueira. ....	PT / TO
Fátima Bezerra. ....	PT / RN
Gladson Cameli. ....	PP / AC
Gleisi Hoffmann. ....	PT / PR
Humberto Costa. ....	PT / PE
Ivo Cassol. ....	PP / RO
Jorge Viana. ....	PT / AC
José Pimentel. ....	PT / CE
Lasier Martins. ....	PDT / RS
Lindbergh Farias. ....	PT / RJ
Paulo Paim. ....	PT / RS
Paulo Rocha. ....	PT / PA
Regina Sousa. ....	PT / PI
Reguffe. ....	PDT / DF
Telmário Mota. ....	PDT / RR
Walter Pinheiro. ....	PT / BA
Zeze Perrella. ....	PDT / MG

#### Bloco da Maioria - 21

##### PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger. ....	PMDB / SC
Edison Lobão. ....	PMDB / MA
Eunício Oliveira. ....	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho. ....	PMDB / RN
Hélio José. ....	PSD / DF
Jader Barbalho. ....	PMDB / PA
João Alberto Souza. ....	PMDB / MA
José Maranhão. ....	PMDB / PB
Omar Aziz. ....	PSD / AM
Otto Alencar. ....	PSD / BA
Raimundo Lira. ....	PMDB / PB
Renan Calheiros. ....	PMDB / AL
Ricardo Ferraço. ....	PMDB / ES
Roberto Requião. ....	PMDB / PR
Romero Jucá. ....	PMDB / RR
Rose de Freitas. ....	PMDB / ES
Sandra Braga. ....	PMDB / AM
Sérgio Petecão. ....	PSD / AC
Simone Tebet. ....	PMDB / MS
Valdir Raupp. ....	PMDB / RO
Waldemir Moka. ....	PMDB / MS

#### Bloco Parlamentar da Oposição - 16

##### PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves. ....	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. ....	PSDB / SP
Alvaro Dias. ....	PSDB / PR
Antonio Anastasia. ....	PSDB / MG
Ataídes Oliveira. ....	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. ....	PSDB / PB
Dalirio Beber. ....	PSDB / SC

Davi Alcolumbre. ....	DEM / AP
Flexa Ribeiro. ....	PSDB / PA
José Agripino. ....	DEM / RN
José Serra. ....	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves. ....	DEM / SE
Paulo Bauer. ....	PSDB / SC
Ronaldo Caiado. ....	DEM / GO
Tasso Jereissati. ....	PSDB / CE
Wilder Morais. ....	DEM / GO

#### Bloco Parlamentar União e Força - 9

##### PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi. ....	PR / MT
Douglas Cintra. ....	PTB / PE
Eduardo Amorim. ....	PSC / SE
Elmano Férrer. ....	PTB / PI
Fernando Collor. ....	PTB / AL
Magno Malta. ....	PR / ES
Marcelo Crivella. ....	PRB / RJ
Vicentinho Alves. ....	PR / TO
Wellington Fagundes. ....	PR / MT

#### Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

##### PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares. ....	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho. ....	PSB / PE
João Capiberibe. ....	PSB / AP
José Medeiros. ....	PPS / MT
Lídice da Mata. ....	PSB / BA
Randolfe Rodrigues. ....	PSOL / AP
Roberto Rocha. ....	PSB / MA
Romário. ....	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. ....	PCdoB / AM

#### S/Partido - 2

Lúcia Vânia. ....	GO
Marta Suplicy. ....	SP

Bloco de Apoio ao Governo. ....	24
Bloco da Maioria. ....	21
Bloco Parlamentar da Oposição. ....	16
Bloco Parlamentar União e Força. ....	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. ....	9
S/Partido. ....	2
<b>TOTAL</b> .....	<b>81</b>

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA****(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

**Mandatos**

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

**COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL****PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Jorge Viana - (PT-AC)

**2º VICE-PRESIDENTE**

Romero Jucá - (PMDB-RR)

**1º SECRETÁRIO**

Vicentinho Alves - (PR-TO)

**2º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PDT-MG)

**3º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

**4ª SECRETÁRIA**

Angela Portela - (PT-RR)

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> (PT/PDT/PP) - 24</p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p><b>Líder do PDT - 6</b> <b>Acir Gurgacz</b> (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b> <b>Benedito de Lira</b> (16,18,44)</p>	<p><b>Bloco da Maioria</b> (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 17</b></p> <p><b>Líder do PSD - 4</b> <b>Omar Aziz</b> (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição</b> (PSDB/DEM) - 16</p> <p><b>Líder</b> <b>Alvaro Dias - PSDB</b> (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Cássio Cunha Lima</b> (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p><b>Líder do DEM - 5</b> <b>Ronaldo Caiado</b> (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b> (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p><b>Líder</b> <b>Lídice da Mata - PSB</b> (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSB - 6</b> <b>João Capiberibe</b> (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b> <b>José Medeiros</b> (15,19,29)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (24,27)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (21,26)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar União e Força</b> (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p><b>Líder</b> <b>Fernando Collor - PTB</b> (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 3</b> <b>Fernando Collor</b> (5,10)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Blairo Maggi</b> (9)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> (8)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> (2,7)</p>	<p><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Delcídio do Amaral - PT</b> (48)</p>

### Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).



**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA  
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 04/02/2014

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 3303-3492

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## **2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

**Finalidade:** Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**MEMBROS**

---

---

---

---

---

---

---

---

### **3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

**Finalidade:** Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

**Número de membros:** 3

---

#### **MEMBROS**

---

#### 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 07/04/2015

**Instalação:** 15/04/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)</b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
<b>Bloco da Maioria (PMDB, PSD)</b>	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

**Notas:**

\*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

\*\*.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 33035492

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## **5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA**

**Finalidade:** Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER  
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

**Finalidade:** Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

---

**MEMBROS**

---

---

---

---

---

---

---



## 7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 19/12/2014

**Prazo final prorrogado:** 19/06/2015

### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\*. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 8) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

**Finalidade:** Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.  
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

**Número de membros:** 18

**PRESIDENTE:** Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**RELATOR:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

**Designação:** 26/05/2015

**Instalação:** 27/05/2015

**Prazo final:** 25/08/2015

### MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

#### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

\*\* . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 33033508

**E-mail:** coceti@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

**Finalidade:** Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

Ato do Presidente nº 12, de 2015

**Número de membros:** 29 titulares e 29 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

**Designação:** 17/06/2015

**Instalação:** 23/06/2015

**Prazo final prorrogado:** 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) <sup>(1,3)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT) <sup>(3)</sup>	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) <sup>(1)</sup>	5. Senador Telmário Mota (PDT) <sup>(2)</sup>
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) <sup>(4)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

\*\*. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

## 10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

**Finalidade:** Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.  
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

**Número de membros:** 24

**PRESIDENTE:** Georges de Moura Ferreira

**VICE-PRESIDENTE:** Dorieldo Luiz dos Prazeres

**RELATORA:** Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

**Designação:** 16/06/2015

**Instalação:** 16/06/2015

**Prazo final:** 12/12/2015

### MEMBROS

Georges de Moura Ferreira
Donizeti de Andrade
Respício Antônio do Espírito Santo Júnior
Maria Helena Fonseca de Souza Rolim
Dorieldo Luiz dos Prazeres
Antônio Ivaldo Machado de Andrade
Celso Faria de Souza
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira
Tercio Ivan de Barros
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira
Kerlington Pimentel de Freitas
Ronei Saggiaro Glanzmann
Ricardo Bisinotto Catanant
Thiago Pereira Pedroso
Roberto José Silveira Honorato
Claudio Jorge Pinto Alves
Eduardo Sanovicz
VAGO (1)
Ricardo Nogueira da Silva
José Adriano Castanho Ferreira
Ricardo Bernardi
Fernando Silva Alves de Camargo
Carlos Ebner

#### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

\*\* O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

**Secretário(a):** Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 3303 3511

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



# 11) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

**Finalidade:** Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

**Número de membros:** 14 titulares e 14 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 05/08/2015

**Prazo final:** 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)</b>	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco da Maioria (PMDB, PSD)</b>	
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Dalirio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (DEM)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)	
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Blairo Maggi (PR)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
	2. Senador Fernando Collor (PTB)
<b>Sem Partido</b>	
	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

## Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalirio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

\*\*. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI DO CARF

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>

**Leitura:** 28/04/2015

**Designação:** 13/05/2015

**Instalação:** 19/05/2015

**Prazo final:** 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(3)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(4)</sup>
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

**Notas:**

\*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

\*\* Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

\*\*\*\*. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

\*\*\*\*\*. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

**Secretário(a):** Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá  
**Telefone(s):** 33034854/3511  
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 2)CPI DAS PRÓTESES

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 25/03/2015

**Instalação:** 31/03/2015

**Prazo final:** 28/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

### Notas:

\*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

\*\*.. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 61 33033492/3501

**Fax:** 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

### 3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

**Finalidade:** Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

**Leitura:** 06/05/2015

**Designação:** 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Telmário Mota (PDT-RR) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3)</sup>	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

**Notas:**

\*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

\*\* Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

\*\*\*. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

\*\*\*\*. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

\*\*\*\*\*. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

## 4)CPI DO HSBC

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 18/03/2015

**Instalação:** 24/03/2015

**Prazo final:** 21/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(9)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(5,6,7)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(9)</sup>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,10)</sup>	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(8)</sup>	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

\*\* Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDDB).

\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

\*\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).



9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

**Secretário(a):** Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

**Telefone(s):** 61 33033510/11

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 5)CPI DO FUTEBOL - 2015

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 28/05/2015

**Designação:** 07/07/2015

**Instalação:** 14/07/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

\*\* Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

\*\*\*. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

\*\*\*\*\* Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

## 6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**Leitura:** 05/03/2015

**Designação:** 29/04/2015

**Instalação:** 06/05/2015

**Prazo final:** 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

### Notas:

\*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 33033508/3514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) <sup>(10,16)</sup>
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) <sup>(5)</sup>
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) <sup>(7)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(9)</sup>
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(11)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(13)</sup>
VAGO <sup>(12)</sup>	8. Senador Hélio José (PSD)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(8,14)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) <sup>(15)</sup>
Senador Alvaro Dias (PSDB) <sup>(1)</sup>	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br

### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034544

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## **1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br

### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br

#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO <sup>(11)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) <sup>(11)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) <sup>(10)</sup>	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(6,10)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(12)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO <sup>(5,8)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB) <sup>(13)</sup>	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(13)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) <sup>(9)</sup>	2. Senador Romário (PSB) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) <sup>(2,3)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(3)</sup>	3.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**Fax:** 3303 3652

**E-mail:** cas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT) <sup>(8)</sup>	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(9)</sup>
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(6)</sup>
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(6)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(11,15)</sup>	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(10,16)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) <sup>(10,16)</sup>	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) <sup>(1,12,17)</sup>	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(14)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(18,19)</sup>
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

\*\* . Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).



\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) <sup>(4)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) <sup>(5)</sup>	8. Senadora Ana Amélia (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(9)</sup>
Senador Dário Berger (PMDB) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(7)</sup>	7.
	8.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) <sup>(6,10)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br



## **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 311-3498/4604/2

**Fax:** 311-3121/1319

### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS**

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 311-3498/4604

**Fax:** 311-3121/1319

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) <sup>(7)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(5)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(9)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO <sup>(10)</sup>
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) <sup>(6)</sup>
	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(4)</sup>
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) <sup>(11)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 8:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br

## 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

**Notas:**

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO <sup>(1)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

**Notas:**

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br



### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(2)</sup>

**Designação:** 15/04/2015

**Instalação:** 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT) <sup>(1,5)</sup>
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

**Notas:**

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

\*\* Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 06/05/2015

**Instalação:** 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

### Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

\*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 8:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(8,10,14)</sup>
Senadora Angela Portela (PT) <sup>(8)</sup>	3. Senador Telmário Mota (PDT) <sup>(3)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) <sup>(2)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(14)</sup>	6.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(7,12)</sup>	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(9)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD) <sup>(12)</sup>	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(13)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(11)</sup>	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(11)</sup>	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(11)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(5)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4251

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br

## **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*\*. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*\*\*. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4251

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO <sup>(9)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) <sup>(10,11)</sup>	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(2)</sup>	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(4,7)</sup>	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) <sup>(2,5,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** cre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) <sup>(10,13)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(5)</sup>	6. Senador Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(7,8)</sup>	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) <sup>(4,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) <sup>(11)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(3)</sup>	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB) <sup>(1,12)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR) <sup>(12)</sup>	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(3)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br

## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wilder Moraes (DEM-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

\*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO <sup>(1,10)</sup>
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(11,12)</sup>	2. Senador Hélio José (PSD) <sup>(7,15)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) <sup>(5,16)</sup>	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
VAGO <sup>(6,13)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(4)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) <sup>(14)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br

## **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

## **9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

# 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(5,6)</sup>
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Senador Hélio José (PSD) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO <sup>(3,7)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) <sup>(7)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

## Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).



**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** cra@senado.gov.br

### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br

## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO <sup>(8)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD) <sup>(5)</sup>	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) <sup>(6)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(2)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSB) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(4)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*.. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br

## 12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(11)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) <sup>(3,6,8,10)</sup>	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS) <sup>(7,9)</sup>	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(9,12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(2)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Telefone(s):** 61 33031095

**E-mail:** csf@senado.leg.br

**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(2)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999

**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001

**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>	4.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
( / )	

**Atualização:** 16/06/2015

### Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

<b>MEMBROS</b>	
<b>PMDB</b>	VAGO
<b>PT</b>	VAGO
<b>PSDB</b>	VAGO
<b>PTB</b>	VAGO
<b>PP</b>	VAGO
<b>PDT</b>	VAGO
<b>PSB</b>	VAGO
<b>DEM</b>	VAGO
<b>PR</b>	VAGO
<b>PSD</b>	VAGO
<b>PCdoB</b>	VAGO
<b>PV</b>	VAGO
<b>PRB</b>	VAGO
<b>PSC</b>	VAGO
<b>PSOL</b>	VAGO

**Atualização:** 12/03/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258

**Fax:** 3303-5258

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

---

**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

**PMDB**

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

**PT**

Senador Delcídio do Amaral (MS)

**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

**PSB**

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

**PDT**

Senador Acir Gurgacz (RO)

**PR**

Senador Blairo Maggi (MT)

**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

**DEM**

Senador José Agripino (RN)

**PP**

Senador Ciro Nogueira (PI)

**PTB**

Senador Douglas Cintra (PE)

**PPS**

Senador José Medeiros (MT)

**PCdoB**

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

**PSOL**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

**PRB**

Senador Marcelo Crivella (RJ)

**Atualização:** 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

**4ª Designação:** 11/03/2013

**5ª Designação:** 20/05/2014

**6ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>
Senador Paulo Paim (RS)
<b>PSDB</b>
Senador Flexa Ribeiro (PA)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Lasier Martins (RS)
<b>PR</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>
Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PP</b>
Senador Gladson Cameli (AC)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (AL)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSOL</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)

**Atualização:** 17/03/2015

**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012 )***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>Representante da sociedade civil organizada</b>
VAGO
<b>Pesquisador com produção científica relevante</b>
VAGO
<b>Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente</b>
VAGO

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303.5258

**Fax:** 3303.5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>
Senador Lindbergh Farias (RJ)
<b>PSDB</b>
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PR</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>
Senador Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Elmano Férrer (PI)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSOL</b>
Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**Atualização:** 07/07/2015**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PTB</b>
<b>PP</b>
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>SD</b>
VAGO

**Atualização:** 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

**Atualização:** 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	PROCURADORA

**Atualização:** 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br



**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br

**13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senadora Fátima Bezerra (RN)
<b>PSDB</b>
Senador Antonio Anastasia (MG)
<b>PSB</b>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
<b>PDT</b>
Senador Reguffe (DF)
<b>PR</b>
Senador Wellington Fagundes (MT)
<b>PSD</b>
Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>
Senador Wilder Moraes (GO)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Douglas Cintra (PE)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSOL</b>
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)

**Atualização:** 01/07/2015

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61)3303-5255

**Fax:** (61)3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

# **14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL**

*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do  
RISF):**

---

## **15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO**

*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do**

**RISF):**

---

# 16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PCdoB</b>
Senador Lasier Martins (PDT-RS) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PMDB</b>
Senador Jader Barbalho (PA)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PSD</b>
Senador Omar Aziz (AM)
<b>PSOL</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
<b>PSB</b>
Senador Roberto Rocha (MA)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (AL)
<b>PR</b>
Senador Blairo Maggi (MT)
<b>PSDB</b>
Senador Tasso Jereissati (CE)
<b>PT</b>
Senador Jorge Viana (AC)

**Atualização:** 04/08/2015

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**

**Endereço:** Anexo II, térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



## COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

**Finalidade:** Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

**Número de membros:** 10 Senadores e 30 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

**2ª VICE-PRESIDENTE:** Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

**3º VICE-PRESIDENTE:** Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

**Relator do PLDO:** Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

**Relator do PLOA:** Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

**Relator da Receita:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

**Relator do PPPA:** Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC <sup>(4)</sup>
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
<b>PP</b>	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ <sup>(2)</sup>
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG <sup>(6,7)</sup>
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO <sup>(1)</sup>
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES <sup>(3)</sup>
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
<b>PSOL</b>	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

**Notas:**

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

**Secretário:** Walbinson Tavares de Araújo

**Telefone(s):** (61) 3216-6892

**E-mail:** cmo.decom@camara.leg.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Plenário 2

## Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sarney Filho (PV-MA)

**RELATOR:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**Designação:** 19/03/2015

**Instalação:** 25/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA <sup>(9)</sup>	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Jorge Viana - PT/AC <sup>(2)</sup>	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO <sup>(2)</sup>	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF <sup>(2)</sup>	3. Ivo Cassol - PP/RO <sup>(2)</sup>
Gladson Cameli - PP/AC <sup>(2)</sup>	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE <sup>(5)</sup>	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO (12,14)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
<b>PDT (1)</b>	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 61 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

## **Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Finalidade:** A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

**Número de membros:** 10 Senadores e 10 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

### **Senado Federal**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

## Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
<b>Líder da Maioria</b> Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) <sup>(6)</sup>	<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
<b>Deputado indicado pela Liderança da Maioria</b> Deputado Benito Gama (PTB/BA) <sup>(2)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Deputado indicado pela Liderança da Minoria</b> Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) <sup>(1)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) <sup>(4)</sup>
<b>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) <sup>(3)</sup>	<b>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) <sup>(5)</sup>

### Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

**Secretário:** Thiago Nascimento C. Silva

**Telefone(s):** 61 3303-3502

**E-mail:** cocom@senado.leg.br



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos  
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Finalidade:** A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

**Número de membros:** 2 Senadores e 4 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário:** Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

**Telefone(s):** 61 3303-3503

**E-mail:** cocm@senado.leg.br

## Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

**RELATOR:** Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

**Designação:** 05/03/2015

**Instalação:** 10/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Magno Malta - PR/ES	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
<b>PP</b>	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO <sup>(17)</sup>	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG <sup>(7)</sup>
Tia Eron - PRB/BA <sup>(11)</sup>	8. Dâmina Pereira - PMN/MG <sup>(16)</sup>
Ezequiel Teixeira - SD/RJ <sup>(2)</sup>	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO <sup>(3)</sup>	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR <sup>(7)</sup>	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI <sup>(8)</sup>	12. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO <sup>(12)</sup>	2. VAGO <sup>(12)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(4)</sup>	3. Benedita da Silva - PT/RJ <sup>(15)</sup>
Luizianne Lins - PT/CE <sup>(4)</sup>	4. Margarida Salomão - PT/MG <sup>(15)</sup>
Moema Gramacho - PT/BA <sup>(4)</sup>	5. Maria do Rosário - PT/RS <sup>(15)</sup>
Rogério Rosso - PSD/DF <sup>(5)</sup>	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA <sup>(6)</sup>	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO <sup>(13)</sup>	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO <sup>(10)</sup>	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO <sup>(9)</sup>	1. VAGO
<b>PSOL <sup>(1)</sup></b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).

**Secretário:** Gigliola Ansiliero  
**Telefone(s):** 61 3303-3504  
**E-mail:** cocm@senado.leg.br

**COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS****ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

**Finalidade:** Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 7 Senadores e 7 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

<b>SENADO FEDERAL</b>
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

**ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais**

**Finalidade:** Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

**Número de membros:** 5 Senadores e 5 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**RELATOR:** Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

**Instalação:** 18/06/2015

**Prazo final prorrogado:** 21/08/2015

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) <sup>(2)</sup>

<b>SENADO FEDERAL</b>
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

## CONSELHOS E ÓRGÃOS

### Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

#### COMPOSIÇÃO

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**Designação:** 07/04/2015

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC <sup>(4)</sup>
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB <sup>(10)</sup>
Mandetta - DEM/MS <sup>(5)</sup>	11. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB</b>	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO <sup>(3)</sup>
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB <sup>(6)</sup>	6. Jaime Martins - PSD/MG <sup>(6)</sup>
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS <sup>(9)</sup>
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS <sup>(1)</sup>
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO <sup>(1)</sup>
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS <sup>(1)</sup>	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI <sup>(1)</sup>	6. VAGO
<b>PDT</b>	



TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
<b>PSOL</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**SENADO FEDERAL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo</b>	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO <sup>(2)</sup>
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ <sup>(2)</sup>	3. Gladson Cameli - PP/AC
<b>Bloco da Maioria</b>	
VAGO <sup>(8)</sup>	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP <sup>(7)</sup>	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b>	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força</b>	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

**Notas:**

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

**Conselho da Ordem do Congresso Nacional****Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**Eleição Geral:** 04/02/2015

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
<b>Presidente</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
<b>1º Vice-Presidente</b> Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
<b>2º Vice-Presidente</b> Deputado Giacobbo (PR/PR)
<b>1º Secretário</b> Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
<b>2º Secretário</b> Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
<b>3º Secretário</b> Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
<b>4º Secretário</b> Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
<b>Líder da Maioria</b> VAGO
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
<b>Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</b> Deputado Arthur Lira (PP/AL)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b>Presidente</b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b>1º Vice-Presidente</b> Senador Jorge Viana (PT/AC)
<b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
<b>1º Secretário</b> Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
<b>2º Secretário</b> Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
<b>3º Secretário</b> Senador Gladson Cameli (PP/AC)
<b>4º Secretário</b> Senadora Angela Portela (PT/RR)
<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
<b>Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> Senador José Maranhão (PMDB/PB)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

**Atualização:** 08/04/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256  
Fax: 3303-5260  
saop@senado.leg.br

**Conselho de Comunicação Social**

**Lei nº 8.389, de 1991,  
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

**COMPOSIÇÃO**

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes.

**PRESIDENTE:** Miguel Ângelo Cançado <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Ronaldo Lemos <sup>(1)</sup>

**Eleição Geral:** 05/06/2002

**Eleição Geral:** 22/12/2004

**Eleição Geral:** 17/07/2012

**Eleição Geral:** 08/07/2015

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Representante das empresas de rádio (inciso I)</b>	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
<b>Representante das empresas de televisão (inciso II)</b>	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
<b>Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)</b>	Marcelo Antônio Rech	VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)</b>	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
<b>Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)</b>	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
<b>Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)</b>	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
<b>Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)</b>	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
<b>Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)</b>	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

**Atualização:** 15/07/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
Telefone(s): 3303-5255  
Fax: 3303-5260  
CCSCN@senado.leg.br



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Editoração e Publicações  
Coordenação de Edições Técnicas

# Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,  
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

**Conheça nossa livraria virtual, acesse:**  
**[www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria)**

Edição de hoje: 302 páginas  
(O.S. 12994/2015)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

